

ISSN 2448-3907 | e-ISSN 2448-3923

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS AFRICANOS

Brazilian Journal of African Studies



Revista Brasileira de Estudos Africanos	Porto Alegre	v.3	n.5	p. 1-227	Jan./Jun. 2018
---	--------------	-----	-----	----------	-------------------

SOBRE A REVISTA

A Revista Brasileira de Estudos Africanos é uma publicação semestral, em formato digital e impresso, dedicada à pesquisa, à reflexão e à difusão de estudos sobre temas africanos. A RBEA publica artigos científicos inéditos com ênfase nas análises de Relações Internacionais, Organizações de Integração, Segurança e Defesa, Sistemas Políticos, História, Geografia, Desenvolvimento Econômico, Estruturas Sociais e Correntes de Pensamento. A RBEA é um veículo estritamente acadêmico, ligada ao Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A RBEA tem como público alvo pesquisadores, professores e estudantes interessados nas especificidades do continente africano e de sua inserção internacional. Combinada a esta perspectiva, a Revista pretende ampliar o debate sobre a projeção brasileira e seus esforços de cooperação (inclusive em Defesa) com os países africanos no perímetro do Atlântico Sul e a construção de uma identidade regional frente a um cenário de transformações geopolíticas.

INDEXADORES



Este trabalho foi apoiado pelo Programa de Apoio à Edição
de Periódicos (PAEP) - UFRGS



**Programa de apoio à
Edição de Periódicos**

EQUIPE EDITORIAL / EDITORIAL TEAM

EDITOR CHEFE /CHIEF EDITOR

Analúcia Danilevitz Pereira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

EDITOR ADJUNTO /DEPUTY EDITOR

Paulo Visentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL /EDITORIAL BOARD

Ajay Dubey (Jawaharlal Nehru University, Índia)

Ángel Dalmau Fernández (CIPI, Cuba)

Antônio Joaquim Calundungo (Universidade Agostinho Neto, Angola)

Beatriz Bissio (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Chris Landsberg (University of Johannesburg, África do Sul)

Cyril Obi (Social Science Research Council, EUA)

Fábio Morosini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Hilário Cau (Instituto Superior de Relações Internacionais, Moçambique)

Ian Taylor (University of St Andrews, Escócia)

Kamilla Raquel Rizzi (Universidade Federal do Pampa, Brasil)

Karl Gerhard Seibert (UNILAB, Brasil)

Li Anshan (Peking University, China)

Luiz Dario Teixeira Ribeiro (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Vladimir Shubin (Russian Academy of Sciences, Rússia)

ASSISTENTES DE EDIÇÃO /EDITION ASSISTANTS

Amabilly Bonacina (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Rafaela Pinto Serpa (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Salvatore Xerri (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

CONSELHO CONSULTIVO /CONSULTATIVE BOARD

Alfa Oumar Diallo (Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil)

Andrei Tokarev (Russian Academy of Sciences, Rússia)

Aparajita Biswas (University of Mumbai, Índia)

Diego Pautasso (Escola Superior de Propaganda e Marketing – Sul, Brasil)

Eduardo Migon (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Brasil)

Fantu Cheru (American University, EUA)

Gladys Lechini (Universidad Nacional de Rosário, Argentina)

Henry Kam Kah (University of Buea, Camarões)

Igor Castellano da Silva (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil)

John Akokpari (University of Cape Town, África do Sul)

José Carlos dos Anjos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

José Rivair Macedo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Leila Hernandez (Universidade de São Paulo, Brasil)

Lito Nunes Fernandes (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, Guiné-Bissau)

Lotfi Kaabi (Institut Tunisien des Études Stratégiques, Tunísia)

Mamadou Alpha Diallo (UNILA, Brasil)

Mamoudou Gazibo (Université de Montréal, Canadá)

Marina de Mello Souza (Universidade de São Paulo, Brasil)

Nathaly Silva Xavier Schütz (Universidade Federal do Pampa, Brasil)

Paris Yeros (Universidade Federal do ABC, Brasil)

Tim Murithi (Free State University, África do Sul)

Renu Modi (University of Mumbai, Índia)

Wolfgang Adolf Karl Döpcke (Universidade de Brasília, Brasil)

Esta edição também contou com a avaliação dos pesquisadores Ana Simão, Anselmo Otávio, Luciano Colares, Maira Vieira e Maria Dussort.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS AFRICANOS

Brazilian Journal of African Studies

© Centro Brasileiro de Estudos Africanos - UFRGS

Capa e diagramação: Gráfica da UFRGS

Arte: Tiago Oliveira Baldasso

A *Revista Brasileira de Estudos Africanos* está disponível online em português e inglês em www.seer.ufrgs.br/rbea

CONTATO

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Ciências Econômicas
Av. João Pessoa, 52 - Sala 18C - 1º andar
CEP 90040-000 - Centro - Porto Alegre/RS - Brasil
Fone: +55 51 3308.3272 / 3308.3348
E-mail: cebrafrica@ufrgs.br

seer.ufrgs.br/rbea
ufrgs.br/cebrafrica

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de
Ciências Econômicas da UFRGS

Revista Brasileira de Estudos Africanos / Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Centro
Brasileiro de Estudos Africanos. – Ano 3, n. 5 (jan./ jun. 2018). –
Porto Alegre : UFRGS/FCE/CEBRAFRICA, 2017 -

Semestral.

ISSN 2448-3907.

e-ISSN 2448-3923

1. África. 2. Relações internacionais. 3. Integração regional. 4.
Segurança internacional. 5. Política de defesa.

CDU 327

SUMÁRIO

Editorial	7
<i>Analúcia Danilevicz Pereira, Paulo Fagundes Visentini</i>	
A África e a historiografia das Relações Internacionais	9
<i>Akinbode Fasakin</i>	
O Brasil olha para a África: lusotropicalismo na abertura da Política Externa Brasileira para o continente africano	33
<i>Fernando Sousa Leite</i>	
Avaliando a Arquitetura de Paz e Segurança Africana (APSA) a partir de uma abordagem institucionalista e pela diferença que fez na África desde 2002	49
<i>Juliana Abena Appiah</i>	
A Construção da Paz em uma fronteira internacional contestada: a resolução do conflito fronteiriço entre Nigéria e Camarões e o surgimento de novas questões	67
<i>Kenneth Chukwuemeka Nwoko</i>	
O padrão de formação dos partidos políticos, sua evolução e a busca por integração nacional na Nigéria	87
<i>Nathaniel Danjibo, Kelvin Ashindorbe</i>	
Investigando o significado decrescente de governo e filantropia na Nigéria: religião como refúgio?	105
<i>Mike Omilusi</i>	
O fim da era Mugabe no Zimbábue: mudança ou continuidade?	135
<i>Nathaly Silva Xavier Schutz</i>	
Colonialismo dual e formação do Estado Nacional: o caso sul-africano	153
<i>Maximilian Dante Barone Bullerjahn</i>	
Diversidade cultural nas definições das políticas de ensino superior em Camarões: uma análise histórica	175
<i>Hyasinth Ami Nyoh</i>	
Relações entre educação e desenvolvimento sócio-económico em Moçambique	191
<i>Hélder Pires Amâncio, Vera Fátima Gasparetto</i>	

RESENHA	
“A Presença Portuguesa na Guiné. História política e militar, 1878-1926” de Armando Tavares da Silva	209
<i>Carlos Alberto Alves</i>	
“A guerra civil em Angola, 1975-2002” de Justin Pearce	215
<i>Gilson Lázaro</i>	
“Política externa na África Austral: guerra, construção do Estado e ordem regional” de Igor Castellano da Silva	221
<i>Camila Santos Andrade</i>	
Parceiros	225
Normas de Submissão	227

A responsabilidade do conteúdo dos artigos é de seus respectivos autores.
The responsibility for the content of the articles is of their respective authors.

Revista Brasileira de Estudos Africanos
e-ISSN 2448-3923 | ISSN 2448-3907 | Porto Alegre | v.3, n.5 | Jan./Jun. 2018

EDITORIAL

**Analúcia Danilevicz Pereira
Paulo Fagundes Visentini**

Julho/2018

A RBEA, em seu terceiro ano, consolidou-se como um ponto de encontro entre africanistas de vários continentes, os quais têm contribuído com um grande volume de análises e informações. Sem dúvida, a Revista vem construindo uma agenda de pesquisa e reflexão em torno de novos temas, abordagens e compreensão sobre a África. A contribuição de acadêmicos/pesquisadores africanos revela, também, um espaço aberto para tratar da “perspectiva africana” não apenas sobre a África, mas sobre as questões globais.

Neste número novos temas importantes são tratados. Primeiramente, uma original análise africana da historiografia das Relações Internacionais propõe uma perspectiva do continente sobre o tema. Na mesma linha inovadora, é explorada a polêmica questão do Lusotropicalismo na fase de abertura política externa do Brasil para a África, promovendo uma releitura crítica. Seguem-se dois artigos de acadêmicos africanos sobre temas de segurança, um no plano continental (avaliando a APSA), outro do litígio de fronteira entre Nigéria e Camarões, ambos sobre Resolução de Conflitos e Construção da Paz.

No tocante à política da Nigéria, são tratados os temas da formação dos partidos políticos e suas dificuldades em promover a integração nacional, face às clivagens étnico-religiosas, e sobre o papel de grupos religiosos no país. Eles instigam a fragmentação social e a crítica ao Governo Federal em sua capacidade de assistir os cidadãos. Sem dúvida representam contribuições relevantes para a compreensão dos impasses contemporâneos na Nigéria.

Quanto à questão das crises políticas recentes na África Austral, no Zimbábue e na África do Sul, há dois artigos que abordam a temática a partir de um ângulo original. Embora muitos especialistas do main stream insistam na extrema fragilidade de ambos sistemas políticos, observou-se que a renúncia

cia forçada dos dois presidentes não implicou em uma ruptura do regime, tampouco em alterações de suas estruturas políticas e socioeconômicas. No Zimbábue a saída de Mugabe se deu de forma negociada, assim como a de Zuma na África do Sul. Evidentemente, os problemas que fomentaram a crise ainda não foram superados.

Outro tema que é inovador nesse número da RBEA é a questão da educação, no caso em Camarões e em Moçambique. A primeira discute o embate no ensino superior estatal sobre o sistema bilíngue e seus impactos práticos. Já no caso de Moçambique, o foco é a relação entre educação e desenvolvimento socioeconômico, uma questão relevante não apenas no continente africano, como em todo o mundo em desenvolvimento. Assim, ampliam-se os elementos de compreensão da realidade africana explorados na Revista.

Por fim, são apresentadas três resenhas sobre obras de temas históricos e contemporâneos sobre a Guiné-Bissau, Angola e sobre a África Austral. Trata-se de trabalhos que permitem um aprofundamento da análise e conhecimento empírico sobre o continente.

A RBEA publica versão eletrônica e impressa bilíngue (português e inglês). Assim, esperamos a contribuição de colegas do Brasil e do exterior, com os quais pretendemos estabelecer vínculos para o aprofundamento do conhecimento e a construção de uma visão do Sul sobre o continente africano e das relações com eles.

Agradecemos aos Assistentes de Edição Amabilly Bonacina, Rafaela Serpa e Salvatore Xerri e à equipe do CEBRAFRICA que trabalhou na tradução dos artigos.

A ÁFRICA E A HISTORIOGRAFIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Akinbode Fasakin¹

Introdução

O apelo de Brian Schmidt (2013, 21) para uma pesquisa sobre a história e a historiografia do campo de Relações Internacionais (RI) traz à tona a necessidade de refletir profundamente e de forma mais ampla sobre a história das RI na África. Embora Schmidt (2013) questione a historiografia de RI, pedindo uma revisão crítica do que atualmente existe, como sua origem ou algo como uma história detalhada da cápsula que cobre os diferentes discursos na evolução da disciplina, sua chamada torna necessária a reflexão sobre o lugar da África em tal revisão. Isto requer ao menos descobrir quais discursos existem na África em relação ao estudo de RI, a fim de repensar verdadeiramente as narrativas evolutivas dominantes e coerentemente oferecidas de RI. Tal exercício poderia certamente melhorar nossa compreensão da disciplina em outros lugares, longe dos grandes debates míticos que dominam a história do campo (Kahler 1997), e possivelmente tomar conhecimento de pontos de vista, discursos e teorias obscuras, pesquisadores e teóricos que auto conscientemente professam RI como sua disciplina, e instituições (universidades e nações) que contribuem para o desenvolvimento de RI onde elas existem. Este ensaio pretende usar alguns destes critérios, como fornecidos por Schmidt e apoiados por Duncan Bell, para comentar sobre a evolução das RI na África e usar isso para propor uma direção para o futuro da disciplina no continente africano (Bell 2009)².

¹ Departamento de Ciência Política, Escola Superior de Defesa, Estocolmo, Suécia. E-mail: bodefasakin@yahoo.co.uk; akinbode.fasakin@fhs.se.

² De acordo com Bell (2009, 4), “a escrita da história da disciplina deve ser complementada, e possivelmente complexificada, pelo estudo das “histórias do mundo” - isto é, das múltiplas maneiras pelas quais a política global (ou aspectos dela) foi conceitualizada através de uma variedade de locais institucionais, incluindo universidades, laboratórios de pesquisa, *think-tanks*, fundações filantrópicas e agências governamentais”. Eu também considero relevante o estudo da categorização de Hoffmann (1997, 41) como uma parte autônoma da Ciência Política.

Embora a interpretação dominante da historiografia das RI apareça como simplificação de uma história mais complicada, uma apropriação de uma disciplina cuja origem, evolução e desenvolvimento abrange uma descrição mais detalhada através de regiões, tempo e espaço, argumenta-se que o uso de alguns critérios ajuda a esclarecer a evolução das RI nestes diferentes tempos e áreas. Este estudo faz esta interpretação na África para mostrar como a disciplina se desenvolveu como um campo distinto que está preocupado com a política global e projetado para servir interesses nacionais no exterior ou misturar os chamados interesses nacionais dos formuladores de políticas com os de pesquisadores, impulsionados pela experiência pessoal, objetivos disciplinares e objetivos de carreira, o que Hoffman (1997, 47) chama de “notável convergência cronológica”. Portanto, embora Schmidt tenha problematizado as interpretações predominantes do desenvolvimento do campo, argumentando que a história das RI é mais complicada e menos conhecida do que tipicamente apresentado, mostro por que essa narrativa dominante da historiografia das RI tem influência, particularmente em relação à África (Schmidt 2013, 4). É sob esse pano de fundo que este artigo explora como podemos pensar sobre as RI na África e na historiografia de RI ao redor do mundo em geral, especialmente para acomodar os desenvolvimentos em diferentes comunidades acadêmicas e para essas comunidades fazerem contribuições além do desafio usual do domínio americano.

O ensaio começa mostrando por que a influência estadunidense permanece predominante e resistente no campo e na interpretação de sua história; essencialmente fazendo a alegação de que as RI se desenvolveram dentro dos parâmetros e agenda estabelecidos pelos Estados Unidos, embora com contribuições da Europa - especialmente do Reino Unido. Como evidências da influência estadunidense no campo, em termos de contribuições teóricas, a disseminação global de teorias e metodologias desenvolvidas e apoiadas pelos EUA e a aceitação da interpretação mítica da historiografia das RI fornecida por estudiosos estadunidenses não são apenas meras justificativas para essa afirmação, mas também formam a base para as RI estadunidenses adquirirem a vantagem ‘científica’ sobre os outros. As visões estadunidenses foram, portanto, não só eventualmente adotadas por muitos estudiosos no exterior e no campo em geral, tomando por exemplo os textos introdutórios de RI e a narração dos debates míticos dentro deles, mas também por estadistas de muitos outros países, especialmente os da África, que começaram a padronizar suas políticas baseando-se nos EUA, negligenciando os estilos de seus antigos governos coloniais. É plausível dizer que as RI como disciplina foram primeiro utilizadas na Europa antes que os EUA fizessem suas contribuições, e que algumas das contribuições estadunidenses foram de fato de autores originariamente europeus (como Nicholas Spykman, Hans Morgenthau e Stanley Hoffman, entre outros).

No entanto, os Estados Unidos aproveitaram ainda mais o seu status e as circunstâncias recém-adquiridas após a Segunda Guerra Mundial para consolidar o seu lugar no estudo das RI. Como uma potência mundial, sua visão carregava muito mais peso do que a de qualquer outro país ou região do mundo e as proposições de seus estudiosos simplesmente se tornaram cânones e padrões pelos quais outros estudiosos mediam sua contribuição, particularmente na era do debate sobre a natureza científica da disciplina. É nesta linha de raciocínio que se pode observar que, desde o surgimento da China como uma grande potência em todo o mundo, a Ásia começou a contar como contribuinte para os assuntos e debates globais, enquanto estudiosos que trabalham na Ásia, que não são necessariamente chineses, estão ganhando mais destaque. O corolário disso é que eles poderiam emergir como “distintas vozes nas RI” se projetarem políticas chinesas e canonizarem essas ideias caso a China ultrapasse os EUA (Waeber 1998,688).

Como Europa, América e Ásia têm algo a dizer sobre como elas inicialmente estudaram o mundo lá fora para refletir suas contribuições para o campo, este estudo, portanto, explora as contribuições do continente Africano e de seus estudiosos no desenvolvimento do campo nas seções que seguem. Em minhas observações finais, argumento que, embora as disputas sobre a historiografia de RI sejam uma área de pesquisa nova e incipiente, é razoável pensar em incorporar as variadas experiências regionais e teóricas de RI, onde elas realmente existem ou onde ainda serão conhecidas, na reescrita da historiografia das RI. O apelo para que acadêmicos (políticos e/ou intelectuais) desejem fazer isso é crucial. Mesmo que isso não garanta um consenso sobre a historiografia das RI, ela poderia ao menos fornecer uma via para admitir e documentar alguns dos erros inerentes ao que atualmente serve como historiografia das RI e dar voz às contribuições anteriormente ignoradas que poderiam ajudar a fornecer um robusto e qualificado relato da história da disciplina. Mais importante ainda, a necessidade de a África aproveitar esta revisão para dar uma contribuição específica no campo da RI, refletindo as suas experiências e eventos, que já haviam começado com a teoria pós-colonial, no processo de reorientação do campo de RI preocupa a penúltima seção do artigo, enquanto a última seção traz uma conclusão.

RI como uma Ciência Social estadunidense?

Um dos clichês das RI é o das “RI como uma Ciência Social estadunidense” de Stanley Hoffman. Embora a primeira cátedra de RI tenha sido concedida em Aberystwyth, no País de Gales, Reino Unido, em 1919, “foi nos

Estados Unidos que as relações internacionais se tornaram uma disciplina” antes e mais profundamente depois da Segunda Guerra Mundial, segundo Hoffmann (1977, 42). Foi nos Estados Unidos que “a política externa foi [primeiro] colocada sob pesos e contrapesos domésticos, [e] não conhecia nenhuma classe profissional e pouco respeitava as regras e rituais dos poucos afortunados europeus iniciados” (Hoffmann 1977, 43). A essa altura, os Estados Unidos haviam se desenvolvido como uma sociedade relativamente democrática, com intelectuais vindos de diferentes esferas da vida estabelecendo-se nos EUA. Posteriormente, “a convergência de predisposições intelectuais, circunstâncias políticas e oportunidades institucionais”, a disciplina e a profissão de especialistas em RI são predominantemente estadunidenses (Hoffmann 1977, 45-46). Baseando-se na natureza de uma ciência precisa da política, dada a metodologia empírica que ganhou terreno nas ciências sociais estadunidenses, bem como a necessidade de explicar eventos e guerras anteriores, incluindo a ascensão e a proeminência global dos EUA após a Segunda Guerra Mundial, estadunidenses autoidentificados como acadêmicos de RI definiram o tom que levou ao desenvolvimento de um campo de ciências sociais de RI. Esses estudiosos não apenas desenvolveram um campo que justificou a busca dos líderes estadunidenses por um engajamento mais profundo em assuntos mundiais, em um ambiente incipiente, talvez bem elaborado, da Guerra Fria que eles haviam moldado, mas também forneceram racionalizações para reunir apoio público em torno desses líderes na busca e aquisição de interesses nacionais e poder estatal (Booth 1997). Claramente, as condições internas, dentro da disciplina, e os contextos externos trabalharam em conjunto para desenvolver uma ciência social de RI nos EUA, dando-lhe alguma influência e, posteriormente, status hegemônica em todo o mundo.

Apenas poucos historiógrafos de RI acham essa afirmação, ou a forma como Hoffman a apresenta, controversa. Embora eles acreditem que houve RI em outros lugares, especialmente na Europa, onde muitas vezes nos referimos ao sistema estatal como eurocêntrico e o estudo sistemático do comportamento desses atores existia antes dos estadunidenses estudarem RI (Watson 1992; Buzan & Little 2000; Bull e Watson 1984), muitos acadêmicos afirmam que Hoffman apresentou um relato brilhante da hegemonia e supremacia estadunidense na disciplina de RI. Por exemplo, Schmidt afirma que, apesar da influência de muitos estudiosos de RI nascidos na Europa, a disciplina evoluiu para uma ciência social estadunidense (Schmidt 2013). Duncan Bell (2009, 4) postula que os Estados Unidos e seus pesquisadores têm atuado como centro de gravidade na chamada evolução e desenvolvimento da disciplina de RI, sugerindo que os estadunidenses contribuíram para o desenvolvimento do campo e permaneceram hegemônicos dentro dele.

Sem contestar essa afirmação, mesmo que ele tenha desafiado a sociologia de tal disciplina não tão internacional, Waeber (1998) fornece a razão para tal domínio. Segundo ele, a reflexão das RI sobre seu desenvolvimento e progresso faz com que as RI convencionais se integrem entusiasticamente a teorias peculiares aos Estados Unidos, que são ainda mais atrativas devido aos ideais distintamente norte-americanos da ciência social, especialmente a necessidade de um estudo “objetivo” da política internacional. De acordo com Waeber (1998), os *insights* brilhantes e convincentes de Hoffmann sobre o motivo pelo qual as RI emergiram como uma disciplina em suas dimensões totais nos Estados Unidos, explicam por que ela tomou a forma que tomou, muitas vezes dando o tom para outros no campo seguirem.

Assim, pode-se ver, como Schmidt (2013, 5) acredita que “presentismo, que envolve a prática de escrever uma história do campo com o propósito de fazer um ponto sobre seu caráter atual” e “contextualismo, que assume que eventos exógenos no reino da política internacional estruturaram fundamentalmente o desenvolvimento histórico das RI como um campo de estudo acadêmico”. Consequentemente, o contextualismo, ou a interpretação dos escritores de RI estadunidenses dos principais eventos mundiais e mudanças significativas nos Estados Unidos, incluindo opções e direções da política externa dos EUA, tornou-se diretamente responsável pela ascensão e queda de diferentes teorias, metodologias e áreas de foco no campo. Enquanto a natureza cumulativa do conhecimento impulsionou essas teorias posteriormente, fornecendo justificativas para o seu desenvolvimento, Estados com poder após os grandes eventos, como as Guerras Mundiais, apenas empregaram o desenvolvimento de uma disciplina para formar conhecimento sobre questões globais. Esse padrão, que não era de modo algum diferente dos processos pelos quais o poder europeu da era pré-americana assumiu o curso da universalização de suas ideias e do estabelecimento de seu domínio, permitiu-lhes ilustrar o que consideraram como problemas globais de acordo com seus pontos de vista (Seth 2011, 170).

Quando o que se tornaram as teorias dominantes de RI (Idealismo e Realismo), que surgiram entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, se desenvolveram, esses Estados e seus pensadores fizeram um balanço desses desenvolvimentos no mundo, decidindo, assim, tanto a identidade quanto as preocupações das RI. Foi só depois da Segunda Guerra Mundial, e durante a Guerra Fria em particular, que essas teorias se desenvolveram muito mais, dominando a paisagem do campo e fornecendo *insights* aos cientistas sociais e praticantes da ciência da política internacional³. Os pensamentos originais

3 Kenneth Waltz foi particularmente relevante a este respeito. Seu texto seminal, *Theory of International Politics*, tornou-se influente na construção de uma ciência de política internacional

das RI imitavam os escritos em Filosofia, História, Ciência Política e Direito Internacional, mas muito menos os de Economia. O desejo de ter sua própria ciência e de se encontrar com a metodologia das ciências sociais como na Economia resultou na adoção de seu método “científico”. Claramente, os especialistas em RI anteriores à publicação dos escritores estadunidenses consideraram a teorização dessa forma específica como algo garantido e apenas fizeram um balanço dos eventos “mundiais” como se estivessem documentando a história, professando soluções que consideravam adequadas com relação às mesmas questões das causas da guerra e da natureza do homem dentro do sistema internacional que os realistas norte-americanos identificaram. Se os progenitores da escola inglesa de RI, que agora se foram rotulados como “utópicos”, fossem de algum modo relevantes, então não é de surpreender que as RI, nesse ponto, apenas tenham procurado resolver problemas (inter) nacionais específicos de uma perspectiva particular.

Consequentemente, adotando primeiramente métodos explicativos usados na história e na filosofia e mais tarde adotando os métodos científicos (naturais), as RI, que tentaram entender a natureza da política internacional entre os Estados, chegaram a um amadurecimento inevitável e desejável para muitos escritores estadunidenses no campo de estudo das ciências sociais. Este foi o processo de profissionalização e subsequente endurecimento das RI imediatamente após a Primeira Guerra Mundial, bem como durante os anos entreguerras, por pensadores liberais, mas mais firmemente depois por realistas e cientistas no mundo pós-1945. Na época em que o Realismo oferecia o que parecia um consenso na florescente disciplina de RI, havia também as contribuições de liberais no período entre guerras, as quais o Realismo redefiniu cuidadosamente para refletir o utopismo, estabelecendo o primeiro debate que daria legitimidade ao nascimento de uma disciplina. Esta reflexão realista cuidadosamente trabalhada do campo iria lançá-los contra os idealistas no que se tornou popularizado como o primeiro grande debate. O “triunfo” dos realistas lançou-os contra os cientistas (behavioristas) no segundo debate. A história seguiu para mostrar como tradicionalistas e pós-modernistas também se engajaram em um terceiro debate. Enquanto o terceiro debate criou um campo de estudos de RI que é de natureza pluralista, ele é significativo na medida em que destaca a quantidade de desenvolvimentos que o campo experimentou desde o período de sua primeira cátedra estabelecida em Aberystwyth. Isso é significativo, pois uma das notáveis características e, claro, fraquezas da versão popular dos debates é o desejo de que o campo adquira um status científico. Consequentemente, em vez de medir o progresso no sentido paradigmático kuhniano, os avanços em RI assumiram a forma de teorias anteriores desafiadoras, não revolucionárias, e

fornecedoras de alternativas de acordo com os contextos. Essa busca por RI científicas, no entanto, prejudicou muitas questões que contribuíram para a evolução das RI e colocou as teorias de RI em agrupamentos de “paradigmas”.

As RI não são necessariamente uma ciência social estadunidense, a influência dos EUA apenas permanece permanente no campo. Evidências, incluindo as duas razões para a influência estadunidense no campo - sua teoria *mainstream*, o Realismo, bem como a versão mítica da historiografia das RI fornecida por esses estudiosos - são justificativas suficientes para o domínio dos norte-americanos. Esta abordagem não foi adotada apenas na escrita da historiografia das RI, mas também por estadistas em outros países, cujas políticas são projetadas para construir e refletir uma academia de RI estadunidense, alguns deles imitando as políticas dos líderes norte-americanos. No entanto, pode-se dizer que, embora as RI sejam uma disciplina que se desenvolveu e se beneficiou das evoluções nas ciências sociais, seu crescente apelo aos impulsos governamentais e acadêmicos para atender às expectativas do governo e dos patrocinadores nos EUA, mais do que em qualquer outro lugar, permanece um ponto de referência ao pensar sobre a evolução das RI. Deve-se ter em mente que a dominância estadunidense na historiografia das RI não poderia ter sido diferente, especialmente dada a circunstância acima. A influência colossal e autoritária dos EUA sobre a maioria das partes e sobre a presença quase total em questões globais após a Segunda Guerra Mundial colocou o país e seus acadêmicos de RI no cenário mundial, como o cerne do pensamento, escrita e prática dentro do campo. Muitos campos de estudo acadêmicos nas ciências sociais estadunidenses, incluindo Economia e Ciência Política, parecem se beneficiar também desse alcance e influência dominantes.

Embora as justificativas fornecidas para a hegemonia dos EUA nas RI possam parecer simplificar a historiografia das RI, elas oferecem *insights* para apreender como a historiografia das RI continua sendo contada do jeito que é e como ela se tornou um modelo para regiões fora dos Estados Unidos. O paradoxo aparente do exposto acima é que a interpretação da historiografia das RI através do prisma norte-americano é um mito para o resto do mundo, mas é a realidade dos EUA, representando como os estadunidenses, na política estatal e em níveis teóricos, entendiam o mundo e estudavam as RI. Portanto, mesmo que a narrativa popular da evolução das RI seja uma história mítica dos grandes debates, os especialistas em RI, a maioria dos quais cientistas políticos e domiciliados nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, foram absorvidos com o desenvolvimento de um campo de estudo semelhante àqueles já firmemente desenvolvidos nas ciências sociais estadunidenses. Além disso, os contextos sociais e políticos, especialmente os desenvolvimentos em todo o mundo, e a necessidade de atender às demandas da audiência, incluindo os

praticantes de políticas e estudiosos, impulsionaram o florescimento de um campo que já estava evoluindo. Como o relato preferido do consenso do pós-guerra foi orientado por eventos, as principais teorias de RI, especialmente o Realismo, oferecem uma explicação do evento mundial através das lentes da natureza do homem e do Estado dentro da estrutura de uma sociedade anárquica. O fato de que as recompensas, em termos do patrocínio, seguiram as pesquisas realistas permitiu o avanço deste tipo de pesquisas. “O Realismo foi duplamente favorecido: não apenas se beneficiou da mesma infraestrutura de pesquisa, mas também sua postura teórica se encaixa com a ênfase renovada do governo no compromisso internacional e em tratar das ameaças soviéticas” (Kahler 1997, 28). Isto é uma ciência de RI estadunidense. Embora para vários historiadores de RI isto não seja nada além da disciplina de RI norte-americana (definindo a mitologia, coerentemente, elegantemente e eloquentemente apresentada), serviu ao seu propósito transmitindo ao mundo um tipo particular de conhecimento e visões do “eu” estadunidense, da sua erudição, sociedade e interpretação do mundo. É uma história diferente que desempenha várias funções de legitimação, classificando o Realismo e a subsequente curva behaviorista como produtos do progresso intelectual e consignando outros ao lixo da história; essa foi a peculiaridade das RI estadunidenses. Como Bell (2009, 5) argumenta, esse mito tem sido o motor da construção da identidade, ajudando a marcar e policiar os limites da disciplina, bem como moldar a autocompreensão dos estudiosos. Como não é toda a historiografia das RI, ela deve ser vista do seu ponto de vista limitado. É talvez para este tipo de apropriação que Bell (2009, 4) apela para o estudo das “histórias do global”, em que se pode estudar de forma diferente as histórias “das múltiplas formas em que a política global (ou aspectos dela) foi conceitualizada por via de uma variedade de espaços institucionais, incluindo universidades, laboratórios de pesquisa, *think tanks*, fundações filantrópicas e agências governamentais”.

Uma visão sobre a deificação do modelo disciplinar norte-americano por pesquisadores em outras partes do mundo é menos explorada. Para obter uma explicação regional da historiografia das RI não necessariamente incluída na história das RI, me volto ao desenvolvimento institucional das RI na África na próxima seção (Vitalis 2005, 160-161).

A África e a Historiografia das RI

Nesta seção, examino o que se pode referir como contribuição da África para a história das RI, a historiografia das RI africanas, por falta de uma fraseologia melhor. Começo com duas advertências. Primeiro, é apropriado afirmar

previamente que este artigo não pode capturar toda a gama de experiências africanas com o mundo externo já que as RI ou a escrita de sua história é enorme e tal exercício é quase impraticável se não for inimaginavelmente vasto para ser capturado em um trabalho tão curto. Mais ainda, a África e os estudos africanos sobre o mundo não são um monólito; tem histórias e sociedades profundas e complexas, relações, dimensões e escritos muito vastos e complexos para a representação aqui. Eu meramente identifico e abordo muito pouco dos destaques das contribuições dos africanos à historiografia e disciplina de RI com referência a acadêmicos e trabalhos que se identificam como escritores de RI, afiliação institucional, instituições estabelecidas e financiadas pelo governo e outras características cognatas que delineiam uma disciplina profissional. Embora o trabalho seja sobre a historiografia das RI na África, recorro à minha experiência pessoal como pesquisador africano, interações com colegas e evidências da literatura para fazer minha afirmação. O estudo também se baseia em grande parte no exemplo nigeriano, embora a maioria das questões reflita as instâncias africanas e ressoe de modo geral.

Segundo, acredito que é importante pensar sobre este tipo de esforço afirmando que é difícil, se não impossível, imaginar a historiografia das RI africanas fora da história da África. A África é uma região cuja história e lugar na escala sociocultural, econômica e política do mundo definem os interesses de seus estudiosos, sua compreensão dos assuntos mundiais, sua abordagem e disposição em relação à disciplina e o tipo de contribuições que fizeram para o desenvolvimento do campo; da mesma forma que esses fatores influenciam os formuladores de políticas africanos. É, portanto, importante compreender e afirmar que, embora os africanos contribuam para as relações internacionais em geral, mesmo no período do estabelecimento formal da primeira cátedra de RI em Aberystwyth, e a origem das instituições acadêmicas que estudam no Ocidente na década anterior, os Estados africanos ainda não eram atores independentes estudando as RI. Os Estados não eram nem independentes, capazes de tomar suas próprias decisões diplomáticas em relação aos outros por conta própria, no sentido do Sistema de Estados de Vestfália, nem seus acadêmicos “produzindo” um pensamento independente sobre o mundo a partir de instituições africanas. É suficiente dizer, no entanto, que embora muitos países africanos estivessem sob o domínio colonial na primeira metade do século XX, os africanos estavam cientes da política internacional em jogo globalmente e nas relações internacionais em geral, uma vez que isso afetava seu pensamento sobre os status dos seus Estados. Eles perceberam que seus “países” e situação estavam ligados a potências e eventos fora da África, daí o nascimento de movimentos de libertação impulsionados por escritos sobre o sofrimento das colônias e os males do colonialismo durante

este período. Estes escritos tornaram-se precursores para as agitações nacionalistas subsequentes na África⁴. É importante reiterar que, embora isso não sugira que o pensamento não fizesse parte das sociedades africanas, pensar sobre e conhecer as RI como disciplina é não documentado.

A academia de RI começaria formalmente na África cerca de quatro décadas depois da primeira cátedra formal em Aberystwyth, quando alguns países africanos se tornaram independentes ou à beira de, e começaram a estabelecer universidades e instituições de pesquisa para estudar como perseguir as políticas externas de seus vários Estados e outras questões relacionadas aos assuntos internacionais em seus países. A Nigéria assumiu a liderança em 1956, poucos anos antes de sua independência, quando o governo autônomo pré-independente apresentou uma série de medidas políticas ao parlamento para formar futuros diplomatas nigerianos (Aluko 1987). Líderes nigerianos emergentes interessados no mundo lá fora, que inicialmente adotaram uma abordagem sublime das relações internacionais, mantendo uma postura pró-britânica e ocidental, procuraram entender os assuntos internacionais treinando pessoal diplomático para este trabalho. Enquanto isso, nigerianos haviam estudado Relações Internacionais até o nível de doutorado em universidades norte-americanas e britânicas. Logo após a independência, quando o governo estabeleceu o Instituto Nigeriano de Assuntos Internacionais (NIIA⁵) em 1961, um deles, Lawrence A. Fabunmi, que havia estudado História, mas cuja tese era intitulada *The Sudan in Anglo-Egyptian Relations: A Case of Power Politics, 1900-1956* foi um exemplo de uma exploração realista clássica, tornou-se o primeiro diretor do NIIA. Fabunmi é fruto da Universidade de Londres. Como uma instituição de pesquisa, as tarefas centrais do NIIA giram em torno de fornecer orientação sobre política externa para o governo nigeriano e pesquisar relações internacionais em geral, bem como atuar como um *think tank* para o então Escritório do Exterior e da *Commonwealth*, mais tarde conhecido como Ministério das Relações Externas, e agora Ministério das Relações Exteriores⁶.

Mais tarde, em 1977, a Universidade de Ife, fundada anteriormente em 1962 pelo governo regional da Nigéria Ocidental, criou a primeira cátedra em Relações Internacionais na África sob a Faculdade de Administração

4 Apesar de muitos dos primeiros escritores sobre África serem negros nos EUA, seus escritos não eram conhecidos como escritos de RI. Eles, no entanto, ajudaram a agitar nacionalismos na África. Escritores como W. E. B. Du Bois (Sociólogo e Historiador) e Marcus Garvey (Jornalista) são notáveis entre outros.

5 Do inglês, *Nigerian Institute of International Affairs*.

6 Apesar de terem funções levemente dissimilares, o NIIA copia o Instituto Real de Assuntos Internacionais (*Royal Institute of International Affairs*).

depois de esta ter desenvolvido e dirigido cursos de graduação e pós-graduação em RI⁷. A UNIFE, como era chamada na época, produziu o professor Olajide Aluko, primeiro professor de Relações Internacionais da África Subsaariana, e um conjunto de estudiosos vibrantes cujos trabalhos eram exclusivamente de RI⁸. Embora o departamento fizesse parte do estabelecimento do Instituto de Administração em 1963, anteriormente criado na Universidade de Ibadan antes de se mudar para seu local permanente em Ile-Ife em 1966, o departamento não obteve status autônomo até 1970. Desde cerca de 1970, após o fim da guerra civil (1967-1970) e com o desejo do governo nigeriano de buscar uma política externa eficaz, Ife promoveu programas profissionais e de certificação para o pessoal do departamento de relações exteriores. Sua equipe acadêmica, com cerca de quinze membros, que haviam obtido doutorados em Ciências Políticas e Relações Internacionais pela *London School of Economics and Political Science* e por universidades britânicas e estadunidenses, publicou livros e artigos de periódicos sobre a Nigéria e seus vizinhos, questões de política externa e contribuiu essencialmente com perspectivas africanas para assuntos internacionais. Logo depois, a Universidade Amhadu Bello, Zaria (ABU), fundou o Departamento de Ciência Política e Estudos Internacionais em 1976, depois de ser anteriormente conhecido como o Departamento de Governo desde 1967.

Enquanto a Universidade de Ibadan (uma afiliada da Universidade de Londres e a primeira universidade da Nigéria fundada em 1948) e a Universidade da Nigéria, Nsukka (fundada em 1960) ofereciam cursos como governo comparativo, política externa das grandes potências e Estados africanos sob o curso de Ciência Política, elas não ofereciam RI como uma disciplina separada (Aluko 1987, 314). Em outros países africanos, como Egito, Quênia, África do Sul e Tanzânia, departamentos como o Departamento de Ciência Política da Universidade do Cairo, o Instituto de Diplomacia e Estudos Internacionais (IDIS), o Departamento de Governo da Universidade de Nairobi e os Departamentos de Governo, Ciência Política ou Estudos Liberais, respectivamente, envolvem-se na academia relacionada às RI. Estudiosos eruditos como os egípcios Boutros Ghali e Samir Amin, o queniano Ali Mazrui, os nigerianos

7 Embora vários departamentos que se identificam com as Relações Internacionais tenham surgido desde então na Nigéria, a maioria deles se enquadra na História, Ciência Política ou como Departamentos de Estudos Diplomáticos e Internacionais. Apenas poucas universidades nigerianas estudam e se identificam como de Relações Internacionais, como Ife (hoje Universidade Obafemi Awolowo, Ile-Ife desde 1987).

8 Devido aos trabalhos destes pesquisadores, eles ficaram conhecidos como a Escola de RI de Ife. Eles incluem Aluko, J. B. Ojo, Oye Ogunbadejo, Olusola Ojo, Amadu Sesay, Ralph Onwuka, Amechi Okolo, Orobola Fasehun e Layi Abegunrin entre vários outros.

Adele Jinadu, Claude Ake e Segun Osoba, muitos dos quais se identificam como cientistas políticos, estavam entre os acadêmicos notavelmente conhecidos que contribuíram para a apreensão e análise dos assuntos mundiais e o estudo de RI (Ofuho 2009, 73; Schoeman 2009).

Enquanto se pode dizer que os escritores africanos de RI, focados em fazer contribuições relacionadas às relações e práticas diplomáticas, e as políticas externas de seus respectivos países, suas contribuições foram mais relevantes dando sentido às RI pela África do que participando dos principais debates dentro do campo. Embora a Guerra Fria tenha fornecido o contexto para suas análises, eles refletiram mais sobre o lugar da África no mundo e se engajaram com este contexto para melhorar a compreensão das realidades existenciais africanas, algumas relacionadas às questões que os cientistas políticos e historiadores africanos estavam preocupados havia tempo, ao invés de se envolver de maneira discursiva por meio do desenvolvimento teórico e disciplinar. Ainda que não tenham consenso em suas visões da África, abordando-a de diversas perspectivas, eles direcionaram suas pesquisas sobre a África e o mundo e não como parte do mundo dos debates acadêmicos em curso no Ocidente. Aqueles que se autodeclararam como acadêmicos de RI africanos não abordaram a disciplina pelo padrão seguido entre as diferentes escolas de pensamento, como entre Idealismo e Realismo, fornecendo uma teoria diferente, ou na forma de locais institucionais e nacionais, como foi o caso entre RI nos EUA e RI no Reino Unido.

No entanto, existem pelo menos duas maneiras de apreender a historiografia das RI africanas. Primeiro, eles forneceram esclarecimento definicional ou conceitual de uma maneira que tenta estabelecer o limite entre as RI como disciplina e outras disciplinas que tentam estudar o que elas estudam. Os primeiros estudiosos africanos de RI não estavam em dúvida sobre a ofuscação de definições predominante na disciplina (Brown 1997). Eles também estavam cientes da influência que campos como História e Ciência Política exerciam e poderiam exercer sobre as RI. Isso é de fato necessário para o financiamento do governo, uma vez que as RI parecem ter mais relevância para as políticas e programas do governo e ganharam mais financiamento e atenção do governo do que a Ciência Política. Mais ainda, os estudiosos de RI estabeleceram a Sociedade Nigeriana de Assuntos Internacionais (Jinadu 1987). Por último, a definição é útil à luz da confusão entre as relações internacionais como todas as formas de interações entre vários atores no cenário mundial e na política internacional como sinônimo que significa ou tais interações, ou o tema do sujeito ou aspectos das relações internacionais, comumente confundidos, principalmente por escritores norte-americanos. Por estas razões, os primeiros acadêmicos africanos de

RI refletiram sobre a confusão definicional e conceitual e deram significado às RI como disciplina, focalizando o que deveria constituir seu objeto; RI deve ser sobre a política das relações internacionais (Aluko 1987, 312). Para este fim, Aluko (1987) define RI como o campo que estuda a política dentro de “todas as formas de laços através das fronteiras nacionais, variando de político-diplomático, securitário-militar e econômico-desenvolvimentista até sociocultural”, enquanto a política internacional, um conceito relacional para RI, “refere-se especificamente aos aspectos políticos de tais relações”. Para Ofuho (2009, 71), esta definição não é apenas um “primeiro passo para tornar a academia de RI mais inclusiva e verdadeiramente ‘internacional’”, mas crucial para analisar a evolução, o desenvolvimento e a dinâmica da disciplina nas relações com a África.

Em segundo lugar, os africanos abordam questões de RI, principalmente as que lhes dizem respeito no mundo, seja através dos prismas convencionais ou através de perspectivas alternativas, ainda que usando, em ambos os casos, situações empíricas africanas para testar teorias ocidentais ou importadas a fim de aliar-se com essas teorias ou desafiá-las, bem como suas epistemologias e metodologias. Embora isto sugira que os acadêmicos africanos de RI refletissem menos sobre a sociologia da disciplina, não fazendo qualquer contribuição teórica e sem qualquer forma de avaliação do modelo da disciplina, eles copiam os pensamentos existentes, acreditando que sejam provenientes de uma disciplina já estabelecida para interpretar as RI africanas. Este pensamento sustentou a adoção e adaptação das RI, uma ciência social estadunidense, e do Realismo, teoria norte-americana, por muitos estudiosos africanos de RI. Foi com base nisso que eles adotaram “*establishments* de RI” dos EUA para projetar sua agenda de pesquisa, seus currículos universitários e suas políticas externas. Para esses estudiosos, RI não foi apenas uma disciplina cujo estudo se originou em Vestfália, na Primeira e na Segunda Guerras Mundiais, foi uma disciplina cuja essência os pesquisadores africanos presumiram ser adequadamente resolvida, por meio da qual o que se torna necessário é interrogar a África a partir dessas perspectivas (Ofuho 2009, 76). Um dos pioneiros das RI em Ife é da opinião de que “tanto os tons teóricos quanto os práticos relativos às RI na África são estabelecidos fora do continente. Pesquisadores africanos de RI meramente adaptam-nas para encaixar-se à realidade africana. Africanos, de forma geral, não construíram teorias ou criaram muitos teóricos de RI. Apenas poucos podem realmente identificar-se como teóricos ou teóricos de RI. Nossas contribuições não são sobre teorias, mas sobre a resposta e adaptação de teorias existentes às realidades africanas. Fazemos isso a partir de uma perspectiva africana” (Ojo 2017).

Não é de admirar, então, que os africanos que fazem RI sejam dependentes do Realismo, do Marxismo, dos níveis de análise e de outras abordagens desenvolvidas principalmente nos EUA e na Europa para estudar RI e analisar as políticas externas de seus respectivos países. Um bom exemplo que ilustra esse ponto é como escritores nigerianos, copiando autores estadunidenses e suas visões do papel dos Estados Unidos no continente americano, descreveram a Nigéria como tendo um destino manifesto e uma missão histórica. Para eles, a Nigéria está destinada a liderar a África e a raça negra e deve adquirir poder militar e econômico para poder fazê-lo. Eles também descreveram a Nigéria como tendo três círculos concêntricos de política externa, para os quais a África é a peça central, baseada no autointeresse esclarecido da Nigéria (Olusanya e Akindele 1986). Da mesma forma, o ministro de Relações Exteriores da Nigéria, Bolaji Akinyemi, em consonância com o raciocínio realista predominante na época, levou a Nigéria a convocar o Concerto das Potências Médias em 1987. Essa influência é significativa, pois mesmo quando os pesquisadores africanos não se inscrevem ideológica e teoricamente em determinadas orientações norte-americanas ou ocidentais, eles inspiram-se nelas para analisar a África e suas RI. Um exemplo é um livro escrito para descrever as “falhas” de um país como potência hegemônica, depois que estudiosos realistas anteriores descrevem a Nigéria como portadora de um destino manifesto. Adekeye Adebajo e Abdul Rauf Mustapha, autores que não são necessariamente realistas por inclinação, escreveram *Gulliver's Troubles: Nigeria's Foreign Policy after the Cold War* em 2008. O livro deles segue o exemplo de *Gulliver's Troubles, or the Setting of American Foreign Policy*, de Stanley Hoffmann, publicado em 1968, escrito exatamente quarenta anos antes do de Adebajo e Mustapha. No entanto, isso não quer dizer que os acadêmicos de RI africanos não tenham trazido distinção, engenhosidade e estilo para a academia, o ponto é que existem semelhanças observáveis em termos de como eles conduzem a pesquisa de RI na África.

Onde estudiosos africanos não adotam e adaptam ideias ocidentais dominantes para representar as RI africanas, eles tomam emprestadas teorias alternativas ocidentais, como o Marxismo, ou importam teorias de outros países em desenvolvimento, como a teoria de dependência de Immanuel Wallerstein da América Latina, para explicar as RI africanas. Os estudiosos desta categoria não se limitam a ressentir-se da ancestralidade colonial dos Estados africanos, mas acreditam que os constructos teóricos dominantes, como o Realismo e o Liberalismo, privilegiam as grandes potências e as forças externas que ainda estão em jogo na África. Preocupados em explicar problemas socioeconômicos africanos, estudiosos com essa escola de pensamento pegaram emprestadas a análise de classe de Marx e a exposição de Wallerstein da dependência dos países em desenvolvimento aos países desenvolvidos

dentro de um sistema mundo distorcido para contribuir para os debates Norte-Sul em RI. Estes pensadores críticos africanos, que destacam o papel dos constrangimentos externos sobre a posição africana, recebem críticas por serem excessivamente focados externamente, deixando de lado a forma como as dinâmicas internas constituem as principais causas da situação africana. Há também um sentido em que, embora a maioria desses escritores sejam altamente cerebrais, eles podem acostumar-se a refazer e reciclar elegantemente os argumentos teóricos a que eles subscrevem ao analisar as RI da África⁹. Novamente, como os adeptos africanos do Realismo, eles retrocedem variantes das teorias ocidentais ao testar apenas as tendências empíricas das teorias existentes (Thakur 2015, 213).

RI na África Contemporânea: o que e como contribuir para a disciplina

Nesta seção, explorarei formas pelas quais os acadêmicos de RI africanos podem contribuir para o campo das RI. O fato de pertencerem ao sistema internacional não é menos razão para que isso seja levado a sério. Expresso aqui três preocupações: a devida atenção deve ser dada à falta de fontes de pesquisa que inibam a pesquisa de ponta na África; a exploração da história, particularmente a história da África, bem como seus eventos, é crucial para causar impactos nas RI; e o despertar e a ampliação da contribuição africana para a teoria pós-colonial não é, em nenhum outro momento, mais urgente do que agora.

Foi Olajide Aluko (1987) quem primeiro identificou o problema de recursos de pesquisa inadequados para os pesquisadores de RI africanos trabalharem. Financiamento inadequado do governo e do setor privado para pesquisa no campo, a falta de acesso a dados valiosos (a maioria dos documentos oficiais da política é inacessível ou segredo oficial do Estado) e a ausência de sinergia, ou talvez, como ele coloca, rivalidade entre os pesquisadores e aqueles envolvidos nos assuntos externos africanos dificultam a pesquisa mesmo nos anos 1980 (Aluko 1987, 316)¹⁰. Se este foi o caso nos anos 1980, os problemas aumentaram exponencialmente nos anos 2000. Com exceção

9 Os estudiosos com quem interagi compartilham esta mesma visão. Para eles, a proliferação de trabalhos replicados pode ter a ver com benefícios pecuniários. A cultura de reconhecimento/promoção baseados no número de publicações é frequente na África

10 Akindele (2005, 62-63) menciona a ausência de sinergia entre o Ministério das Relações Exteriores e o NIAA.

da proliferação de universidades, a maioria das quais são empreendimentos educacionais privados, que é inversamente proporcional à qualidade da educação universitária em muitos países africanos, há uma abundância de falta de quase tudo que um século XXI deveria ter. De habilidosas, qualificadas e competentes mãos para pesquisas, financiamentos e doações para colaborações de pesquisa com outros para publicações acadêmicas recentes, entre outras, muitas universidades africanas estão atrás de suas equivalentes em outras partes do mundo. Muitas universidades africanas de ponta são sombras de si próprias em termos de infraestrutura física, enquanto compromissos intelectuais como programas de intercâmbio, *workshops*, seminários e assuntos relacionados com tópicos nacionais e globais, que foram vibrantes nas primeiras décadas de independência até finais dos anos 1980, desapareceram na maioria das universidades. Como é possível que uma universidade cujas instalações são apenas alguns edifícios, poucos funcionários, a maioria dos quais são recrutados em uma base *ad hoc* para passar os exercícios de acreditação de universidades africanas, se comportem como as universidades da década de 1980?

O problema com o estudo e a prática de RI na África é a falta de infraestrutura em todas as universidades. Este problema penetrou na África sob a política neoliberal do Programa de Ajuste Estrutural nas décadas de 1980 e 1990. Muitos países africanos não se recuperaram da política que priorizava a reversão do Estado na provisão de serviços essenciais, incluindo educação, saúde e outros serviços sociais essenciais, e permitia que as forças do mercado determinassem serviço/produto e preço e, conseqüentemente, produzissem eficiência. Como pontuei acima, é imprudente esperar tanto das universidades privadas, porque são principalmente elas que se envolvem nas práticas descritas acima. As universidades privadas não apenas falharam em fornecer alternativas viáveis, como também restringiram o acesso à educação. Por parte dos governos africanos, a alocação orçamentária não é apenas pequena, ela também está sendo sistematicamente roubada pelos funcionários. Em um recente relatório da UNESCO, o setor de educação na África Subsaariana recebe, em média, apenas 5% de seu produto interno bruto (The Guardian 2011).

Enquanto estes problemas possam provavelmente persistir no futuro previsível, será difícil para os africanos criar teorias de RI. E, a ausência de uma forte base teórica da África limita o impacto que os africanos podem causar na disciplina. Isso está ligado ao fato de que, embora os africanos interajam continuamente, mergulhando mais fundo nos assuntos mundiais com a esperança de melhorar sua situação, seus formuladores de políticas provavelmente não terão ideias claras sobre a melhor maneira de se relacio-

nar com o mundo em seus próprios termos e de seu próprio ponto de vista teórico. Isso tem enormes e duplos efeitos sobre os acadêmicos africanos de RI, cuja interação com a literatura sobre RI é através de prismas ocidentalmente orientados, mas a maioria dessas teorias com que os africanos se envolvem é antiquada. Por outro lado, formuladores de políticas permanecem como que navegando por um mundo realista anárquico sem uma bússola. A proliferação de instituições que estudam RI na África não fará diferença e os pensadores não forem preparados para desenvolver ideias originais. A menos que os pensadores da RI africanos façam contribuições teóricas, eles podem continuar a desempenhar papéis marginais, isto é, se desempenharem algum papel que seja, na disciplina, da mesma forma que os Estados africanos não influenciariam os assuntos do mundo a seu favor se não olhassem para dentro de si mesmos para a solução de seus problemas. É importante afirmar categoricamente que o problema não é de falta de recursos, mas de compromisso e vontade de buscar ideias criativas e uma academia voltada para o benefício da humanidade. Em outras palavras, é crucial que o Estado leve a educação como uma prioridade e aborde alguns dos desafios já conhecidos.

Se os governos africanos parecerem desamparados ou permanecerem irresponsáveis, como muitos têm sido ao longo dos anos, os acadêmicos devem desistir? Minha resposta é não! O restante desta seção examina como acadêmicos de RI africanos podem contribuir para discursos, teorias e desenvolvimento de RI não apenas de uma perspectiva africana, mas de uma forte visão teórica. Primeiro, acadêmicos africanos de Relações Internacionais podem explorar o estudo da História como uma disciplina, bem como a história e os eventos na África, para causar impactos inovadores nas RI. Uma das principais lições que as RI como um campo ensinaram é sua natureza eclética; as RI aproveitam-se de aspectos da História, Ciência Política, Direito Internacional, Economia, Geografia e Sociologia e assim por diante. De todos esses campos estabelecidos, a História como disciplina é particularmente importante para o estudo das RI por acadêmicos africanos, porque é um relato detalhado do passado, em que os contextos que cercam todos os outros assuntos podem ser descobertos. A história é crucial, pois “há pouca razão para acreditar que o estado atual da evidência histórica e do julgamento é definitivo ou final” (Smith 1999, 4). Isto refere-se ao agregado de eventos passados em geral, ou à série de eventos relacionados a um lugar, pessoa, cultura, mentalidade etc. específicos. Mas a história também se refere a tentativas de representar ou recriar esses passados. A história pode assumir forma de crônica, anais, narrativa, conto ou análise estatística. A história pode ajudar a interpretar “cultura e política com originalidade e talento” e desenterrar eventos obscuros. Para a África, isso é necessário porque, como

o Oriente, existem muitos preconceitos e mitos sobre o africano que o estudo da história pode dismantelar (Said 1979)¹¹.

Portanto, é importante que a disciplina de RI na África reflita e seja coerente com os “fatos no terreno”, já que eles são experiências de um espaço e tempo específicos. Além disso, embora existam eventos semelhantes aos que exigiram o surgimento da disciplina de RI no início do século XX na África, como os incidentes relevantes no continente, por exemplo na RDC, no Sudão, na Somália, na Etiópia, na Eritreia, entre outros, esses eventos ainda estão por receber o significado que merecem por parte dos estudiosos de RI africanos (Ofuho 2009, 77). É muito claro que os eventos na África podem ser utilizados para fins de generalizações, bem como hipóteses e construção de teorias, ou destacar os papéis de estruturas e agência na criação de um continente africano moderno. É tão peculiar quanto a África é do resto do mundo que suas teorias devem beber de suas experiências e realidades únicas para desenvolver estas teorias ou destacar pesquisas exploratórias dentro das RI, de maneira que explique essas peculiaridades, bem como áreas de convergência ou hibridismo com o resto do mundo. A escravidão na África, a experiência colonial, o processo de descolonização e o Estado pós-colonial são locais de dados brutos não quantificáveis. As ondas de terrorismo, violência, democratização e reformas são questões que têm o potencial de desafiar teorias e discursos dominantes sobre e da África, e da África em relação ao mundo. Já é tempo desses eventos ganharem um lugar de destaque nos esforços acadêmicos.

O segundo ponto, que ao mesmo tempo serve como uma instância do uso do colonialismo para desenvolver uma teoria já em RI, é a teoria pós-colonial. A teoria pós-colonial serve como um ponto de entrada viável e verdadeiro de engajamento para os acadêmicos africanos de Relações Internacionais. Embora a ideia de um ponto de entrada através da via da teoria pós-colonial não seja para sugerir que esta é a única via pela qual os estudiosos africanos das RI podem conhecer as RI a partir de uma perspectiva africana. A escolha de conhecer a África por via da perspectiva natural ou positivista é muito boa, pois permitiria que os acadêmicos africanos se engajassem no desenvolvimento de hipóteses, generalizações e engajamento na construção de teorias. Muitos casos africanos podem ser úteis nesse sentido. Uma alternativa é o uso crescente do método construtivista social, como o trabalho sociológico de Fanon, para fornecer uma ampla gama de pesquisas exploratórias sobre a natureza constitutiva dos eventos na África. Este é um verdadeiro caminho para muitos pesquisadores africanos de RI interessados em conhecer as RI. Além disso, um benefício a não ser retirado da teoria

11 O trabalho de Said (1979) na desconstrução de tal percepção do Oriente Médio.

crítica é a sua capacidade de não “reconhecer os limites da disciplina”, mas de envolver extensivamente o estudo da política internacional a partir de diferentes pontos de vista, levando em conta a história, o contexto e a contingência “Afim, a política contemporânea do globo é examinada em uma ampla gama de campos, incluindo geografia, antropologia, sociologia, estudos culturais e direito internacional” (Zehfuss 2013, 146). A teoria pós-colonial como uma vertente da teoria crítica é ainda mais benéfica na medida em que aborda muitas áreas problemáticas, como as relativas à identidade, pobreza, subdesenvolvimento, guerras civis e assim por diante, que são ignoradas ou tomadas como certas pela teoria de resolução de problemas. Uma vez que o questionamento da validade do conhecimento produzido pelas teorias de resolução de problemas e como esse conhecimento surgiu está sendo examinado, a teoria crítica tem muito a oferecer aos estudiosos das RI na África para desempacotar suas contribuições.

O pós-colonialismo “analisa e desafia as complexas relações de poder entre o que é chamado de Norte (ou Oeste/Ocidente) e Sul” (Zehfuss 2013, 156). Além da aparente posição marginal da África, que torna tal perspectiva atraente, a necessidade de expor todas as formas e disfarces de insubordinação, exploração e marginalização torna tudo ainda mais relevante. “Os escritos pós-coloniais, trabalhando na junção de uma consciência aguçada dessa incompatibilidade empírica, por um lado, e com uma receptividade à virada linguística e aos *insights* pós-estruturalistas, por outro, foram especialmente abertos à ideia de que os conhecimentos podem servir para constituir os mundos que eles supostamente ‘representam’, ‘espelham’, ‘apresentam’ ou ‘retratam’” (Seth 2011, 181). A esse respeito, as obras de Fanon servem como exemplares de onde fazer extrações. Segundo Muppidi, (2009, 150) “se as Relações Internacionais são uma ‘ciência social estadunidense’, então Fanon fornece um ‘locus de enunciação’ particularmente diferente para a política internacional”. O “locus [de Fanon] fala para e pela maioria global, os ‘miseráveis da Terra’, que são rotineiramente, e muitas vezes rudemente, convocados para o conhecimento da política internacional por meio dos termos provinciais”. Muppidi (2009, 150) prossegue que a contribuição distintiva de Fanon, que é “falar significa estar em posição de usar uma certa sintaxe, para compreender a morfologia desta ou daquela linguagem, mas significa acima de tudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização”, traz para a imaginação colonizadora o peso das múltiplas formas de ser humano. É evidente que a teoria pós-colonial não é apenas uma alternativa às principais teorias de RI, incluindo Realismo, Liberalismo e Marxismo, mas muito mais nativa da África do que as teorias de dependência importadas para o continente na década de 1970.

Conclusão

Neste artigo, examinei o lugar da África na historiografia das RI. Defendo, em particular, que a África apenas imitou os estudos do “exterior”, particularmente os Estados Unidos, em como eles fazem RI. Enquanto o desafio às RI como uma ciência social estadunidense fornece uma via para se envolver mais amplamente nas discussões sobre o desenvolvimento da disciplina em RI, busco oferecer caminhos pelos quais isso pode ser feito. Em particular, faço referência à História e ao uso de eventos históricos e tópicos africanos como sendo locais de dados brutos que poderiam aumentar a capacidade de desenvolver teorias de RI orientadas para a África, como sua contribuição para a disciplina. Argumento ainda que a teoria pós-colonial usada na análise da questão do colonialismo e subordinação do Terceiro Mundo fornece um bom exemplo de como fazer tal contribuição.

De forma geral, uma das principais conclusões deste trabalho para a revisão das narrativas historiográficas das RI é que as RI alcançaram alguma medida de avanços acadêmicos e padrões, em que diferentes teorias exploram seu significado e interpretação da realidade. Isso é essencial para solidificar a robustez e o status das RI como uma disciplina autônoma dentro da ciência social. É crucial levar investigações e tentativas de entender a historiografia das RI seriamente, pois, embora as RI possam ter adquirido um status disciplinar autônomo, sua história é incompreensível sem levar em devida consideração os interesses e relações de poder que informaram como sua história apresentou-se. Também ajudará em saber como o conhecimento subsequentemente produzido ao longo dos anos moldou nosso mundo de uma maneira particular. Não podemos contribuir para a mudança do mundo sem nos engajarmos com essas perspectivas dominantes em detalhes. Curiosamente, os interesses e pesquisas na historiografia de RI têm florescido desde a década de 1990, sugerindo que há mais a ser descompactado e explicado em RI.

Por último, as RI têm se desenvolvido muito como uma disciplina autônoma, mas ela ainda é capaz de utilizar uma abordagem eclética para entender o mundo. Isto é ao mesmo tempo benéfico e desvantajoso. Quando essas ideias e conhecimentos externos expõem as realidades sociais de maneiras que aprimoram nossa compreensão, somos capazes de praticar melhor as RI teoricamente e em termos de políticas. No entanto, quando existe uma politização excessiva do conhecimento e o conhecimento serve a interesses privados, talvez comerciais, isto canaliza a disciplina na direção errada, às vezes excluindo oportunidades de alternativas. O desafio é que sempre é difícil distinguir a diferença entre um e outro em um mundo no qual os

acadêmicos estão sujeitos a influências institucionais, políticas e financeiras. No entanto, podemos pelo menos ser otimistas de que pode haver uma revisão de perspectivas e, uma vez que a história de um campo como as RI ou a pesquisa atual não é um exercício para chegar a um consenso, haverá alternativas e diferenças. As alternativas mostrariam, então, o que poderia ser feito melhor, mesmo quando também sabemos o que estamos fazendo agora, e como podemos alcançar uma teoria e um mundo normativos e éticos.

REFERÊNCIAS

- Akindele, R. A. 2005. "An Institutional Approach to Nigeria's Foreign Policy Formulation and Implementation: A Study of the Role of the Ministry of Foreign Affairs". In: Ogwu, U. Joy (Ed.), *New Horizons for Nigeria in World Affairs*. Lagos: NIIA.
- Aluko, Olajide. 1987. "The Study of International Relations in Nigeria", *Millennium Journal of International Studies*, Vol. 16, No. 2.
- Bell, Duncan. 2009. "Writing the World Disciplinary History and Beyond", *International Affairs*, Vol. 85, No. 1.
- Booth, Ken. 1997. "Security and Self: Reflections of a Fallen Realist". In: Krause, Keith e Michael C. Williams, *Critical Security Studies: Concepts and Cases*. Londres: University College London, pp.83-119.
- Brown, Chis. 1997. *Understanding International Relations*. Londres: Macmillan.
- Bull, Hedley e Adam Watson. 1984. "Introduction". In: Bull, Hedley and Adam Watson (Eds.), *The Expansion of International Society*. Oxford: Clarendon Press.
- Buzan, Barry & Richard Little. 2000. *International Systems in World History: Remaking the Study of International Relations*. Oxford: Oxford University Press.
- Hoffman, Stanley. 1977. "An American Social Science: International Relations", *Daedalus* Vol. 106, No. 3.
- Jinadu, L. Adele. 1987. "The Institutional Development of Political Science in Nigeria: Trends, Problems and Prospects, *International Political Science Review*, Vol. 8. No. 1. pp.59-72.
- Miles Kahler, Miles 1997. "Inventing International Relations: International Relations Theory after 1945". In Doyle, Michael W. e John Ikenberry (Eds.). *New Thinking in International Relations Theory*. Boulder, CO: Westview Press, pp. 20-53.

- Muppidi, Hinadeep. 2009. "Frantz Fanon". In: Edkins, John e Nick Vaughan-Williams, *Frantz Fanon*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Ofuho, Cirino H. 2009. "Africa: Teaching IR Where it's not supposed to be". In: Tickner & Waever, *International Relations Scholarship around the World*. London and New York.
- Olusanya, Gabriel O. e R. A. Akindele. 1986. *Nigeria's External Relations: The First Twenty Five Years*. Lagos e Ibadan: NIIA and University Press Ltd.
- Said, Edward. 1979. *Orientalism*. Nova Iorque: Vantage Book.
- Schmidt, Brian C. 2013. "On the History and Historiography of International Relations". In: Carlsnaes, Walter; Risse, Thomas e Simmons, Beth A. *Handbook of International Relations*. Los Angeles: SAGE.
- Schoeman, Maxi. 2009. "South Africa: Between History and a Hard Place". In: Tickner & Waever, *International Relations Scholarship around the World*, Londres e Nova Iorque.
- Seth, Sanjay. 2011. "Postcolonial Theory and the Critique of International Relations", *Millennium: Journal of International Studies* Vol. 40, No. 1.
- Smith, Thomas W. 1999. *History and International Relations*. (London & New York: Routledge).
- Thakur, Vineet. 2015. "Africa and the Theoretical Peace in IR", *International Political Sociology*, Vol. 9.
- The Guardian (London). "Education in Africa: Where does the money go?". <https://www.theguardian.com/news/datablog/2011/apr/27/africa-education-spending-aid-data>
- Waever, Ole. 1998. "The Sociology of a Not So International Discipline: American and European Developments in International Relations", *International Organization*, Vol. 52, No. 4.
- Watson, Adam. 1992. *The Evolution of International Society*. London: Routledge.
- Vitalis, Robert. 2005. "Birth of a Discipline". In: Long, David e Brian C. Schmidt (eds.), *Imperialism and Internationalism in the Discipline of International Relations*. State University of New York Press. pp. 159-182
- Zehfuss, Maja. 2013. "Critical Theory, Poststructuralism, and Postcolonialism". In: Carlsnaes, Walter; Thomas Risse & Beth A. Simmons (Eds.), *Handbook of International Relations*, Second Edition. Los Angeles: SAGE.

Entrevista

Ojo, Olusola em 12 de outubro de 2017.

RESUMO

Este artigo examina o que chamamos de historiografia de Relações Internacionais (RI) da África, uma avaliação da contribuição de acadêmicos africanos para o estudo da história e da disciplina de RI. Faz-se isso com base no mito que cerca a historiografia das RI, o papel bastante limitado das contribuições africanas e um conjunto de critérios retirados dos trabalhos de Schmidt e Bell sobre a escrita das RI. Embora reconheçam as RI de Hoffmann como uma ciência social americana, eles sugerem que a historiografia de um campo deve destacar perspectivas obscuras, pesquisadores que professam conscientemente as RI como sua disciplina e instituições que contribuem para o desenvolvimento da disciplina. Embora estudiosos das RI africanos atendam a alguns desses critérios, incluindo instituições e acadêmicos que se autodeclararam como acadêmicos de RI, a hegemonia americana e seu concorrente europeu cúmplice no campo influenciam muito os escritos acadêmicos africanos e as práticas que adotam no estudo das relações internacionais. Enquanto acadêmicos africanos trazem perspectivas africanas sobre questões globais para descobrirem o que eles fazem, eles respondem principalmente a tons teóricos, metodológicos e práticos estabelecidos em outros lugares, alguns até mesmo contrariando essas visões dominantes de teorias “importadas”, sem necessariamente desenvolver filosoficamente fundamentados estudos sobre RI na perspectiva africana. Consequentemente, embora as contribuições africanas para a disciplina e história da RI pareçam marginais, os escritores africanos de RI podem expandir seus impactos explorando a disciplina da História - uma visão que representa a natureza eclética da RI - e basear-se na história e nos eventos africanos para fornecer dados teóricos e filosóficos e *insights* empíricos para o estudo de RI na África. Embora a teoria pós-colonial seja um exemplo de tal reflexão, os estudiosos africanos de relações internacionais farão contribuições significativas para o campo por meio da introspecção, em vez de dependerem dos cânones orientados para o Ocidente.

PALAVRAS-CHAVE

África; Historiografia de RI; Perspectiva africana.

Recebido em 19 de fevereiro de 2018.

Aprovado em 6 de junho de 2018.

Traduzido por Artur Holzschuh Frantz.

O BRASIL OLHA PARA A ÁFRICA: LUSOTROPICALISMO NA ABERTURA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA O CONTINENTE AFRICANO

Fernando Sousa Leite¹

Introdução

Ao ascender à Presidência da República, a 31 de janeiro de 1961, Jânio Quadros se propõe a empreender um conjunto de ações no âmbito internacional, que seria reunido sob o nome de Política Externa Independente, a PEI. A política exterior desse presidente propunha-se, entre outras medidas interpretadas como inusitadas e originais, a buscar um continente há muito esquecido no portfólio de relações exteriores do país: a África. Contrariamente ao seu antecessor, Juscelino Kubitschek, que sustentava uma “política externa de retaguarda, contra uma política interna avançada” (Rodrigues 1963, 392), Quadros tomará posições consideradas vanguardistas no âmbito externo, ainda que tenha engendrado uma política doméstica interpretada como conservadora.

Apesar de Jânio Quadros representar um personagem caricato para a historiografia nacional, a idealização da vertente africanista de sua política externa pautou-se, sobremaneira, pelo pragmatismo. Tratou-se de um ajuste do relógio da atuação exterior do Brasil, uma tentativa de adequar suas ações ao conjunto de modificações que se sucediam nas relações internacionais. A forma como foi realizada essa inflexão em direção à África pode ser criticada em diferentes aspectos, mas o diagnóstico de que seria necessário proceder a uma abertura para a África pode ser aduzido como correto.

A economia ditava os rumos a serem delineados pela política externa. Em uma perspectiva racional, a adição do reconhecimento das independências

¹ Instituto Rio Branco, Ministério de Relações Exteriores, Brasília, Brasil. E-mail: fernandos-leite@hotmail.com

dos territórios africanos ao cálculo de ação internacional do Brasil poderia trazer ganhos marginais significativos, caso comparado à manutenção de uma espécie de diplomacia cultural de vertente afetiva ou sentimental com Portugal. Era oportuno atualizar o relógio da atuação exterior brasileira em relação ao compasso das mudanças que ocorriam em âmbito internacional, e um desses ponteiros referia-se justamente a um posicionamento quanto à eclosão da descolonização africana. Ainda que vacilante em suas maneiras, a PEI logrou servir ao menos como um protocolo de intenções a ser devidamente colocado em prática no longo prazo. Houve, não obstante, a inauguração de uma perspectiva universalista na história da política exterior do Brasil, diferente da universalidade da “visão regionalizadora”, de JK, consoante interpretação de José Honório Rodrigues, que predominara durante toda a primeira metade do século XX no exercício da política externa brasileira. O rascunho de uma política africana, de fato, tomaria forma no curso da ditadura civil-militar instaurada no país em 1964, como se verá adiante.

A PEI seguia uma lógica pragmática, de acordo com a qual era necessária se proceder a uma diversificação de parcerias. Tratava-se de uma análise prospectiva, uma aposta para o futuro, no qual o resgate da dimensão sul atlântica do Brasil inseria-se na dinâmica de promoção do desenvolvimento, de maneira autônoma e sem se fixar a orientações de natureza ideológica dos seus pares – fosse ela capitalista ou socialista, segundo a polarização característica da Guerra Fria. A política externa dos últimos dois governos representativos da República Liberal de viés populista caracterizava uma nova postura para um novo panorama internacional. Era preciso uma nova moldura para comportar um novo quadro que surgia no contexto global.

Convém indagar se a PEI representava uma reação ou uma inovação. Pode-se argumentar que o movimento da diplomacia nacional instituído por Quadros e Arinos, seu chanceler, continha em sua elaboração um pouco de reatividade, bem como de inovatividade. Percebia-se, enfim, que a aliança com os Estados Unidos, que rendera tantas benesses no curso da Segunda Guerra Mundial e pouco após seu desfecho, perdera sentido. Aquilo que já fora apontado por Raul Fernandes em seu célebre “memorando da frustração” parecia receber, finalmente, a devida atenção. Ademais, os poucos resultados provenientes da Operação Pan-Americana gestada pelo seu antecessor, o presidente JK, enterraria de vez o alinhamento com os Estados Unidos. Alternativamente, a PEI caracterizava uma adaptação a uma nova realidade, em que surgiam novos países e na qual se reconhecia a fragilidade crescente de Portugal. Instituiu-se, assim, uma vertente de transição para um novo estado de coisas.

Não necessariamente essa aproximação com as aspirações africanas renderia bons dividendos. Todavia, seria melhor ter expectativas de obter ganhos

a continuar a promover relações de caráter “histórico e incondicional” (Salgado 2009, I) com um Portugal que sustentava sua “arcaica visão de mundo” (Salgado 2009, II). Ademais, processava-se o resgate da dimensão sul atlântica do Brasil, há muito relegada a uma importância secundária, de forma que se propunha a modernização e a atualização dessa vertente cujo ápice fora vivenciado pelo Nordeste durante o período colonial até a primeira metade do século XIX.

Se é de bom tom atribuir a alcunha de “semeador de vento” a Jânio Quadros e de “presidente equilibrista” a João Goulart, como o fazem Schwarcz e Starling (2015), é difícil crer que ambos os presidentes possuísem destreza e poder de barganha para imprimirem efetividade às iniciativas que se propunham a tocar no plano internacional. E isso mesmo considerando que Quadros havia obtido a maior quantidade de votos para Presidente da República registrada no país até então. Afinal, se política externa é também política pública, necessita, como as demais, de legitimação para que seja efetivamente implementada, tendo em vista que “a política externa não começa onde termina a política doméstica” (Milani 2015), mas, do contrário, configuram dimensões que se relacionam de maneira substantiva. Assim como ocorre em política interna, política externa não se faz apenas com propostas e boas intenções, mas com ampla articulação e negociação em diversos espaços de poder.

No caso de Quadros, tome-se em consideração, por exemplo, seu curto mandato, interrompido com um pedido de renúncia apresentado inesperadamente, menos de sete meses após a sua posse. Por sua vez, Goulart teve de conviver, durante a maior parte de seu mandato, com a chamada solução parlamentarista a fim de conseguir assumir o governo. Nesse contexto de política doméstica turbulenta, a política externa era utilizada pela opinião pública e pelo Parlamento com vistas a deslegitimar a chapa que se sagrou vencedora das eleições de 1960. Em síntese, “a [política] externa receberia os influxos das tensões internas” (Saraiva 1996, 86).

Conforme alude Mario Gibson Barboza, que fora chefe de gabinete de Afonso Arinos na ONU e de San Tiago Dantas quando este foi Ministro de Estado das Relações Exteriores, “mais uma vez se configurava a frustrante marca que caracterizou nossa atuação era uma política externa certa num governo errado” (Barboza 1992, 74). Há de se reconhecer, também, que “a politização vinculada à PEI foi um dos fatores que contribuiu para o Golpe Militar deflagrado por setores conservadores da sociedade brasileira, com apoio explícito norte-americano” (Visentini 2016, 13).

Chegou-se a propor que “o Brasil não teve e não tem política africana”. A afirmação é de autoria de José Honório Rodrigues, constante no prefácio da segunda edição de sua obra *Brasil e África: outro horizonte*, que viria a

público em 1963. A primeira tiragem do livro, lançado em 1961, *pari passu* ao advento da Política Externa Independente, expressava o otimismo em relação à política externa de Jânio Quadros, especialmente no que concerne à sua vertente africanista. Quanto a essa dimensão da atuação exterior do governo Quadros desta feita lamentava:

Pensou-se que ela seria formulada ao nascer o governo Jânio Quadros, mas ficou-se nas declarações iniciais. Na verdade ela nasceu morta, quando a Missão à África foi completada com a Missão a Salazar, uma tese e uma antítese, sem síntese. Não há também política em matéria colonial, e dança-se ao sabor da firmeza ou tibieza dos executores, das injunções transitórias, e assim como a política nacional é o reino da indecisão, a externa é também o domínio da hesitação, mascarada de conciliação (Rodrigues 1982, 20).

A essa mesma característica, Saraiva atribui o nome de “movimentos ou posições zigue zague antes da política externa independente” ou “movimento pendular” (Saraiva 1993, 85). A PEI, nesse sentido, não passou de um esboço, um protocolo de intenções, um programa que não contava com capacidade de ser implementado, considerando o momento político. Não era mesmo viável ir além disso, tendo em conta o próprio contexto interno vivenciado pelo Brasil. Ainda assim, não deixou de abordar aspectos importantes, que seriam recuperados mais adiante, em panorama mais favorável e oportuno.

Aqueles que sustentavam expectativas alvissareiras quanto às iniciativas enunciadas pela PEI, como Honório Rodrigues, esperavam uma postura mais assertiva da diplomacia brasileira naquilo que concernia aos assuntos referentes ao continente africano, e não uma postura reticente em relação ao governo de Salazar, em Portugal. Entretanto, o que se observou foram as abstenções do Brasil tanto na resolução 1603/1961 da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) sobre a independência de Angola (Silva 1995), quanto na resolução 1761/1962 contra o regime do *apartheid* na África do Sul, esta adotada no curso do mandato do sucessor de Quadros (Mallmann 2009).

Desse modo, Rodrigues esclarece que

houve um impulso inicial, um apaixonado interesse pela África, mas, política africana, propriamente, nunca se formulou. [...] A política africana do Governo Quadros, nos seus sete meses de gestação, não pariu senão a abstenção nas Nações Unidas, contra a Argélia e contra Angola (...).

A guinada da política externa brasileira em seu processo de abertura para a África na década de 1960 pode ser considerada como uma ação coerente com aquilo que ocorria concomitante e gradualmente no âmbito interno do país, a saber, a procura de valores identitários a fim de explicar a formação nacional do Brasil. Cumpria, pois, resgatar o que fora deixado de lado sobretudo durante o século XIX, em que a Europa representava o modelo a ser seguido pelas elites locais, e o século XX, quando os valores norte-americanos passam a figurar cada vez mais como aqueles a serem adaptados pelos nacionais.

Não se pode negar o momento histórico em que a recuperação – em novos moldes, por certo – da dimensão africana se dava, no qual ganhava relevo a descolonização afro-asiática, o acirramento da Guerra Fria, a necessidade de se buscar novos mercados; todavia, a inexistência de um arcabouço teórico desenvolvido com vistas a fundamentar o discurso oficial possivelmente dificultaria ainda mais essa iniciativa, por si só sujeita a resistências tanto de brasileiros como de africanos de diferentes países e territórios. Esse é um processo que colhe dividendos na longa duração. É de todo conveniente recordar que, ainda em 1939, Getúlio Vargas cria o “Dia da Raça”, a ser celebrado em 10 de junho, reservado à celebração da miscigenação brasileira. Dando continuidade a esse esforço de valorização de aspectos autóctones definidores das gentes brasileiras, em 1963 é instituído o “Dia Nacional do Samba”, que seria comemorado em 2 de dezembro (Figueiredo 2009). Como explica Visentini (2016, 11),

Vargas, durante o período de 1930 a 1945, lançou as bases de um projeto nacional de desenvolvimento, o qual necessitava de uma identidade nacional. A busca da brasilidade, para a qual convocou artistas e intelectuais, resgatava os afrodescendentes do silêncio a que haviam sido relegados e valorizava formas de expressão cultural e religiosa dessa comunidade. O brasileiro, historicamente, era resultado de uma prolongada mestiçagem, e esta dimensão era resgatada como um dos elementos básicos da identidade nacional.

Lusotropicalismo e “Pernambucanidade” na retomada do Atlântico Sul como horizonte possível da Política Externa Brasileira

As obras do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre desempenharam clara influência na forma pela qual o Brasil se relaciona com seus parceiros alhures, em especial com Portugal e com o continente africano, primeiramente

com uma intensa aproximação com aquele e, quando da eclosão dos movimentos anticoloniais, acercando-se mais deste, ainda que procurando manter relações positivas com o Estado português. E, naquela conjuntura, esta posição mostrava-se mais adequada aos anseios nacionais, bem como ao projeto de poder ambicionado pelo país. Era necessário proceder à abertura para a África, em um momento em que ganhava fôlego o projeto de substituição de importações e que, conseqüentemente, apresentava-se como conveniente e, sobretudo, urgente o escoamento da produção brasileira para novos mercados.

Casa-grande & senzala, publicado em 1933, bem como títulos que se seguiram a ela versando sobre lusotropicalismo, procuravam valorizar a miscigenação da sociedade brasileira, atribuindo seu sucesso ao caráter da colonização portuguesa. Amado Cervo (2000, 278) assim explica o conceito lusotropicalismo de Freyre, desenvolvido entre as décadas de 1940 e 1950, a saber: “o sociólogo brasileiro concebia uma comunidade luso-brasileira baseada no que ele chamava ‘luso-tropicalismo’, a condição original que tinha levado o povo português a promover a interpenetração racial, linguística e cultural, combinando a cultura europeia com a cultura tropical”.

Ao passo que *Casa-grande* se voltava mais detidamente à análise interna do Brasil, investigando sua própria formação social e buscando explicações para o funcionamento da sociedade nacional no período colonial; *O mundo que o português criou*, *Um brasileiro em terras portuguesas* e *Aventura e Rotina* apresentavam circunstanciado a uma lógica externa, uma maneira e um discurso que poderiam ser explorados pelo país em sua atuação no mundo luso-tropical.

Considerando que os formuladores da política externa brasileira e os diplomatas constituem parte da elite intelectual, não é de se estranhar que tivessem contato, à época, com o pensamento dos assim denominados intérpretes do Brasil, entre os quais se incluíam, além de Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. De fato, tomando-se o impacto que as ideias do mestre de Apipucos tiveram na sociedade brasileira, bem como na própria autoimagem que o país sustentava, difícil não supor que esse modo de interpretar a formação nacional do Brasil não exerceria certa influência em sua própria projeção externa. Assim, “o engajamento do Ministério das Relações Exteriores [na política africana do Brasil] foi facilitado pelos estudos e abordagens que vinham se desenvolvendo pelas vozes dissidentes dos diplomatas, políticos e intelectuais que vinham dos anos 1950 e que agora era postos em evidência” (Saraiva 1996, 64).

O maior problema e, ao mesmo tempo, o mais notável mérito de *Casa-grande & senzala* foi ter generalizado um esquema estritamente identificado com uma perspectiva de história regional como característica de

história nacional, o que produzia lógicas interpretativas desfocadas do ponto de vista geográfico. Ao evocar sua herança pernambucana, parecia reproduzir um raciocínio característico do século XVII, qual seja, a de a palavra pátria ostentar “caráter local, não nacional” (Corrêa Martins apud Aldé 2008, s/n). Fazia-se agora o contrário: partia-se de uma análise local que se pressupunha nacional.

Naquele movimento triangular entre Brasil, África e Portugal, as ideias introduzidas pelo sociólogo pernambucano seriam moldadas e adaptadas a fim de se coadunarem com aquilo que a diplomacia brasileira desejava propugnar, fosse o estreitamento do relacionamento luso-brasileiro, como defendido explicitamente por Freyre, fosse a defesa do direito à autodeterminação pelos povos africanos. Existia uma diplomacia cultural de vertente afetiva na prática da política externa brasileira em seu relacionamento com Portugal, que fazia uso do discurso lusotropicalista. Dessa maneira, essa deveria ser apenas adaptada para a África, de forma que se alteraria o eixo, mas se manteria a base.

O lusotropicalismo é fruto da própria proximidade cultural entre Pernambuco e Angola. Freyre recupera laços que se esmaecem no pós-independência do Brasil. Conforme salienta José Honório Rodrigues,

Angola foi mais ligada ao Brasil que a Portugal. Foi o Rio de Janeiro que a libertou do domínio holandês; dos seus três deputados às Cortes Constituintes, dois bandearam-se para o Brasil; em 1822 foi no Rio de Janeiro que se lançaram as proclamações pela ‘desprezada Angola’ e logo em seguida os movimentos rebeldes de Luanda e Benguela visaram ligá-la ao Brasil (Rodrigues 1963, 24).

Essa ligação é evidenciada por Luiz Felipe de Alencastro, que relata que a viagem entre Recife e Luanda no primeiro quartel do século XVII durava 35 dias, ao passo que o mesmo trajeto para a Angola partindo da Bahia se estendia por quarenta dias, e do Rio, cinquenta (Alencastro 2000), de maneira que se conformava uma “Angola brasileira”, na acepção do historiador. Ademais, o período entre os anos 1648 e 1665 é denominado “o período brasileiro da história de Angola”, compreendendo os governos Salvador de Sá, João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros (Silva Rego apud Alencastro 2000, 262).

O estratagema freyriano insere-se em uma vertente de valorização do sentimento nativista vigente em Pernambuco, hodiernamente denominado “pernambucanidade” (Aldé 2008, s/n). Segundo essa lógica, aquele Estado do Nordeste brasileiro seria identificado como modelo de resistência à colo-

nização portuguesa, expulsando, inclusive, os invasores holandeses. Cumpre salientar a trajetória de André Vidal de Negreiros que, além de governador de Pernambuco, será também governador de Angola, sendo reconhecido pelo historiador Francisco Adolfo Varnhagen como “legítimo representante dos brasileiros na gloriosa restauração do solo nordestino ao corpo da nação” (Pessoa 2009, 8).

Em suma, a importância do lusotropicalismo residia na recuperação da dimensão do Atlântico Sul nas relações internacionais do Brasil. A geografia revelava-se um quesito fundamental para o advento da PEI. O viés geográfico e o lusotropicalismo deviam ser vistos como complementares nesse processo, justificando-se mutuamente. Procurava-se reatar um laço que fora desfeito ainda no século XIX, em um processo adequadamente descrito por Honório Rodrigues,

Feito o rompimento, por volta de 1855, por imposição britânica com a aquiescência de Portugal, que de 1847 a 1895 negou-nos o estabelecimento de um consulado em Angola, a nossa política latino-americanizou-se e o Rio da Prata passou a ocupar lugar mais destacado, afora, é evidente, o predomínio inglês e o incremento do intercâmbio comercial e da influência cultural e política norte-americana (Rodrigues 1963, 25).

Seria na ditadura civil-militar que se definiria efetivamente a política africana do Brasil, com a “pioneira viagem de Gibson Barboza a nove países da África Ocidental – Costa do Marfim, Gana, Togo, Daomé (atual Benin), Zaire, Camarões, Nigéria, Senegal e Gabão – em novembro de 1972” (Laramao 2007, 46). Evidenciava-se uma aproximação tanto comercial quanto política com a África, marcando uma “mudança de postura do governo brasileiro em relação ao colonialismo português” (Laramao 2007, 46).

A viagem do chanceler Gibson Barboza a nove países da costa Ocidental africana, o golfo da Guiné, demonstra o empenho do Brasil em estreitar laços com o continente. O périplo africano não compreende territórios que travavam lutas sangrentas contra europeus, tampouco territórios portugueses. Havia empenho pessoal de Barboza em convencer os portugueses a facilitarem a independência de suas províncias ultramarinas. Ocorre, inclusive, um encontro entre o diplomata brasileiro e Marcelo Caetano para tentar lograr o convencimento da contraparte portuguesa.

Cabe conjecturar ainda em que grau o denominado sentimento de pernambucanidade chegou a se refletir na necessidade e na importância de se buscar a África. Teria que se buscar a influência que se desdobrou na PEI no

pensamento do pernambucano Gilberto Freyre, uma possível “raiz esquecida” daquela. A concretização da política externa para a África, propriamente, há de ser identificada na atuação de Mario Gibson Barboza, o executor do chamado périplo africano, aquele que, de acordo com Lamarão (2007, 43), “abriu as portas para a presença do país na África”. Assim, cumpre questionar se seria mera coincidência o fato de Barboza ser também natural de Pernambuco, bem como de ter sido auxiliar de pesquisa de Gilberto Freyre, na década de 1930. Como propõe Alzira Abreu “as trajetórias de vida podem se tornar objeto de análise e interpretação histórica, sendo possível fazer a articulação entre o tempo de uma história individual e o tempo sócio-histórico, ou sejam a articulação entre biografia e história” (Abreu 2007, 8).

Constata-se a relação direta e pessoal entre Mario Gibson Barboza e Gilberto Freyre. Quando da entrevista do diplomata ao historiador Jerry Dávila, aquele confidenciara ao pesquisador norte-americano que frequentava encontros na residência do sociólogo, na década de 1930, aos quais se refere como verdadeiras aulas de sociologia, oportunidades em que se discutia o africanismo constante no país. Barboza, à época ainda era discente da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco e, juntamente com seus pares acadêmicos, seguiam dessas reuniões para realizar pesquisa para o livro *Sobrados e mucambos*, de 1938, que se seguiu à *Casa-grande & senzala*. Outrossim, Gibson confessa a Dávila a participação no I Congresso Afro-Brasileiro, organizado por Freyre em 1934. Aquele que seria chanceler do governo do general Emílio Gastarrazu Médici registra que manteve relação de amizade com Gilberto Freyre durante toda a vida e que este participou dos preparativos da missão diplomática que se tornaria conhecida como périplo africano (Dávila 2011).

A historiadora Cíntia Vieira Souto, que também entrevistou Gibson Barboza, confirma as informações apresentadas acima, além de listar outras. A pesquisadora afirma que, na entrevista a ela concedida, Barboza menciona ter sido paraninfo de Gilberto Freyre quando este recebeu o título de doutor *honoris causa*, pela primeira vez, concedido pela Universidade de Pernambuco. Cíntia Souto relata ainda que o diplomata conversou com Freyre a respeito de coisas que testemunhou na África, atestando a proximidade entre a África e o Brasil – fatos que eram desconhecidos do sociólogo pernambucano. Finalmente, Barboza refere-se a seu conterrâneo como “velho e querido amigo” (Barboza 1992, 301).

Tal qual Freyre, Mario Gibson Barboza sempre evocava suas origens ao se apresentar. Em seu clássico *Na diplomacia, o traço todo da vida*, o diplomata, além de trazer no título da obra alusão à frase atribuída a seu conterrâneo

Joaquim Nabuco reproduzida em epígrafe², alude no segundo parágrafo da nota introdutória sua origem pernambucana: “Principalmente nasci em Olinda” (Barboza 1992, 7). De fato, a própria continuação do trecho em que expõe a ideia do “traço todo da vida”, Nabuco se refere à Pernambucano como sendo um fator sempre presente em sua vivência:

Passei esse período inicial [os primeiros oito anos da vida] tão remoto, porém, mais presente do que qualquer outro, em um engenho de Pernambuco, minha província natal. A terra era uma das mais vastas e pitorescas da zona do Cabo... Nunca se me retira da vista esse pano de fundo que representa os últimos longes de minha vida (Nabuco apud Lafer 2002, 20).

Um dos principais artífices da abertura da política externa do Brasil para a África confessa: “penso que meu sentimento entranhado de brasilidade tem grande dívida com o caráter tão brasileiro daquela cidade onde nasci e me criei. Naquele tempo, meu horizonte era limitado” (Barboza 1992, 7). Quando da execução de seu périplo africano, Barboza constata as similaridades entre o Nordeste brasileiro e aqueles países do outro lado do Atlântico Sul: “eu, quando visitei esses países, verifiquei que em certos lugares da África eu tinha a impressão que estava na Bahia ou em Pernambuco. A praia é a mesma, o mar é o mesmo, a comida é a mesma”. “Não é só uma questão de pagar uma dívida de um remorso; é que a ligação entre o Brasil e a África é única”. E conclui: “e essa política, se me permitem um pouco de vaidade, eu me orgulho de ter aberto, porque acho que é um momento importante na política externa brasileira” (Barboza 1992, 28). [...] “Essa abertura para a África foi uma coisa que marcou a minha gestão. Permitam-me dizer isso, não só isso, mas essa foi uma das coisas que eu considero mais importantes que tive oportunidade de fazer” (Barboza 1992, 29-30).

Quando propõe ao presidente Médici iniciativas voltadas ao continente africano, constata-se os argumentos que coincidem com ideias introduzidas por Gilberto Freyre:

quando eu propus ao Médici fazer uma abertura para a África da política externa brasileira, pelos motivos que eu explicava na exposição de motivos que fiz depois para ele e que ele aprovou, ou seja, que o Brasil não é um país negro, mas é um país mestiço. Nós temos, para mim, a vantagem, a glória de ser um país mestiço, acho que isso dá muita riqueza à civilização brasileira. O coeficiente africano para a

² “O traço todo da vida é, para muitos, um desenho da criança esquecido pelo homem” (Joaquim Nabuco, *Minha Formação*, “Massananga”).

formação da nossa nacionalidade foi enorme. Quando foi decretada a abolição da escravatura no Brasil, dois terços da nossa população era de negros escravos. Este país foi construído pelo braço negro, pelo braço do escravo negro. Ele foi feito no braço do escravo negro. Foi isso que construiu o Brasil. Nós temos uma dívida moral para com a África nesse sentido (Barboza 1992, 29-30).

A raiz da vertente africanista, identificada em Freyre, seria recuperada e colocada em curso por Barboza. A história se repetia, conforme expressão da personagem Úrsula, imortalizada por Gabriel García Márquez em *Cem anos de solidão*. Similarmente ao que ocorria durante o período colonial, quando Recife e Angola mantinham estreita relação, vigiada sob o olhar atento e desconfiado de Portugal, tentava-se recuperar esse vínculo histórico, adaptado aos tempos modernos, mas que ainda despertava suspeitas por parte da relutante potência colonial lusa.

Barboza, um ator central durante a vigência da Política Externa Independente, testemunhara em posição privilegiada a falta de trato político daqueles dois últimos presidentes da chamada República liberal populista. O “semeador de vento” e o “presidente equilibrista” podiam ter bons projetos, mas eram patentes suas incapacidades para implementá-los. Essas incapacidades podiam decorrer tanto de fatores de ordem pessoal, como no caso de Jânio, quanto do acirramento político-ideológico do cenário doméstico, no caso de Jango.

Quanto a Jânio, Barboza afirma que este chegara a autorizar a nova posição portuguesa de voto contrário ao colonialismo português, mas que mudara sua posição ao falar com o presidente de Portugal. O relato de Barboza sobre esse episódio tornou-se icônico:

- É, Ministro, mudei sim. Já prometi ao Embaixador que nós vamos votar a favor de Portugal. Sabe, Ministro, o Presidente de Portugal telefonou-me, fez um apelo, eu chorei ao telefone, choramos os dois. Ficamos aos prantos. Não podemos fazer isso com Portugal. Não, Ministro, não vote contra Portugal”.

E refletia:

É verdade que o Presidente de Portugal telefonou para Jânio? Penso que sim. É verdade que ele chorou? Pode ser, não sei. É possível que ele tenha simplesmente cedido à pressão e que tenha querido dar ao seu Chanceler, bem no seu estilo, a aparência de um gesto patético, dramático, à guisa de explicação. Com Jânio Quadros foi sempre difícil saber realmente onde se inseria o histrionismo (Barboza 1992, 237-238).

Por seu turno, em relação a Jango, Barboza expunha que

não tinha nenhuma capacidade para governar – governo zero. Nunca vi incapacidade igual. Se aquilo tivesse continuado, não sou a favor de golpe militar, mas se tivesse continuado aquilo virava uma república sindicalista que quem mandava não ia nem ser ele, mas ele não tinha disso, não. Agora, a presença dele era uma presença cordial (Barboza 2002, 32).

“A política externa certa num governo errado”, um “governo zero”, poderia finalmente ser posta em marcha, em um ambiente político e econômico mais favorável, como era aquele da primeira metade da década de 1970, época do denominado milagre econômico. O cabedal de iniciativas a serem executadas estavam bem estudadas, esperando para integrar a pauta de atuação exterior de maneira adequada. Aquele expectador privilegiado da década de 1960, passava, no decênio seguinte, à posição de principal executor.

Considerações Finais

A ação de se buscar a África coincidia com o próprio esforço de construção da identidade nacional, tão promovido durante a primeira metade do século XX. A vertente portuguesa havia sido bem explorada como elemento constitutivo da identidade brasileira, até mesmo em função da forte presença de nacionais portugueses e de seus descendentes, sobremaneira na região urbana da cidade do Rio de Janeiro. Necessitava-se, de modo alternativo e concomitante, sem negar a herança lusa constante no país, o reconhecimento da África na formação nacional do Brasil, e isso repercutia, inclusive, na dimensão das relações exteriores do Estado brasileiro.

O luso-tropicalismo gilbertiano não causou interpretações desencontradas apenas no Brasil, mas também em Portugal, conforme se evidencia de depoimento de Mário Soares, “na presença do próprio Gilberto Freyre, no Recife, em 23 de março de 1987”:

Essa teoria foi mal aproveitada no tempo do antigo regime, mas justamente eu quis demonstrar que a obra de Gilberto Freyre era admirada em Portugal, não só por aqueles eram os partidários do colonialismo, como pelo Portugal livre, democrático e moderno que eu represento; [...] Portugal, independentemente de regimes, ou independentemente de credos políticos, está com Gilberto Freyre e compreende a grandeza de sua obra e a sua importância para Portugal, para o Brasil, e para aquilo que nós podemos chamar de a nossa unidade linguística afro-luso-brasileira (Soares apud Chacon 2001, 112).

Assim como alguns diplomatas brasileiros atuantes em meados do século XX faziam, Soares também entendia “a possibilidade e a necessidade de readaptar o luso-tropicalismo conforme as razões de Estado” (Soares apud Chacon 2001, 112). Freyre, como atesta Chacon (2001, 85), foi objeto de “acusações políticas de conservador a até reacionário, ‘ideológico’ de falsa democracia étnica, ‘salazarista’, ‘defensor’ do regime militar brasileiro de 1964, ‘saudosista’ enfim da casa-grande contra a senzala etc etc etc”.

Gilberto Freyre participa do processo de construção da brasilidade, que traria consequências externas, entre as quais a projeção da política externa do país para a África, inaugurando-se uma nova vertente na atuação exterior do Brasil. Tal como se evidenciava internamente a contribuição de vários povos, culturas e etnias para a formação nacional, externamente implicava a diversificação de parcerias – a noção de que a diplomacia brasileira, em virtude da própria composição diversificada do povo por ela representado, podia globalizar ou universalizar seu portfólio de relações.

Se o “maestro pernambucano” – como a ele se refere Fernando Henrique Cardoso (2013) – regeu ampla gama de músicos na orquestra do pensamento social brasileiro, pode-se dizer que perdeu o controle de seus regidos quando estes trataram de política externa brasileira. Não obstante a existência de interpretações desencontradas acerca de suas ideias, resta evidente a valorização de elementos identitários autóctones para a consequente projeção internacional do país, em observância à opinião de Tolstoy (apud Chacon, 111), segundo a qual “se queres ser universal, fala de tua aldeia”. De acordo com Cardoso (2013, 95), “todo o pensamento gilbertiano estava voltado para a singularidade das formas sociais e culturais do Brasil”. Ao mesmo tempo em que os brasileiros usufruíam do encontro com a sua própria brasilidade, descobriam também que podiam universalizar suas relações externas, sem limitações de qualquer natureza, acarretando, inclusive, na abertura para a África.

REFERÊNCIAS

- Abreu, Alzira de; Lamarão, Sérgio (org.). 2007. *Personalidades da política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- Aldé, Lorenzo. 2008. “Eles são os maiores”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 1 de jun. de 2008. <http://revistadehistoria.com.br/secao/capa/eles-sao-os-maiores>.
- Alencastro, Luiz Felipe de. 2000. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Barboza, Mario Gibson. 1992. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Record.
- Cervo, Amado Luiz; Magalhães, José Calvet de. 2000. *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília.
- Chacon, Vamireh. 2001. *A Construção da Brasilidade: Gilberto Freyre e sua geração*. 1. ed. São Paulo: Livraria Nobel.
- Cardoso, Fernando Henrique. 2013. *Pensadores que inventaram o Brasil*. 1.ffi ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Figueiredo, Luciano (org.). 2009. *Raízes africanas*. Coleção Revista de História no Bolso, v. 6. Sabin: Rio de Janeiro.
- Dávila, Jerry. 2011. *Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. São Paulo: Paz e Terra.
- Lafer, Celso. 2002. “Introdução”. In: Silva, Alberto da Costa e. *O Itamaraty na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: F. Alves.
- Mallmann, Luciane Cristine. 2009. *Cooperação no setor de políticas sociais: da bilateralidade Brasil-África do Sul à multilateralidade IBAS*. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre. <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18441/000729181.pdf?...1>.
- Màrquez, Gabriel García. 1993. *Cem anos de solidão*. 38.ffi ed. Rio de Janeiro: Record.
- Milani, Carlos R. S. 2015. “Política Externa é Política Pública?”. *Insight Inteligência*. Rio de Janeiro, v. XVIII, p. 56-75, 2015.
- Pessoa, Ângelo Emílio da Silva. 2009. “Vidal de Negreiros: um homem do Atlântico no século XVII”. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História*. ANPUH, Fortaleza.
- Rodrigues, José Honório. 1982. *Brasil e África: outro horizonte*. 3ffi ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Salgado, Carolina de Oliveira. 2009. “As relações diplomáticas entre Brasil e Portugal na questão dos territórios coloniais portugueses na África (1961 - 1964)”. *Anais do II Simpósio em Relações Internacionais do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP)*, São Paulo.
- Saraiva, José Flávio Sombra. 1993. “Construção e desconstrução do discurso culturalista na política africana do Brasil”. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, v. 30, n.118, p. 219-236.

- _____. 1996. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília.
- Silva, A. E. Duarte. 1995. “O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)”. *Análise Social*, vol. XXX (130), (1.fol). pp. 5-50. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/122337927506tBLoan1Az23CC9.pdf>.
- Schwarcz, Lilia; Starling, Heloisa. 2015. *Brasil: uma biografia*. 111 ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Visentini, Paulo Fagundes. 2016. *A relação Brasil-África: prestígio, cooperação ou negócios*. Rio de Janeiro: Alta Books.

RESUMO

O presente artigo objetiva apresentar a política externa do Brasil para a África, desenvolvida na década de 1960, durante a vigência da Política Externa Independente, de Jânio Quadros e de João Goulart, mas efetivamente implementada por Mario Gibson Barboza, no curso do regime civil-militar brasileiro, como tendo sido influenciado diretamente pelo pensamento de Gilberto Freyre, sobretudo pela ideia de lusotropicalismo. Ademais, analisa-se a presença do sentimento de “pernambucanidade” na retomada do Atlântico Sul como horizonte possível da política externa brasileira.

PALAVRAS-CHAVE

Política africana do Brasil; lusotropicalismo; pernambucanidade.

*Recebido em 24 de abril de 2018.
Aprovado em 6 de junho de 2018.*

AVALIANDO A ARQUITETURA DE PAZ E SEGURANÇA AFRICANA (APSA) A PARTIR DE UMA ABORDAGEM INSTITUCIONALISTA E PELA DIFERENÇA QUE FEZ NA ÁFRICA DESDE 2002

Juliana Abena Appiah¹

Introdução

A União Africana (UA) foi formada a partir da Organização da Unidade Africana (OUA), em julho de 2002, para enfrentar os inúmeros desafios que atingem a África. A década de 1990 foi marcada por diversos conflitos no continente, que perturbaram a paz, a segurança e a estabilidade na África. Dessa forma, a UA foi criada sob a ideia de que os conflitos na África constituem um grande obstáculo ao desenvolvimento socioeconômico do continente e, portanto, havia a necessidade de promover a paz, a segurança e a estabilidade como pré-requisito para a implementação da agenda de desenvolvimento e integração da África. Portanto, a UA estava preparada para se comprometer com o fortalecimento das suas instituições e prover os recursos necessários para que o seu mandato fosse cumprido de maneira eficaz. Portanto, a UA criou sua Arquitetura de Paz e Segurança Africana (APSA), começando com o Conselho de Paz e Segurança (PSC)², a sua principal instituição, em dezembro de 2003. Os componentes restantes, que foram adicionados posteriormente, foram o Sistema Continental de Alerta Antecipado (CEWS)³, o Painei dos Sábios (PoW)⁴, a Força Africana de

¹ Centro de Assuntos Internacionais de Legon, Universidade de Gana, Acra, Gana. E-mail: jappiah@ug.edu.gh.

² Do inglês, *Peace and Security Council*.

³ Do inglês, *Continental Early Warning System*.

⁴ Do inglês, *Panel of the Wise*.

Pronto Emprego (ASF)⁵ e o Fundo Africano para a Paz (APF)⁶. Além disso, a Comissão da UA deveria fornecer apoio consultivo ao PSC e ao resto dos componentes da APSA.

A APSA é construída em torno de estruturas, objetivos, princípios e valores, bem como processos de tomada de decisão relacionados à prevenção, gestão e resolução de crises e conflitos, reconstrução e desenvolvimento pós-conflito no continente. O trabalho da APSA, portanto, é defender as regras, normas, objetivos e princípios da UA sobre paz, segurança e estabilidade, e assegurar que o comportamento dos Estados membros esteja de acordo com esses. No quadro da teoria neoinstitucionalista da integração, e com a utilização de dados secundários, a hipótese deste artigo é de que a APSA está errando ao não aplicar as suas regras de maneira uniforme aos Estados membros. Nesse sentido, o artigo busca avaliar o desempenho da APSA desde o seu início, tendo como principal objetivo averiguar se essa vem fazendo diferença na área de paz, segurança e estabilidade. A APSA foi institucionalizada totalmente? Está funcionando como esperado? Se não, quais são as suas restrições e como elas podem ser superadas para permitir que a APSA atinja sua capacidade e expectativa totais? O artigo é composto de sete seções: Introdução; A Teoria Neoinstitucionalista; A UA e a APSA; Análise do Marco Legal da APSA; Avaliação da APSA; A APSA: que diferença fez para a África?; e a Conclusão.

A Teoria Neoinstitucionalista

A teoria Neoinstitucionalista de integração desenvolve-se a partir da tradicional teoria Institucionalista. A primeira procurou melhorar a última, estipulando maneiras particulares de aplicar a teoria. Na ciência política e nas relações internacionais, o Institucionalismo foi aplicado ao estudo de constituições, sistemas legais e estruturas governamentais e emergiu como uma reação ao caráter sub-socializado das abordagens dominantes na ciência política. A teoria, ao longo dos anos, ganhou terreno nas ciências sociais, e é usada para análises de sistemas micro interpessoais e macro-globais.

Stephen Bell (2002) define uma instituição “como um processo ou conjunto de processos que moldam o comportamento”. Ele também cita uma definição de dicionário de instituição como “lei, costume ou prática estabelecida”. Segundo Bell (2002), as instituições importam porque leis,

5 Do inglês, *African Standby Force*.

6 Do inglês, *African Peace Fund*.

costumes e práticas estabelecidas em contextos institucionais e organizacionais podem desempenhar um papel poderoso na formação do comportamento dos indivíduos. As instituições podem ser formais ou informais, e os arranjos institucionais mais eficazes são aqueles que incorporam um sistema normativo de regras informais e internalizadas. O Institucionalismo, portanto, enfatiza como os constrangimentos institucionais, na forma de regras, convenções, normas e códigos de comportamento, contribuem para moldar o poder, o comportamento e as preferências dos atores e, por sua vez, moldam os resultados das políticas. Essas são as premissas sobre as quais o Neoinstitucionalismo é construído.

Existem três variantes principais do Neoinstitucionalismo: escolha racional, sociológica (normativa) e histórica. No entanto, cinco pressupostos centrais formam a base de toda a escola Neoinstitucionalista. Em primeiro lugar, as instituições criam ordem e previsibilidade de tal forma que os atores políticos são obrigados a agir dentro da lógica da adequação. As instituições refletem o caráter, a identidade, a história e a visão de uma entidade política e fornecem laços de afinidade, que unem os atores, apesar das diferenças entre eles. Em segundo lugar, as instituições geram estruturas, que se traduzem em ação política, e a ação política, por sua vez, resulta em continuidade e mudança institucional. Em terceiro lugar, uma coleção de instituições, que se encaixam em um sistema coerente, produz ordem política. Os atores se organizam e agem de acordo com regras e práticas socialmente construídas, publicamente conhecidas, antecipadas e aceitas. As instituições definem direitos básicos e responsabilidades dos atores e regulam como as vantagens, os encargos e as escolhas de vida são alocadas na sociedade. A autoridade também é criada para resolver problemas e conflitos. A quarta suposição é que as instituições possibilitam relações sociais, reduzem a flexibilidade e a variabilidade de comportamento e restringem a possibilidade de uma busca unilateral do interesse próprio. A lógica fundamental da ação é seguir as regras, isto é, prescrições baseadas na questão da adequação. As regras são seguidas porque são vistas pelos atores como naturais, justas, esperadas e legítimas. Espera-se que os membros obedeçam e sejam os guardiões dos princípios e padrões constitutivos da instituição. O último, mas não menos importante, pressuposto é que as instituições não são estáticas e irreversíveis. As instituições são defendidas por pessoas de dentro e validadas por pessoas de fora e, como suas histórias são codificadas em regras e rotinas, suas estruturas e regras internas não podem ser alteradas arbitrariamente. É mais provável que as mudanças ocorram refletindo a adaptação à experiência local e, portanto, sejam relativamente míopes e sinuosas, em vez de otimizadoras, bem como ineficientes no sentido de não alcançar um arranjo ótimo ideal.

A UA e a APSA

A Organização da Unidade Africana (OUA) foi transformada em União Africana (UA) devido às mudanças nas necessidades políticas, de paz e segurança, bem como às necessidades socioeconômicas da África, no contexto das mudanças globais mais amplas, como resultado do final da Guerra Fria. O quadro normativo e institucional da UA foi moldado principalmente pela expansão do conceito de segurança, abarcando não apenas o sentido tradicional (centrado no Estado), mas também uma conceituação de segurança mais ampla, centrada no indivíduo. A Arquitetura de Paz e Segurança Africana (APSA) seria, assim, a estrutura operacional para a implementação das decisões tomadas sobre prevenção de conflitos, pacificação (*peace-making*), operações de apoio à paz (*peacekeeping*), construção da paz (*peacebuilding*) e reconstrução pós-conflito. Seu mandato reflete também a mudança para a segurança humana, que é amplamente reconhecida no continente africano. Além disso, a organização visa lidar com questões relacionadas ao desenvolvimento humano, promoção práticas democráticas, boa governança e respeito aos direitos humanos, atuação humanitária e gerenciamento de desastres. Além da Comissão da UA, que dá apoio administrativo às suas atividades, a APSA é composta por cinco componentes principais, nomeadamente: o Conselho de Paz e Segurança (PSC), o Sistema Continental de Alerta Antecipado (CEWS), o Painel dos Sábios (PoW), a Força Africana em Pronto-Emprego (ASF) e o Fundo para a Paz na África (APF).

O Conselho de Paz e Segurança

O PSC sucedeu o Mecanismo de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos, órgão central e operacional da OUA, que foi criado para tomar decisões em questões de paz e segurança. O PSC é o principal pilar da APSA. Através dele, a UA pode atuar em conjunto com as Comunidades Econômicas Regionais (RECs) ou com os Mecanismos Regionais de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos (RMs) e, assim, esses fazem parte da APSA. O PSC também interage com outros órgãos da UA, tais como o Parlamento Pan-Africano, a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, organizações da sociedade civil, as Nações Unidas (ONU) e outros atores internacionais relevantes. Essas interações, no entanto, nem sempre são saudáveis. Uma fonte de tensão que compromete a cooperação efetiva entre a UA e as RECs, e que precisa de ser resolvida se a integração continental acelerar, é a sobreposição de papéis e responsabilidades. É preciso reafirmar claramente os papéis e responsabilidades entre a UA, os seus Estados membros e as RECs. Essa atitude irá garantir uma diminuição nas tensões e nas acusações de

divisão e conspiração seccional que frequentemente caracterizam a relação entre a UA e as RECs. Além disso, a convergência do Ato Constitutivo da UA com os tratados das diferentes RECs também é fundamental para o progresso desta relação. Felizmente, os Chefes de Estado e de Governo da UA sancionaram uma revisão do Ato Constitutivo e espera-se que estas áreas sejam esclarecidas.

Voltando ao PSC, esse foi especificamente criado para ser um arranjo coletivo de segurança e alerta precoce com a capacidade de facilitar respostas rápidas e eficientes em situações de conflito e crise. Ele possui o poder de recomendar uma intervenção nos Estados membros visando a promoção da paz, segurança e estabilidade.

O PSC é formado por quinze membros, todos eleitos pelo Conselho Executivo da UA e aprovados pela Assembleia Geral da UA. Cinco membros são eleitos para mandatos de três anos, geralmente para assumir o cargo no primeiro dia de abril, após o endosso da Assembleia. Os membros podem tentar a reeleição imediata, e são eleitos de acordo com o princípio de representação regional equitativa e rotação nacional, acordado dentro dos grupos regionais: África Central, Oriental, Norte, Austral e Ocidental. A ideia de representação regional, embora louvável, até agora não ajudou o PSC, já que alguns países aproveitaram esse arranjo para se reeleger continuamente. A Nigéria, por exemplo, atuou no PSC desde a sua criação em 2004, com reeleições sucessivas, tornando-se uma espécie de membro permanente do PSC. Vale ressaltar, que isso só foi possível devido ao poder preponderante da Nigéria dentro da UA. Mais uma vez, alguns Estados membros eleitos para o PSC sofreram, durante o seu mandato, conflitos violentos e permaneceram membros do Conselho. Outros claramente não respeitaram o princípio de constitucionalidade, direitos humanos, estado de direito e boa governança em geral. Todas estas questões lançam sérias dúvidas sobre o compromisso da UA com a democracia e a boa governança.

O Sistema Continental de Alerta Antecipado (CEWS)

O CEWS é responsável pela coleta e análise de dados, e atua em colaboração com a ONU, agências da UA, outras organizações internacionais relevantes, Centros de Pesquisa, instituições acadêmicas e organizações não-governamentais (ONGs). As suas informações devem ser utilizadas pelo Presidente da Comissão da UA para aconselhar o PSC sobre potenciais conflitos e ameaças à paz e segurança na África, e recomendar o melhor curso de ação.

O objetivo do CEWS é antecipar e prevenir conflitos no continente e fornecer informações relevantes sobre a evolução de conflitos violentos com base

em indicadores específicos desenvolvidos. Este ainda possui seis ferramentas de recolhimento de informação: o *Africa Media Monitor*, o *Indicators and Profiles Module*, o *Africa Reporter*, o Portal do CEWS, o *Africa Prospectus* e o *Live-Mon*.

O CEWS foi estabelecido pelo Artigo 12 do Protocolo do PSC e é formado por dois componentes. O primeiro é a “Sala de Situação”, um centro de observação e monitoramento localizado na Divisão de Gestão de Conflitos da UA. Esta é responsável pela coleta e análise de dados. Em segundo estão as unidades de observação e monitoramento das RECs / RMs. Elas devem estar conectadas diretamente à Sala de Situação para transmissão de dados coletados e processados em seu nível.

Em 2006, a Reunião de Peritos Governamentais sobre Alerta Precoce e Prevenção de Conflitos adotou o Quadro para a Operacionalização do CEWS (*Framework for the Operationalization of the CEWS*). O Quadro foi posteriormente aprovado pelo Conselho Executivo em Adis Abeba, em janeiro de 2007. O Conselho solicitou à Comissão que assegurasse a plena implementação do Quadro dentro de um prazo de três anos para tornar o CEWS totalmente operacional.

O Painel dos Sábios

O PoW é um pilar importante da APSA. Formado por por cinco personalidades africanas altamente respeitadas de vários segmentos da sociedade que contribuíram de forma notável para a causa da paz, segurança e desenvolvimento no continente, sua tarefa é apoiar os esforços do PSC e do Presidente da Comissão, particularmente, na área de prevenção de conflitos. O primeiro Painel foi nomeado em dezembro de 2007. Os membros do Painel atendem a mandatos de três anos, após, os mesmos são elegíveis para outro mandato. O PoW reporta-se à Assembleia através do PSC. Os membros são selecionados pelo Presidente da Comissão da UA e nomeados por decisão da Assembleia. O Painel se reúne pelo menos três vezes por ano para deliberar sobre seu programa de trabalho e para identificar regiões e países a serem visitados. Também organiza *workshops* anuais sobre questões relacionadas com a prevenção e gestão de conflitos, visando ajudar na elaboração de um relatório temático que é submetido à Assembleia para aprovação.

O Artigo 11 do Protocolo do PSC estabelece o PoW. O seu mandato é apoiar e aconselhar o Presidente da Comissão e o PSC na área da prevenção de conflitos; aconselhar sobre questões de impunidade, justiça e reconciliação, bem como mulheres e crianças em conflitos armados; usar seus bons ofícios para realizar mediação de conflitos e intermediar acordos de paz entre partes em conflito; e ajudar a Comissão da União Africana a mapear as ameaças à

paz e segurança, fornecendo conselhos e análises regulares, e solicitando o envio de equipes de mediação e apuramento de fatos em países específicos.

A Força Africana de Pronto Emprego (ASF)

A ASF foi estabelecida pelo Artigo 4 (h) do Ato Constitutivo da UA e pelo Artigo 13 do Protocolo do PSC. A Ato confere à UA o direito de intervir em um Estado membro em caso de circunstâncias graves (incluindo crimes de guerra, genocídio e crimes contra a humanidade). A tarefa da ASF é gerenciar esta agenda por meio de arranjos de pronto emprego nas cinco sub-regiões da África.

A ASF é formada por capacidades multidimensionais, incluindo militares, policiais e civis. Esses funcionários estão de prontidão em seus países de origem, prontos para implementação rápida. O conceito inicial da ASF era ser um mecanismo de reação rápida, que permitisse aos africanos dar respostas rápidas em uma situação de crise, sem qualquer carga política e instrumental. As funções da ASF incluem: observação e monitoramento de missões; outros tipos de operações de apoio à paz; intervenção em um Estado membro em circunstâncias graves ou a pedido de um Estado membro para restaurar a paz e a segurança, de acordo com os Artigos 4 (h) e 4 (j) do Ato Constitutivo. Outras funções são o desdobramento preventivo para evitar que as disputas e conflitos se intensifiquem, ou que um conflito violento em andamento se espalhe para áreas ou Estados vizinhos, ou, ainda, que ocorra o ressurgimento da violência depois que as partes em conflito tenham chegado a um acordo. A ASF também atua na construção da paz, incluindo desarmamento e desmobilização pós-conflito; assistência humanitária para alívio do sofrimento das populações civis nas áreas de conflito e apoio ao enfrentamento de grandes desastres naturais. Ela também desempenha qualquer outra função que possa ser exigida pelo PSC ou pela Assembleia.

O Fundo Africano para a Paz (APF)

O Fundo Africano para a Paz (APF) foi estabelecido em junho de 1993 como um dos instrumentos operacionais para financiar as atividades de paz e segurança da UA. Foi criado devido a constatação de que as contribuições dos Estados membros, por si só, não seriam suficientes para que a OUA assumisse suas diversas responsabilidades. O Fundo da Paz é constituído por doações financeiras do orçamento regular da UA, incluindo contribuições em atraso, contribuições voluntárias dos Estados membros e de outras fontes na África, incluindo o setor privado, sociedade civil e indivíduos, bem como através de atividades de angariação de fundos.

Obviamente, a UA criou, por meio da APSA, instituições e estruturas para facilitar a realização do seu objetivo de promover a paz e a segurança na África. O que falta, no entanto, é que essas instituições e estruturas funcionem de maneira satisfatória para cumprimento de seus mandatos.

O Enquadramento Legal da APSA: uma Nova Ordem Normativa da UA para a APSA gerenciar?

A institucionalização da APSA pela UA resultou da constatação de que os conflitos na África eram um grande impedimento ao desenvolvimento socioeconômico do continente. A antiga OUA não tinha recebido os poderes adequados para lidar com esses conflitos e posicionar a África em um caminho de paz e segurança, bem como de crescimento e desenvolvimento socioeconômico. Portanto, era preciso que medidas fossem tomadas para promover a paz, a segurança e a estabilidade como um pré-requisito para a implementação da agenda de desenvolvimento e integração na África. Por essa razão, a UA comprometeu-se em estabelecer todas as medidas necessárias para o fortalecimento de suas instituições e, assim, proporcionar-lhes os poderes e recursos necessários para o cumprimento de maneira eficaz de seus respectivos mandatos.

Um estudo dos objetivos e princípios da UA, comparados com os da OUA, revela a mudança de uma velha ordem normativa da OUA, destinada a salvaguardar a soberania individual dos Estados na África, a uma nova ordem normativa da UA, destinada a abordar não só a segurança do Estado africano, mas também a segurança do povo africano. Ou seja, de uma cultura de não intervenção e não ingerência nos assuntos internos dos Estados membros, a uma norma de intervenção e não-indiferença. Entre outros, os objetivos da UA são defender a soberania, integridade territorial e independência dos seus Estados membros; promover a paz, segurança e estabilidade no continente; promover princípios e instituições democráticas, participação popular e boa governança; promover e proteger os direitos humanos e dos povos de acordo com a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e outros instrumentos relevantes de direitos humanos. Para estes fins, os princípios da UA incluem a proibição do uso da força ou ameaça de força entre os Estados membros; não interferência nos assuntos internos de outros Estados membros; o direito da UA de intervir num Estado membro em circunstâncias graves como crimes de guerra, genocídio e crimes contra a humanidade; o direito dos Estados membros solicitarem intervenção da UA para restaurar

a paz e a segurança; bem como o respeito pelos princípios democráticos, direitos humanos, Estado de direito e boa governação.

Em todos os itens acima, a APSA tem um grande papel a desempenhar para assegurar que o comportamento dos Estados membros da UA esteja em conformidade com os objetivos e princípios dessa. O trabalho do PSC é inspirado pelo Conselho de Segurança da ONU, que tem a responsabilidade primária de manter a paz e a segurança internacionais, assim como o papel que a Carta das Nações Unidas atribui aos arranjos regionais a manutenção da paz e segurança.

O Protocolo do PSC manifesta profunda preocupação com a prevalência de conflitos armados na África, aos quais são atribuídos o declínio socioeconômico do continente, bem como o sofrimento da população civil. O Protocolo, por conseguinte, expressa a determinação dos Estados membros de reforçar a sua capacidade para enfrentar os conflitos no continente, bem como assegurar que a UA desempenhe um papel central na busca da paz, segurança e estabilidade no continente. Para colocar essa determinação em prática, o Protocolo estabelece o PSC como um órgão de decisão permanente para a prevenção, gestão e resolução de conflitos. Espera-se que o PSC seja um mecanismo de segurança coletiva e aviso prévio para facilitar a resposta oportuna e eficiente em situações de conflito e crise na África. A Comissão da UA e as outras quatro componentes da APSA devem apoiar o PSC na execução deste mandato.

O mandato da APSA, de acordo com o Protocolo do PSC, faz do PSC uma réplica do Conselho de Segurança da ONU para a UA, e constitui o coração da UA quando se trata de lidar com ameaças à paz e segurança no continente. Como o Conselho de Segurança da ONU, o PSC existe para reforçar as regras, princípios e normas da UA na área de paz e segurança. Para poder desempenhar as suas responsabilidades, o PSC recebe alguns poderes dos Estados membros, como antecipar e prevenir disputas, conflitos e políticas que podem levar ao genocídio e a crimes contra a humanidade. O PSC também tem o poder de empreender funções de *peacemaking* e *peacebuilding* para resolução de conflitos. Também tem o poder de autorizar o monitoramento e o envio de missões de paz e de recomendar à Assembleia a intervenção em nome da UA, de acordo com o Artigo 4 (h) do Ato Constitutivo. Outros poderes do PSC são aprovar as modalidades de intervenção; instituir sanções contra mudanças inconstitucionais de governo nos Estados membros; implementar a Política de Defesa Comum Africana; implementar os instrumentos regionais e da UA de combate ao terrorismo; e promover e desenvolver uma forte parceria para a paz e segurança entre a UA e a ONU, e outras organizações internacionais relevantes.

Ao dotar o PSC com os poderes do Artigo 7, a UA delega ao PSC lidar com questões sobre a paz e a segurança do continente, como é o caso da ONU e do seu Conselho de Segurança. Assim, espera-se que o PSC tenha o apoio maciço dos Estados membros da UA na execução das suas funções destinadas a criar e manter a paz e a segurança na África. Espera-se, também, que o PSC trabalhe em estreita colaboração com a Comissão da UA, que desempenhará um papel consultivo nesta área. O PoW e o CEWS devem apoiar os esforços do PSC nas áreas de prevenção de conflitos e funções de observação e monitoramento, respectivamente. A ASF apoia o PSC na implementação de missões e intervenções de apoio à paz. O Fundo para a Paz deve fornecer o apoio financeiro necessário ao PSC em períodos de operações de paz e outras atividades operacionais relacionadas à paz e segurança. Dito isso, o Fundo para a Paz até agora sofreu alguns constrangimentos dos doadores desde o seu início. Um caso típico foi o comportamento do Japão durante a crise do Mali, na qual a UA foi instruída pelo Japão a não enviar tropas ao Mali para o papel de combate direto, exceto para manutenção da paz (Missões de Observadores), sob a pena de se retirar do Fundo para a Paz. Os doadores dão várias prescrições sobre quais fundos podem ou não ser usados. A UA e o seu PSC podem, por outro lado, considerar necessário utilizar o fundo de forma diferente, colocando-os em desacordo com os seus doadores. Tais restrições dos doadores, portanto, limitam o alcance da UA e do PSC no cumprimento do seu mandato.

APSA: Sucessos, Progressos e Desafios

O desempenho dos componentes da APSA é variável. Enquanto alguns foram totalmente operacionalizados, outros ainda não. E mesmo os componentes que estão prontos, estes ainda possuem seus próprios desafios que os impedem de funcionar de forma otimizada.

O PSC parece ter atuado muito além de suas expectativas, tendo convocado várias reuniões para deliberar sobre questões de conflito e situações de crise. Também emitiu vários comunicados e declarações relacionados ao Burundi, República Centro-Africana, Chade, Comores, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Guiné, Guiné-Bissau, Quênia, Libéria, Madagascar, Mauritânia, Níger, Ruanda, Somália, Sudão do Sul, Sudão, Togo e Zimbábue, entre outros. O PSC também autorizou sanções contra vários Estados membros, além do envio de missões de paz ao Burundi (2003), ao Sudão (2004), a Comores (2006) e à Somália (2007). O PSC demonstrou

capacidade de alertar para situações de crise na África, funcionando como um dos componentes mais importantes e poderosos da APSA. As realizações do PSC até agora demonstram o crescente compromisso dos Estados membros em combater conflitos no continente, mas também fornece uma indicação da fragilidade da situação de segurança de alguns de seus membros.

Kwesi Aning (2008), no entanto, observa que o PSC não tem sido capaz de aplicar suas normas, valores e princípios igualmente a todos os Estados membros. Entretanto, isso não é surpreendente. Exemplos podem ser citados como o caso de Togo, Mauritânia e Sudão, nos quais as normas do PSC foram aplicadas de maneira diferente. No Togo, foi preciso a liderança combinada da CEDEAO e da UA para reverter o golpe de Estado que ocorreu em fevereiro de 2005. Na Mauritânia, no entanto, uma aplicação “generalizada” de sanções após o golpe de Estado culminou na incapacidade de reversão da tomada de poder pelos militares. A Mauritânia revelou-se difícil, apesar da sua suspensão da UA e dos esforços internacionais mais amplos para devolver o país ao governo democrático. O caso do Sudão foi ainda mais difícil para o PSC e trouxe à tona um desafio único sobre como as normas e princípios em desenvolvimento da UA deveriam ser aplicados. O PSC e a comunidade internacional em geral, durante muito tempo, não conseguiram mudar o comportamento do Sudão.

Mais uma vez, a ligação entre o PSC e órgãos semelhantes nas RECs / RMs foi limitada. A interação entre o PSC e outros componentes da APSA não foi adequada, isto em parte por causa da não operacionalização de alguns desses componentes. O apoio institucional ao PSC também é limitado, embora o conjunto de atividades tenha crescido exponencialmente. O Secretariado do PSC está sobrecarregado, pois apoia tanto o PSC como alguns dos seus membros com capacidade limitada nas suas embaixadas. As estruturas nas RECs enfrentam desafios semelhantes de apoio administrativo.

Além disso, o CEWS foi capaz de automatizar a coleta de dados e relatórios em um nível avançado. No entanto, a operacionalização varia quanto ao nível das RECs/RMs. Enquanto a ECOWARN e a CEWARN são relativamente avançadas na automatização da coleta de dados e relatórios, os avanços no CEN-SAD, EAC e COMESA têm sido lentos. No entanto, foram feitos progressos importantes no estabelecimento de quadros políticos, conceitos específicos e abordagens para o alerta preventivo. Também houve movimentos para trazer organizações da sociedade civil (OSCs) e instituições de treinamento com interesse em alerta antecipado, paz e segurança.

A análise de conflitos e o desenvolvimento de opções de resposta não foram os melhores. Isso porque há vários desafios com a coleta, com-

partilhamento e distribuição de informações entre as partes interessadas. Um claro quadro colaborativo deve ser feito no fortalecimento das relações entre o CEWS na UA e os sistemas de aviso prévio das RECs. Em termos de infraestrutura, embora tenham sido envidados esforços significativos no desenvolvimento de sistemas para o bom funcionamento do CEWS, ainda há problemas com a capacidade analítica do pessoal, o recrutamento e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos necessários, a implantação das ferramentas necessárias para recolhimento e análise de dados, institucionalização de um sistema de aviso prévio padronizado nas RECs e o estabelecimento do sistema necessário para as ligar ao CEWS na Sede da UA, bem como o quadro jurídico e político para as relações institucionalizadas com as RECs.

O PoW, por sua vez, teve várias reuniões, formais e informais, com indivíduos interessados em paz e segurança. Ele embarcou em algumas visitas a países, além de observação e monitoramento em áreas afetadas por conflitos. Em comparação com os outros componentes, pouco se sabe sobre os detalhes de suas atividades. Todos os anos, o PoW trabalha com uma área temática particular coberta em seu mandato: Prevenção da Violência Relacionada às Eleições (2008); Impunidade, Reconciliação e Conciliação (2009); e Mulheres e Crianças em Conflitos Armados (2010). O Painel realiza reuniões periódicas com o PSC em suas principais áreas temáticas que ajudam no processo de tomada de decisão do PSC. Uma reunião especial foi realizada sobre “Mulheres e Crianças em Conflitos Armados” em março de 2010. O PoW também organizou oficinas em Nairóbi, Quênia (novembro de 2008), Monróvia, Libéria (maio de 2009) e Kinshasa, RDC (maio de 2010).

Embora o PoW pareça estar em boa trajetória, ainda há vários problemas a serem resolvidos. As reuniões do Painel com o PSC são mais informais do que formais. Os dois parecem estar trabalhando paralelamente uns aos outros e apenas se reunindo em colaboração com o Presidente da Comissão. Novamente, os membros do Painel parecem estar trabalhando de maneira *ad hoc*, com cada um envolvido em outras atividades fora do PoW. Às vezes, eles não estão disponíveis quando necessário para cuidar de situações de conflito. O Painel também parece estar mais interessado na prevenção de conflitos (isto é, democracia, governança, Estado de direito) do que no gerenciamento e resolução destes. Isso ocorre mesmo havendo muita atenção à prevenção de conflitos. O desafio de não conhecer suas atividades em detalhes também dificulta os esforços de paz. Outras partes interessadas não são informadas sobre todos os acontecimentos nas áreas de operação do PoW. Para resolver estes desafios, o Painel deve assegurar que as suas atividades de prevenção de conflitos estejam devidamente coordenadas com as outras instituições da UA que lidam com a paz e a segurança. Deve existir uma relação de trabalho

cordial entre o Painei, o PSC, o Departamento de Assuntos Políticos e a AUC, a fim de evitar a duplicação de papéis e garantir a eficiência na prestação de serviços. O PoW precisa, ainda, ampliar seu escopo de atuação para colaborar com estruturas e instituições similares nas RECs, bem como organizações da sociedade civil na África que lidam com paz e segurança.

Os esforços para operacionalizar a ASF registraram bom progresso, embora o grau de evolução varie de região para região. O progresso no desenvolvimento de um conceito multidimensional para o ASF é um dos mais notáveis até hoje. Os componentes militar e policial foram colocados em prática em todas as RECs. No entanto, a criação do componente civil continua sendo um desafio. Com relação a isso, o ângulo de desenvolvimento da política foi bem coberto pelas várias RECs. O que permanece problemático são as disparidades nos níveis de implementação dessas políticas pelas próprias RECs. Também não existe um quadro vinculativo entre a UA e as RECs e os seus Estados membros, no que diz respeito à contribuição de tropas. A UA também precisaria de um plano de apoio para aumentar a conscientização sobre a sua existência e atividades, uma vez que a consciência do papel da ASF permanece insuficiente. Espera-se que as lições de exercícios passados, como o AMANI de 2010 e a experiência prática das operações de paz em Darfur (AMIS/UNAMID) e na Somália (AMISOM) contribuam para alcançar a Capacidade Operacional Plena.

Uma avaliação do Fundo para a Paz revela que esse ainda é insuficiente e precário. Em 2007, uma Auditoria de Alto Nível da UA concluiu que havia motivo para preocupação com o financiamento de operações de paz na África. Menos de 10% do orçamento ordinário da UA é atribuído ao Fundo para a Paz. Isso é muito pequeno em comparação com as necessidades das atividades de manutenção da paz no continente. As contribuições fixas para financiar a manutenção da paz não foram feitas, e o reembolso dentro de seis meses dos contingentes que contribuem para as operações de paz, conforme previsto no Protocolo, nem sempre foi honrado. Até que estes desafios sejam superados, o trabalho da APSA continuará a enfrentar desafios financeiros, uma situação que talvez uma parceria com a ONU e outras organizações internacionais possa melhorar. Esta parceria com a ONU e outras organizações internacionais, no entanto, tem seus próprios desafios que a própria UA reconhece. As desvantagens da dependência excessiva de recursos financeiros oriundos de doadores ou parceiros estrangeiros revelam-se nas restrições que estes impõem ao fundo, ditando o que pode e não pode ser aplicado no contexto de paz e segurança. Outro desafio relacionado à excessiva dependência dos doadores é a propriedade do processo de paz no continente. Pode a UA e os seus Estados membros reivindicarem a pro-

priedade dos processos de paz na África quando os estrangeiros pagam para assegurar que os processos se realizem? O mantra popular de “soluções africanas para os problemas africanos” é apenas uma conversa sem apoio financeiro dos Estados africanos? A UA na sua Cimeira Especial em Trípoli (2009) afirmou que era fundamental que os Estados membros cumprissem as suas obrigações financeiras, para que a dependência da organização em relação à ajuda externa pudesse ser reduzida e a sustentabilidade e propriedade pudessem ser garantidas.

A APSA: Qual diferença exerceu na África?

Até agora, é evidente que a APSA foi institucionalizada, embora alguns desafios persistam. Seus componentes foram devidamente estabelecidos pelo marco legal e suas funções também são bem conhecidas pelos Estados membros da UA. Uma vez que foram estabelecidas por e com o consentimento destes Estados, espera-se que estes apoiem a APSA no desempenho das suas funções. O apoio, nesse sentido, inclui assegurar que suas ações ou comportamento estejam de acordo e não prejudiquem as regras, princípios, normas e valores que a APSA é encarregada de policiar. Se os Estados membros falharem ou forem contrários a estas normas, o seu comportamento deverá ser considerado inaceitável e, por conseguinte, a APSA poderá aplicar as sanções adequadas, também com o apoio dos demais Estados membros. Que diferença, então, a APSA fez em paz e segurança na África? Quão eficazes foram suas ações? Quais foram os resultados? As respostas da APSA em situações de crise e conflito garantem sua continuidade? Quais mudanças são prováveis de acontecer dentro da APSA no futuro?

A APSA coloca a UA numa melhor posição para lidar com conflitos e crises na África do que a OUA. Ela tem, até certo ponto, facilitado a busca da UA para promoção da paz e segurança por meio de intervenções que vão desde a diplomacia e mediação; missões de observação; condenação de governos inconstitucionais; até a implantação de operações de paz. No entanto, os resultados nem sempre foram os mesmos. Houve sucessos e fracassos. Esta seção discute tais sucessos e fracassos, bem como o que explica esses resultados.

Em operações de paz, a APSA registrou algumas conquistas notáveis, bem como algumas falhas. Por exemplo, a operação no Burundi (2003-2004) foi considerada muito bem sucedida, embora houvesse outros desafios no que diz respeito ao Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR). Avaliações iniciais das Nações Unidas sobre a situação do Burundi provaram a natureza precária do conflito. No entanto, a postura pragmática e de lide-

rança da UA culminou na cessação da violência. A presença da Missão da UA no Burundi (AMIB) desencorajou a violência e serviu como dissuasão para as facções do conflito, até que a AMIB entregou com sucesso a Missão da ONU no Burundi (ONUB) em 2004. Mais uma vez, as operações da UA em Comores foram bem sucedidas, pois contribuíram para o retorno do país ao regime democrático. A Missão da UA de Apoio às Eleições em Comores (AMISEC, implantada em 2006) e depois a Missão de Assistência Eleitoral e Segurança da UA a Comores (MAES) enfrentaram desafios iniciais devido ao seu pequeno número de contingentes. De qualquer forma, elas conseguiram criar a atmosfera certa para as eleições serem realizadas. No entanto, foi necessária uma invasão militar brutal da UA para expulsar o governo rebelde e devolver o governo central ao poder.

No Sudão e na Somália, os resultados foram totalmente diferentes. No Sudão, as operações se mostraram extremamente difíceis. Como o Burundi, a situação no Sudão era precária. Contudo, o mandato da Missão da UA no Sudão (AMIS, implantado em 2004) era demasiado restritivo para permitir operações de paz robustas e para devolver a estabilidade ao país. A AMIS também não conseguiu o apoio do governo e dos rebeldes. Pior ainda, ela não tinha as capacidades ou presença necessárias para cumprir com seu mandato. Na Somália, a AMISOM (implantada em 2007) também teve pouco impacto, especialmente por causa de acusações de parcialidade contra a UA, que teria ajudado a Etiópia a impor um governo ilegítimo ao povo da Somália. As atividades da AMISOM também tiveram o desafio de um número limitado de tropas numa vasta área de operação.

Sobre a gestão das Mudanças Inconstitucionais de Governo (UCGs)⁷, a UA, através da APSA, superou os dias da OUA de tolerar e trabalhar com governos inconstitucionais. Com exceção de alguns casos, a UA parece ter proibido UCGs, tanto no papel quanto na prática. UCGs registrados pela APSA até agora incluem Togo (2005), Mauritânia (2005 e 2008), Guiné (2008), Madagascar (2009), Níger (2010), Líbia (2011) e Costa do Marfim (2011). Mais uma vez, nesta área, a APSA não tem sido consistente na sua aplicação dos princípios e normas apropriadas, e também quanto às sanções. Em alguns casos, a UA condenou rapidamente os UCGs. No entanto, em outros, atrasou até depois da condenação por outros órgãos regionais, como a CEDEAO, apenas para adicionar a sua voz de forma indireta. Isto levou a acusações de parcialidade em resposta a UCGs contra a UA. A UA não agiu efetivamente para condenar a mudança na Constituição do Níger pelo Presidente Mamadou Tandja, que permitia que ele permanecesse no poder. No

7 Do inglês, *Unconstitutional Changes of Government*.

entanto, quando o golpe de 2010 ocorreu no Níger, a UA foi muito rápida em condená-lo. Novamente, na Costa do Marfim, a UA adiou e nunca impôs sanções ao governo do Presidente Gbagbo por se recusar a renunciar ao poder após a derrota. O Zimbabuê tem sido outro ponto negativo na legitimidade da APSA, uma vez que a UA se opôs à imposição de sanções contra o regime de Robert Mugabe. Appiah (2014) chama a atenção para o fato de que, embora a democracia tenha sido aceita como a forma legítima de governo no continente, os partidos de oposição raramente ganham eleições. Em vez disso, alguns candidatos venceram eleições em condições questionáveis, mas não enfrentaram sanções da UA e do seu PSC. A autora também aponta para o fato de que a APSA não estava equipada com os mecanismos necessários para lidar com as revoltas no Egito e na Tunísia, bem como com a insurreição armada na Líbia. O caso da Líbia, segundo Appiah (2014), evidenciou uma marginalização da União Africana pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), para, assim, derrubar o regime de Muammar Gaddafi na Líbia. Esse caso evidencia um choque entre as instituições da ONU e da UA e seu PSC. Claramente, a aplicação das normas da UA às UCGs da APSA mostra muitas inconsistências que precisam ser abordadas para resgatar a imagem da UA e a legitimidade de suas ações para trazer paz e segurança.

Conclusão

Em suma, a APSA fez grandes progressos no cumprimento do seu mandato para promoção da paz, segurança e estabilidade na África. Como sugerido no início do artigo, no entanto, as conclusões apoiam o argumento de que a incapacidade da UA de aplicar as regras, princípios, valores e normas da UA de uma maneira uniforme para moldar o comportamento dos Estados membros é o maior desafio da organização. O Neoinstitucionalismo considera a constância e congruência na aplicação de normas cruciais para a previsibilidade das instituições. Novamente, é somente quando há previsibilidade, que a continuidade e a mudança podem ser garantidas. A instituição APSA deve ser capaz de entregar os resultados políticos esperados, isto é, a paz, a segurança e a estabilidade na África. Até que os muitos desafios da APSA sejam tratados, de modo a colocá-la em um estado capaz de lidar com todos os tipos de situações de conflito, a APSA não pode cumprir plenamente o seu mandato. Em vez disso, sua capacidade e autoridade serão enfraquecidas com o tempo e acabarão tendo que ceder. A UA deve desenvolver e manter um grande interesse nos recursos técnicos, humanos e financeiros da APSA para permitir que ela funcione de forma ideal para cumprir o seu mandato principal de promoção da paz, segurança e estabilidade em África.

Depois de capacitá-la para assim torná-la uma instituição independente, capaz de adotar as decisões certas por si própria e agir de forma pragmática, a UA deve construir e reforçar as parcerias certas com organizações internacionais interessadas na paz, segurança e estabilidade na África. Isso a colocará em posição de ser aceita e defendida por seus Estados membros (internos), bem como validada pelo restante da comunidade internacional (externos).

REFERÊNCIAS

- African Peace and Security Architecture. n/d. "African Union's blueprint for the promotion of peace, security and stability in Africa". <http://www.peaceau.org/uploads/african-peace-and-security-architecture-apsa-final.pdf>.
- African Union. 2000. "Lome Declaration of 2000 for conditions that qualify as unconstitutional changes of government". <http://www.peaceau.org/uploads/ahg-decl-2-xxxvi-e.pdf>.
- _____. 2018. "Panel of the Wise (PoW)". <http://www.peaceau.org/en/page/29-panel-of-the-wise-pow>.
- _____. n/d. "Peace and Security Council". <http://au.int/en>.
- _____. 2002. "Protocol relating to the establishment of the Peace and Security Council of the African Union".
- _____. 2015. "The African Standby Force". <http://www.peaceau.org/en/page/82-african-standby-force-asf-amani-africa-1>.
- _____. 2000. "The Constitutive Act." Addis Ababa.
- _____. 2018. "The Continental Early Warning Systems." <http://www.peaceau.org/en/page/28-continental-early-warning>.
- Aning, Kwesi. 2008. "The UN and the African Union's security architecture: Defining an emerging partnership?." *critical currents* 5: 17.
- Appiah, Juliana Abena. 2014. *The African Union and the Quest for Peace and Security in Africa: 2002-2012*. PhD diss., University of Ghana.
- Bah, Alhaji Sarjoh; Choge Choge-Nyangoro; Solomon A. Dersso; Brenda Mofya, and Timothy Murithi. 2014. *The African Peace and Security Architecture: A handbook*. Friedrich-Ebert-Stiftung.
- Bell, Stephen. 2002. "Institutionalism." 363-380.
- Fisher, L.M., et al. 2010. "African Peace and Security Architecture (APSA) Assessment Study", 2010:33.
- Murithi, Tim e Hallelujah Lulie. 2012. "The African Union Peace and Security Council-a five-year appraisal." *Institute for Security Studies Monographs* no. 187: 268.

Pollack, M. A. 2008. "The New Institutionalisms and European Integration". *Webpapers on Constitutionalism & Governance beyond the State*.

RESUMO

A Arquitetura de Paz e Segurança Africana (APSA) foi instituída pela União Africana (UA) em 2002 para manter as regras, normas, objetivos e princípios da UA sobre paz, segurança e estabilidade na África. A APSA também foi estabelecida para assegurar que o comportamento dos Estados membros da UA se moldasse a esses princípios e normas. A APSA deveria ser a estrutura operacional para a implementação efetiva de decisões tomadas sobre prevenção de conflitos, operações de paz, operações de apoio à paz, construção da paz e reconstrução pós-conflito. Seu mandato refletia a mudança para a segurança humana, que é amplamente aceita no nível continental. A APSA lidou com questões relacionadas ao desenvolvimento humano; promoção de práticas democráticas, boa governança e respeito aos direitos humanos, ação humanitária e gestão de desastres naturais. No quadro da teoria Neoinstitucionalista da integração, e com o uso de dados secundários, a hipótese deste trabalho é de que a APSA, como resultado de não aplicar de forma uniforme as suas regras para todos os Estados membros, vem tendo dificuldades na atuação em promoção da paz e segurança na África. O artigo, portanto, avalia o desempenho da APSA desde o seu início e apresenta uma visão geral dos principais componentes da APSA, seu arcabouço legal, bem como seus sucessos, perspectivas e desafios. O principal objetivo do artigo é verificar se a APSA fez alguma diferença na área de paz, segurança e estabilidade na África desde a sua criação. O trabalho constatou que, apesar dos grandes avanços feitos pela APSA em cumprir seu mandato para promover a paz, segurança e estabilidade na África, sua incapacidade de aplicar as regras, princípios, valores e normas da UA de maneira uniforme, para assim moldar o comportamento dos Estados membros, vem resultando em prejuízos para sua atuação. Para que a APSA lide eficazmente com os conflitos na África, recomenda-se que a UA desenvolva e mantenha um grande interesse nos recursos técnicos, humanos e financeiros da APSA para permitir que funcione da melhor forma possível. A União Africana é encorajada a permitir que as regras funcionem e que sejam aplicadas uniformemente aos estados membros. A UA deve também continuar a construir e reforçar as suas parcerias com organizações internacionais preocupadas com a paz e a estabilidade em África.

PALAVRAS-CHAVE

União Africana; APSA; Resolução de Conflitos.

*Recebido em 8 de março de 2018.
Aprovado em 6 de junho de 2018.*

Traduzido por Rafaela Pinto Serpa.

A CONSTRUÇÃO DA PAZ EM UMA FRONTEIRA INTERNACIONAL CONTESTADA: A RESOLUÇÃO DO CONFLITO FRONTEIRIÇO ENTRE NIGÉRIA E CAMARÕES E O SURGIMENTO DE NOVAS QUESTÕES¹

Kenneth Chukwuemeka Nwoko²

Introdução

A solução política sob o Acordo *Green Tree*, que levou à entrega da península de Bakassi pela Nigéria à República de Camarões, após a decisão da Corte Internacional de Justiça (2002), sinalizou o fim do prolongado conflito fronteiriço entre Nigéria e Camarões, pelo menos superficialmente. No entanto, alguns analistas acreditam que isso marcou o início do que pode resultar em um conflito futuro (Agbakwuru 2012; The Guardian 2006). A partir da análise do veredito da Corte, parece que, enquanto os interesses dos dois países envolvidos no conflito aparentam terem sido levados em consideração, o interesse dos nativos e dos habitantes de Bakassi não. Além de alienar essas pessoas locais de seus lares ancestrais, locais culturais e oportunidades de sustento, atividades como a pesca, transporte interestadual de água, comércio etc., que eram operados desde os dias pré-coloniais pelos habitantes locais, aparentam ter sido interrompidos, colocando em risco seus meios de subsistência e sobrevivência.

O acordo anglo-germânico de março de 1913, no qual a decisão da CIJ se baseou para seu veredito sobre o conflito fronteiriço entre Nigéria e Camarões, representa o primeiro marco no processo de alienação dos habitantes da península de Bakassi, o *causus bellum*; especialmente desde que os reis e

¹ Esse estudo foi realizado com doações da African Peacebuilding Network of the Social Science Research Council, EUA.

² Departamento de História e Estudos Internacionais, Universidade McPherson, Seriki Sotayo, Nigéria. E-mail: nwokokenneth@gmail.com.

chefes de *Old Calabar* exerceram soberania sobre os Bakassi³, um título que foi incluído naquela parte da Nigéria como Estado soberano durante o período deste conflito. Enquanto a decisão da CIJ deu precedência às construções contemporâneas ocidentais das noções de fronteiras e soberania em detrimento da consolidação histórica (Sama & Johnson-Ross 2005-2006, 111), “o tratado de protetorado feito sem jurisdição não deveria ter precedência sobre os direitos de propriedade da comunidade e propriedade existentes desde tempos imemoriais” (Nigerian Information Service Centre 2002; The Guardian 2002, 1-2). Em outras palavras, a Alemanha transferiu para Camarões o que não recebeu da Grã-Bretanha, uma vez que o direito de propriedade do título estava com os reis e chefes de *Old Calabar*. O foco deste artigo não é aprofundar as questões jurídicas relativas à propriedade legal do território, uma vez que a decisão da CIJ havia colocado isso em repouso. O objetivo é analisar as questões decorrentes do acordo que poderiam comprometer a “paz fria” entre os dois países; questões relacionadas com as repercussões psicológicas, socioeconômicas e políticas que o método de resolução do conflito e a sua aplicação trouxeram aos nativos e aos habitantes da Península de Bakassi, bem como recomendações para uma paz duradoura nesta região problemática.

Revisão de Literatura

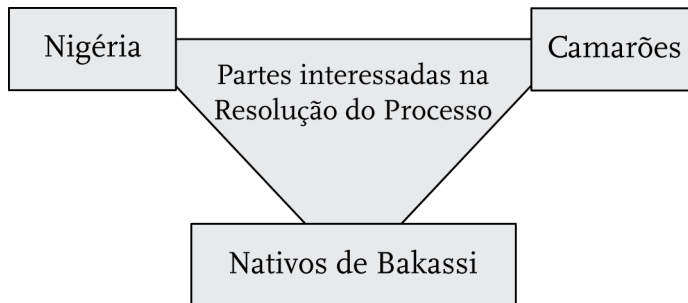
Trabalhos acadêmicos são abundantes no que tange o conflito fronteiriço entre Nigéria e Camarões. A maioria desses estudos concorda com as origens coloniais do conflito (Nwoko 2012; Aghemelo & Ibhasebhor 2006; Sama & Johnson-Ross 2005-2006). No entanto, não existe acordo quanto à propriedade do território contestado. A tendência na literatura parece ter sido a análise do conflito envolvendo a origem e o curso dele e as possíveis implicações do julgamento da CIJ em ambos os lados do conflito (Bekker 2003; Tarlebbee & Baroni 2010). Outros exploraram os processos de negociação na decisão pós-CIJ (Tarlebbee & Baroni 2010). Não importa o nível de interpretação do conflito e o resultado subsequente, uma questão se destacou: que o interesse e o bem-estar do povo de Bakassi não foram incluídos para análise ou interpretação, tanto na decisão da CIJ quanto na literatura. O mais próximo de explorar a situação dos moradores da região é o estudo da Sama & Johnson-Ross (2005-2006). O estudo, no entanto, limita-se ao impacto do conflito na Península de Bakassi sobre as relações entre as populações residentes de anglo-saxões camaroneses e da população residente nigeriana. Enquanto a Nigéria usava o bem-estar do povo Bakassi como uma

3 O tratado de proteção entre a Grã-Bretanha e os reis e chefes de Old Calabar, 10 de setembro de 1884.

das bases para sua reivindicação sobre a Península (Tarlebbee & Baroni 2010, 206), a mesma alegação parece ter sido descartada quando ela não conseguiu se concretizar. De fato, o Acordo *Green Tree* (2002 *apud* Ngang 2007) prevê no Artigo 3 que “Camarões, após a transferência de autoridade pela Nigéria, garante aos nigerianos que vivem na Península de Bakassi o exercício de seus direitos e liberdades fundamentais, consagrados na lei internacional dos direitos humanos e em outras disposições relevantes do direito internacional”. No entanto, esta disposição parece ter sido violada. Isso equivale a uma óbvia violação do direito internacional por Camarões, assim como a negligência intencional da população de Bakassi pela Nigéria representa irresponsabilidade e uma negação da lei do contrato social (Internet Encyclopedia of Philosophy n.d.).

O processo de implementação da decisão da CIJ e do Acordo *Green Tree* e os sucessos registrados ao conseguir que as partes o assinassem foram definitivamente um indicador do sucesso do processo diplomático que os produziu (Sama & Johnson-Ross 2005-2006, 119). No entanto, uma vez que não resolveu de forma abrangente o problema de Bakassi, foi, portanto, uma falha das abordagens de resolução de conflitos implementadas desde que os nativos não foram abarcados. Como uma panaceia para a paz duradoura na região, Kevin Ngang (2007, 28) propõe uma colaboração conjunta, que se assemelha ao exemplo da França, Holanda e Suécia, que conjuntamente possuem as ilhas de St. Martin e Saint Barthelemy, enquanto Baye (2010, 32) acredita que o desenvolvimento infraestrutural e a ocupação efetiva de áreas fronteiriças, que controlam incursões futuras, podem garantir a paz sustentável. Mas esta pesquisa depende da paz duradoura na região e apenas um abordagem que equilibra o interesse triangular dos nativos de Bakassi, da Nigéria e de Camarões será capaz.

Figura 1: O Processo Triangular na Resolução do Conflito⁴



⁴ Tradução da Edição.

Antecedentes da decisão da CIJ sobre a fronteira entre Camarões e Nigéria

O evento imediato que levou à decisão da CIJ em 10 de outubro de 2002 foi o ressurgimento da violência entre Nigéria e Camarões na década de 1990. Esta fronteira contestada, que se estende do Lago Chade até o Oceano Atlântico, tornou-se uma fonte recorrente de irritação e controvérsia entre os dois países, logo após suas independências em 1960 (Merrills 1997, 676). Com vários confrontos de fronteira em diferentes momentos, cada um envolvendo perdas de vida e danos às propriedades de ambos os lados, a Península Bakassi tornou-se um teatro peculiar de conflito, com implicações de longo alcance (Merrills 1997, 677).

O governo de Camarões apresentou, em 29 de março de 1994, uma petição inicial contra a Nigéria referente a uma disputa descrita como “relacionada (essencialmente) à questão da soberania sobre a Península de Bakassi”. O requerimento declarou ainda que a “delimitação (da fronteira marítima entre os dois Estados) permaneceu parcial (que) apesar de muitas tentativas para completá-lo, as duas partes foram incapazes de fazê-lo”. Assim, era seu desejo que a CIJ “a fim de evitar mais incidentes entre os dois países... determina o curso da fronteira marítima entre os dois Estados para além da linha fixada em 1975”.

Depois de receber argumentos de ambos os países, a Corte decidiu acerca da soberania sobre a fronteira, em 10 de outubro de 2002, que a autoridade sobre a Península de Bakassi e a área do Lago Chade ficava com Camarões. A Corte também confirmou a validade de certos arranjos coloniais invocados por Camarões e, portanto, fixou, por maioria visível, a fronteira terrestre do Lago Chade, no norte, até a Península de Bakassi, no sul (Bekker 2003, 387). Ao fixar a porção da fronteira marítima sobre a qual tinha jurisdição, a Corte concordou com o argumento posto pela Nigéria, de que a linha equidistante entre os dois países produzia um resultado equitativo, embora se recusasse a identificar o ponto ao largo da costa da Guiné Equatorial na qual termina a fronteira marítima entre Camarões e Nigéria (o “tripoint”) (Bekker 2003, 388).

Figura 2: mostra a Área de Bakassi



Fonte: Map No 4247, United Nations department of peacekeeping operation cartographic section (May 2005).

Pouco mais de uma década desde a decisão da CIJ e mais de cinco anos desde a entrega final da Península de Bakassi a Camarões em 13 de agosto de 2013, parece, a partir de desenvolvimentos recentes, que o processo de assentamento excluiu os habitantes da área. O povo Bakassi, cujos direitos, propriedades fundiárias e meios de subsistência foram mais afetados e que estavam no centro do conflito, parece ter sido deixado de lado na decisão. Após a entrega, os habitantes da Península foram deslocados à força e despejados de suas casas, perseguidos, mortos e impedidos pelos guardas e soldados camaroneses de se engajarem na pesca e outras atividades marítimas que eram suas principais fontes de subsistência (Channel TV News 2013; Vanguard 2013). No lado nigeriano, algumas das pessoas que decidiram regressar à Nigéria foram negligenciadas, abandonadas (Duke 2012) e tratadas principalmente como refugiados; apenas temporariamente abrigados em escolas primárias designadas e prédios públicos em Akpabuyo, Governo Local do Estado de Cross River, na Nigéria, antes de seu recente reassentamento na área de Ikang (Nigerian Newsday 2013). Significativamente, a maioria dessas pessoas condenou seu tratamento como não nigerianos, citando várias questões para apoiar suas reivindicações. Algumas destas reivindicações incluem: que eles não podiam mais exercer seus direitos de voto desde 2011

com o fundamento de que (1) sua área (alas eleitorais) foi transferida para Camarões (2) seus nomes subsequentemente não puderam ser encontrados no Cadastro Independente de Eleitores da Comissão Nacional Eleitoral (INEC)⁵ (FGD: Frank 2015). Da mesma forma, as tentativas de alocar essas pessoas pelo Governo Federal da Nigéria foram excessivamente carregadas de controvérsias sem fim.

As principais questões decorrentes do processo de liquidação, como mencionado acima, são multifacetadas. Primeiro, é a questão da nacionalidade do povo Bakassi e seu direito de existir em sua terra natal. Em segundo lugar, é a relevância ou adequação do mecanismo de construção da paz pós-conflito empregado, especialmente o quanto protege aqueles afetados pelos deslocamentos que surgiram do acordo. É óbvio que a decisão da CIJ e a aplicação da concessão política não acomodaram os interesses triangulares de todas as partes interessadas. Terceiro, é o mecanismo de reintegração na Nigéria, que toma conhecimento do prolongado problema constitucional da dicotomia nativos/colonizador - para o povo Bakassi, recém-chegados são reassentados em um novo lugar longe de seu lar ancestral (Agbese 2013, 379-396). Estas e muito mais são algumas das questões decorrentes do processo de resolução do conflito fronteiriço entre Nigéria e Camarões que este artigo aborda.

Este estudo adota os métodos qualitativos e, a partir deles, o método histórico em termos de coleta, análise e apresentação de dados. A coleta de dados é baseada em fontes primárias e secundárias selecionadas. As fontes primárias incluem dados orais de trabalho de campo, relatórios de estudos de notícias, discussões de grupos focais etc. As fontes secundárias incluem fontes escritas relevantes para o estudo; documentos de política, livros, artigos de revistas e periódicos, além de obras inéditas, teses e dissertações, *papers* de conferências e seminários, entre outros. Os dados orais para o estudo foram obtidos por meio de entrevistas presenciais com informantes-chave e discussões em grupos focais (FGDs) realizadas na Área de Governo Local de Akpabuyo, no Estado de Cross River.

Reações à entrega da Península pela Nigéria a Camarões

O julgamento da CIJ e os processos que se seguiram, incluindo a entrega da Península de Bakassi a Camarões, levantaram muitas questões sem resposta que talvez fizeram os nativos de Bakassi rejeitarem a decisão

5 Do inglês, *Independent National Electoral Commission's Voters' Register*.

da CIJ e os processos subsequentes. Sob a égide da Associação Bakassi Livre, os nativos optaram por uma reparação legal contra o Governo Federal da Nigéria. O grupo, entre outros, buscou uma ordem de mandado para anular o Acordo de *Green Tree* (GTA)⁶ e obrigar a Nigéria a reintegração de posse na Península de Bakassi (Agbo 2012, 56). Procuraram este recurso de acordo com a Seção 1 da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (Lei 10 da Lei de Execução e Ratificação), Leis da Federação da Nigéria, 1990, bem como a Ordem 34 Regras 1 (a), 3 (1) e (2) das Regras do Processo Civil do Tribunal Superior Federal de 2007. Os litigantes consideraram o GTA como uma violação dos Artigos 1, 2, 20, 21, 22 e 24 da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. Eles também acreditavam que o Acordo era uma violação do Artigo 1 da Convenção Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e do Artigo 1 (2) da Carta da ONU, além de violar a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

A decisão da CIJ e o GTA parecem ter sido ainda mais comprometidos pela posição da Assembléia Nacional da Nigéria, em que qualquer acordo permanece ilegal até que seja ratificado pela Assembléia. De acordo com a Seção 12 (1) da Constituição de 1999 da República Federal da Nigéria, “Nenhum tratado entre a Federação e qualquer outro país terá força de lei, exceto na medida em que tal tratado é promulgado pela Assembleia Nacional”. A posição da Assembleia Nacional foi, entretanto, esclarecida pelo ex-Procurador Geral da Federação e Ministro da Justiça, no sentido de que o GTA nunca foi um tratado, mas um acordo de estudo firmado voluntariamente pelos dois Estados partes envolvidos e pela Comissão Mista, como testemunha para a execução da decisão da CIJ (Nwoko 2012, 30). Apesar destas agitações, parece que a ação do governo nigeriano na entrega do território a Camarões continua a ser irreversível.

Desde que o governo da Nigéria deslocou muitos dos nativos Bakassi retornados para uma área do Estado em Ikang, um dos locais de realocação (os outros sendo Kwa Island e Ilhas Dayspring 1 e 2; as únicas porções não cedidas do território Bakassi) com as promessas de fornecer a infraestrutura básica e a aquisição de habilidades para os nativos de Bakassi, nada mudou. Na maioria dos casos, os nativos que viveram suas vidas como pescadores na Península foram transferidos para uma área sem litoral (FGD: Effiong 2015), sugerindo que o governo talvez fosse insensível às necessidades de seus cidadãos. Um plano de reassentamento mais atento envolveria, entre outros, expor as pessoas deslocadas a novas habilidades para ajudá-las a se adaptar à sua nova vida, longe das atividades econômicas relacionadas com

6 Do inglês, *Green Tree Agreement*.

o mar. Na maioria das vezes, promessas de desenvolvimento de infraestrutura, como escolas, centros de saúde, postos de segurança policial etc., não estavam disponíveis, nem os pagamentos mensais mínimos que lhes foram prometidos (FGD: Effiong 2015). A questão então é por que essas promessas não foram cumpridas e quais são as implicações? A pesquisa revela que essas promessas não foram nem parcialmente nem totalmente mantidas.

Mecanismo e Processo de Reintegração dos nativos de Bakassi na Nigéria e em Camarões

Para facilitar o seu reassentamento, o governo do Estado de Cross River, por meio da Assembleia do Estado, criou alas adicionais da área de Ikang no Conselho de Akpabuyo e acrescentou aos remanescentes dos Bakassi para compor o Novo Governo/Conselho Local de Bakassi sob a Lei No. 7 de 2007. Entre 2009 e 2010, cerca de 4000 repatriados de Bakassi foram evacuados para esta área sob a supervisão da Comissão das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Nesta fase inicial, os suprimentos básicos regulares, incluindo alimentos e água, eram constantes, junto ao salário mensal (FGD: Bassey 2015). Os repatriados foram reassentados na área de Ikang, em duas propriedades de assentados, nomeadamente: Ekpri Obutong e Ikot Effiom Estates. As fazendas abrigavam não apenas os retornados da área de Bakassi, que eram principalmente originários de Efik, mas também de outros estados, como Delta, Akwa Ibom, Cross River, Edo e Bayelsa, que viviam na península de Bakassi. Juntas, essas pessoas estavam, ao menos pelo estudos, alojadas em prédios, com três a cinco pessoas em média, por uma sala (FGD: Okon 2015). Aquela foi a primeira onda de ocupantes retornados das propriedades que também receberam um valor mensal de N5000 (cerca de US \$ 32 na época) para sua manutenção (FGD: Okon 2015). No entanto, o subsídio de manutenção foi subitamente suspenso, assim como a equipe médica responsável pelo centro médico parou de comparecer. Na mesma semana em que este pesquisador realizou uma discussão em grupo com os retornados de Bakassi, um dos participantes⁷ perdeu a esposa grávida e o feto devido à ausência de cuidados médicos. O único posto policial na área desde o início nunca teve um único policial (FGD: Frank 2015). Além disso, os únicos agentes de segurança presentes no novo assentamento eram um grupo de policiais militares fortemente armados na entrada da área de Bakassi. Todavia,

⁷ Paul Bassey Etim (24 anos) perdeu a esposa devido à falta de assistência médica, em particular, aos cuidados de saúde materna.

esses agentes de segurança costumavam ocupar-se de extorquir dinheiro de operadores de veículos comerciais privados, que operavam para lá e para cá da cidade de Calabar, em vez de manter a lei, a ordem e a segurança geral⁸. Da mesma forma, não havia escolas em nenhum lugar ou qualquer tipo de infraestrutura de treinamento na área de reassentamento. A consequência era que as crianças brincavam o dia inteiro sem educação ou qualquer instrução. Para agravar a situação já difícil nas fazendas, os retornados foram frequentemente perseguidos por agentes de segurança sob o pretexto de procurar “militantes” (FGD: Frank 2015).

Estas privações, em grande medida, tiveram enormes implicações para a reintegração dos retornados na sociedade nigeriana. Primeiro, o fracasso do governo nigeriano em providenciar abrigo adequado, comida, segurança ou introduzi-los em novas habilidades irritou os retornados de Bakassi. Havia preocupações na época de que alguns desses reassentados retornavam a Camarões e começavam a trabalhar com os guardas camaroneses, como espões e informantes (FGD: Frank 2015). Outros por frustração, na verdade, voltaram para reivindicar a cidadania camaronesa, mudando seus nomes e identidades, pelo menos a fim de ter abrigo e necessidades básicas da vida. Outros ainda esperavam a possibilidade de dupla nacionalidade. De qualquer forma, essas situações geraram ressentimento contra a Nigéria por parte de seu próprio povo. Isso foi capaz de criar situações explosivas do tipo que fervia na vizinha Delta do Níger. Para validar isso, houve insinuações de que alguns dos retornados de Bakassi haviam se juntado aos militantes do Delta do Níger, que atacavam o governo e as instalações petrolíferas na região (Agbo 2012). Isso explica perfeitamente o constante assédio e ataques aos habitantes das propriedades de repatriados pela polícia militar.

Prevvia-se que a maneira pela qual as autoridades nigerianas trataram seus cidadãos transferidos da península era responsável pela ousadia com que os guardas camaroneses também maltratavam os retornados. Desde 14 de agosto de 2008, quando os camaroneses assumiram o controle administrativo total dos territórios cedidos, as atividades econômicas na área e ao redor dela foram destruídas, ou na melhor das hipóteses, encolhidas, na medida em que o sustento daqueles que retornaram à Península estava em risco. De fato, as autoridades camaronesas pareciam ter, encoberta ou abertamente, ignorado todas as garantias embutidas no Acordo *Green Tree*, assinado em 12 de junho

⁸ Isto foi testemunhado por este pesquisador em primeira mão a caminho da área de Bakassi no trabalho de campo em 25 de agosto de 2015. Os pequenos operadores de táxi pareciam ter concebido uma maneira de contribuir para que os seguranças evitassem qualquer interrupção de suas atividades diárias de transporte.

de 2006. A forte exclusão dos nigerianos em Bakassi, de se engajar em suas vocações tradicionais, parecia deliberada, talvez para mostrar um forte ponto de vitória com base na decisão da CIJ. Poderia também ser interpretado como uma forma de apagar quaisquer traços ou vestígios da presença nigeriana na península ou reduzi-los ao mínimo. Essa postura dos camaroneses pareceu validar o ponto de vista anterior de que Yaoundé estava interessado apenas nas oportunidades e recursos econômicos do território e nada mais. Para corroborar com o exposto, Camarões estabeleceu ministérios governamentais (de pesca e agricultura) para maximizar a exploração dos recursos hídricos na península. A implicação era que as atividades dos nigerianos, portanto, pareciam tanto uma ameaça quanto uma afronta competitiva a Camarões.

Além do rompimento de suas atividades de subsistência, o povo de Bakassi enfrenta prisões arbitrárias, estupros, incêndios criminosos, tortura e execuções extrajudiciais nas mãos dos soldados e guardas de Camarões. Por alegadas infrações menores, por exemplo (como a pesca no rio superior ou o abate de árvores de mangal), pode ser confiscado o motor de um barco infrator e o dono rapidamente levado para Yaoundé, para enfrentar uma possível detenção. Em alguns casos, é uma jornada sem retorno (Bassey 2012, 50). Diversas alegações contra as forças de segurança camaronesas, que incluem o afogamento de pescadores Bakassi flagrados em áreas restritas, o confisco de barcos e redes de pesca e a imposição de taxas arbitrárias aos moradores de Bakassi por policiais camaroneses, levantaram questões sobre o futuro desses nigerianos em Camarões, seja como camaroneses ou como estrangeiros residentes. Abaixo há uma lista de ofensas e taxas correspondentes impostas aos nigerianos de cada vez:

Tabela 1: Mostrando as taxas impostas aos moradores de Bakassi pelos Gendarmes de Camarões

S/No	Ofensas/Ações	Taxa (na Naira)	em US \$
1	Autorização de residência (por ano)	N 150,000*	\$ 937.5
2	Operação do barco manual	N 15,000	\$93.75
3	Operação do barco a motor	N 30,000	\$187.5
4	Corte de lenha	N 5,000	\$31.25
5	Tocar música em horários estranhos	N 2,500	\$15.6

S/No	Ofensas/Ações	Taxa (na Naira)	em US \$
6	Imposto para fumo	N 5,000	\$31.25
7	Se larva é encontrada no peixe que você está secando	N 30,000	\$187.5
8	Se você for pego tentando cortar uma árvore de mangue	N 30,000	\$187.5
9	Licença de construção antes de construir uma casa	N 50,000	\$312.5
10	Se houver até 200 madeiras em sua casa	N 100,000*	\$625
11	Se o seu barco passa a caminho da Nigéria	N 10,000	\$62.5
12	Se seu barco vem no caminho de volta da Nigéria	N 10,000	\$62.5
13	Permissão para entrar na cidade de Ekondo, em Camarões	N 15,000	\$93.75
14	Se você tem filhos na escola nigeriana em vez de nos Camarões	N 2,000*	\$12.5
		*Pagamentos anuais	

Fonte: *Tell Magazine* (29 out. 2012).

Além disso, as autoridades camaronesas embarcaram sistematicamente em uma missão de integração forçada da população de Bakassi, cortando-as de suas afiliações com a Nigéria. Além da imposição de impostos escandalosos apenas por viver na Península, também houve penalidades associadas a tentativa de se relacionar com a Nigéria ou mesmo a se relacionar com os próprios camaroneses. Por exemplo, “se você passar por eles [soldados ou guardas] no caminho para a Nigéria, você paga um imposto de US\$ 63, e no seu caminho de volta você paga o mesmo, totalizando US\$ 126 por cada dia que você sai da Península” (Agbo 2012, 55). Os camaroneses também proibiram os nativos de Bakassi de comprar alimento da Nigéria, ou trazer peixe ou gado da Nigéria para Camarões (FGD: Edem 2015). Na mesma linha, pessoas com crianças que estudam na Nigéria foram forçadas a pagar US\$ 13 por cada uma delas anualmente, uma punição por não permitir que elas frequentassem escolas em Camarões (Agbo 2012, 55).

O status ou a nacionalidade Quagmire

As experiências dos retornados de Bakassi desde a transferência da península pela Nigéria para Camarões levaram a vários apelos para esclarecer o status dessas pessoas dentro do contexto da estrutura política da Nigéria. Isso foi em resposta ao que os líderes de Bakassi se referiram como dificuldades, falta de infraestrutura (Mbamalu e Akpan 2015) e seu tratamento como cidadãos de segunda classe, especialmente com base em sua experiência durante as últimas eleições gerais de 2015 na Nigéria (FGD: Asuquo 2015). O ponto foi dito anteriormente que, como uma estratégia para atender os 60% restantes dos residentes de Bakassi que escolheram retornar à Nigéria, parte da Área do Governo Local de Akpabuyo foi posta para criar a Nova Bakassi. Apesar desse arranjo, surgiram complicações jurídicas substantivas. Por exemplo, a Lei Estadual Número 7 de 2007, que criou a Nova Bakassi, ainda não é reconhecida pelo Governo Federal (Agbo 2012, 51), cuja responsabilidade constitucional é criar áreas de governo local. Por não ser reconhecido pela constituição, isso também significa que o novo governo local não poderia ser financiado a partir da conta da federação. Essa lacuna criou problemas durante as eleições gerais de 2015, quando a Comissão Eleitoral Nacional Independente (INEC) se recusou a realizar eleições na área de Ikang, que formava o recém-criado Governo Local da Nova Bakassi, insistindo que a lei que cria o Conselho deve ser ratificada pela Assembleia Nacional (Mbamalu e Akpan 2015). A implicação disso foi que muitos retornados de Bakassi foram privados de seus direitos.

Embora parte dos nativos do Governo Local de Bakassi recebessem seus cartões eleitorais permanentes (PVCs) e até mesmo oficiais eleitos, conforme relatado por alguns políticos (Ita-Giwa 2015), os retornados argumentaram que essas áreas em questão eram apenas algumas das alas existentes na parte restante da área Bakassi de Akpabuyo não cedida tal como o Código 03. As divisões recém-criadas, especialmente o Código 04 da Nova Bakassi, nunca receberam PVC, nem permissão para votar (FGD: Effiong 2015). Isso porque seus nomes, que foram originalmente registrados nas áreas cedidas atualmente a Camarões, ainda estavam para ser transferidos dos territórios cedidos de volta para a área da Nigéria, e tudo indicava que mais de dez anos após a transferência de soberania para Camarões, ninguém parecia interessado em integrar politicamente os repatriados. Consequentemente, esta situação causou atrito, resultando em litígios pendentes no Supremo Tribunal da Nigéria. De acordo com Mbamalu e Akpan (2015),

Mais de 6.000 pessoas de Ikang no New Bakassi, que foi criado a partir do conselho de Akpabuyo, têm sido constantemente marginalizadas, porque o INEC insistiu que o Ikang não existe no mapa da Nigéria como Bakassi e, portanto, não pode realizar pesquisas lá. Mas o governo [do Estado de Cross River] insistiu que, com a criação de New Bakassi e com a lei de habilitação, a Ikang é parte integrante dela na Nigéria e deve se beneficiar em todas as coisas como qualquer outro conselho no país.

Enquanto o assunto permanece *sub judice*, havendo um litígio entre o Governo do Estado e o INEC no Supremo Tribunal da Nigéria, as mais de 6.000 pessoas privadas de direitos continuam sofrendo negligência, privação e discriminação até mesmo de seus anfitriões ou comunidades vizinhas, como análise e exposição subseqüentes mostrarão.

Relação entre os retornados de Bakassi e seus anfitriões

Como dito anteriormente, a terra Bakassi remanescente não cedida a Camarões era administrada pelo Governo Local de Akpabuyo, onde os retornados foram acampados e posteriormente reassentados, depois que o Governo do Estado de Cross River, através da Lei Estadual Nflf 7, criou o Novo Governo Local de Bakassi. Esses assentamentos na área de Ikang compreendiam duas propriedades principais; Ekpri Obutong e Ikot Effiom. Porém, houve conflitos entre os colonos retornados e os remanescentes do antigo Bakassi de Akpabuyo, onde os primeiros foram reassentados. Como o fenômeno de longa data na Nigéria, o conflito tomou a dimensão nativo/reassentado. Enquanto os residentes originais alegavam que suas terras e recursos disponíveis eram compartilhados com colonos sem compensações, como prometido pelo governo, seu ressentimento mais se baseava no fato de que os recém-chegados reivindicavam acesso igual a recursos e poder. A situação levou a criação de facções do Novo Bakassi em dois grupos, disputando a supremacia. Por um lado, estavam os remanescentes do velho Bakassi, compreendendo Dayspring 1 e 2 e a Ilha Kwa, montada sob a égide da Assembleia Geral dos Povos Bakassi (BPGA)⁹, enquanto, por outro lado, representando o povo Ikang criado para formar o Novo Bakassi foi o *Ikang Combined Council* (ICC) (FGD: Effiong 2015). Esses grupos se engajaram na luta pelo poder, domínio e acesso à generosidade política e outros patrocínios. A implicação era que o desenvolvimento agravava sua situação, já que

9 Do inglês, *Bakassi Peoples General Assembly*.

o sentimento de suspeita mútua dificultava a comunicação de uma frente comum na articulação de suas demandas e queixas ao governo e à comunidade internacional.

Um grande desenvolvimento disso, entretanto, foi o fato de que alguns políticos aproveitaram essa situação cismática para enriquecimento pessoal e engrandecimento. Em particular, a maioria dos participantes da discussão de grupos focais apontou para o estabelecimento de um campo rival retornado, estabelecido por um político em particular que foi acusado de reunir “rostos e grupos desconhecidos” e realizar um acampamento ilegal desde 2013 na Escola Primária Ikot Iyo, em Akpabuyo. Com esse acampamento paralelo, esse político supostamente desviou alguns dos suprimentos e doações destinados aos repatriados Bakassi, reconhecidos oficialmente, nas duas propriedades na área de Ikang (FGD: Effiong 2015). Para essas pessoas, portanto, esses políticos constituíam mais um problema do que uma solução para seu sofrimento (FGD: Etim; Effiong e Ekpo 2015).

Conclusões e recomendações

Este estudo revelou a extensão da implementação da decisão da CIJ e do Acordo *Green Tree* no conflito fronteiriço entre a Nigéria e Camarões, pela Comissão Mista Camarões-Nigéria e suas implicações na construção da paz pós-conflito na região. A análise oferecida no estudo fornece uma visão sobre a situação de desesperança, privação, abusos dos direitos humanos e fracasso da Comissão Mista em elaborar um acordo funcional e abrangente. O estudo também traz à tona a necessidade da adoção de abordagens alternativas de construção da paz pós-conflito, em face da ineficácia das abordagens existentes na promoção da paz positiva e do desenvolvimento sustentável na região. Isso se tornou muito crítico em uma região onde os movimentos políticos de identidade implantaram cada vez mais suas culturas para pressionar a necessidade da autodeterminação (Onuoha 2015, 363). Além dessa forma de lealdade, este estudo mostrou que há uma possibilidade crescente de construção de um novo objeto de referência ou de uma nova forma de lealdade que possa atrair a dedicação de sujeitos cujas lealdades não sejam baseadas em etnia, Estado ou qualquer outra afiliação, exceto no sofrimento e na injustiça identificados neste contexto como o fenômeno Bakassi. E aqueles que se sentem ameaçados pelos abusos das partes estatais envolvidas, bem como a inação da comunidade internacional em seu sofrimento, podem recorrer a ações subversivas para exercer seus direitos e, neste caso, uma autodeterminação externa.

Este estudo oferece as seguintes recomendações:

1. O governo nigeriano deve criar um novo Comitê de Reassentamento dos Bakassi com representantes escolhidos do povo de Bakassi, não políticos, para garantir a plena implementação do processo de reassentamento.
2. O governo nigeriano deve integrar efetivamente o povo Bakassi retornado, legitimando o Governo Local Novo Bakassi recém-criado pelo Governo do Estado de Cross River através da ratificação da Lei Estadual Nffl 7 de Cross River, que o criou, bem como as alas eleitorais no novo governo local funcional, para que as eleições possam se manter nessas áreas não reconhecidas pelo documento do Governo Federal.
3. Uma compensação devida e adequada deve ser paga pelo governo nigeriano ao Governo Local de Akpabuyo, de cuja área foi extraído um território adicional para o recém-criado Governo Local da Nova Bakassi.
4. O estado de emergência deve ser declarado pela Nigéria no Novo Governo Local de Bakassi, especialmente na provisão de infraestrutura, hospitais, escolas, estradas e outras obras públicas, incluindo a manutenção da lei e da ordem.
5. O estabelecimento de uma parceria entre Nigéria e Camarões deve ser perseguido por ambos os países, em particular, para aproveitar os recursos ecológicos em torno da sua fronteira comum redefinida, e,
6. Como um mecanismo para compensar a população local da região de Bakassi que sofreu violações dos direitos humanos, privações e perda de meios de subsistência, um ecoturismo binacional deve ser desenvolvido na região por ambos os países.

REFERÊNCIAS

- Agbese, Pita. 2012. "Violence, Citizenship and the Settler/Indigene Imbroglia in Nigeria" in Kelechi Kalu et al, (eds.) *Territoriality, Citizenship and Peacebuilding, Perspectives on Challenges to peace in Africa*. London: Adonis & Abbey Publishers Ltd, pp.379-396.
- Aghemelo, A.T., & S. Ibhasebhor. 2006. "Colonialism as a source of boundary dispute and conflict among African states: The World

- Court judgement on the Bakassi Peninsula and its implications for Nigeria”, *Journal of Social Science*, 13 (3), pp. 177-181.
- Article 3, (1) Appendix 2 – The Green Tree Accord, in Kevin Ngang, Che, 2007, “Understanding the Bakassi Conflict. A showcase of conflict prevention in practice” EPU Research Studys Issue 04/2007.
- Bekker, Pieter. 2003. “Land and Maritime Boundary between Cameroon and Nigeria (Cameroon v. Nigeria; Equatorial Guinea Intervening)” *The American Journal of International Law*, Vol. 97, No. 2, pp. 387-398
- Internet Encyclopedia of Philosophy. <https://www.iep.utm.edu/>.
- Merrills, John. 1997. “The Land and Maritime Boundary Case (Cameroon v. Nigeria), Order of 15 March 1996” *The International and Comparative Law Quarterly*, Vol. 46, No. 3, pp. 676-681,
- Ngang, C. K. 2007. “Understanding the Bakassi Conflict. A showcase of conflict prevention in practice” EPU Research Study Issue 04/07, pp. 1-38.
- Nwoko, Kenneth. 2012. “Footsteps in History, Colonial Origins of African Conflicts: an insight from the Nigeria/Cameroon Border Conflict” *Ubuntu: Journal of Conflict Transformation*, Vol.1 No 1& 2, pp. 15-35
- Onuoha, Godwin. 2015. “Culture, Identity and the ‘Re-making’ of Political Resistance: The Case of the Neo-Biafran Movement in Nigeria” in Kenneth Chukwuemeka Nwoko & Omon Merry Osiki (eds.) *Dynamics of Culture and Tourism in Africa: Perspectives on Africa’s Development in the 21st Century*. Ilesha Remo: Babcock University Press, pp.339-368
- Oyewo, Oyelowo. 2005. “The Lingering Bakassi Boundary Crisis: The way forward” in Akinyele, R.T. (ed.) *Contemporary Issues In Boundaries and Governance in Nigeria*. Nigeria: Friedrich Ebert Stiftung, pp.187-198
- Sama, Christopher e Debora Johnson-Ross. 2005-2006. “Reclaiming the Bakassi Kingdom: The Anglophone Cameroon–Nigeria Border” *Afrika Zamani*, Nos. 13 & 14, pp.103–112

Grupos de Discussão Focada

Focus Group Discussion: Asuquo, Abia Etim, (36 years) Returnee Bakassi Youth in Ekpri Obutong Estate, Iking Area, New Bakasi Local Government Area, Cross River State, 25 August 2015.

- Focus Group Discussion: Effiong, Antrigha (42 years) Returnee Bakassi Youth leader in Ekpri Obutong Estate, Ikang Area, New Bakasi Local Government Area, Cross River State, 25 August 2015.
- Focus Group Discussion: Ekponyong, Bassey (32 years) Returnee Bakassi Youth in Ikot Effiom Estate, Ikang Area, New Bakasi Local Government Area, Cross River State, 25 August 2015.
- Focus Group Discussion: Bassey, Ekpo Asuquo (30 years) Returnee Bakassi Youth in Ekpri Obutong Estate, Ikang Area, New Bakasi Local Government Area, Cross River State, 25 August 2015.
- Focus Group Discussion: Etim, Ita (28 years) Returnee Bakassi Youth in Ekpri Obutong Estate, Ikang Area, New Bakasi Local Government Area, Cross River State, 25 August 2015.

Mídia (TV, Revista & Jornal)

- Agbakwuru, Johnbosco. 2012. "Bakassi indigenes threaten to reclaim ceded Peninsula to Cameroon" *Vanguard*. <http://www.vanguardngr.com/2012/07/bakassi-indigenes-threaten-to-reclaim-ceded-peninsula-to-cameroon/#sthash.tgpAxOM6.dpuf>.
- Agbo, Anayochukwu. 2012. "The Abandoned Nigerians", *Tell Magazine* 29 October.
- Channel TV News. 2013. "Attack by Cameroonien gendarmes displaces 1000 Bakasi indigenes" *Channel TV News* 4 April on Youtube video. <http://www.youtube.com/watch?v=toOCou2CZcs>.
- Duke, Edem. 2012. "A Walk to Save the Indigenous People of Bakassi by National Association of Seadogs (NAS)" *Sahara Reporters*. <http://saharareporters.com/press-release/walk-save-indigenous-people-bakassi-national-association-seadogs-nas>.
- Mbamalu, Marcel e Akpan Anietie. 2015. 'New Bakassi worries over identity 10 years on,' *The Guardian*, 22 August. <http://www.ngrguardian-news.com/2015/08/new-bakassi-worries-over-identity-10-years-on/>.
- Nigerian Newsday. 2013. "Displaced Nigerian Bakassi residents seek shelter in primary school" *Nigerian Newsday*. <http://nigeriannewsday.com/national/5204-displaced-nigerian-bakassi-residents-seek-shelter-in-primary-school>.

The Guardian. 2002. 'Nigeria's Reaction to the judgment of the International Court of Justice in the case concerning the land and Maritime Boundary between Cameroon and Nigeria (Cameroon V Nigeria: Equatorial Guinea Intervening)' *The Guardian* Thursday October 24, 1-2.

Vanguard. 2013. "Attack by Cameroonians gendarmes displaces 1000 Bakasi indigenes" *Vanguard* July 23.

Entrevistas por telefone

Bassey, Eyo. 2012. Entrevista em *Tell Magazine* 29 October.

Ita-Giwa, Florence. 2015. Entrevista telefonica por Marcel Mbamalu (Lagos) e Anietie Akpan (Calabar) em August 19, 2015 Published in the Guardian of Saturday 22 August 2015. <http://www.nguardiannews.com/2015/08/new-bakassi-worries-over-identity-10-years-on/>.

Documentos online da CIJ

International Court of Justice. 2002. 10 October General list No 94, Case concerning the land and Maritime Boundary between Cameroon and Nigeria (Cameroon v Nigeria: Equatorial Guinea Intervening). [Http://www.Icj-Cij.Org/icjwww/Idocket/icnjudgment/icn_ijudgment_20021010](http://www.icj-cij.org/icjwww/Idocket/icnjudgment/icn_ijudgment_20021010). PDF, Pis 147-148.

International Court of Justice. 1998. 'Land and Maritime Boundary between Cameroon and Nigeria (Cameroon v Nigeria: Equatorial Guinea intervening) Preliminary objections, judgment of 11 June 1998 ICJ Report, p.312. <http://www.icj-cij.org/docket/files/94/7473.pdf>.

Documentos governamentais da Nigéria

Nigerian Information Service Centre. 2002. 'Nigeria's Reaction to the judgment of the International Court of Justice in the case concerning the land and Maritime Boundary between Cameroon and Nigeria (Cameroon V Nigeria: Equatorial Guinea Intervening) as published by the Nigerian Information service Centre, November, 7.

Nigeria. 1999. The 1999 Constitution of the Federal Republic of Nigeria.

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar as questões decorrentes do acordo de resolução do conflito fronteiriço entre Nigéria e Camarões, que poderia comprometer a “paz fria” entre os dois países; questões relacionadas com as repercussões psicológicas, socioeconômicas e políticas que o método de resolução do conflito e a sua aplicação trouxeram aos indígenas e habitantes da Península de Bakassi, bem como recomendações para uma paz duradoura nesta região problemática. Ao fazer isso, o estudo investiga como o processo de resolução do conflito, com base na decisão da CIJ e no Acordo Green Tree, criou questões mais complexas que encapsulam o interesse do povo de Bakassi, a partir do que deveria ter sido um processo triangular. A análise aqui expõe os danos psicológicos, sócio-econômicos e políticos produzidos pela maneira peculiar com que o método de resolução do conflito atribuía maior importância ao interesse dos Estados, frente ao significado estratégico da Península, e a exclusão de seus habitantes. O estudo traz à tona a necessidade da adoção de uma abordagem alternativa de construção da paz no pós-conflito, em face da ineficácia das abordagens existentes na promoção da paz positiva e desenvolvimento sustentável na região. Ele oferece recomendações que acomodariam o interesse triangular das partes interessadas: Camarões, Nigéria e Bakassi, capturados em uma rede de maneiras que promovam a segurança e o desenvolvimento na África Ocidental. O estudo adota os métodos qualitativos e, a partir dele, o método histórico em termos de coleta, análise e apresentação de dados. A coleta de dados é baseada em fontes primárias e secundárias selecionadas. As fontes primárias incluem dados de evidências orais de trabalho de campo, estudos de notícias, discussões de grupos focais (FGD) etc. Fontes secundárias incluem fontes escritas relevantes para o estudo; documentos de política da Administração do Governo Local de Bakassi, livros, revistas e artigos de periódicos, bem como trabalhos não publicados, teses e dissertações, entre outros. Dados orais para o estudo foram obtidos por meio de entrevistas pessoais com informantes-chave e discussões de grupos focais (FGD) realizadas na Área de Governo Local de Akpabuyo no Estado de Cross River, na Nigéria, onde alguns dos Bakassi estão atualmente abrigados e as várias comunidades ao redor da península. Entrevistas orais com o porta-voz das pessoas deslocadas, bem como grupos de especialistas que já trabalham nesta área, ativistas de direito e jornalistas também foram contatadas para os propósitos deste estudo. Na análise e interpretação, o estudo emprega abordagens teóricas de disciplinas relevantes, como história, estudos de paz e conflito, política e Direito, aplicando-os à situação histórica associada às preocupações do estudo. Na apresentação, o estudo combina os estilos cronológico, analítico e descritivo.

Palavras-chave

Processo triangular; Construção da Paz pós-conflito; Acordo de *GreenTree*.

*Recebido em 2 de março de 2018.
Aprovado em 25 de junho de 2018.*

Traduzido por Amabilly Bonacina.

O PADRÃO DE FORMAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS, SUA EVOLUÇÃO E A BUSCA POR INTEGRAÇÃO NACIONAL NA NIGÉRIA

Nathaniel Danjibo¹

Kelvin Ashindorbe²

Introdução

A história da formação dos partidos políticos na Nigéria remonta à era colonial, antes do advento do colonialismo, pois toda a ideia de partido político era um fenômeno estranho. Ekeh (1983) argumentou que o partido político faz parte das instituições a que ele se referiu como “estrutura social migrada”, ou seja, sistemas organizacionais que foram literalmente levados dos centros metropolitanos da Europa para a Ásia e África e enxertados na nova situação colonial (Ekeh 1983). Portanto, é impossível discutir a natureza da formação de partidos políticos na Nigéria sem identificar o significado histórico e os legados das políticas coloniais britânicas. Por exemplo, o primeiro partido político na Nigéria, o Partido Nacional Democrático da Nigéria (NNDP)³, formado em 1923, surge como resultado do estabelecimento do Conselho Legislativo Nigeriano que estendeu o direito de voto até Lagos e Calabar sob a Constituição de Clifford de 1922 (Adebayo 2006). Os principais partidos políticos que surgiram na Nigéria colonial e no período imediato pós-colonial eram provincianos em perspectiva, vindo de associações socioculturais e étnicas, se encaixando bem na política colonial de *dividir para conquistar*. A independência não extinguiu a profunda desconfiança e as rivalidades dentre a classe política dominante, que se via mais como defensora e representante

¹ Programa de Pós-Graduação em Estudos de Paz e Conflitos, Universidade de Ibadan, Ibadan, Nigéria. E-mail: danjib@yahoo.com.

² Programa de Pós-Graduação em Estudos de Paz e Conflitos, Universidade de Ibadan, Ibadan, Nigéria. E-mail: kashindorbe@gmail.com.

³ Do inglês, *Nigerian National Democratic Party*.

de seus próprios grupos étnicos do que como estadistas responsáveis por forjar a unidade e a solidariedade nacionais.

Nunca será demais ressaltar o papel crucial que os partidos políticos desempenham no desenvolvimento geral e no bem-estar de um Estado, especialmente em sociedades culturalmente diversas e variadas. O significado dos partidos políticos vai além da mera função utilitária de contestar e capturar ou reter o poder político. Os partidos políticos são instituições necessárias e cruciais na construção de uma ordem política estável e participativa, além de servir como um instrumento para agregar interesses e canalizar grupos sociais díspares para uma plataforma sócio-política comum, proporcionando um efeito estabilizador a uma sociedade de frações (Citado em Amusan 2011). A história da formação de partidos políticos na Nigéria, como este estudo revela, contradiz o papel teórico e normativo que se espera deles. A formação de partidos políticos da era pré-independência possuiu um padrão regional, começando com o Conselho Nacional dos Cidadãos Nigorianos (NCNC)⁴ que na sua formação tentou ter uma perspectiva nacional, mas depois passou a ser percebido como um partido principalmente para a região oriental; o Partido Grupo de Ação (AG)⁵ para a região oeste; e o Congresso do Povo do Norte (NPC)⁶ para a região norte, respectivamente.

Cada um desses partidos, portanto, considerava suas respectivas regiões geográficas e base étnica como bastiões e fortalezas, dos quais “invasores estrangeiros” deviam ser mantidos à distância. A tentativa do Congresso do Povo do Norte (NPC) de estender seu alcance e fazer incursões na região ocidental, percebida como o reduto do grupo opositor, Partido Grupo de Ação, através de uma aliança com um grupo dissidente de membros descontentes do AG, precipitou uma crise política que culminou no truncamento do governo democrático em 1966 (Sklar 1963). A Segunda República também testemunhou padrões semelhantes de formação partidária, com a orientação e liderança dos partidos dominantes do mesmo modelo dos primeiros partidos da república. Esse cenário, juntamente com a fraude eleitoral de 1983 e a má conduta administrativa do partido dominante daquele período, o Partido Nacional da Nigéria (NPN)⁷, culminou, eventualmente, com o colapso da Segunda República (Joseph 1999).

O regime militar liderado por Babangida (1985-1993) tentou decretar a acomodação das elites com a formação de dois partidos políticos finan-

4 Do inglês, *National Council of Nigerian Citizens*.

5 Do inglês, *Action Group party*.

6 Do inglês, *Northern People's Congress*.

7 Do inglês, *National Party of Nigeria*.

ciados pelo governo: a Convenção Nacional Republicana e o Partido Social Democrata. Esta experiência não durou muito, sobretudo devido à desonestidade por parte da administração. O nascimento da repartição democrática atual, em 1999, não exorcizou o fantasma da fragmentação e mobilização da elite regional. O Partido Democrático do Povo (PDP)⁸, o antigo partido do governo, formado em 1998, com membros que atravessam todos os grupos étnicos do país, acabou ficando imerso por disputas entre facções criminosas que frequentemente assumem a dimensão étnico-religiosa e regional (Simbine 2014). O Congresso Progressista para Todos (APC)⁹, o novo partido do governo que surgiu após as eleições de 2015, também não está isento da acusação de motivação étnica e religiosa em seu surgimento. Por que os partidos políticos na Nigéria não cumpriram sua função teórica de servir de base para a unidade e integração nacional? A formação de dois partidos políticos dominantes, o Congresso Progressista para Todos e o Partido Democrático do Povo, ajudará a reverter essa tendência negativa? Essas perguntas são o que este artigo procura debater.

Esclarecimento conceitual e Compreensão Teórica

Partidos Políticos

Os partidos políticos constituem um componente essencial da tradição democrática moderna, porque sem partidos políticos, a democracia que é baseada no modelo liberal do governo da maioria seria praticamente impossível.

Uma das primeiras definições de partido político foi dada por Edmund Burke, que concebeu um partido político como “um corpo de homens unidos para promover, por seus esforços conjuntos, o interesse nacional sobre alguns princípios particulares em que todos concordaram” (citado em Adebayo 2006, 64). Há outras definições de partido político de outras escolas que questionam o conceito. Por exemplo, Giovanni Satori vê um partido político como “qualquer grupo político que se apresente em eleições e seja capaz de eleger candidatos a cargos públicos” (citado em Kopecky & Mair 2003, 29). A definição de Satori serve a dois propósitos úteis. Por um lado, é suficientemente preciso para distinguir o partido político de outros grupos da sociedade, uma vez que são apenas os partidos políticos que patrocinam candidatos às eleições.

⁸ Do inglês, *People's Democratic Party*.

⁹ Do inglês, *All Progressive Congress*.

Por outro lado, são suficientemente amplos para incluir todos os partidos políticos, seja em regimes de partido único não competitivo ou em sistema multipartidário competitivo.

Estudiosos, em um esforço para capturar as características essenciais de uma variedade de partidos políticos em diferentes épocas e regiões do mundo, desenvolveram tipologias variadas e classificação de partidos políticos. Embora essas classificações tenham sido desenvolvidas essencialmente para ajudar na construção de uma teoria sobre partidos políticos, também é possível usá-las para explicar algumas das peculiaridades e tendências de fracionamento desses partidos. Maurice Duverger (1954) fez uma distinção entre o que chamou de “Partidos Quadro”, liderados por indivíduos de alto status socioeconômico, e o “Partido de Massas”, que, segundo ele, mobiliza um amplo segmento de membros através do desenvolvimento de um organização grande e complexa. Ele também identificou o que chamou de “Partido Devoto” ligados à veneração de um líder partidário carismático, sendo um exemplo o Partido Comunista Leninista (citado em Anifowoshe 2004). Otto Kirchheimer (1966) propôs quatro modelos partidários: partidos burgueses de representação individual; partidos classistas de massa; partidos de massa denominacionais; e partidos do tipo *catch-all* (citado em Gunther e Diamond 2003). Katz e Mair (1995) identificaram o que chamaram de Partido de Cartel, no qual o financiamento público de partidos políticos e o papel ampliado do Estado induzem as partes a buscar principalmente perpetuar-se no poder e aproveitar-se desses recursos. Gunther e Diamond (2003) identificaram 15 variantes diferentes de partidos políticos e categorizaram-nas com base em três grandes espectros: natureza da organização partidária, seja baseada na elite ou na massa; orientação programática das partes, sejam elas ideológicas ou clientelistas; e norma comportamental em perspectiva e operação - seja pluralista/democrática ou hegemônica.

Os vários tipos de partidos políticos não se excluem mutuamente. Na prática, os partidos políticos são muitas vezes um híbrido de dois, ou até mesmo dos três tipos. Isto se aplica aos partidos políticos na Nigéria, os quais apresentam características similares a estas categorias discutidas. O que também é verificado no caso da Nigéria é que o contexto de formação dos partidos políticos teve profundo impacto na natureza da organização partidária e, portanto, em suas perspectivas e em seus resultados.

Integração Nacional

A Integração Nacional envolve principalmente o manejo de elementos sociais, econômicos, políticos, étnicos e geográficos diferentes em um único Estado-nação. Refere-se a um processo, estratégia e método de construção de

uma identidade nacional e um senso de consciência compartilhada e consenso nacional entre grupos diferentes usando o poder do estado. Coleman e Rosberg dividem integração nacional em duas dimensões: política, com a progressiva ligação entre massa e elite no plano vertical, ao longo do processo de desenvolvimento de uma política integrada e de uma comunidade política participante; e a integração territorial, isto é, a redução progressiva das tensões e descontinuidades culturais e regionais na comunidade política horizontal (Citado em Nigel 1971). Um dos principais caminhos para alcançar a integração nacional, conforme delineado na definição acima, é pela formação de partidos políticos de base ampla. A mobilização e a formação de um partido político reúne, sob uma plataforma, as elites políticas de todo plano étnico-religioso e cultural; exibindo um alto nível de consenso dentro da sua influência, ao mesmo tempo em que adota ideias que são nacionais e que irão acelerar e impulsionar a busca por integração nacional. A falta de unidade na Nigéria se dá, portanto, não pela dificuldade de união de grupos e territórios díspares, mas pela incapacidade de forjar um Estado coeso a partir dos referidos territórios após a independência; e os partido político como instituição está implicado nesse fracasso.

Elites Políticas e Integração Nacional

As elites políticas são muito importantes em qualquer sistema político, no sentido de que elas exercem um peso considerável na construção e na influência das estruturas estatais mais diretamente do que os cidadãos comuns. O papel das elites para um discurso de criação de um padrão de formação partidária e de integração nacional é, portanto, muito importante. Estudos sobre comportamento das elites concentram-se basicamente na aquisição, uso devido/indevido e consolidação de poder por este grupo político.

Autores como Vilfredo Pareto, Caetano Mosca, Robert Micheal e Wright Mills tomam por certo o fato de que em toda sociedade haverá uma elite homogênea que governa por causa da superioridade das habilidades organizacionais e pessoais de seus membros (Varma 1975). Por outro lado, a escola da fragmentação das elites sustenta que as aspirações da elite nem sempre são coerentes. Albert (2012) afirmou que “a fragmentação da elite acontece em grande parte no contexto da ausência de um consenso ideológico bem definido em um sistema político [...] ela se torna mais potente em um ambiente onde existem centrifugações étnicas e clivagens religiosas” (Albert 2012, 4). Esta afirmação capta apropriadamente a situação da Nigéria, onde as elites dirigentes e governantes não são nem coesas nem altruístas; elas remexem nas cinzas das diferenças étnico-religiosas e, assim, mantêm o país perpetuamente instável e dividido.

Padrão de Formação dos Partidos Políticos numa Perspectiva Histórica

Na África e, em especial, na Nigéria antes do advento do domínio colonial, os partidos políticos eram uma instituição desconhecida. No entanto, foi durante o período colonial que as pressões nacionalistas aceleraram o ritmo do desenvolvimento constitucional e, por sua vez, estimularam o desenvolvimento dos partidos políticos (Coleman 1958). Assim, os partidos políticos fazem parte do que Ekeh chamou de “estrutura social migratória”, ou seja, instituições e modelos quase literalmente absorvidos de centros metropolitanos do Ocidente imperial e enxertados na África e na Ásia em situação colonial, esvaziados do conteúdo moral e ético subjacente que os sustentava na metrópole (Ekeh 1983). Assim, a história e a evolução dos partidos políticos na Nigéria foram ondulantes, assim como a busca por democracia, boa governança e integração nacional tem sido cheia de expectativas não cumpridas e tem dado vários passos em falso.

Ao discutir a história e a evolução dos partidos políticos na Nigéria, Ujo (2000) classificou os partidos políticos em quatro gerações (citado em Saliu e Muhammad 2008). A primeira geração de partidos políticos de acordo com ele consiste nos partidos antes de 1945. Entre eles, o Partido Nacional Democrata da Nigéria (NNDP) e o Movimento da Juventude da Nigéria (NYM)¹⁰, formados em 1923 e 1936, respectivamente. Esses partidos estavam muito ligados ao seu local de formação e seu interesse cobria políticas muito específicas do governo colonial. Isso talvez explique os casos limitados de política étnica e tribal nessa época. Enquanto Herbert Macaulay liderou o NNDP, o partido dominou todos os assentos no conselho legislativo, resultado da introdução do princípio eletivo pela Constituição de Clifford de 1922. A supremacia do NNPD só foi desafiada com sucesso pelo NYM, em 1938.

A segunda geração consistiu naqueles partidos que emergiram entre 1945 e o fim da primeira república. Este grupo, de acordo com esta classificação, era formado pelos Conselho Nacional do Cidadão da Nigéria (NCNC), o Congresso do Povo do Norte (NPC), o Grupo de Ação (AG), o Congresso do Cinturão Central Unido (UMBC)¹¹ e União Progressista do Elemento Norte (NEPU)¹². A maior preocupação desses partidos era acabar com o poder colonial, um objetivo que eles conseguiram realizar. Uma grande falha que

¹⁰ Do inglês, *Nigeria Youth Movement*.

¹¹ Do inglês, *United Middle Belt Congress*.

¹² Do inglês, *Northern Element Progressive Union*.

caracterizou esses partidos políticos foi seu padrão de formação. que levou à subsequente degeneração em partidos de base étnica e à personalização de suas operações. A influência cultural na formação desses partidos, sem dúvida, desempenhou um papel significativo nesse sentido. Por exemplo, o partido do Grupo de Ação (AG), que emergiu como uma resposta à crescente popularidade do NCNC na região ocidental, está ligado à organização socio-cultural Pan-Iorubá ou *Egbe Omo Oduduwa* (a reunião dos descendentes de Oduduwa). Depois de uma série de reuniões e de preparação, a organização cultural, em março de 1951, transformou-se em um partido político e realizou sua conferência inaugural em Owo, uma cidade atualmente localizada no estado de Ondo, Nigéria (Mackintosh 1966).

O mesmo vale para o Congresso do Povo do Norte, que surgiu de uma organização cultural chamada *Jam'iyyar Mutanen Arewa* (Associação dos Povos do Norte), formada em junho de 1949. Os líderes do grupo anunciaram que seu objetivo era combater o ócio e a injustiça na região norte. Esse grupo cultural transformou-se em um partido político em outubro de 1951 (Dudley 1968). A origem cultural e étnica, particularmente do NPC e do AG, gerou conflitos entre eles, pois cada um protegia seu enclave regional quanto eles tentavam fazer uma incursão eleitoral na base política do partido rival, assim, essa estratégia só serviu para inflamar o ódio e a animosidade étnica. A independência foi alcançada, apesar dessas rivalidades, devido a um alto grau de mobilização dos cidadãos para acabar com o domínio colonial. No entanto, as rivalidades intra e inter partidárias seguiram caracterizando esses partidos após a independência, levando à sua degeneração em grupos de pressão étnica, uma tendência que resultou no truncamento do governo democrático (Yakub 2004).

A terceira geração de partidos políticos, na classificação de Ujo, eram os partidos da segunda república (1979-1983). As reformas constitucionais e políticas de 1975-1979 mudaram a definição de partido político de uma noção funcional para uma legal-constitucional. Os partidos políticos foram definidos mais em termos de estrutura do que de função, com ênfase nos requisitos para o registro de partidos políticos, tais como perspectiva e disseminação nacional, organização interna ou democracia, reconhecimento e registro por um órgão de gestão eleitoral.

Os objetivos das reformas constitucionais e políticas que precederam a inauguração da segunda república, entre outras coisas, foram despersonalizar as operações dos partidos políticos e retirar seu caráter étnico, dando-lhes uma perspectiva nacional (Omoruyi 2002). Os partidos nessa época incluíam o Partido da Unidade da Nigéria (UPN)¹³, o Partido Nacional da Nigéria (NPN),

13 Do inglês, *Unity Party of Nigeria*.

o Partido Popular da Nigéria (NPP),¹⁴ o Grande Partido Popular da Nigéria (GNPP)¹⁵, o Partido da Redenção do Povo (PRP)¹⁶ e depois o Partido do Avanço Nacional (NAP)¹⁷. No entanto, o que caracterizou os partidos políticos dessa leva foi sua degeneração em partidos regionais. A maioria deles acabou seguindo o mesmo modelo das primeiras repúblicas. O NPN, UPN, NPP e o PRP foram considerados semelhantes tanto em liderança quanto em orientação ao Congresso do Povo do Norte, ao Grupo de Ação, ao Conselho Nacional dos Cidadãos da Nigéria e à União Progressiva do Elemento Norte da primeira república, respectivamente. As rivalidades intra e inter partidárias, a corrupção e a fraude eleitoral perpetrado pelo Partido Nacional da Nigéria (NPN) levaram ao colapso da segunda república (Babarinsa 2003; Joseph 1999).

Os partidos políticos da quarta geração, seguindo a classificação de Ujo, incluíam partidos patrocinados e financiados pelo governo de Babangida e Abacha. O Partido Social Democrata (SDP)¹⁸ e a Convenção Nacional Republicana (NRC)¹⁹ ao contrário dos partidos anteriores, tinham a exigência rigorosa de registro partidário e tinham o financiamento governamental, assim as rivalidades étnicas e regionais não foram pronunciadas. A evolução dos dois partidos políticos, o Partido Social Democrata (SDP) e a Convenção Nacional Republicana (NRC), cresceu a partir de considerações de segurança e integração nacional e levou à redução gradual de políticas étnico-religiosas e regionais durante essa época, como os dados da série de eleições realizadas entre 1989 e 1993 demonstraram.

Omoruyi (2002) postulou que a inovação do bipartidarismo em 1989 introduziu alguns elementos de descontinuidade entre o passado e 1989 em termos de origem, composição, seleção de liderança, financiamento e o interesse a que eles serviam. Segundo ele, esta inovação removeu a ideia de “fundadores” e “associados”, pois todos eram associados. Ela também removeu a ideia de proprietários e integrantes, pois o governo passou a financiar as operações dos dois partidos e a fornecer condições equitativas para todos aqueles que queriam apostar em uma carreira política em qualquer um dos dois partidos.

Por exemplo, o SDP tinha uma chapa com dois muçulmanos: M. K.O. Abiola e Babagana Kingibe como candidatos a presidente e vice-presi-

¹⁴ Do inglês, *Nigeria People's Party*.

¹⁵ Do inglês, *Great Nigeria People's Party*.

¹⁶ Do inglês, *People's Redemption Party*.

¹⁷ Do inglês, *National Advance Party*.

¹⁸ Do inglês, *Social Democratic party*.

¹⁹ Do inglês, *National Republican Convention*.

dente respectivamente, o que claramente violava o conhecido ato de equilíbrio cristão-muçulmano ou vice-versa. No entanto, os nigerianos ignoraram as afiliações religiosas do candidato presidencial e seu vice e votaram em massa na chapa. Além disso, nenhum dos dois partidos poderia ser rotulado como pertencente ao sul ou ao norte.

O sistema bipartidário adotado na Terceira República, estabelecida efetivamente, desencorajou a politização da religião e da etnia, o mal gêmeo que atormentou a política desde a era pré-independência. Com efeito, pela primeira vez na história da Nigéria, havia partidos políticos que nenhuma pessoa ou grupo específico poderia afirmar ter fundado. O experimento foi altamente instrumental para a condução da mais livre e justa eleição presidencial da Nigéria, em 12 de junho de 1993. Infelizmente, a junta militar que projetou o programa de transição nunca pretendeu que o experimento tivesse sucesso, anulando a eleição e suspendendo a luta em prol da democracia e da integração nacional. Os cinco partidos políticos registrados durante o regime de Abacha, apropriadamente descrito por Bola Ige, uma figura da linha de frente da oposição como “os cinco dedos de uma mão leprosa”, foram projetados para cumprir a ambição de Abacha de tornar-se presidente civil, e se dissolveram depois de sua morte.

A quarta república tem como ponto de partida a morte do General Sani Abacha em junho de 1998. A transição para o programa de governo civil da administração de Abdulsalami durou apenas onze meses, a mais curta da história do país, e inaugurou a quarta república. Os partidos políticos desta geração, nas palavras do primeiro presidente executivo da Nigéria, Shehu Shagari, “foram criados em questão de semanas e preparados para as eleições em questão de dias” (Citado em Saliu e Muhammad 2008, 163). Os partidos dessa geração não evoluíram organicamente para produzir uma associação política de longo prazo entre os vários grupos e indivíduos que se uniram. Isso afetou seu funcionamento e desempenho ao ponto de, dezoito anos após o retorno à política partidária, com mais de sessenta partidos registrados, a importância dos partidos continuar sendo contestada. Mesmo aqueles que adquiriram o controle governamental, embora tenham violado todas as regras conhecidas de decência e probidade, tanto na gestão dos processos eleitorais, como na conduta de assuntos de Estado, não contribuíram significativamente para a boa governança e para melhorar a qualidade de vida dos nigerianos, em geral, nem adotaram ideias robustas para fortalecer a frágil nacionalidade.

Assim, hoje, os partidos políticos significam coisas diferentes dependendo de quem está avaliando sua evolução e relevância. Olusegun Obasanjo, por exemplo, certa vez descreveu o Partido Democrático do Povo (PDP) cuja plataforma ele utilizou para ascender à presidência, como “um amálgama

dinâmico de grupos de interesse unidos, além de tudo, pelo fato de que o partido está no poder e, portanto, há forte expectativa de patrocínio” (Citado Anifowoshe 2004, 65). Na mesma linha, BamangaTukur, ex-presidente nacional do mesmo partido, foi citado descrevendo seu partido como “um amálgama de diversos grupos unidos unicamente por um único propósito de abocanhar o poder e, por enquanto, não integrado a um partido funcional para o desenvolvimento” (This Day 2013).

Essas afirmações dos líderes nacionais de um partido que até recentemente era encarregado de administrar os assuntos do país capturam a essência do mal-estar nacional na Nigéria e explicam, em parte, por que os partidos políticos nesta geração não cumpriram seu papel de instituições de integração e desenvolvimento nacional. A formação, em julho de 2013, do APC pelos principais líderes da oposição e um grupo dissidente do PDP, que derrubaram suas respectivas plataformas para formar um partido de base ampla representa uma nova fase na evolução democrática do país. O novo partido não só realizou com sucesso um encontro nacional para eleger oficiais que iriam administrar o partido, como também conseguiu arrancar o poder político do antigo partido no poder nas eleições gerais realizadas em março de 2015. Os sucessos desses dois eventos, especialmente a alternância no poder político em nível nacional, gerou um otimismo renovado e também cauteloso, na perspectiva de que era necessário não apenas consolidar a democracia, mas também traçar um novo rumo para o desenvolvimento do país.

O Desafio dos Partidos Políticos e das Instituições para a Integração Nacional

Alguns dos problemas dos partidos políticos na Nigéria são bem reconhecidos na literatura e têm servido como obstáculo e impedimento ao aprofundamento da democracia, notadamente a não institucionalização do partido político, a fraca liderança do partido, a ausência de disciplina partidária, a tímida sinalização para um sistema partidário ideologicamente coerente e a concepção superficial das responsabilidades que os poderes políticos exigem (Simbine 2002). Um exame mais minucioso desses fatores revela que eles também contribuem, em grande parte, para a incapacidade dos partidos políticos de servirem como agentes para a integração nacional na Nigéria.

O déficit de liderança, por exemplo, é um fator importante na compreensão da situação nigeriana. É um fato amplamente reconhecido que o progresso ou não de qualquer sociedade depende em grande parte da qualidade da liderança que tal sociedade ou Estado pode reunir. Essa afirmação é

verdadeira para organizações públicas ou privadas e se aplica crucialmente à liderança dos partidos políticos. Se um partido político está imbuído de uma liderança forte e proposital, esse partido não apenas servirá como uma ferramenta eficaz para a integração nacional, mas também promoverá a transformação geral do país.

Enquanto a miscigenação colonial trouxe pessoas de diferentes nacionalidades sob uma única estrutura territorial e institucional, a liderança do país não foi suficientemente socializada para os objetivos de desenvolver um verdadeiro senso de identidade nacional e um compromisso com a sobrevivência e com o desenvolvimento do país. A estreita ambição política e o interesse de classe das elites políticas que substituíram as elites coloniais impediu-as de trabalhar como uma frente unida depois que a independência foi alcançada, sendo que esse fator continua minando a busca pela integração nacional (Ekanola 2006). Sucessivas elites políticas recorreram continuamente à estratégia de manipulação de segmentações para aprofundar ainda mais as tendências de divisão dentro o povo.

A institucionalização dos partidos políticos também permaneceu fraca e subdesenvolvida. Por institucionalização, nos referimos ao processo pelo qual o partido político se estabelece e adquire valor e estabilidade duradoura (Saliu & Muhammad 2008). O prolongamento do regime militar impediu o crescimento de instituições democráticas como o legislativo e o partido político, que estão, frequentemente, entre as primeiras a serem afetadas no caso de um golpe militar. Atualmente a cultura autoritária dos militares permeia a psique dos políticos e sua conduta dentro dos partidos políticos. Isso prejudica enormemente a habilidade e a capacidade dos partidos políticos de atuar como pilares efetivos da democracia e como agentes da integração nacional. Os partidos institucionalizados tendem a empregar meios pacíficos e democráticos em sua busca pelo poder. No entanto, não é incomum ouvir as autoridades do partido se gabarem de sua intenção de capturar estados específicos durante as campanhas eleitorais. No presente momento, os partidos políticos foram dominados por oficiais militares aposentados e ex-funcionários com uma mentalidade de comando, portanto, a democratização carrega consigo uma grande dose de militarismo (Adekanye 1999). A Nigéria está, atualmente, vivendo o período mais longo de governo democrático, e vê a emergência de dezenas de partidos políticos, muitos dos quais permanecem assim apenas no nome e têm visibilidade apenas durante as campanhas eleitorais, com a intenção de fechar acordos com os partidos políticos mais proeminentes.

Esse desafio está entranhado na estrita concepção das elites sobre as responsabilidades que o poder político demanda. As elites políticas da

Nigéria têm uma concepção patológica da política como um caminho para o enriquecimento. Em um país onde o Estado controla grandes recursos e os setores produtivos permanecem, em grande parte, subdesenvolvidos, o poder estatal de patrocínio é enorme. Há, portanto, um grande prêmio para os cargos políticos.

Todas as armas são utilizadas no concurso, incluindo remexer as brasas dos sentimentos étnico-religiosos e regionais. A motivação para candidatar-se a eleições não é propriamente servir à população, mas assegurar cargos públicos e se apropriar dos seus benefícios para interesses pessoais e de grupo. Essa relação padrinho-cliente na política é o que Joseph chama de *prebendalismo* (Joseph 1999). O efeito debilitante desse tipo de prática política é o enfraquecimento da capacidade do Estado de entregar bens sociais à população. Os cidadãos são deixados sem opção, e são obrigados a encontrar socorro e alívio em seus grupos étnicos ou religiosos. O retorno a essas disputas primitivas complicou os desafios de segurança nacional, o que pode ser evidenciado pelo fato de que, atualmente, mais de 30 dos 36 estados da federação nigeriana estão sob algum tipo de estado de emergência não-declarado. Na base do problema está a força e a influência do Estado nigeriano frente à crescente ferocidade de vários atores armados não estatais, que desafiam o monopólio estatal do instrumento de coerção. A proliferação de vários grupos extremistas violentos com diversas queixas, como o Movimento para a Emancipação do Níger-Delta (MEND), Vingadores do Níger-Delta (NDA), Movimento para a Atualização do Estado Soberano de Biafra (MASSOB), Povos Indígenas de Biafra (IPOB), e os dois grupos mais cruéis e virulentos, os Pastores Fulani e o Boko Haram, contam a história de um país que sofre com uma alta insegurança ocasionada por uma capacidade estatal em declínio.

Quebrando o Ciclo Etno-Regional do Padrão de Formação Partidário

Enquanto evidências históricas da primeira e da segunda república revelaram que os partidos políticos foram formados com base em afiliações etno-regionais ou invariavelmente evoluíram para partidos regionais, evidências dessa época também mostraram tentativas contínuas de forjar alianças partidárias e construir coalizões de propostas semelhantes atravessando distintas linhas regionais, o que, se não tivesse sido truncado pela intervenção militar, teria culminado na formação de dois partidos políticos de base ampla e dominante (Akinola 2014). Políticos perceptivos e progressistas

logo perceberam a importância de se desfazer de plataformas paroquiais e de estender-se para além dessas plataformas limitadas, mas seus esforços nunca renderam resultados realmente proveitosos. Na primeira república, a segunda eleição federal, conduzida em 1964, foi disputada entre duas amplas coalizões de partidos. Os partidos da oposição que se uniram para formar a Grande Aliança Progressista Unida (UPGA)²⁰ composta principalmente pelo partido do Grupo de Ação (AG), o Conselho Nacional dos Cidadãos Nigorianos (NCNC), a União Progressista do Elemento Norte (NEPU) e o Congresso do Cinturão Central Unido (UMBC).

Enquanto partido no poder, o Congresso do Povo do Norte (NPC) formou uma aliança com a facção dissidente do Grupo de Ação (AG) que se fundiu com a ala ocidental da NCNC para formar um novo partido conhecido como o Partido Nacional Democrático da Nigéria (NNDP). A união desses partidos com o NPC, que estava no poder, resultou na formação da Aliança Nacional da Nigéria (NNA)²¹. Foram esses dois amplos partidos políticos que contestaram a eleição federal de 1964, embora o partido da oposição tivesse boicotado a eleição em muitas áreas significativas. A controvérsia decorrente do desenrolar dessa eleição, aliada a uma miscelânea de outros eventos, culminou no golpe de janeiro de 1966 (Ige 1995; Akinola 2014).

O esforço de evolução de plataformas políticas mais amplas e nacionais foi repetido na segunda república (1979-1983) quando o Partido Nacional da Nigéria emergiu como dominante após as eleições gerais de 1979. Este cenário compeliu os autointitulados políticos progressistas a tentar forjar uma plataforma política alternativa através da Aliança dos Partidos Progressistas (PPA)²², que incluía o Partido da Unidade da Nigéria (UPN), o Partido Popular da Nigéria (NPP), o Partido da Redenção dos Povos (PRP) e o Grande Partido Popular da Nigéria (GNPP). A aliança, entretanto, entrou em colapso em seu estágio formativo por causa de rivalidades que fizeram com que os membros não conseguissem chegar a um acordo sobre um candidato comum para a eleição presidencial de 1983. De acordo com Richard Joseph:

Embora a UPN estivesse ativamente engajada nas reuniões dos “governadores progressistas” e embora tenha participado das negociações que levaram à criação da Aliança Progressista e Popular (PPA) em março de 1982, ela não entrou no acordo posterior de criação de um novo partido, o Partido do Povo Progressista (PPP) (Joseph 1999, 167).

20 Do inglês, *United Progressive Grand Alliance*.

21 Do inglês, *Nigeria National Alliance*.

22 Do inglês, *Progressive Parties' Alliance*.

Na abortada terceira república, dois partidos políticos foram colocados em vigor por decreto militar. Esses partidos certamente não eram tão ideologicamente coerentes como o rótulo supostamente dava a impressão, mas o Partido Social Democrata (SDP) era sem dúvida mais próximo do espectro progressista ideológico do que o seu adversário, a Convenção Nacional Republicana (NRC). Essa experiência colapsou com a anulação da eleição presidencial de 1993. O país enfrentou naquela eleição uma escolha entre um partido amplamente conservador e um partido aproximadamente progressista (Bourne 2016).

No início da atual geração democrática em 1999, havia uma aliança entre o Partido de Todo Povo (APP)²³ e a Aliança para a Democracia (AD)²⁴, que conseguiu colocar um candidato na disputa presidencial contra Olusegun Obasanjo, do PDP, na eleição presidencial de 27 de fevereiro de 1999 (Simbine 2002). O núcleo do grupo que integrou a aliança de 1999 entre APP e AD acabou se fundindo com outros grupos dissidentes para formar o Congresso Progressista para Todos (APC), em 2013. A evolução democrática e política do país desde a independência, portanto, descreve, em parte, tentativas e movimentos para a formação de um sistema bipartidário. O período ininterrupto de democracia desde 1999 proporcionou a oportunidade de evoluir e consumir dois partidos dominantes para servir ao curso da consolidação democrática e da integração nacional. A formação do APC é uma evidência da obviedade política de que o chauvinismo étnico e as rivalidades regionais foram utilizadas como plataforma para a promoção dos partidos políticos regionais e seccionais, até se tornar fora de moda. Os dois partidos políticos dominantes, a APC e o PDP, hoje, ostentam um número de membros e uma base de apoio transversais em todo o país, quebrando, assim, o ciclo de partidos políticos baseados na região.

O nascimento do novo partido gerou um debate nacional sobre os interesses dos principais membros e promotores desse partido e sua reivindicação de credenciais progressistas. Enquanto um segmento dos comentaristas e analistas políticos rejeitou a fusão, alegando ser simplesmente uma aliança de políticos frustrados e prejudicados, outros segmentos saudou o surgimento do partido, argumentando que um sistema de dois partidos forte e competitivo pode servir como sinônimo de democracia na nação (This Day 2013). Embora possa ser verdade que a democracia do país será mais bem servida por dois partidos fortes, o que a Nigéria não precisa são dois partidos cuja única diferença é a sua nomenclatura, de modo que se qualquer ator político dos dois principais partidos perde em qualquer instância de poder,

23 Do inglês, *All People's Party*.

24 Do inglês, *Alliance for Democracy*.

ele rapidamente deserta para o partido rival na busca pelo poder. Atualmente, este parece ser o caso, com políticos que se movem em direções diferentes dependendo da equação de poder e permutações em cada rodada de eleição. O APC certamente não é exatamente a festa progressista que seu nome retrata. É, na melhor das hipóteses, uma multidão heterogênea de elementos tanto do progressismo quanto do conservadorismo. A derrota do PDP nas últimas eleições gerais e a alternância de poder apresentaram uma chance de aprofundar e consolidar a democracia na Nigéria. É também uma oportunidade para os reformistas insistirem em reformas internas para transformar o partido (Adeniyi 2017; Abdullahi 2017).

REFERÊNCIAS

- Adeniyi, S. 2017. *Against the Run of Play- How an Incumbent President was defeated in Nigeria*. Prestige This Day Books.
- Abdullahi, B. 2017. *On a Platter of Gold- How Jonathan Won and Lost Nigeria*. Kachifo Limited.
- Akinola, A. 2014. *Party Coalitions in Nigeria: History, Trends and Prospects*. Safari Books Ltd.
- Adekanye, J.B. 1999. *The Retired Military as Emergent Power Factor in Nigeria*. Ibadan: Heinemann Educational Books.
- Adebayo, P.F. 2006. "Political Party, Formation, Development, Performance and Prospects" In.: Ojo, Emmanuel (eds.) *Challenges of sustainable Democracy in Nigeria*. John Archers Publishers Ltd.
- Albert, I. O. 2012. "Deconstructing Elite Fragmentation in Nigeria Politics". *Ibadan Journal of Peace and Development* Vol 1, No.1, PP 1-27.
- Amusan, L. 2011. "Intra-party politics and Democratic consolidation in Nigeria: five decades of undulating journey". In: I S Ogundiya (eds.) *Political Parties and Democratic Consolidation in Nigeria*. Codat Publication.
- Anifowoshe, R. 2004. "Political Parties and Party System in the Fourth Republic of Nigeria: Issues, Problems and Prospect". In: L. Olurode & R. Anifowose (eds.) *Issues in Nigeria's 1999 General Elections*. Lagos: John West Publication.
- Bourne, R. 2016. *Nigeria- A New History of a Turbulent Century*. Bookcraft Ibadan, Nigéria.
- Babarinsa, D. 2003. *House of War: The Story of Awo's followers and the collapse of Nigeria' Second Republic*. Spectrum books Ltd.

- Coleman, J.S. 1986. *Nigerian Background to Nationalism*. Ilepeju Press Ltd Benin City.
- Croissant, A. & Merkel.W. n/d. "Political Party formation in Presidential and Parliamentary Systems", *Friedrich Ebert Stifting Online Papers*.
- Dudley, B. J. 1968. *Parties and Politics in Northern Nigeria*. London: Frank Cass & co Ltd.
- Ekanola, A. B. 2006. "National Integration and the Survival of Nigeria in the 21ST Century". *Journal of Social, Political and Economic Studies* Vol 31 No.3.
- Ekeh, P. P. 1983. *Colonialism and Social Structure. An Inaugural lecture*, University of Ibadan Press.
- Gunther, R. & L. Diamond. 2003. "Species of Political Parties: A New Typology". *Sage Publications* Vol. 9 No.2.
- Ige, B. 1995. *People, Politics and Politicians of Nigeria (1940- 1979)*, Ibadan Heinemann Educational Books.
- Joseph, R. 1999. *Democracy and Prebendal politics in Nigeria: The Rise and fall of the Second Republic*. Spectrum books Ltd.
- Kopecky P & Mair P. 2003. "Political Parties and Government". In: M Salih (eds.) *African Political Parties, Evolution, Institutionalisation and Governance*. London Pluto Press.
- Mackintosh, J. P. 1966. *Nigerian Government and Politics*. Evaston: North-west University Press.
- Nigel, F. P. 1971. "Towards National Integration or Chaos? Social Conflict and the African One Party State" *Open Access Dissertations*.
- Omoruyi, O. 2010. *Parties and Politics in Nigeria*. African Studies Center Boston University. <http://www.dawodu.com/omoruyi.html..>
- Saliu, H. A. & Muhammad, A. A. 2008. "Growing Nigeria's Democracy through viable political Parties". In: Hassan A. S.; Isah, H. J. Noah & Emmanuel, O. J. (eds) *Perspective on Nation-Building and Development in Nigeria- Political and Legal Issues*. Concept Publication Ltd Lagos.
- Simbine, A. T. 2002. "Political Party and Democratic Sustenance in Nigeria's Fourth Republic". *Nigerian Institute for Social and Economic Research Monograph SERIES NO 11*.
- _____. 2014. "Single Party Dominance and Democracy in Nigeria: The Peoples' Democratic Party". In: Olu Obafemi et.al (eds.) *Political Parties and Democracy in Nigeria*. Nigeria Institute for Policy and Strategic Studies Kuru Jos Plateau State.

- Sklar, L. R. 1963. *Nigerian political parties, power in an Emergent African Nation*. Princeton University Press.
- Yakub, N. 2004. "The Military, Democracy, Transition and the 1999 Elections". In: Olurode & Anifowose (eds.) *Issues in Nigeria's 1999 General Elections*. Lagos: John West Publication.
- Varma, S. P. 1975. *Modern Political Theory*. Vikas Publishing House New Delhi.
- This day Newspaper "Where is the Political Party for the Economy"..
- This day live Online "Two Party: Tentative Steps".

RESUMO

Os partidos políticos são instituições cruciais na construção de uma ordem democrática participativa; eles fornecem plataformas para o desenvolvimento de propostas de políticas públicas concorrentes, bem como servem como instrumentos para canalizar grupos sociais díspares em uma plataforma política comum, proporcionando, assim, um efeito estabilizador a uma sociedade de outra forma fragmentada. O significado dos partidos políticos, portanto, vai além da função utilitária de contestar ou reter o poder político para incluir a capacidade de fornecer uma força unificadora em face de clivagens étnico-religiosas profundas. A trajetória histórica da formação de partidos políticos na Nigéria, entretanto, contraria esse ideal teórico e normativo. Os partidos políticos na Nigéria pré e pós-independência serviram como locais para a mobilização do povo ao longo das linhas de falha primordiais. Este artigo argumenta que os dois principais partidos políticos da Nigéria hoje apresentam uma oportunidade para romper o ciclo de partidos regionais que não se esforçaram ativamente para a integração nacional.

PALAVRAS-CHAVE

Partido Político; Mobilização; Democracia; Integração; Nigéria.

*Recebido em 11 de abril de 2018.
Aprovado em 12 de julho de 2017.*

Traduzido por Gabriela Ribeiro dos Santos.

INVESTIGANDO O SIGNIFICADO DECRESCENTE DE GOVERNO E FILANTROPIA NA NIGÉRIA: RELIGIÃO COMO REFÚGIO?

Mike Omilusi¹

Introdução e Antecedentes do Estudo

Na Nigéria, como em muitas outras partes da África, a democracia possui uma história conturbada e permanece frágil. Parte da explicação é devido ao fato de que as forças políticas dominantes prejudicam constantemente o envolvimento efetivo das pessoas como atores-chave nos processos de governança. Os mecanismos do Estado nigeriano vêm sendo explorados pelos operadores de assuntos estatais para atingir interesses regionais. Os gerentes destes assuntos, muitas vezes, assumem a posição de Estado, tornando-o paralisado e, de fato, sujeitando-o a suas vontades e caprichos. A situação tornou-se mais patética sob regimes militares, com sua natureza unitária, hierárquica e dominante, afetando em grande parte o funcionamento do Estado nigeriano.

Afirma-se que novas democracias, como a Nigéria, encaram um desafio imediato de sobrevivência como governo “lutando para manter um regime constitucional e processos eleitorais que estão ameaçados por conflitos, golpes militares ou aspirantes a ditadores que esperam nos bastidores” (Lewis 2006, citado em Yagboyaju 2015). Além disso, todas as democracias são confrontadas por várias outras tarefas importantes. Estas incluem “ampliar as liberdades pessoais; incentivar uma participação política genuína; promover a prestação de contas dos líderes; resolver conflitos; promover uma regra geral de direito; e construir instituições públicas eficientes e eficazes” (Lewis

¹ Departamento de Ciência Política, Universidade Estadual de Ekiti, Ado Ekiti, Nigéria.
E-mail: watermike2003@yahoo.co.uk.

2006, citado em Yagboyaju 2015). Como postulado por Yabi (2015), muitos africanos têm excelentes razões para duvidar da utilidade da “democracia” que foi tão entusiasticamente vendida a eles na virada dos anos 90. Ameaçados por uma ampla variedade de conflitos violentos em seus países ou em suas fronteiras, os africanos foram mantidos na pobreza por sistemas econômicos improdutivos e injustos. Eles foram deixados nas mãos do destino (e de Deus) por elites que privatizam o Estado e monopolizam a maior parte dos seus recursos e das suas oportunidades econômicas. Somado a estes desafios está a árdua tarefa, particularmente em sociedades como a Nigéria e em outras com longos períodos de regimes militares e abuso de poder em geral, de alcançar o rápido avanço econômico, a prosperidade e o bem-estar econômico geral para cidadãos comuns, através da democracia (Yagboyaju 2015, 166).

À luz disto, a progressiva expansão da pobreza, da ignorância, da fome, das doenças, do desemprego, da exploração, da alienação, da opressão e da desapropriação na Nigéria desde a independência continuam a influenciar o cerne dos nigerianos a uma busca pela essência espiritual do seu ser. As adversidades sócio-econômicas e políticas no país fornecem um terreno fértil para o plantio, germinação, crescimento e balcanização de todas as formas de religião. Assim, o único setor que vem experimentando crescimento e expansão, quase seis décadas após a independência, é o setor religioso (Jaja 2016). As instituições religiosas constituem as expressões mais amplas e profundas da participação popular na Nigéria (USAID 2006, 24), manifestada por abrigar o maior número de anglicanos do mundo, com a quarta maior população de católicos romanos e a quinta maior população de muçulmanos. (Okechukwu n.d.).

Deste modo, nos últimos tempos, a Nigéria emergiu como um dos países mais religiosos do mundo. Como o número de igrejas/mesquitas no país continua a aumentar e a população de crentes duplica, o mesmo ocorre com o número de mesquitas e com a ampliação do número de fiéis islâmicos. Argumenta-se que a Nigéria tornou-se o primeiro país no mundo em termos de população de fiéis e adeptos, notavelmente, das duas maiores religiões: cristianismo e islamismo (Falana 2010). O país é agora um terreno de proliferação para todos os tipos de movimentos religiosos. De uma perspectiva funcionalista, pode-se argumentar que a religião fornece a muitos nigerianos uma identidade e um senso de propósito. Ela também fornece uma rede de segurança para seus seguidores na forma de comida e abrigo. Isto não está desconectado do fato de que, conforme corretamente proposto por Nwadiakor e Umeanolue (2013, 33), a maioria dos nigerianos têm experimentado uma pobreza extrema muitas décadas após a independência. A recente situação socioeconômica da Nigéria contemporânea tem sido um sintoma da pluralidade endêmica da paisagem religiosa nigeriana. O tamanho da população da

Nigéria, a diversidade étnica e o aprofundamento das inseguranças – sendo estas políticas, econômicas, culturais e médicas - combinam-se para criar uma experiência coletiva de ansiedade que, por sua vez, gera uma necessidade crescente de associações religiosas, serviços, rituais e soluções. O crescimento populacional, a urbanização, a competição e os múltiplos serviços prestados por comunidades religiosas fazem das associações religiosas um componente significativo da estrutura social nigeriana. Consequentemente, eles são um recurso crítico para os políticos que buscam uma mobilização política sobre qualquer assunto (USAID 2006, 24). Ademola-Olateju (2015) levanta questões profundas sobre esse tópico: em um país onde boas estradas, eletricidade e instalações de saúde são levadas a Deus em orações, vale a pena analisar mais de perto a ligação entre religião e pobreza. Por que as nações pobres são mais religiosas? Por que as pessoas pobres agarram-se na religião? Os nigerianos se voltam para a religião devido ao desespero, ou as pessoas caem na pobreza como resultado de suas crenças religiosas? Este ensaio está, portanto, preocupado, principalmente, com a intervenção de organizações religiosas no atendimento das necessidades espirituais e físicas de muitos cidadãos nigerianos - desiludidos e frustrados em consequência do fracasso do governo. Ele examina como a religião se tornou um santuário de esperança e refúgio diante de desafios socioeconômicos assustadores e como, ironicamente, essa patética condição humana está sendo explorada por esses corpos religiosos. Também investiga o estado da filantropia por indivíduos e entidades coletivas no país dentro do contexto do comunalismo africano e do déficit de governança.

Sobre as Principais Responsabilidades do Governo e as Sérias Realidades

Os governos quase certamente se originaram da necessidade de proteger as pessoas dos conflitos e de fornecer lei e ordem. Por que conflitos entre pessoas aconteceram ao longo da história? Muitas pessoas, famosas e comuns, tentaram responder a essa pergunta. Talvez a natureza humana dite o egoísmo e as pessoas, inevitavelmente, entrem em conflito sobre quem recebe o que é propriedade ou privilégio. Ou talvez, como Karl Marx explica, seja porque a própria ideia de “propriedade” torna as pessoas egoístas e gananciosas (USHistory n.d.). Todos os governos, em todos os níveis, têm deveres e responsabilidades para com seus cidadãos. O marco e o exemplo de um bom governo estão no cumprimento dos deveres e responsabilidades fundamentais deste tanto na Nigéria quanto em todo o mundo.

Quaisquer que sejam as razões, os governos evoluíram à medida que as pessoas descobriram que a proteção era mais fácil se permanecessem em grupos e se todos concordassem que um (ou alguns) no grupo deveria ter mais poder do que outros. Esse reconhecimento é a base da soberania, ou o direito de um grupo (mais tarde um país) a ser livre de interferências externas. Parte da função de um governo é proteger seus cidadãos de ataques externos. Os antigos imperadores chineses construíram uma “Grande Muralha” para defender as fronteiras do seu império. Um país, então, precisa não apenas proteger seus cidadãos uns dos outros, mas também se organizar para prevenir ataques externos. Às vezes eles construíam grandes muralhas e as impunham cuidadosamente contra os invasores. Outras vezes levavam seus seguidores a áreas seguras protegidas por altas montanhas, rios largos ou vastos desertos. Historicamente, eles formavam exércitos, e os mais bem-sucedidos treinavam e armavam grupos especiais para defender o resto. De fato, no século XX, os governos formaram alianças e travaram grandes guerras mundiais em nome da proteção e da ordem. Em anos mais recentes, as responsabilidades do governo se estenderam à economia e ao serviço público (USHistory n.d.).

A República Federal da Nigéria emergiu como uma nação independente da tutela colonial britânica em outubro de 1960. Mais de um século de imperialismo e colonialismo britânico na Nigéria entregou o comando da economia nigeriana sob o controle de empresas britânicas e de outras empresas ocidentais. A implementação gradual de um programa de descolonização permitiu que os políticos nigerianos controlassem os governos regionais, deixando a metrópole com o comando sobre as relações exteriores, antes de, finalmente, se desfazer do poder em 1960. Não sendo presentes em atividades produtivas, esses políticos não tinham uma base econômica sólida, então, eles passaram a usar o poder regional em suas mãos para compensar a falta de uma base sólida de recursos. Desta forma, a corrupção tornou-se primordial nos assuntos políticos do país (Akude 2007, 9). De acordo com Lewis (2007), as dificuldades da Nigéria, embora comuns ao mundo em desenvolvimento, são certamente excepcionais em seu escopo e persistência. A pobreza em massa, a estagnação econômica, a corrupção endêmica, a instabilidade política, as instituições fracas e os conflitos sociais podem ser encontrados em muitos países e, sob esse prisma, a Nigéria pode parecer banal.

O papel relativo dos três tipos de governo - o governo federal, os governos estaduais e as autoridades do governo local (LGAs) - na prestação de serviços públicos emergiu como um dos tópicos mais importantes de um debate aberto e vigoroso no novo clima democrático da Nigéria. As responsabilidades exclusivas do Governo Federal da Nigéria estão amplamente de

acordo com a prática internacional padrão, incluindo questões de interesse nacional, como defesa, relações exteriores, regulamentação e política monetária. A responsabilidade da prestação de serviços nas áreas de educação, saúde, infraestrutura, agricultura e indústria é compartilhada concomitantemente com os estados federativos e com as autoridades locais do governo, com as respectivas atribuições, aparentemente derivadas das considerações de repercussões interjurisdicionais e economias de escala, ainda que não haja uma referência formal aos princípios subjacentes na literatura oficial.

A Seção 14 (2) (b) da Constituição da Nigéria de 1999 afirma que “a segurança e o bem-estar do povo são o principal objetivo do governo; e a participação do povo será assegurada de acordo com as disposições desta Constituição”. No que diz respeito ao bem-estar econômico do povo, a Constituição também impõe o dever do Estado de garantir “a máxima assistência social, liberdade e felicidade de todos os cidadãos com base na justiça social e na igualdade de condições e oportunidades”. Para esse efeito, o Estado deve orientar suas políticas no sentido de assegurar que “os recursos materiais da nação sejam aproveitados e distribuídos da melhor maneira possível para servir ao bem comum” e que “o sistema econômico não seja operado de maneira a permitir concentração de riqueza ou de meios de produção além de trocas nas mãos de poucos indivíduos ou de um grupo”.

A fim de assegurar a boa governança e a prestação de contas ao público, o Estado tem a obrigação de abolir “todas as práticas corruptas e de abuso de poder”. Além do dever imposto a todos os cidadãos de “prestar assistência a agências apropriadas e legais na manutenção da lei e da ordem”; é obrigação da mídia de massa “defender a responsabilidade e prestação de contas do governo para com o povo”. Para erradicar o analfabetismo e a ignorância, o Governo deve, como e quando praticável, fornecer “(a) educação primária obrigatória e universal gratuita; (b) ensino secundário gratuito; (c) educação universitária gratuita e (d) programa gratuito de alfabetização de adultos”. É também dever do Estado proteger crianças, adolescentes e idosos de qualquer forma de exploração e de negligência moral ou material (Falana 2015).

A segurança da vida e da propriedade é uma necessidade extrema para qualquer país próspero. Sem segurança, um país permanece exposto a ameaças e é vulnerável. Nesse contexto, a consecução dos objetivos e projetos de tal país se torna uma tarefa hercúlea (Iregbenu e Uzonwanne 2015, 169). De fato, um governo que não consegue proteger seus cidadãos e garantir a segurança da vida e da propriedade fielmente adequada é um governo falido. Sem essa estabilidade, o sistema estará repleto de ilegalidade, caos e eventual desintegração. É por isso que a segurança é considerada uma condição dinâmica, que envolve a habilidade relativa.

Na Nigéria, como será discutido em breve, são negadas a grande maioria dos cidadãos as necessidades humanas básicas e esta inadequação cria uma “frustração de expectativas crescentes” que, por sua vez, resulta em violência, sequestros, assaltos à mão armada, prostituição, terrorismo, entre outros. A onda de mortes e destruição associada a assassinatos religiosos, violência política, confrontos étnicos, sequestros, banditismo armado são insuperáveis (Omede 2011, 96).

Em meio à deterioração da situação de segurança no país, a Nigéria é também confrontada por desafios de desenvolvimento que representam uma séria ameaça ao desenvolvimento socioeconômico. Esses desafios incluem pobreza rural e urbana endêmica, alta taxa de desemprego, desemprego juvenil debilitante, baixa produção industrial, taxa de câmbio instável e em deterioração, alta taxa de inflação, infraestrutura física e social inadequada, dívida interna alta e aumento do endividamento externo (Ewetan 2013). Todos esses são, sem dúvida, obstáculos à boa governança no país.

Por muitos anos, a boa governança permaneceu elusiva nas esferas políticas da Nigéria, devido ao fato de que esse aspecto originário da cultura, da tradição e das normas, se tornaram vestígios políticos foram abandonados. Mais propriamente, líderes despóticos e corruptos, em sua maioria uniformizados, sempre encontraram seus caminhos para a política como líderes (Joseph 1987). De acordo com Kukah (citado em Nwankwor 2004, 313), há uma notável tendência de traçar o desempenho da democracia como uma forma de governo na Nigéria, através das armadilhas coloniais de Estado, natureza e caráter das sucessivas elites governantes e de sua deturpação do propósito da máquina estatal para os cidadãos. A maioria dos líderes nigerianos desde a independência, com pouca retórica, demonstra que não há interesse no futuro do país. A Nigéria tem de conviver com líderes que, por meios ilegais ou adquiridos, esvaziaram os cofres da nação e reiniciam o mesmo processo em busca da reeleição e, quando isso não é possível, transferem o poder para seus companheiros que se aventuram a fazer ainda pior. Eles se reciclam dentro dos corredores do poder (Odo 2015).

O principal e fundamental problema da Nigéria (e na verdade da África), que tem sido o albatroz do país, está diretamente ligado às lideranças ruins ou pobres que englobam líderes políticos, religiosos, tradicionais, comunitários, étnicos/tribais, trabalhistas/sindicais, de mercado e empresariais, bem como outros líderes em vários níveis (militares, policiais e outras agências de segurança para-militares) que, na maioria dos casos, são sempre egoístas e egocêntricos em suas abordagens para lidar com questões nacionais. A maioria das pessoas em cargos de liderança - seja dentro ou fora do governo - geralmente são econômicas com a verdade, seja por causa de inte-

resses egoístas, seja por influências corruptoras ou por uma combinação de ambas (Kayode 2011). A má liderança manifestada pela violação persistente dos direitos humanos, mau governo, instituições disfuncionais, patronato, fraude eleitoral, manipulação das diferenças étnicas, corrupção e personalização do poder impedem a prevalência da paz e da justiça social. Poderosas elites políticas alimentam-se do Estado, atacam os fracos, usam recursos nacionais para o auto-engrandecimento e privam os cidadãos de bens coletivos, como cuidados médicos, boa educação e emprego (Burton 1990; Sandole 2001, citado em Mayanja 2013). Segundo Adujie (2009):

A Nigéria é análoga a uma corporação e nossos líderes atuais devem ser vistos como administradores ineficientes e membros do conselho administrativo ineficientes. A Nigéria é uma corporação na qual os cidadãos são fortemente investidos. A Nigéria deve ser vista como uma corporação que atualmente tem fraco retorno sobre nosso investimento ou nenhum dividendo. O mais prudente que qualquer investidor inteligente deve fazer para ganhar dividendos, lucros e retorno sobre o investimento, é expulsar o diretor administrativo e os membros do conselho de administração.

Ao longo dos anos, o governo nigeriano falhou em aproveitar os vastos recursos humanos e materiais à sua disposição para quebrar o ciclo de pobreza e autocracia que o caracterizou desde a independência em 1960. Assim, o Estado nigeriano se encontra constantemente entre as forças de democracia e autoritarismo, caracterizado pelo “impulso ao desenvolvimento e a atração pelo subdesenvolvimento, o ônus da corrupção pública e a pressão da responsabilização” (Kesselman et al. 1996 citado em Idada e Uhunmwuango 2012, 50). O efeito da corrupção na Nigéria é, obviamente, inquantificável. Além de sujar a imagem corporativa do país na comunidade internacional, todas as estruturas sociais, econômicas e políticas do país foram arruinadas pela corrupção. Serviços sociais e infraestruturais estão desorganizados. As pessoas estão empobrecidas, já que as pessoas comuns são sempre as vítimas. Enquanto as pessoas se afundam na miséria e na pobreza, membros da classe política e seus associados de classe empresarial desfrutaram de estupenda riqueza roubada (The Guardian 2016).

É uma prática comum na maioria dos bairros de todo o país, os moradores serem confrontados com desafios como transformadores quebrados, falta de água potável, insegurança e assim por diante. A situação ficou tão ruim que a maioria dos nigerianos resignou-se a viver em uma sociedade em que o pagamento de impostos não garante a provisão ou acesso contínuo a serviços públicos básicos (Ogunsina e Opaluwa 2015). Conforme corretamente proposto por Segun Quadri (2015):

A maioria das instalações do governo apreciado pelas massas, como água potável portátil, electricidade, bom sistema de saúde, educação gratuita, etc, são todos uma história do passado. O homem comum já se tornou seu próprio governo, fornecendo poder, segurança, água e assim por diante. Desde 1999, em que os civis assumiram a governança sob um arranjo democrático, não só sofremos uma progressiva deterioração da rede de infra-estrutura do país, mas também praticamente todas as nossas instituições fundamentais para o avanço sócio-político e democrático entraram em colapso. Até a própria governança está paralisada.

Os pobres e desfavorecidos sofrem em relação à prestação de serviços públicos. Primeiro, eles não têm acesso a esses serviços devido a barreiras físicas, financeiras, informacionais, políticas e outras. Em segundo lugar, faltam-lhes mecanismos eficazes para realimentar as suas reclamações, opiniões e pedidos em relação a esses serviços. Como resultado, os serviços públicos para os pobres carecem de transparência, responsabilidade e qualidade (Gopakumar K et al 2002). Os pobres e os desfavorecidos são particularmente vulneráveis, pois confiam completamente no Estado para o acesso a serviços críticos, como água potável, saúde e educação, conforme enunciado acima. No entanto, como observou Diamond (2008), o propósito fundamental dos governos neo-patrimoniais e prebendas não é produzir bens públicos - estradas, pontes, mercados, irrigação, educação, saúde, saneamento público, água potável, sistemas jurídicos eficazes. - que aumentam a produtividade, melhoram o capital humano, estimulam o investimento e geram desenvolvimento. Pelo contrário, o propósito é produzir bens privados para aqueles que detêm ou têm acesso ao poder político. Os contratos não são permitidos com base em quem pode oferecer o melhor serviço pelo menor preço, mas sim em quem pagará o maior suborno. Os orçamentos são direcionados para projetos que podem gerar subornos facilmente. Os fundos do governo desaparecem nas contas estrangeiras dos titulares de cargos. As folhas de pagamento do governo estão inchadas com as fileiras de trabalhadores e soldados fantasmas.

Filantropia e Comunalismo na Nigéria: Uma Visão Geral

A África é um continente multifacetado e fascinante. Com tantas etnias e nacionalidades diferentes, uma prática comum une todos os africanos: a cultura da doação. A filantropia, ou doação, é praticada há muito tempo na África. Se a motivação é contribuir para o crescimento do país, retribuir uma vez que o sucesso do negócio seja alcançado ou apoiar os vizinhos em necessidade, a filantropia serve como o cimento que une as comunidades e contribui para

o desenvolvimento do continente (Emodi e de Unverhau 2014, 1). A filantropia é parte integrante da identidade africana e uma característica inerente da vida familiar e da comunidade africana. No entanto, os africanos podem não reconhecer o termo “filantropia”, que é uma construção do Norte Global e é geralmente associada à transferência de grandes quantidades de riqueza de ricos para pobres. Muitas pessoas usariam termos ingleses como “dar” ou “caridade” ou “ajudar” (UBS Philanthropy Advisory e TrustAfrica 2014, 32).

O comunalismo é o princípio ou sistema de ordem social em que, entre outras coisas, a supremacia da comunidade é cultural e socialmente entrincheirada, a sociedade é hierarquicamente ordenada, a vida sacrossanta e a religião é um modo de vida. Em tal comunidade, as pessoas não são vistas como importantes por si mesmas. Cada um é parte integrante de um todo e deriva seu lugar no contexto da comunidade. Pessoas em uma comunidade comunalista nascem na comunidade. Eles não são selecionados para isso. Tal comunidade não é criada como resultado da união de indivíduos. É uma comunidade evoluída cujos membros são hereditários. Em uma ordem social comunalista, o bem-estar da comunidade fortalece as ações. Nada que é feito, não importa quão importante e útil seja para o indivíduo, é considerado bom se tiver relevância para a comunidade. Nenhuma desgraça, por mais distintamente pessoal que seja, é deixada para o indivíduo suportar sozinho. A comunidade ri junto e também chora junto (Moemeka 1998, 124). A total obediência à comunidade como uma entidade que existe para o bem de todos é exigida não apenas em relação às necessidades físicas ou materiais, mas também em relação às necessidades emocionais e de comunicação. Neste cenário, a religião permeia a vida em comunidades verdadeiramente comunais (Mbiti 1969) e é usada como uma ferramenta para salvaguardar a ordem social e proteger as normas sociais e as regras de comunicação (Moemeka 1994). O comunalismo exige que a vida das pessoas reflita em uma mistura sólida do que é considerado sagrado e do que é aceito como socialmente permissível.

Sob o comunalismo, a pequena comunidade é considerada a principal unidade do governo. Todos os adultos participam tanto na tomada de decisões quanto na execução dessas decisões. Cada um contribui de acordo com sua habilidade. Há governos comunitários em que as decisões públicas são abertamente recebidas, questões são levantadas e discutidas abertamente. A tomada de decisões é, portanto, um processo de resolução da junção de opiniões de todos os cidadãos (Oyewole 1987, 38).

A Nigéria tem a maior concentração de Indivíduos com Alto Patrimônio Líquido (HNWIs)², da região. De acordo com o Nigéria Wealth Book

² Do inglês, *High Net-Worth Individuals*.

2014, em 2013, a Nigéria tinha mais de 16.000 HNWIs com US\$ 90 bilhões em riqueza. O número de HNWIs deverá crescer 7% para alcançar mais de 18.000 em 2018, enquanto a riqueza HNW deverá aumentar em 27% para alcançar US\$ 123 bilhões em 2018. O relatório da The New World Wealth de 2014 aponta que a Nigéria tem 200 indivíduos com Alto Patrimônio Líquido, 50 milionários e quatro bilionários. Onze dos HNWIs que apareceram na Forbes como as “40 pessoas mais ricas da África” em 2012 eram nigerianos. Embora haja uma crença geral de que a riqueza e a filantropia dos HNWIs na Nigéria é visível e pública, pode haver alguns que preferem não ser vistos. Em 2012, a Forbes publicou uma lista de dez indivíduos do com Alto Patrimônio Líquido da Nigéria que preferem manter um perfil discreto (UBS Philanthropy Advisory & TrustAfrica 2014, 37). A literatura recente procurou destacar o fato de que existem diferentes visões da filantropia na África (isto é, diferente de como ela é vista em outras partes do mundo), e que, muitas vezes, a filantropia africana é caracterizada por práticas particulares. Sempre houve evidências casuais para sugerir que a doação é focada na família estendida e em comunidades mais imediatas (UBS Philanthropy Advisory & TrustAfrica 2014, 42). Por outro lado, há preocupações sobre a natureza ilusória de muitas obras de caridade da África, que podem se parecer mais com truques de relações públicas do que com esforços sinceros para aliviar problemas.

A cena na Nigéria contemporânea é de perda generalizada de escrúpulos e total ausência de temor a Deus, além de desrespeito pela vida humana e pessoal, dando origem à decadência moral geral e à existência de vários males e crimes, como injustiça, suborno e corrupção, roubo, assalto à mão armada, assassinato, sequestro, estupro, cultismo etc. (Osunwokeh 2014, 183). De fato, observa-se que o nível de injustiça social que atualmente prevalece na Nigéria está atingindo proporções alarmantes. O grande aumento de grupos militantes e de resistência na Nigéria hoje são comumente interpretados como manifestações contra o Estado, resultantes das tensões de injustiça no sistema e como sinalização do nível de descontentamento entre os cidadãos (Uchegbue 2013, 141).

Os países africanos ricos em recursos naturais sofreram uma grave hemorrhagia financeira através da fuga de capitais nas últimas décadas. Estimativas recentes sugerem que estas fugas aumentaram durante o boom de recursos. De 1970 a 2008, a Nigéria perdeu impressionantes US\$ 296 bilhões para a fuga de capitais. Cerca de 71 bilhões de dólares “desapareceram” de Angola entre 1985 e 2008 (Ndikumana e Boyce 2011). Outros países exportadores de petróleo também sofreram substancial fuga de capitais nas últimas quatro décadas: Costa do Marfim (US\$ 45 bilhões), República Democrática do Congo (US\$ 31 bilhões), Camarões (US\$ 24 bilhões), República do Congo (US\$

24 bilhões) e Sudão (US\$ 18 bilhões) (Ndikumana e Boyce 2012, 4). Deve-se notar que o crescimento de indivíduos ricos não necessariamente leva a um aumento na filantropia e isso é muito evidente na Nigéria. Além do modelo formalizado de filantropia - fundações corporativas - que existem no país, os nigerianos ricos, salvo alguns, pouco fazem para usar o que têm para ajudar as massas. Em vez disso, eles transferem seu dinheiro para bancos estrangeiros em vez de torná-lo útil para nação. Quando esses homens ricos querem sair de férias, eles viajam para os Estados Unidos ou Canadá, e muitos migram para o mundo desenvolvido, em vez de gastar seu dinheiro na Nigéria.

No meio do fracasso do governo no país, as elites nigerianas preferem viver em opulência e esplendor, seja em sua estupenda renda, em dinheiro saqueado publicamente ou em patrocínio do governo. Alguns, de fato, se classificaram prestigiosamente entre os mais ricos do mundo (Odeyemi 2013, 261). As elites políticas se apropriam de fundos públicos consideráveis para seu ganho pessoal, enquanto a maioria de seus constituintes não tem acesso a água potável. Joseph (2016) uma vez perguntou retoricamente: Por que os nigerianos podem construir e operar mega-igrejas, mas não transporte público de qualidade, universidades públicas, serviços públicos de energia e outras organizações de serviços? A Nigéria também ilustra o dilema central da “África em Ascensão”: um mercado consumidor e uma classe média em expansão, juntamente com a pobreza persistente. A desigualdade neste país de 175 milhões é escandalosa. Muitos milionários são gerados à medida que o consumo de champagne e a propriedade de aviões particulares aumentam. Esses excessos, baseados amplamente no acesso a recursos do Estado, poderiam ser redirecionados para um crescimento transformador e sustentável do país (Joseph 2015). A realidade mais frustrante é que grande parte dos fundos públicos saqueados não é investida na Nigéria, mas sim despejada, geralmente, em contas estrangeiras para melhorar ainda mais as economias desses outros Estados.

Como a Religião Preenche o Vácuo: uma Variável para Missão de Resgate ou Exploração?

A Nigéria é um Estado-nação multiétnico, multicultural e multirreligioso, com mais de quatrocentas nacionalidades étnicas associadas a muitas congregações religiosas (Aghemelo e Osumah 2009). Ela tem três grandes identidades religiosas: o cristianismo, o islamismo e as religiões tradicionais (Omorogbe e Omohan 2005, 557; Osaghae e Suberu 2005, 11 citados em Çancı e Odukoya 2016). As religiões tradicionais são as mais inativas politicamente dos três grupos, “numerando centenas de grupos étnicos e subgrupos, aldeias,

clãs e grupos de parentesco; e, envolvem a adoração de diferentes deuses e deusas” (Osaghae e Suberu 2005, 11). As igrejas pentecostais formam a divisão fundamental do cristianismo na Nigéria, que experimentou um rápido crescimento no número de seguidores nos últimos anos, com a maioria dos adeptos, especialmente os jovens, unindo-se à igreja das denominações mais antigas e tradicionais. A Igreja desempenhou um papel importante na sociedade civil nas lutas anti-militares e na democratização. Isso foi possível graças a organismos como a Associação Cristã da Nigéria (CAN)³, a Congregação Pentecostal da Nigéria (PFN)⁴ e a Conferência dos Bispos Católicos (Osaghae e Suberu 2005, 11).

A religião é, provavelmente, o fenômeno mais popular na Nigéria contemporânea. Ela alcançou essa proeminência devido a seus impactos e contribuições avassaladores na sociedade. Como um notável agente de mudança, a religião tem inegavelmente exercido muita influência positiva e negativa sobre o povo nigeriano em muitos aspectos (Kitaue e Achunike 2013, 51). O “fracasso” da elite política nigeriana para exercer bons governos, promover a integração nacional e o bom progresso econômico através de políticas ponderadas e democratizadas (Çancı e Odukoya 2016) criou naturalmente um vácuo em que os órgãos religiosos são, através de suas políticas/programas, o preenchimento. Muitos grupos religiosos fazem contribuições significativas para o desenvolvimento humano, através da provisão de educação, saúde e assistência social, principalmente para seus numerosos membros em todo o país. Além da semelhança de suas contribuições sociais, muitos grupos religiosos compartilham ideais e virtudes, e muitos líderes religiosos também compartilham uma crítica do Estado nigeriano e sua classe política (Nolte e al 2010).

Durante a última década, surgiram pesquisas consideráveis que demonstram os benefícios da prática religiosa dentro da sociedade. A prática religiosa promove o bem-estar dos indivíduos, das famílias e da comunidade. De particular interesse são os estudos que indicam os benefícios da religião para os pobres (Fagan 2006). A participação regular em serviços religiosos está ligada a uma vida familiar saudável e estável, a casamentos fortes e a crianças bem comportadas. A prática da religião também leva a uma redução na incidência de abuso doméstico, crime, abuso de substâncias e vício. Além disso, a prática religiosa leva a um aumento na saúde física e mental, na longevidade e na escolaridade (Fagan 2006). No entanto, as pesquisas também revelam uma ligação entre o nível de pobreza e privação que existe em uma sociedade com a religiosidade das pessoas. Argumenta-se que quando as pes-

³ Do inglês, *Christian Association of Nigeria*.

⁴ Do inglês, *Pentecostal Fellowship of Nigeria*.

soas são pobres, elas se apoiam na religião para o conforto. Ademola-Olateju (2015), citando outras fontes, resume suas descobertas assim:

Na pesquisa Gallup com 100 países em 2010, os dados mostraram uma forte correlação positiva entre a adesão estrita à religião e a privação. Da mesma forma, um estudo independente do Dr. Tom Rees, publicado no *Journal of Religion and Society*, mostrou que em locais sem redes de segurança social fortes para proporcionar às pessoas oportunidades de mobilidade ascendente, é mais provável que sejam religiosas. Quando o sofrimento se torna uma constante na vida das pessoas, elas são facilmente consoladas pelas visões do apocalipse, julgamento, punição e inferno. Pobreza, privação e sofrimento frequentemente levam a crenças consoladoras de que o mundo logo terminará, com Deus recompensando os fiéis através da alegria eterna, em que não há necessidade de trabalho ou tribulação. As previsões trágicas e pessimistas a respeito dos julgamentos e arrebatamentos que a humanidade enfrentará, conforme encontradas no fundamentalismo cristão, se popularizarão. O cenário ajuda a perpetuar o sofrimento, atribuindo um propósito maior à dor e ao sofrimento humano como parte do grande plano de Deus para a absolvição entre os escolhidos.

Em outras palavras, diante da fraqueza do Estado nigeriano e da ineficiência de suas instituições para proporcionar o bem humano a seus cidadãos, as Organizações Baseadas na Fé (FBOs)⁵ complementam e suplementam os esforços do governo para melhorar o padrão de vida dos nigerianos. Essas FBOs na Nigéria, que contam com mais de 46.000 pessoas, estão envolvidas em trabalhos de caridade favoráveis aos pobres, que aliviam a pobreza, promovem o progresso e servem como agentes de desenvolvimento (Ogbonnaya 2012, 10). Segundo Olarinmoye (citado em Ogbonnaya 2012, 10):

As FBOs na Nigéria fornecem serviços de saúde e educação através de seus hospitais, clínicas e maternidades, escolas e faculdades, centros de treinamento vocacional, seminários e universidades. Elas possuem instituições econômicas, como livrarias, hotéis, bancos, seguros, meios de comunicação de massa e empresas de TIC e são proeminentes proprietários de imóveis na forma de cidades sagradas e campos de oração, que cobrem milhares de hectares de terra. As terras em que seus hospitais, escolas e orfanatos estão situados também fazem parte de sua carteira de imóveis.

Como a boa governança continua em falta para maioria dos nigerianos que vivem sem acesso a serviços públicos básicos, outras organizações

⁵ Do inglês, *Faith Based Organizations*.

entrevieram para preencher o vazio. As organizações religiosas agora fornecem uma gama de serviços sociais que o governo geralmente oferece. Esses problemas são sintomáticos de uma democracia abrangente, mais ampla, e de um problema de governança no país, que se relaciona a um controle oligárquico do poder político, formal e informal, por elites políticas irresponsáveis (USAID 2006, v). Os nigerianos religiosos de diferentes partes do país compartilham opiniões semelhantes sobre boa governança e desenvolvimento. Estes são moldados pelo ideais bíblicos e corânicos de justiça, igualdade e “o temor de Deus”. Eles enfatizam a importância do desenvolvimento de infra-estrutura, educação e saúde para todos os nigerianos. Muitos grupos religiosos fazem esforços para fornecer aos seus membros acesso à educação e outros serviços. Às vezes, seus serviços e instalações estão abertos a membros de outros grupos religiosos (Nolte et al 2010).

A outra explicação para esse desenvolvimento pode ser localizada na tendência dos africanos em buscar o auxílio espiritual em sua religião quando todas as coisas parecem ter falhado, incluindo o governo. Segundo a Federação Luterana Mundial (2002, 17), a espiritualidade na religião africana é descrita como “valores pelos quais uma pessoa individualmente ou em comunidade se relaciona com o reino espiritual” (Mbiti). Nasce de uma relação entre seres humanos e outras realidades que incluem Deus, espíritos dos que partiram, divindades, espíritos associados a objetos e fenômenos naturais e a própria natureza. Os africanos são extremamente conscientes do “triângulo da realidade” como uma comunidade da qual participam e à qual pertencem. Sua espiritualidade é governada pela sensibilidade a essa realidade de relacionamentos e comunicação.

Além da vida comunitária, no entanto, a religião africana ensina que existem poderes espirituais que podem moldar e influenciar vidas individuais, para melhor ou para pior. Portanto, é importante buscar maneiras e meios de manipular ou controlar aqueles poderes e agências externas que são mais poderosos que os humanos, através da prática de rituais e receitas mágicas ou de encantos prescritos pelas autoridades religiosas àqueles que se sentem ameaçados (The Lutheran World Federation 2002, 19). Assim, é observável na Nigéria mais pacientes em centros religiosos (particularmente igrejas) do que hospitais buscando cura espiritual para uma doença ou outra; mais desesperados a procura de emprego; trabalhadores esperando uma promoção; congressista frustrada precisando de ajuda financeira por meio de conexão divina; mulheres grávidas que frequentam sessões religiosas especiais em vez de pré-natal. Muitos outros fiéis, induzidos por problemas, buscam a união espiritual em muitas questões antrópicas, como pedidos de visto, parceiros de

vida, mobilidade, derrota de inimigos, entre outros⁶. Isto pode ter informado a submissão de Ademola-Olateju (2015) sobre o assunto: A religião oferece um senso de esperança e ajuda a manter os pobres em total desespero. Isso frustra o esforço deles para melhorar sua situação e cria um desestímulo social para o progresso. É por isso que as pessoas sob estresse são alvos mais fáceis para o evangelismo. É por isso que os ministérios que ganham almas têm mais sucesso entre os pobres, e é a razão pela qual eles visam pessoas passando por eventos que mudam a vida cotidiana, como doença, casamento, divórcio, gravidez, morte na família etc. Como observa Larr (2015):

O problema não termina mais com ladrões e sequestradores indo à Igreja todos os domingos para orar pela orientação e assistência de Deus na execução de projetos criminosos e assassinos. Isso não termina mais com os criminosos pagando quantias estupendas como dizimos para seus pastores e pregadores alegres e altamente gratificados. Os nigerianos têm razões suficientes para expressar gratidão aos homens de Deus que se auto impuseram, cuja especialidade é a ostentação e a exibição pública de prata e ouro e jatos e casacos. Eles nos mostram quem são e poupam para algumas mentes crédulas e desamparadas, eles são conhecidos por todos os outros por sua ganância insaciável por riqueza material e furto baseado em bajulação. Eles não eram os menores, muito visíveis na sede do poder, avançando a justificação profética e traiçoeiramente divina para todos os males da última dispensa política sob a presidência do Sr. Goodluck Jonathan.

Embora a religião tenha contribuído de alguma forma para o processo de construção da nação, seu impacto positivo na democracia da Nigéria permaneceu insignificante. A manipulação da religião por alguns indivíduos poderosos que se escondem sob o disfarce de religiosos para buscar interesses egoístas continua sendo um dos efeitos negativos da religião sobre a política. Além disso, a ganância se infiltrou no terreno religioso, na medida em que alguns líderes religiosos agora patrocinam governantes corruptos para satisfazer seu desejo por dinheiro e outros ganhos materiais (Falana 2010). No entanto, deve-se observar que, enquanto entidades religiosas e FBOs têm ajudado na provisão de serviços de saúde, educação, etc., como

6 Este escritor testemunhou muitas dessas cenas, seja em viagens de pesquisa, envolvimento pessoal ou convite de amigos e conhecidos. Geralmente, é uma transfiguração involuntária do empirismo para a espiritualidade em termos de “pedidos de oração” que, normalmente, em outros contextos, devem ser direcionados a agências governamentais. No entanto, em muitos casos, as pessoas testificam do “poder do Deus Todo-Poderoso” ao aprovar esses pedidos! - Obviamente afirmando uma existência entre o mundo celestial (mundo de Deus e seus anjos) e o mundo mundano (mundo dos vivos na terra).

identificado anteriormente, para populações escanteadas, talvez baseadas no valor moral, benevolente e religioso do altruísmo, a visão de mundo dos africanos e sua intensa espiritualidade têm sido frequentemente explorados de maneira antiética. Isto pode explicar porque Uche (2011) vê uma contradição na atual sociedade nigeriana que ele descreve como muito religiosa; logo, bastante barulhenta sobre a igreja, sobre o evangelho cristão, mas ainda assim tão moralmente depravada, testemunhando diariamente, em maior proporção, o mal e os crimes contra a justiça e a dignidade humana. Ironicamente, além dos ignorantes e dos pobres, esse nível de religiosidade parece ter capturado também as mentes instruídas, conforme proposto por Ademola-Olateju (2015):

A religião na Nigéria tornou-se uma poderosa armadilha aberta que exerce uma tremenda pressão social e que, muitas vezes, é impossível de ser evitada pela mente sem educação. Em minhas interações, tenho visto pessoas educadas, que eram normais em suas casas, normais no trabalho e em todos os lugares fora da Igreja, se tornam tolos completos dentro dela. Não podemos deixar de nos perguntar se o problema central vem das pessoas que estão desviando a cabeça quando atravessam a porta de uma igreja ou mesquita. Suas mentes parecem condicionadas a fazê-lo desde que eram jovens. Eles engolem tudo o que é dito como a verdade. Não é mais o que a Bíblia diz, mas o que meu pastor diz e, para os muçulmanos, toda referência é feita de acordo com esse Sheikh e aquele Imã.

Essencialmente, os princípios centrais que formaram a base de sustentação na qual a maioria das religiões se baseiam incluem a verdade, a retidão moral, o amor e a unidade de toda a humanidade, entre outros (Falana 2010). Idealmente, em vez de impedir o desenvolvimento sustentável, a religião deveria promovê-lo, porque a fé aborda as preocupações últimas dos seres humanos e permeia todos os aspectos da vida humana: vital, social, cultural, pessoal e religiosa. A religião, portanto, fornece uma âncora que dá significado a várias formas de experiências, vidas e ações humanas (Ogbonnaya 2012, 18). No entanto, as contradições incorporadas na prática da religião na Nigéria, viz-a-viz, esses valores e sua suposta transformação da sociedade continuam a ser um estudo interessante na sociologia política, como atestado por Ijabla (2015):

Do professor de medicina que leciona na prestigiosa Universidade de Ibadan, para o pobre *almajiri* que vagueia pelas ruas de Kano, para o rico gerente imobiliário em Port Harcourt, para o humilde nômade da árida Baga, há uma coisa que conecta estas pessoas - religião. A

religião permeia todas as facetas da sociedade nigeriana e influencia a mentalidade coletiva de seu povo. A religião supostamente torna as pessoas boas, exceto que as evidências não apoiam essa afirmação. O que sabemos é que nossa sociedade é atormentada por toda a desigualdade, injustiça e atrocidades que raramente encontramos nas sociedades escandinavas e sem Deus, para usar apenas um exemplo. Nosso alto grau de religiosidade não se traduziu em boa governança e prosperidade para nossos cidadãos.

Pode-se deduzir do acima exposto que o alto nível de religiosidade na Nigéria não é mais do que um dos muitos sintomas da pobreza e da falta de bem-estar para a grande maioria dos nigerianos, assim como para outros países pobres do mundo (Okechukwu n.d.). Enquanto a Nigéria como um todo luta contra o legado de um longo regime militar e contra o efeito corrosivo de sua dependência das receitas do petróleo, o norte nigeriano precisa enfrentar suas fraquezas geográficas e um século de isolamento auto-imposto em relação à educação e aos valores modernos. É contra esse pano de fundo que se deve observar o espectro da religião e suas conseqüências odiosas. Os efeitos nocivos dos dogmas religiosos também podem ser observados em outras partes da Nigéria, como Akwa Ibom e Cross River States, onde têm havido um aumento alarmante na “caça às bruxas” de crianças, feitas pelas igrejas evangélicas, aproveitando os altos níveis de empobrecimento e ignorância (Okechukwu n.d.).

Em um desenvolvimento relacionado, a ameaça do materialismo nas igrejas cristãs contemporâneas na Nigéria se tornou-se tão fértil que a maioria dos pastores e ministros das Igrejas pregam a prosperidade como parte da salvação espiritual. É repetido frequentemente que, à medida que a raça humana dá passos gigantescos em ciência e tecnologia, a tendência é se afastar da religião. No entanto, atualmente, devido a dificuldades econômicas e incertezas políticas na sociedade, as pessoas parecem estar mais preocupadas em usar a religião para alcançar ambições materiais. Segundo Anyaehie (2011), os nigerianos só acreditam em orações sem qualquer ação física, que é o resultado do crescimento estagnado que o país enfrenta hoje. Os cidadãos passam a maior parte do tempo orando por coisas que precisam de esforços e ações. Kukah (citado em Simbine 2011), um estudioso e sacerdote católico descreveu os líderes de algumas congregações cristãs como “pastores que buscam fortunas em nome das principais almas de Deus através da organização de intermináveis feiras espirituais chamadas renascimento e vigílias”. Buscam reduzir e direcionar os cidadãos comuns da cultura do trabalho árduo para necessidade de desenvolver uma ética verdadeiramente cristã para a riqueza.

Governo e Engajamento do Cidadão

O envolvimento dos cidadãos e da sociedade civil para exigir e promover a boa governança pode melhorar a eficácia geral dos programas de boa governança e anticorrupção. Cada vez mais, o engajamento cidadão não é uma escolha para os governos (Bhargava 2014, 6). O grau em que o governo deve estar envolvido no fornecimento de bens e serviços que promovem o bem-estar dos cidadãos é um debate perene nas políticas públicas em todo o mundo. O governo deve proteger a capacidade de indivíduos e instituições sociais de exercer autoridade legítima dentro de suas próprias áreas de influência, sem interferência injusta de outras instituições. É uma banalidade que, ao longo dos anos, os nigerianos ficaram profundamente frustrados e desapontados com as esperanças não satisfeitas de resolver crises econômicas persistentes, tensões sociais e instabilidade política.

A nova pesquisa do Pew Research Center com nove países de sobre os pontos fortes e limitações do engajamento cívico ilustra que há uma percepção comum de que o governo é administrado para o benefício de poucos ao invés dos muitos, em democracias emergentes e democracias mais maduras que enfrentaram desafios econômicos nos últimos anos. Em oito dos nove países pesquisados, mais da metade afirma que o governo é administrado em benefício de apenas alguns grupos da sociedade e não para todas as pessoas (Wike, Fetterolf e Parker 2016).

No entanto, essa visão cética sobre o governo não significa que as pessoas tenham desistido da democracia ou da capacidade dos cidadãos comuns de terem impacto sobre como o país é administrado. Aproximadamente, metade ou mais, em oito países - Quênia, Nigéria, África do Sul, Estados Unidos, Índia, Grécia, Itália e Polônia - dizem que cidadãos comuns podem ter muita influência no governo. A Hungria, onde 61% dizem que há poucos cidadãos que podem fazer, é a única nação em que o pessimismo supera claramente o otimismo nessa frente. Muitas pessoas nestes nove países dizem que poderiam estar motivadas a se envolver politicamente em uma variedade de questões, especialmente em problemas de saúde, pobreza e escolas de baixa qualidade, quando questionados sobre que tipos de questões podem levá-los a tomar medidas políticas, como entrar em contato com uma autoridade eleita ou participar de um protesto. A falta de saúde é a principal escolha entre as seis questões testadas em seis dos oito países. Cuidados de saúde, pobreza e educação constituem os três principais motivadores em todas as nações, exceto na Índia e na Polônia⁷.

⁷ Estas estão entre as principais conclusões de uma nova pesquisa do Pew Research Center, realizada em nove países entre 10.828 entrevistados de 29 de março a 9 de julho de 2016.

O fato de o povo, direta ou indiretamente, ter controle sobre a decisão do governo é um grande fator para o sucesso da democracia. Eles sabem que, pelo menos, têm alguma palavra a dizer sobre o que acontece, em oposição aos governos comunistas ou autoritários, onde as pessoas quase não têm voz nas decisões. Isso novamente ajuda a criar estabilidade na sociedade. Cabe às pessoas certificarem-se de que expressam seus sentimentos aos seus representantes, de modo que não há ninguém para culpar, a não ser eles mesmos, caso os representantes aprovem leis ou contas que eles não estejam de acordo. O fato de as pessoas comuns poderem sentir que seus pensamentos e opiniões são ouvidos por pessoas diretamente envolvidas pelo governo é um fator importante que faz a democracia funcionar (Cap 2008). Assim, as instituições e os procedimentos da democracia precisam ser remediados, especialmente no que diz respeito aos processos eleitorais competitivos e multipartidários e à liberdade dos cidadãos para exercer seus direitos e responsabilidades políticas (Gaventa 2006, citado em Mayanja 2013). Ackerman (citado em Mayanja 2013) argumenta que a “celebração de eleições livres e justas é um dos mais poderosos mecanismos de prestação de contas existentes”, o que garante que candidatos adequados liderem a nação. Os cidadãos expressarão sua vontade e consentimento sobre quem os lidera quando o processo eleitoral não é prejudicado por fraude, intimidação de eleitores ou perseguição de candidatos. Conforme acertado pelo então candidato presidencial da APC, Muhammadu Buhari (fevereiro de 2015) em Chatham House:

É muito mais importante que a promessa da democracia vá além de permitir que as pessoas escolham livremente seus líderes. É muito mais importante que a democracia cumpra a promessa de escolha, de liberdades, de segurança de vidas e propriedades, de transparência e responsabilização, do Estado de direito, da boa governação e da prosperidade partilhada. É muito importante que a promessa embutida no conceito de democracia, a promessa de uma vida melhor para a generalidade das pessoas, não seja entregue na brecha.

A corrupção tem um efeito amortecedor nos esforços de qualquer nação para alcançar o desenvolvimento político e econômico. Por um lado, a corrupção reduz o investimento (Barro 2000), porque os investidores vêem a corrupção como um custo extra, desnecessário para fazer negócios (Lipset e Lenz 2000). Também desencoraja a ajuda externa, uma vez que os países doadores lidam com a forma de garantir que o dinheiro da ajuda não acabe em bolsos privados (Nwabuzor 2005, 131). Da mesma forma, a democracia não pode prosperar em um país onde a corrupção é generalizada e consis-

tente. O governo, em todos os níveis, deve criar estratégias apropriadas para enfrentar a ameaça de corrupção no sistema político. Cidadãos e governos em todo o mundo estão cada vez mais preocupados e dispostos a enfrentar a má governança e a corrupção. Combater a corrupção em um país requer ações de ministérios e agências do poder executivo, instituições independentes de prestação de contas, conforme especificado na constituição do país, uma sociedade civil e uma mídia. Assim, o esforço do atual governo no combate à corrupção é louvável, embora a ameaça esteja lutando ferozmente em todas as frentes, como atesta o presidente Buhari.

Em vista do fato de que a corrupção afeta particularmente os mais pobres e marginalizados que dependem mais dos serviços públicos, as revelações em curso sobre funcionários públicos engajados em práticas corruptas tornam-se preocupantes em um país onde a carga social de uma população envelhecida de preocupações, o subemprego e o desemprego é apoiada principalmente pelas redes de famílias extensas e pelo setor informal. É um truísmo que práticas corruptas e abuso de poder, ofício ou privilégio prejudicam o direito a um padrão de vida adequado para cada pessoa e sua família, incluindo alimentação adequada, roupas e moradia, e para a melhoria contínua das condições de vida. Como corretamente observado pelas Nações Unidas (2007, 59), práticas corruptas desviam o financiamento destinado a serviços sociais. Dessa forma, a corrupção prejudica a capacidade do governo de fornecer uma variedade de serviços, incluindo serviços de saúde, educação e assistência social, que são essenciais para a realização do avanço econômico, social e cultural.

No entanto, o combate à corrupção requer abordagens e estratégias com muitas faces e multidisciplinares, as quais visem a seus aspectos políticos, econômicos, legais, administrativos, sociais e morais. Isso requer abordagens coerentes, consistentes e amplas, com perspectiva de longo prazo. Argumenta-se que o combate à corrupção é, fundamentalmente, sobre como lidar com a má governança, em vez de enfrentar os bandidos (Campos e Bhargava 2007). Mas em um país em desenvolvimento como a Nigéria - sobrecarregado por décadas de corrupção e cultura de impunidade de ações ilegais passadas, de uma maneira muito determinada e agressiva como sendo testemunhado agora - parece estar de acordo com as expectativas de muitos nigerianos.

Este ensaio recomenda quatro princípios-chave, cruciais à responsabilização, ao desenvolvimento, à transparência, à participação e à inclusão que faltam no espaço de governança da Nigéria. Os proponentes encontram nesses quatro conceitos não apenas de valor intrínseco, mas, igualmente importante, uma lógica instrumental natural. Instituições do Estado que

prestam contas ao seu povo usarão seus recursos de forma construtiva, em vez de gastá-lo ou roubá-lo. Uma maior transparência governamental permitirá aos cidadãos determinar para onde seus líderes políticos estão se desviando e exercer pressão bem direcionada para colocá-los de volta aos trilhos. O aumento da participação pública nos processos de governança nos níveis local e nacional fornecerá a essas instituições uma contribuição direta sobre como responder melhor às necessidades dos cidadãos e fornecer informações adicionais sobre bloqueios e ineficiências nos processos de tomada de decisão (Carothers e Brechenmacher 2014).

Os governos, muitas vezes, falharam devido às suas abordagens de cima para baixo e à sua incapacidade de consultar o cidadão, sem falar dos pobres. Para remediar isso, a criação de fóruns para o diálogo entre a sociedade civil e o Estado, a fim de monitorar e melhorar a prestação de contas dos serviços públicos, é altamente recomendada pelos estudiosos (Goetz 2000; Paul 2002). Existem bons resultados de governança que foram documentados quando o cidadão e a sociedade civil trabalham em conjunto com o Estado para uma boa governança. Estas são: (i) maior capacidade de resposta estatal ou institucional, (ii) redução da corrupção, (iii) melhor utilização do orçamento e (iv) melhor prestação de serviços públicos (Bhargava, 2014: 2). De fato, estão surgindo evidências de que o engajamento dos cidadãos melhora o acesso, a capacidade de resposta, a inclusão e a responsabilização na prestação de serviços públicos, como saúde, água, educação e agricultura. Também melhora a transparência, responsabilidade e sustentabilidade na gestão de recursos naturais. Assim, conseguir uma maior responsabilização dos governos, maior transparência das instituições estatais no manejo das finanças públicas, participação ativa dos cidadãos nos processos de desenvolvimento que afetam seu bem-estar ou inclusão significativa de grupos desfavorecidos na vida socioeconômica, sem dúvida, abraçam os fundamentos do governo e trazem socorro ao povo.

Considerações Finais

Hoje, comunidades e organizações muçulmanas e cristãs estão questionando publicamente a legitimidade do Estado pós-colonial secular, ao mesmo tempo em que estendem suas atividades em áreas de provisão social intimamente associadas ao Estado, mas que o ele não é mais capaz de garantir, como educação e saúde (Corten e Marshall-Fratani 2001, citado em Nolte et al 2009, 7). Como apontado neste ensaio, a religião mantém a promessa de libertação do sofrimento. A promessa de refúgio e paz em troca

de lealdade e obediência incondicional é quase irresistível sob as circunstâncias destacadas aqui. Como a depressão econômica e sociocultural na Nigéria continua a gerar fiéis religiosos, cresce também o número de clérigos. Com o continuado fracasso da governança na Nigéria, a comercialização da religião e a proliferação de centros religiosos continuarão aumentando.

O governo pode influenciar o cultivo do caráter e da força dos laços sociais, protegendo instituições que ajudam a encorajar a virtude na sociedade, como a família ou congregações religiosas, contra interferência injusta de outras instituições, incluindo o Estado. Para que a Nigéria aproveite adequadamente seus abundantes recursos naturais, grande população e mercado para empresas multinacionais, ela deve tratar urgentemente de suas questões nacionais. As elites disputantes e seus vários apoiadores precisam ser mobilizados para alcançar a integração nacional, a reorientação do valor e o desenvolvimento. De acordo com Akude (2007), o fracasso do Estado nigeriano não poderia levar ao seu colapso, porque é necessária uma ação consciente da parte descontente de uma elite fragmentada para levar o Estado ao colapso. A elite política nigeriana ainda está unida na filosofia do enriquecimento pessoal por meio do acesso ao poder do Estado e um ataque consciente ao Estado poderia negar à elite essa oportunidade.

Para promover o projeto democrático, o público nigeriano precisa ganhar confiança em suas instituições. O público precisa sentir que existem órgãos do sistema político que podem garantir equidade e justiça, que não são prejudicados por meio da corrupção de riquezas. Os cidadãos comuns devem recorrer às instituições democráticas para expressar demandas e resolver conflitos. Neste ponto, o público tem pouca ou nenhuma confiança em recorrer a qualquer ramo do governo para ajudar a resolver diretamente os problemas sem o benefício da riqueza. Uma preocupação central para a construção da democracia na Nigéria é, portanto, alterar essa relação entre a oligarquia e os cidadãos, de modo a reconectar o Estado aos seus residentes de uma maneira mais responsável e receptiva. Outra oportunidade emergente surge das relações dentro da elite, na qual instituições e práticas democráticas são cada vez mais usadas para competição dentro da oligarquia. O ponto de partida para a democratização deve, portanto, incluir não somente as instituições democráticas formais que vêm progredindo lentamente desde 1999, mas também o sistema informal de oligarcas e seus subordinados que se sobrepõe às instituições formais do governo (USAID 2006, 9).

As organizações da sociedade civil e a mídia têm papéis importantes a desempenhar em termos de promover a educação cívica, o diálogo social e fornecer informações que assegurem que os processos eleitorais e democráticos sejam justos e equitativos e que os governantes eleitos respondam

às exigências feitas pelo eleitorado. Em última análise, depende muito do restabelecimento da confiança entre os cidadãos e seus representantes eleitos, após a saída de um passado traumático, em que a confiança foi traída e as pessoas foram violadas. Isso exigiria o desenvolvimento de uma nova cultura de democracia, que garantisse uma mudança radical do atual padrão de política de soma zero para novas formas de política que enfatizassem a inclusão, a equidade social e a abertura do espaço político para participação, representação e escolha (Norberg e Obi 2007).

A democracia representativa precisa se modernizar e envolver ativamente os cidadãos nos processos de tomada de decisão. Em vez de se verem como solucionadores de problemas ‘puros’, os governos, em todos os níveis, devem se posicionar como os corpos que articulam os problemas enfrentados pela sociedade e, então, se esforçarem para criar o ambiente certo para as empresas privadas e acadêmicas encontrarem as soluções, providenciando os dados, as políticas e o financiamento necessários para apoiar essas partes interessadas. Se nossos representantes eleitos fizessem isso, eles restaurariam a confiança pública e contestariam a sensação de que pouca coisa realmente mudou naquele tempo (Soto 2014). Acima de tudo, nossos líderes devem usar a tecnologia - e seus conhecimentos mais amplos - para compreender realmente os incentivos, medos e motivações de seus cidadãos e, então, comunicar claramente como as políticas consideradas abordarão esses fatores. Quando os governos deixam de ser o centro de tudo, e as pessoas percebem que se tornaram os solucionadores de problemas, é aí que as coisas vão mudar (Soto 2014).

A filantropia africana ainda é considerada um dos meios indispensáveis para transformar o continente, apesar de seu atual estado preocupante. Para uma região que teve mais do que sua parcela de calamidades, a filantropia é uma poderosa expressão de solidariedade edificante. Simplificando, está no cerne dos laços que unem uma das mais diversas populações humanas do planeta. No entanto, o declínio que sofre atualmente na Nigéria, aliado ao fracasso da governança nas últimas décadas, colocou a maioria dos nigerianos na rota da sobrevivência. Ademais, como observado por Spector (2016), “neste mundo futuro, a acumulação de recursos nas mãos de poucos - seja por alegado bem social ou benefício privado - será reconhecida como fundamentalmente desigual e injusta”. Enquanto o governo está longe de ser perfeito, os recursos atualmente acumulados pelos poucos ricos devem ser redirecionados para os cofres públicos para construir uma infraestrutura social robusta para todos (Spector 2016). Argumenta-se que a filantropia, quando conduzida como atividades de investimento orientadas para os resultados, pode melhorar a qualidade e a quantidade de oportunidades econômicas disponíveis para os cidadãos.

REFERÊNCIAS

- Ademola-Olateju, Bamidele. 2015. "Religion as a Tool For Impoverishing Nigerians", *Premium Times*, November 3.
- Adujie, Paul I. 2009. *Nigeria at 50: A Re-Examination of Duties and Obligations of Citizenship*. <http://www.nigeriansinamerica.com/nigeria-at-50-a-re-examination-of-duties-and-obligations-of-citizenship/>.
- Aghemelo, T. A. e Osumah, O. 2009. *Nigerian Government and Politics: An Introductory Perspective*. Benin City: Mara Mon Bros & Ventures Limited.
- Akude, John. 2007. "The failure and collapse of the African state: on the example of Nigeria", *FRIDE*, September.
- Anyaehe, M. J. 2011. "Religious Beliefs & Social Stratification", *Radio dung*, April, 4 (2)4.
- Barro, R. 2000. "Rule of law, democracy and economic performance". In: G. O. O'Driscoll, K. Holmes, & M. Kirkpatrick (Eds.), *Index of economic freedom*. Washington, DC: The Heritage Foundation/Dow Jones Company.
- Buhari, Muhammadu. 2015. *Prospects for Democratic Consolidation in Africa: Nigeria's Transition*. https://www.chathamhouse.org/sites/files/chathamhouse/field/field_document/20150226BuhariSpeechQA.pdf
- Campos, E. e Bhargava, B. 2007. "Tackling a Social Pandemic". In: Campos, E e Pradhan, S (eds.), *The Many Faces of Corruption: Tackling Vulnerabilities and the Sector Level*, World Bank.
- Canci, Haldun e Odukoya, O. Adedoyin. 2016. "Ethnic and religious crises in Nigeria: A specific analysis upon identities (1999-2013)", *ACCORD*, August 29.
- Cap, Adam. 2008. What makes democracy work? <https://adamcap.com/schoolwork/what-makes-democracy-work/>
- Carothers, Thomas e Brechenmacher, Saskia. 2014. *Accountability, Transparency, Participation and Inclusion: A New Development Consensus?* Washington, DC, Carnegie Endowment for International Peace.
- Diamond, Larry. 2008. "The State of Democracy in Africa". In: *Democratization in Africa: What Progress toward Institutionalization?* Ghana Center for Democratic Development, 4-6 October.

- Emodi, Martin & de Unverhau, Silvia Bastante. 2014. "Foreword". In: *Understanding philanthropy by the wealthy in Africa*. <https://uhnw-great-wealth.ubs.com/media/7455/ubs-philanthropy-africareport.pdf>
- Ewetan, O. O. 2013. *Insecurity and Socio-Economic Development: Perspectives on the Nigerian Experience*. A lecture Delivered St. Timothy Anglican Church, Sango-Ota, Ogun State.
- Fagan, Patrick. 2006. *Why Religion Matters Even More: The Impact of Religious Practice on Social Stability*. <http://www.heritage.org/research/reports/2006/12/why-religion-matters-even-more-the-impact-of-religious-practice-on-social-stability>.
- Falana, Femi. 2010. *Religion and Political Reforms in Nigeria*, Being the text of the public lecture delivered at the 51st birthday anniversary of Rt. Rev Alfred Adewale Martins, Catholic Bishop of Abeokuta, Ogun State on Saturday June 5.
- _____. 2015. *Insecurity in Nigeria: A Menace to National Development*, This presentation was given at the symposium held by the Dentiscope Editorial Board at the University College Hospital, Ibadan, Oyo State on Tuesday, July 14.
- Gopakumar, K. 2002. *Corruption in South Asia: Insights & Benchmarks from Citizen Feedback Surveys in Five Countries*, Berlin: Transparency International. http://www.transparency.org/pressreleases_archive/2002/dnld/south_asia_report.pdf.
- Idada, Walter & Uhunmwuango, S.O. 2012. "Problems of Democratic Governance in Nigeria: The Way Forward", *Journal of Sociology and Anthropology*, 3(1): 49-54.
- Ijabla, Raymond. 2015. "The Destructive Effects Of Religion On The Nigerian Society", *Sahara Reporters*, December 5.
- Iregbenu, Paul & Uzonwanne, Chinecherem. 2015. "Security Challenges and Implications to National Stability", *Journal of Economics and Sustainable Development*, Vol. 6, No. 4.
- Jaja, Jones. 2016. "Stomach Infrastructure in His Name: A Critique of Pentecostalism", *Elixir Social Studies* 95 41192-41204.
- Joseph, R. A. 2015. "Nigeria's Renewed Hope for Democratic Development", *AfricaPlus*, May 27.
- _____. 2016. "The Nigerian Prospect: Democratic Resilience amid Global Turmoil", *AfricaPlus*, March 31.
- _____. 1987. *Democracy and Prebendal Politics in Nigeria: The Rise and fall of the Second Republic*. London: Cambridge University Press

- Kayode, Oluwa. 2011. *The State of Insecurity and Failure of Leadership*. <http://focusnigeria.com/state-of-insecurity.htm>.
- Kitaase, Rimamsikwe Habila & Achunike, Hilary Chukwuka. 2013. "Religion in Nigeria from 1900-2013", *Research on Humanities and Social Sciences*, Vol.3, No.18.
- Larr, Frisky. 2015. *Of Pharisees And Cardinals In The Buhari Equation*. <http://gadoar.com/post/90327-of-pharisees-and-cardinals-in-the-buhari-equation-by-frisky-larr>.
- Lewis, Peter. 2006. "The Dysfunctional State of Nigeria". In: Birdsall Nancy et al (eds.) *Short Goal of the U.S. Policy and Poorly Performing States*, Center for Global Development.
- Lipset, S. M., e Lenz, G. S. 2000. "Corruption, culture and markets". In: L. E. Harrison & S. P. Huntington (Eds.), *Culture matters*, New York: Basic Books.
- Mayanja, Evelyn. 2013. "Strengthening ethical political leadership for sustainable peace and social justice in Africa: Uganda as a case study", *ACCORD*, July 12.
- Mbiti, J. S. 1969. *African religions and philosophy*, London: Heineman.
- Moemeka, Andrew A. 1994. *Socio-cultural dimensions of leadership in Africa*. Paper presented at the Global Majority Retreat, Rocky Hill, CT.
- _____. 1998. "Communalism as a Fundamental Dimension of Culture", *Journal of Communication*, Vol. 48, No. 4.
- Ndikumana, Leonce e Boyce, James. 2012. "Rich Presidents of Poor Nations: Capital Flight from Resource-Rich Countries in Africa", Association of Concerned Africa Scholars, *Bulletin* N°87 – Fall 2012
- Nolte, Insa; Nathaniel Danjibo & Abubakar Oladeji. 2010. "Religion, Politics and Governance in Nigeria, Birmingham, Religions and Development Research Programme Working Paper 39. http://www.rad.bham.ac.uk/files/resourcesmodule/@random454f8of-60b3f4/1269512095_working_paper_39_for_the_web__2__2_.pdf
- Norberg, Carin e Obi, Cyril. 2007. *Reconciling Winners and Losers in Post-Conflict Elections in West Africa: Political and Policy Imperatives*. <http://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:240865/FULLTEXT02.pdf>
- Nwabuzor, A. 2005. "Corruption and development: New initiatives in economic openness and strengthened rule of law". *Journal of Business Ethics*, 59(1), 121-138.

- Nwadiakor, L. Kanayo e Umeanolue, Ikenna L. (n.d) *Materialistic Gospel Message in Contemporary Nigerian Churches: A Critique*.
- Nwankwor, I.J. 2004. "Consolidating Democracy in Nigeria: A Philosophical Prognosis". In: Onuoha, J. e Okpoko, P.U. (eds.) *Ethnic Nationalism and Democratic Consolidation: Perspectives from Nigeria and the United States of America*. Nsukka: Great AP Express Publishers Ltd. Pp. 309-320.
- Odeyemi, Oluwale Jacob. 2013. *Elite-Priesthood Connivance in Nigeria: Implications for Security and Development*, JORIND 11(2) December.
- Odo, Linus. 2015. "Democracy, Good Governance and Development in Nigeria: The Challenges of Leadership", *Journal of Humanities and Social Science*, Volume 20, Issue 6, Ver. III.
- Ogbonnaya, Joseph. 2012. "Religion and Sustainable Development in Africa: The Case of Nigeria", *International Journal of African Catholicism*, Vol. 3, No. 2.
- Ogunsina, Bukola e Opaluwa, Timothy. 2012. *When Citizens Take Over Duties of Government*, Leadership Jul 11.
- Okechukwu, Ikechukwu. n.d. *Religious Creeds and Dogmas in Nigeria*. <http://africaunbound.org/index.php/aumagazine/issue-7/item/religious-creeds-and-dogmas-in-nigeria.html>
- Omede, A.J. 2011. "Nigeria: Analysing the Security Challenges of the Goodluck Jonathan Administration", *Canadian Social Science* Vol. 7, No. 5, pp. 90-102.
- Osaghae, E & Suberu, T. 2005. "A History of Identities, Violence, and Stability in Nigeria", Oxford : Centre for Research on Inequality, Human Security and Ethnicity ((CRISE), *Working Paper* No. 6. January
- Osunwokeh, Clement. 2014. "Bible Interpretation, Evangelization and Faith: Nigerian Context", *Open Journal of Philosophy*, 4, 182-191.
- Oyewole, A. 1987. *Government: For Senior Secondary School*. Ibadan: Onibonjo Press e Books industries (Nig) Ltd.
- Paul, Samuel, 2002. *The state of India's public services: benchmarks for the new millennium*. Bangalore: Public Affairs Centre. <http://www.world-bank.org/participation/spaul11April.pdf>.
- Simbine, A.T. 2011. *Religion, Ethics and Attitudes Towards Corruption in Nigeria*. Ibadan: SGPRD, NISER.
- Spector, Jessie. 2016. "The Game Changer", in *The Future of Philanthropy, The Nation*, July 21.

- Soto, Jorge. 2014. *The weakening of representative democracy*. <http://widgets.weforum.org/outlook15/05.html>.
- The Guardian Editorial. 2016. *As corruption fights back*, December 5.
- The Lutheran World Federation. 2002. *Crises of Life in African Religion and Christianity*, LWF Studies. https://www.lutheranworld.org/sites/default/files/DTS-Studies_Crises_of_Life-200202.pdf.
- UBS Philanthropy Advisory & TrustAfrica. 2014. *Understanding philanthropy by the wealthy in Africa*. <https://uhnw-greatwealth.ubs.com/media/7455/ubs-philanthropy-africareport.pdf>.
- Uche, C. 2011. "The Witness of Life: A Challenge to the Catholic Priesthood in the 21st Century". In: J. O. Oguejiofor, & A. C. Oburota (Eds.), *Challenges of Priest in the Century*. Enugu: Bigard Press
- Uchegbue, Christian Onyenaucheya. 2013. *The Place of the Church in the Socio-Political and Economic Liberation of Nigeria*, Proceedings of the 1st Annual International Interdisciplinary Conference, AIIC 2013, 24-26 April, Azores, Portugal.
- United Nations. 2007. *Good Governance Practices for The Protection of Human Rights*, Office of The United Nations High Commissioner for Human Rights, United Nations, New-York and Geneva.
- USAID. 2006. *Democracy and Governance Assessment of Nigeria*, United States Agency for International Development.
- USHistory. n.d. *American Government "The Purposes of Government"*. <http://www.ushistory.org/gov/1a.asp>
- Wike, Richard et al. 2016. *Even in Era of Disillusionment, Many Around the World Say Ordinary Citizens Can Influence Government*, PewResearchCenter, October 24.
- Yabi, Gilles. 2015. *What Type of Democracy Does Africa Need?* <http://www.osisa.org/openspace/global/what-type-democracy-does-africa-need>.
- Yagboyaju, Dhikru Adewale. 2015. "Nigeria's Fourth Republic (1999-2015) and Electoral Outcomes: How long can Patronage or 'Politics of the Belly' Last?" *Journal of African Elections*, Volume 14, No 2.

RESUMO

A religião desempenha um papel considerável em muitas sociedades ao redor do mundo e isso é especialmente verdadeiro na Nigéria. Muitos dos grupos religiosos do país estão unidos por sua crítica ao fracasso do governo federal e estadual da Nigéria em fornecer assistência social aos cidadãos. Assim, como a boa governança continua a ser ausente para maioria dos nigerianos e em face da fraqueza do Estado nigeriano e da ineficiência de suas instituições para proporcionar o bem humano aos seus cidadãos, as organizações religiosas agora fornecem uma gama de serviços sociais através dos seus numerosos membros em todo o país. Como os ricos nigerianos doam e quais são as suas motivações? O tradicional gesto filantrópico africano (comunalismo) está desaparecendo na Nigéria? Este ensaio está, portanto, preocupado, principalmente, com a intervenção de organizações religiosas no atendimento das necessidades espirituais e físicas de muitos cidadãos nigerianos - desiludidos e frustrados em consequência do fracasso do governo. Ele examina como a religião se tornou um santuário de esperança e refúgio diante de desafios socioeconômicos assustadores e como, ironicamente, essa patética condição humana está sendo explorada por alguns líderes religiosos. Também investiga o estado de filantropia cada vez menor dos indivíduos e entidades corporativas do país dentro do contexto do comunalismo africano.

PALAVRAS-CHAVE

Governo; Religião; Filantropia; Desenvolvimento Humano; Cidadão.

*Recebido em 3 de março de 2018.
Aprovado em 6 de junho de 2018.*

Traduzido por Luana de Meneses Borba.

O FIM DA ERA MUGABE NO ZIMBÁBUE: MUDANÇA OU CONTINUIDADE?

Nathaly Silva Xavier Schutz¹

Introdução

O longo governo de Robert Mugabe, que se iniciou na independência do Zimbábue em 1980, chegou ao fim, quase quarenta anos depois, em 2017. A queda de Mugabe é simbólica: ao mesmo tempo que encerra uma das principais lideranças anticoloniais ainda no poder na África Austral, seria, especialmente na visão dos países ocidentais, o fim de um regime autoritário e a possibilidade de reformas democratizantes.

O Zimbábue apresenta um histórico de crises e conflitos desde sua independência. Os índices de desenvolvimento socioeconômicos do país estão entre os mais baixos do Continente Africano e ele sofre, frequentemente, críticas a suas condições e instituições políticas. O contexto doméstico do país, contudo, é muito mais complexo do que podem traduzir os indicadores e relaciona-se, fortemente, com as suas interações externas.

O fim da era Mugabe traz à tona a expectativa de mudanças, tanto políticas quanto econômicas. O fim de um longo governo, como é o caso em questão, é um momento central na compreensão da trajetória de um país, tanto do ponto de vista histórico, quanto como possível *turning point* para o caminho futuro que será percorrido. Não se deve olvidar, todavia, que, apesar da mudança de figura no poder, existe a manutenção do partido, a União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU²-PF), indicando importantes traços de continuidade.

O objetivo desse artigo é, a partir de uma análise histórica, compreender os possíveis fatores que condicionaram a saída de Mugabe do governo e as eventuais mudanças nas condições políticas do país. Parte-se do pres-

¹ Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Santana do Livramento, Brasil. E-mail: nathalyx@gmail.com

² Do inglês, *Zimbabwe African National Union*.

suposto de que as relações externas do país, aliadas às disputas internas da ZANU-PF, foram os fatores decisivos na saída de Mugabe. O artigo está dividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, será tratado o histórico de crises que o país apresentou desde sua independência, especialmente as questões relacionadas às eleições e o enfrentamento entre o governo e as forças de oposição. Na segunda parte, a crise recente, que culminou com a queda de Mugabe, será abordada. Por fim, será feita uma análise dos efeitos mais imediatos dessa mudança no poder, bem como as perspectivas para as condições políticas do país no curto prazo.

Uma história de crises

O Zimbábue foi um dos países africanos a tornar-se independente mais tardiamente, em 1980. Além de tardia, a independência do Zimbábue, ao contrário de outras colônias britânicas na região, foi conflituosa e marcada por um significativo período de luta entre diferentes grupos³. O contexto da colonização e da descolonização vivenciados pelo país influenciaram de maneira significativa o surgimento de grande parte dos problemas enfrentados após a independência.

Nas palavras de Ndlovu-Gatsheni (2002, 110):

O estado pós-colonial do Zimbábue foi um produto de particularmente dois importantes legados recentes. Em primeiro lugar, foi um sucessor direto do estado colonial brutal e autoritário. Em segundo lugar, foi um produto de uma luta armada nacionalista prolongada. [...] O terceiro elemento que determinou as perspectivas de paz e a segurança do Zimbábue foram as realidades geopolíticas da região da África Austral.⁴

3 O Zimbábue foi colônia britânica, denominada Rodésia do Sul. Em 1965, a minoria branca declara a independência unilateral do país. O que se segue, até a independência em 1980, é um longo período de enfrentamento entre essa minoria branca, reunida na Frente Rodesiana, e os movimentos nacionalistas de libertação, a União Popular Africana do Zimbábue (ZAPU) e sua dissidência, a União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU), liderada por Mugabe.

4 Do original: “*The Zimbabwean post-colonial state was a product of particularly two recent major legacies. Firstly, it was a direct successor to the brutal and authoritarian settler colonial state. Secondly, it was a product of a protracted nationalist armed struggle. [...] The third element that determined the Peace and security perspectives of Zimbabwe was the geo-political realities of the Southern African region*”.

A crise no Zimbábue iniciou no final da década de 1990, com o estabelecimento de um partido de oposição, o Movimento pela Mudança Democrática (MDC⁵), composto, essencialmente, por membros de sindicatos, trabalhadores urbanos e agricultores brancos. O MDC surge como uma resposta à decisão do governo da ZANU-PF de alterar a Constituição para manter Mugabe como Chefe de Estado. Segundo Cawthra (2010), um *referendum* é realizado para decidir a mudança na Constituição, mas não vence. Nas eleições de 2000, Mugabe perde grande parte do seu apoio com a conquista de cadeiras no legislativo pelo MDC e, com isso, decide retomar as discussões sobre a terra, visando retomar o apoio do eleitorado rural tradicional da ZANU-PF (Alden 2010).

As eleições de 2000 foram acompanhadas por missões de observação externas. Enquanto observadores da Commonwealth e da União Europeia declararam a eleição como ilegítima, as missões da Organização da Unidade Africana e da SADC, apesar de reconhecerem problemas, consideraram que estes foram insuficientes para interferir no resultado final (Minillo 2011).

Esse contexto de instabilidade foi marcado por ações de partidários da ZANU-PF, inicialmente destinada a expulsar os fazendeiros brancos comerciais de suas terras, mas acabou evoluindo também para a corrida eleitoral para a presidência em 2002. É importante destacar, como lembra Farley (2008), que esses atos violentos não foram reprimidos pelas forças do governo, ao contrário disso, as forças policiais foram cúmplices das ações.

Essas ações compuseram um contexto maior de violência e enfrentamentos que antecederam as eleições presidenciais em 2002. As ações dos grupos apoiadores da ZANU-PF incluíram não só manifestações violentas, como também um processo de recenseamento eleitoral fraudulento e, até mesmo, assassinato de candidatos de oposição e seus apoiadores. A conjuntura, assim, era de grande crise, refletindo, em parte, um problema histórico, ainda do período da descolonização, do poder econômico concentrado em uma pequena elite branca (Schutz 2014).

Ao contrário dos países ocidentais, os vizinhos do Zimbábue raramente fazem condenações públicas aos problemas internos do país ou às políticas do governo. Isso se deve, entre outras questões, a aspectos históricos e estruturais. Como destaca Alden (2010), alguns Estados da região, como África do Sul e Namíbia, tinham uma estrutura socioeconômica e política muito semelhante a do Zimbábue, com uma forte concentração da posse das terras e quase nenhum programa de reforma agrária implantado após o fim dos regimes de segregação racial. A postura da África do Sul, em especial,

5 Do inglês, *Movement for Democratic Change*.

foi bastante hesitante. Thabo Mbeki, então presidente, adotou a estratégia que ficou conhecida como ‘diplomacia silenciosa’⁶, que consistia em, sigilosamente, aconselhar Mugabe a adotar reformas, mas publicamente, apoiar as suas ações⁷. Para os demais países da região, por sua vez, a postura de Mugabe poderia ser entendida como uma “evocação das campanhas de solidariedade regionais do passado recente (livre tradução nossa)”⁸ (Alden 2010, 5).

Da mesma forma, a principal instituição regional, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), sempre foi bastante resistente em interferir na crise no Zimbábue. Ao contrário disso, a SADC, inicialmente, adotou uma postura solidária em relação ao governo do Zimbábue. Essa postura se altera, parcialmente, na Reunião de Cúpula de 2001, na qual é declarada a preocupação com a situação de crise no Zimbábue e com os possíveis efeitos para a região. Além disso, como lembra Cawthra (2010), Mugabe foi retirado da Presidência da Cúpula do OPDS⁹.

Em 2004, como destaca Modeni (2014), como resultado de recomendações da SADC sobre processos eleitorais¹⁰, duas modificações são feitas na legislação do Zimbábue. A primeira foi a *Zimbabwe Electoral Commission Act* (ZEC), que criou uma comissão específica para tratar de assuntos eleitorais. A segunda foi a *Electoral Act*, que substitui a antiga legislação eleitoral com alterações importantes. Destaca-se: a votação em um único dia; a apuração em centros específicos; e a criação de uma Corte Eleitoral.

A crise no país segue se aprofundando nos anos seguintes e, em 2008, na Cúpula da União Africana, é decidido que a SADC deveria, formalmente, atuar como mediadora da crise no Zimbábue. Na Reunião de Cúpula da SADC,

6 Do inglês, ‘quite diplomacy’.

7 A justificativa dessa postura, segundo Alden (2010), recaía sobre dois aspectos: o primeiro era econômico, já que o Zimbábue era o principal parceiro comercial da África do Sul no Continente e sanções econômicas teriam um impacto muito grande sobre as empresas sul-africanas. A segunda questão envolvia os efeitos regionais que uma condenação, e possível retirada do poder, de Mugabe pudesse gerar, com um grande fluxo de refugiados e uma desestabilização da região.

8 Do original: “evoked the regional solidarity campaigns of the recent past”.

9 Órgão para Política, Defesa e Segurança da SADC.

10 Em 2004, a organização lança o documento denominado Princípios e Diretrizes para Reger Eleições Democráticas na SADC. Além de elencar, especificamente, os princípios que os países membros devem seguir para a condução de eleições democráticas, o documento também trata das Missões de Observação Eleitorais. A realização de Missões de Observação Eleitoral e as próprias mudanças no contexto político da região levaram à necessidade de rever os princípios acordados em 2004. Assim, em 2015, é publicada uma revisão dos Princípios e Diretrizes para Reger Eleições Democráticas na SADC.

alguns meses depois, é indicado o Presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, como mediador chefe. A indicação, consoante Cawthra (2011), gerou muitas críticas, especialmente do MDC, que acusava Mbeki de ser pró-ZANU-PF.

A mediação da África do Sul, que se concentrou na tentativa de diálogo entre a oposição e a ZANU-PF, esperava tratar de uma ampla gama de assuntos, mas resultou em alguns pequenos resultados. Como destaca Matlosa (2009), pequenas alterações foram sugeridas em algumas legislações que tratavam das eleições ou de temas relacionados, como a Lei de Acesso à Informação e de Proteção da Privacidade; todas envolviam a necessidade de modificações na Constituição.

Em 2008, ocorrem novas eleições presidenciais. O primeiro turno ocorre sem maiores intercorrências. Entre o primeiro e o segundo pleito, todavia, uma série de ações violentas são praticadas pelos membros do ZANU-PF e seus apoiadores, contra o MDC, culminando com a desistência do candidato de oposição (Mutisi 2015). Além disso, o MDC se mostrava contrário a realização de eleições antes das mudanças propostas pela mediação da SADC e da revisão da Constituição. O segundo turno, por óbvio, leva a vitória da ZANU-PF. A Missão de Observação Eleitoral da SADC indica que as eleições não foram livres e não refletiam a vontade do povo do Zimbábue. Outras organizações e Estados também condenaram o ocorrido no país, acentuando a crise.

Como forma de tentar solucionar a crise, menos de um mês após as eleições, MDC e ZANU-PF assinam um Memorando de Entendimento, estabelecendo a criação de um governo de *power sharing*. O resultado desse documento ficou conhecido como Acordo Político Global (GPA¹¹). O GPA, que é assinado ainda em 2008, só irá ter um plano de implementação em 2010.

Um ponto de mudança na postura da SADC teria sido a Reunião de emergência da Cúpula em 2009, na qual foi dado um prazo para Mugabe realizar reformas no sentido da concretização de eleições livres e justas e na implementação do GPA. Na prática, contudo, a mudança de posição não gerou muitos resultados, com pequenas concessões do governo de Mugabe. É forçoso ressaltar, todavia, que juntamente com o GPA, iniciou-se um processo de revisão e adaptação da legislação, culminando em 2013, com a promulgação de uma nova Constituição (Chirambo e Motsamai 2016).

A proposta da nova Constituição foi apresentada, ainda em 2012, por um Comitê Parlamentar. As mudanças incluíam maiores limites para o poder do Presidente e maior independência dos poderes Executivo e Legislativo (Modeni 2014). Após um referendo, ela foi, como já mencionada, promulgada em 2013.

11 Do inglês, *Global Political Agreement*.

Em 2013, novas eleições foram realizadas, mantendo Mugabe e a ZANU-PF no poder e encerrando com o governo de coalizão que tinha sido estabelecido em 2009 (BTI 2016). As lideranças do MDC, mais uma vez, contestaram e pediram por novas eleições, ainda que a Missão de Observação da SADC tenha reconhecido as eleições como legítimas. Os enfrentamentos entre a oposição e as forças do governo seguiram ocorrendo ao longo de 2014, agravados pelo anúncio da ZANU-PF de que Mugabe seria candidato, mais uma vez, nas eleições de 2018 (International Crisis Group 2016).

A crise no país seguiu desenvolvendo-se com ações violentas de todos os lados e, inclusive, disputas internas tanto na oposição quanto no governo. Reflexo dessas disputas é a criação em 2015, de um novo partido, denominado Povo Primeiro¹², fruto de uma separação dentro da ZANU-PF. Uma das principais questões de desacordo teria sido a possibilidade de que a Primeira Dama, Grace Mugabe, fosse candidata a presidência no lugar do marido.

É importante ressaltar, todavia, que o Zimbábue tinha apresentado sinais de uma gradual melhora nas condições políticas a partir de 2016, segundo os dados da Freedom House¹³. Os relatórios da organização de 2016 e 2017, mostram que tanto os indicadores de liberdades civis quanto de direitos políticos apontam uma tendência de melhora. Seu índice tinha passado de seis para cinco, migrando, assim, da classificação de não-livre para parcialmente livre. O relatório de 2017, todavia, já indicava que, ainda em 2016, as questões sucessórias estavam gerando conflitos e enfrentamentos dentro da própria ZANU-PF. A Associação dos Veteranos da Guerra de Libertação Nacional do Zimbábue (ZNLWVA)¹⁴, aliado histórico de Mugabe, retirou seu apoio ao Presidente, acusando-o de ditatorial e culpando Grace pelos conflitos no país (FH 2017).

¹² Do inglês, *People First*.

¹³ A Freedom House é uma organização que realiza um acompanhamento anual das condições políticas dos países no mundo, produzindo um relatório e apontando possíveis tendências. Ela utiliza os indicadores de liberdades civis e direitos políticos gerando um índice que varia de um a sete, sendo um totalmente livre e sete não-livre. Segundo a classificação da Freedom House, um país livre é aquele no qual existe competição política aberta, respeito às liberdades civis, vida cívica independente e meios de comunicação também independentes. Já nos países parcialmente livres, o respeito às liberdades civis e aos direitos políticos é limitado; há, com certa frequência, um ambiente de corrupção e/ou de conflitos étnicos e religiosos, com um fraco Estado de Direito. Além disso, há um cenário político no qual um partido desfruta de uma dominação, apesar de certo grau de pluralismo político. Os países não-livres, por fim, sofrem com a ausência de direitos políticos básicos e de liberdades civis.

¹⁴ Do inglês, *Zimbabwe National Liberation War Veterans Association*.

A queda de Mugabe

A crise no Zimbábue, gradualmente, passa a ser uma crise de liderança de Mugabe. As divisões internas do partido começam a se acentuar com a questão da sucessão. Já em meados de 2017, iniciam-se rumores de que o Vice-Presidente, Mnangagwa, sairia do governo. A saída de Mnangagwa seria reflexo da divisão do ZANU-PF em dois grupos: o *Team Lacoste*¹⁵, que defenderia Mnangagwa como sucessor de Mugabe nas próximas eleições; e o *Generation 40*, que não teria um candidato para sucessão, mas seriam fortes apoiadores de Grace Mugabe (Africa Confidential 2017).

Ao longo do ano, as tensões dentro do governo aumentaram, tendo em vista a proximidade com as próximas eleições, que deveriam ocorrer em 2018, e a improvável manutenção de Mugabe no poder. A crise econômica, que não era nova, acentuava-se e passava a ser utilizada pelos opositores de Mugabe dentro do partido como justificativa para a suposta renovação.

É importante salientar que Mugabe estava enfrentando problemas nas suas relações com os militares. Em grande medida, os militares estavam descontentes, também, com a posição de Grace Mugabe e o seu eventual caminho para a sucessão de seu marido. Da mesma forma, a agência de inteligência zimbabuana também estaria internamente dividida, entre os apoiadores de uma eventual sucessão por Grace Mugabe e aqueles que apoiavam o General Chiwenga como homem forte do governo e sucessor natural de Mugabe (Cropley 2017).

No início de novembro, as movimentações para retirada de Mugabe do governo começam a ficar mais evidentes. O General Chiwenga, então Comandante das Forças de Defesa do Zimbábue, viaja para a China para encontrar o Ministro de Defesa Chinês. A visita tem o objetivo de buscar apoio para tomada de poder e a deposição de Mugabe, sob argumento de que um grupo do partido, apoiador de Grace Mugabe, estaria planejando ações de desestabilização das forças armadas. (Africa Confidential 2017b).

Simultaneamente à viagem de Chiwenga, Mugabe se desentende com Mnangagwa, acusando-o de provocar divisões no partido. As tensões entre Mugabe e Mnangagwa se ampliam, culminando com a retirada de Mnangagwa da Vice-Presidência em seis de novembro. Mugabe afirmou que o Vice estava adotando uma conduta desleal e, portanto, não poderia continuar no seu governo.

A saída de Mnangagwa do governo é o início de uma série de acontecimentos que, em poucos dias, culminaria com a queda de Mugabe do poder.

¹⁵ Esse é o nome porque o apelido de Mnangagwa é Crocodilo.

Por um lado, Mugabe demite ministros próximos ao Mnangagwa e ameaça Chiwenga de prisão quando retornar ao Zimbábue. A oposição, por sua vez, continua as articulações para a deposição de Mugabe, inclusive com declarações públicas, como a de Mnangagwa após sua saída (Africa Confidential 2017b).

Já em território nacional, Chiwenga acusa o partido dos problemas econômicos do país e afirma que o problema do partido seria a postura e as ações de membros que não estavam na guerra de libertação, numa clara referência ao *Generation 40*, grupo de apoio de Grace Mugabe. Nesse momento, já se iniciam os rumores de que Mugabe estaria preso em sua casa.

Em 15 de novembro, General Sibusiso Moyo faz uma declaração dizendo que Mugabe e a família estão seguros e bem, e que as ações desenvolvidas pelas forças militares do país apenas visam prender os criminosos que estariam cercado a família do Presidente e restabelecer a ordem no país. A partir desse dia, o país estaria sob o governo do Vice deposto, Mnangagwa.

Inicia-se, assim, um curto período de transição e incerteza. Durante aproximadamente, uma semana, as informações sobre a crise no Zimbábue não indicavam uma resolução definitiva. A condição e a postura de Mugabe ainda não eram claras e, embora as movimentações indicassem para uma possível renúncia, não havia declarações oficiais. Simultaneamente, manifestações populares pediam a renúncia do Presidente. E membros da ZANU-PF ligados ao *Generation 40*, inclusive Grace Mugabe, são expulsos do partido (International Crisis Group 2017).

Em 24 de novembro, após a renúncia de Mugabe¹⁶, Mnangagwa, oficialmente, assume a presidência do país. Ainda em 2017, Chiwenga sai da liderança das forças armadas e passa a ocupar o cargo de Vice-Presidente. O Zimbábue, assim, inicia 2018 com um novo governo e promessas de mudanças e reformas.

O novo governo foi, rapidamente, aceito como legítimo pelos demais Estados, inclusive os vizinhos africanos. É emblemático ressaltar que a SADC (2017b), cuja própria formação está fortemente vinculada à figura de Mugabe, reconheceu o novo governo em comunicado oficial:

O Secretariado da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) parabeniza Sua Excelência, Emmerson Dambudzo Mnangagwa, no seu juramento como Presidente da República do Zimbábue. [...]A posse de hoje é significativa para o povo do Zimbábue. SADC congratula a mensagem reconfortante que o Presidente

¹⁶ Deve-se ressaltar que quando Mugabe renunciou, o processo de impeachment já estava sendo encaminhado pela própria ZANU-PF, em acordo com o MDC.

Mnangagwa destinou aos zimbabuanos na sua chegada ao Zimbábue em 22 novembro de 2017, na qual ele promete conduzir a nação para uma ‘nova e manifesta democracia’, ressaltando a necessidade de união entre todos os zimbabuanos para o crescimento da economia e a garantia da paz e da prosperidade no seu país.¹⁷

Por outro lado, no mesmo dia, a SADC (2017a) também lança uma declaração exaltando Mugabe como um “verdadeiro vitorioso do Pan-Africanismo e da promoção da cooperação regional, do desenvolvimento e da integração”¹⁸ e reconhecendo como acertada a decisão de renunciar e se retirar do poder. Fica claro, assim, que caso tentasse resistir, Mugabe, provavelmente, não encontraria apoio entre os vizinhos.

A saída de Mugabe do poder foi recebida com grande euforia pela comunidade internacional, especialmente os países ocidentais. A expectativa é de que o fim da era Mugabe traga mudanças na política e na economia do país. As mudanças na liderança, contudo, não parecem indicar grandes mudanças reais na condição política do país. É forçoso lembrar que, nada obstante Mugabe tenha sido retirado do poder, a ZANU-PF permanece como o partido no governo. Além disso, o novo governo não teve nenhuma ação que indicasse qualquer alteração profunda na forma de conduzir o país.

Alguns atores tiveram papel central nessas articulações que levariam a deposição de Mugabe. Mutsvangwa, um aliado de Mnangagwa, teria articulado a mudança no poder, tanto levando Mugabe a ceder, quanto reabilitando a imagem das forças armadas no país (Africa Confidential 2017c). Em troca, ele conquistaria um cargo no novo governo. Sua mulher, Monica Mutsvangwa já assumiu a presidência da Liga Feminina do partido, que antes era de Grace Mugabe.

A principal figura na nessa transição de poder, contudo, foi Chiwenga, que articulou a ‘Operação Restauração do Legado’¹⁹, para a tomada do poder.

17 Do original: “*The Secretariat of the Southern African Development Community (SADC) congratulates His Excellency, Emmerson Dambudzo Mnangagwa, on his swearing in as President of the Republic of Zimbabwe. [...] Today’s inauguration is significant for the people of Zimbabwe. SADC welcomes the reassuring message President Mnangagwa delivered to Zimbabweans on his arrival in Zimbabwe on 22 November 2017, in which he promised to lead the nation into a ‘new and unfolding democracy’, underscoring the need for unity among all Zimbabweans in growing the economy and ensuring peace and prosperity in their country.*”

18 Do original: “*as a true champion of Pan-Africanism, and in the promotion of regional co-operation, development and integration*”.

19 Do inglês, *Operation Restore Legacy*.

Chiwenga cumpriu o papel de mediador com as forças externas, garantindo o apoio de um dos principais parceiros políticos e econômicos do Zimbábue, a China. Além disso, mobilizou as forças militares para que a retirada de Mugabe pudesse ocorrer.

Em visita oficial a Moçambique, em janeiro de 2018, Mnangagwa anunciou que ocorrerão eleições em 4 ou 5 meses. O Presidente confirmou que observadores da *Commonwealth* serão convidados, juntos com observadores da ONU, para acompanhar o processo eleitoral. O anúncio de eleições atesta, em um primeiro momento, a ideia de que esse seria apenas um governo de transição até o novo pleito.

Como já foi mencionado anteriormente, as eleições estão previstas para agosto de 2018. Além do ZANU-PF e do MDC, principal partido de oposição, devem concorrer outros dois partidos: um liderado pelo ex-vice-presidente do ZANU-PF, Joice Mujuru; e outro dissidente do MDC, liderado por Elton Mangoma (Africa Confidential 2017c). A realização de eleições, contudo, embora já anunciada pelo presidente, ainda seria uma dúvida. Isso se deve ao próprio histórico de instabilidade política do país e a ausência de instituições independentes e confiáveis.

Segundo Fabricius (2018), Mnangagwa e a ZANU-PF, provavelmente, ganhariam as eleições, tendo em vista o capital político adquirido com a tomada do poder e a própria divisão da oposição, com o enfraquecimento do MDC. Soma-se a isso, a morte de Tsvangirai, a principal liderança do MDC e o provável candidato à presidência por esse partido.

Mnangagwa, contudo, não é uma unanimidade nem no país, nem na ZANU-PF. É preciso lembrar que o grupo *Generation 40* segue sendo um ponto de apoio de Grace Mugabe, contrário à presidência de Mnangagwa. Em algumas províncias, nas quais o *Generation 40* tem maior inserção, a figura de Mnangagwa não é bem aceita. Por outro lado, Mnangagwa teria o apoio da Inglaterra. Mesmo negando esse apoio oficialmente, o corpo diplomático britânico fez visitas à Mnangagwa e já há sinais de que o Zimbábue seria aceito de volta na *Commonwealth*²⁰ (Fabricius 2018). O retorno à Commonwealth estaria condicionado ao governo aceitar uma missão de observação eleitoral, o que garantiria maior credibilidade ao pleito aos olhos do ocidente do que apenas uma missão da União Africana. Explica-se, assim, a declaração de Mnangagwa quando da visita a Moçambique.

20 O país está suspenso indefinidamente da Commonwealth desde as eleições de 2002, reconhecidas como ilegítimas.

Soma-se a essas questões, o próprio contexto no qual Mnangagwa ascendeu ao poder. Nada obstante a aceitação dos demais países e a renúncia de Mugabe, o processo também pode ser entendido como um golpe, articulado pelos militares e com apoio externo, para a derrubada do ex-presidente. Com o intuito, entre outras coisas, de desfazer-se dessa imagem, Mnangagwa tem mantido uma relação amigável com Mugabe, fazendo declarações públicas elogiosas, inclusive.

Consoante Matyszak (2018), Mnangagwa defenderia a narrativa da ‘transição assistida por militares’, na qual o alvo não seria o Mugabe, mas os criminosos que o cercavam, incluindo a sua esposa, Grace. O objetivo de Mnangagwa seria não apenas manter uma boa imagem para os eleitores da ZANU-PF, mas também evitar a condenação dos vizinhos e das organizações regionais, especialmente a SADC e a União Africana.

O Zimbábue pós-Mugabe

A saída do poder de Mugabe, depois de 37 anos no governo do Zimbábue, sem dúvida, é uma mudança importante. A figura de Mugabe representa uma geração de líderes que lutaram contra a presença colonial na África e contra o regime do *apartheid* na África do Sul. Durante a década de 1980, foi a grande liderança da África Austral, posto que, nos anos 1990, após o fim do *apartheid*, passou a disputar com Mandela. O longo histórico de crise econômica não impediu Mugabe de seguir defendendo sua posição de líder legítimo da região e, inclusive, de invocar esse papel histórico como forma de manter o apoio dos vizinhos e evitar a condenação pública de seus atos.

A implementação de grandes mudanças não é a expectativa geral. Nas palavras de Southall (2017, 83):

Certamente, os zimbabuanos tiveram poucas ilusões de que Mnangagwa estivesse decidido a iniciar uma transição para a democracia, embora muitos tenham esperanças de que ele realize reformas suficientes para tornar a vida mais tolerável do que foi durante os últimos dias de Mugabe²¹.

21 Do original: “Certainly, Zimbabweans had few illusions that Mnangagwa was intent on launching a transition to democracy, although many had hopes that he would drive sufficient reforms to render life more tolerable than it had been during the last days of Mugabe”.

A própria realização de eleições seria um fator de ceticismo entre a população do Zimbábue. Enquanto uma parte da população reconhece a importância do pleito como uma forma de legitimação do mandato, uma outra parcela acredita que, sem as reformas necessárias na legislação, as eleições não trariam nenhuma mudança significativa nas condições do país (International Crisis Group 2017).

A figura de Mnangagwa, como já mencionado anteriormente, também não traz grandes esperanças de mudanças na condução do país. Como lembra Southall (2017), Mnangagwa, um dos líderes do braço armado da ZANU-PF antes da independência, foi um dos principais idealizadores do estado de segurança implementado no Zimbábue. Foi ele, inclusive, quem comandou os atos de violência e perseguição contra a oposição nas eleições de 2008. Ressalte-se que, antes de assumir a Vice-Presidência, Mnangagwa era Ministro da Defesa.

Uma primeira indicação de que Mnangagwa não irá realizar reformas significativas é a formação de seu gabinete. Todos os indicados são membros da ZANU-PF; alguns, inclusive, já tinham ocupado cargos durante os governos de Mugabe. Destaca-se a indicação do General Moyo, um dos primeiros a dar declarações públicas sobre a ação militar para a retirada do poder de Mugabe, para o Ministério das Relações Exteriores. Além disso, a própria retirada do poder de Mugabe pode ser entendida como uma estratégia para manutenção da estrutura e da forma de condução do país, tendo em vista que a influência de Grace Mugabe não era bem vista pelas lideranças tradicionais do partido. Sua influência sobre Mugabe, portanto, significaria uma mudança não desejada (Melber 2017).

Para Southall (2017), o gabinete formado por Mnangagwa, mais do que indicar uma continuidade, evidencia a influência das forças militares no processo e indica que eles permanecerão presentes no governo. Deve-se lembrar que, além das indicações do gabinete, quem assumiu o posto de Vice-Presidente, foi Chiwenga, confirmando, assim, essa influência.

Do ponto de vista econômico, é possível que algumas mudanças, ainda que pequenas, sejam realizadas. Por óbvio, não é possível separar a esfera econômica da esfera política e os eventuais avanços que Mnangagwa pode fazer economicamente, especialmente através de recursos externos, depende de um bom andamento dessa transição política. O ponto de partida deve ser a realização de eleições, livres e reconhecidas como tal pelos observadores internacionais, ainda em 2018.

O problema reside nas ações necessárias para que as eleições ocorram dentro de padrões aceitáveis. Algumas reformas mínimas que deveriam ocorrer são: medidas para garantir a credibilidade da lista de votantes, a

independência na Comissão Eleitoral e a eliminação do poder do Executivo de vetar observadores das Missões de Observação Eleitorais (International Crisis Group 2017). É provável, todavia, que grande parte dos membros do gabinete de Mnagagwa sejam contrários a essas reformas.

A realização de eleições, sem a figura de Mugabe e com possíveis reformas na legislação, coloca a luz nas forças de oposição. O principal grupo de oposição, o MDC, está enfrentando disputas internas após a morte de Tsvangirai. Além disso, existem grupos dissidentes, o que fragmenta a oposição, tornando o caminho mais fácil para a ZANU-PF.

As influências externas também devem ser consideradas no contexto de crise do Zimbábue. É importante ressaltar que a China nega qualquer envolvimento no processo que levou à retirada de Mugabe do poder. Não há declarações formais de nenhum país sobre o conhecimento do que estava sendo planejado no Zimbábue. De toda forma, a ausência de menções ou acusações de golpe nos comunicados oficiais dos países indica que, possivelmente, os países vizinhos e a própria China já tinham informações sobre a situação e, em alguma medida, entendem a saída de Mugabe como algo aceitável.

A relação da China com Zimbábue é histórica e data de antes da independência do país, quando a China apoiou o movimentos de libertação liderado por Mugabe. A proximidade entre Harare e Pequim permaneceu ao longo dos anos. Atualmente, a China é o principal investidor direto externo do país, com investimentos nas mais diversas áreas, especialmente infraestrutura e recursos naturais (Nunoo 2017). Além disso, o Zimbábue é o segundo principal parceiro comercial da China no Continente Africano em valores absolutos, atrás, apenas, da África do Sul (Hogwe e Banda 2017).

Não se pode esquecer que uma das pedras fundamentais da política externa chinesa é a não interferência em assuntos domésticos²². É, inclusive, esse princípio que fundamenta a relação da China com vários países africanos que sofrem sanções dos países ocidentais. Uma das principais características das relações China-África é não condicionar as relações econômicas a exigências de mudanças políticas. A exceção é a política de *One China*, ou seja, a necessidade de reconhecer Taiwan como parte da China e não como território independente.

22 A síntese das linhas gerais da política externa chinesa está nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica estabelecidos em dezembro de 1953, pelo Ministro das Relações Exteriores chinês Zhou Enlai, quando das negociações de paz entre China e Índia sobre o Tibet. Os Cinco Princípios são respeito mútuo à soberania e à integridade territorial, não-agressão, não-interferência nos assuntos internos, igualdade e benefícios mútuos, e coexistência pacífica.

Essa postura chinesa, no caso do Zimbábue, indica duas conclusões importantes. A primeira é de que é altamente improvável que Pequim faça qualquer declaração oficial sobre um eventual apoio ao processo que retirou Mugabe do poder. Ainda que a China estivesse ciente do que iria acontecer, tendo em vista a visita de Chiwenga alguns dias antes do início da crise, tal fato não terá confirmação oficial. A segunda conclusão é que, independente de quem está no poder ou das eventuais mudanças que podem ser implementadas por Mnangagwa, as relações entre China e Zimbábue devem permanecer inalteradas.

Do ponto de vista regional, é importante destacar a postura da África do Sul. A África do Sul, como já mencionado anteriormente, atuou como mediadora, indicada pela SADC, nas crises anteriores do Zimbábue. Sua atuação foi marcada por uma postura bastante hesitante, sem condenações públicas do governo de Mugabe e com uma ação mais silenciosa. A reação de Pretória à saída do poder de Mugabe não fugiu a esse histórico. Acompanhando o posicionamento da SADC e da União Africana, o governo sul-africano reconheceu como legítimo o processo de transição liderado pelos militares e o novo governo de Mnangagwa. Deve-se registrar que, nesse momento, o Congresso Nacional Africano também estava vivendo um período de tensão, com divisões internas e problemas sucessórios que culminariam com a renúncia de Jacob Zuma.

Considerações Finais

Muitos países africanos são marcados por longos governos de um único líder, como foi o caso de Angola e do Zimbábue. O impacto dessa ausência de alternância no poder é notório, com restrições claras às liberdades democráticas e frequentes conflitos internos. A saída de um governante do poder, contudo, não necessariamente, significa mudança na condução do governo. O fim da era Mugabe no Zimbábue não foi o fim da era ZANU-PF.

O fato de o governo ter sido assumido pelo ex-Vice-Presidente, que também compôs um gabinete formado por membros do governo de Mugabe, é um indicativo importante de que troca de liderança no Zimbábue, provavelmente, não trará grandes mudanças para o país. A ZANU-PF permanece no poder e, com ela, a grande maioria daqueles que conduziram as políticas do governo Mugabe. A própria ação para retirada do poder de Mugabe, conduzida pelos militares, foi orquestrada com o intuito de manter no poder as forças tradicionais e evitar uma possível ascensão ao poder do grupo liderado por Grace Mugabe.

A postura dos países vizinhos corrobora a visão de que as condições institucionais do Zimbábue devem se manter, pelo menos no curto prazo. Tanto a África do Sul, umas das principais lideranças da região, quanto as organizações regionais diretamente envolvidas – SADC e União Africana –, rapidamente reconheceram como legítimo o novo governo. Tal posicionamento indica, não só a aceitação do processo que culminou com a renúncia de Mugabe, como o entendimento de que não há nenhuma grande ruptura acontecendo, seja ela positiva ou não. É relevante lembrar que a própria África do Sul também está enfrentando uma situação de instabilidade, ainda que não haja indicativos de problemas institucionais, com a renúncia de Jacob Zuma, após as pressões do Congresso Nacional Africano.

Sendo assim, apesar das pressões ocidentais por reformas democratizantes no Zimbábue, especialmente no que se refere à legislação eleitoral, não há indicativos de que tais mudanças ocorrerão efetivamente. Ainda que a realização das eleições em 2018 se confirme, o que provavelmente irá acontecer, elas não devem ser garantia de mudança. É importante lembrar que as eleições sempre foram realizadas no país, nada obstante, muitas vezes, não terem sido reconhecidas como legítimas pelos observadores externos. A eleição de 2018 deve se dar num contexto de fortalecimento da ZANU-PF pelos acontecimentos recentes e, mais uma vez, de fragmentação e enfraquecimento da oposição, com as divisões do MDC e a morte de Tsvangirai. O fim da era Mugabe, assim, não encerra o controle das antigas forças no poder.

REFERÊNCIAS

- Africa Confidential. 2017. *Mugabe the juggler*. V. 58, n.13, 23 jun 2017. https://www.africa-confidential.com/article/id/12031/Mugabe_the_juggler.
- _____. 2017b. *The Crocodile Snaps Back*. V.58, n.23, 16 nov 2017b. https://www.africa-confidential.com/article/id/12165/The_crocodile_snaps_back.
- _____. 2017c. *Hopes and fears for the new old guard*. V.58, n.24, 1st dec 2017c. https://www.africa-confidential.com/article/id/12178/Hopes_and_fears_for_the_new_old_guard.
- Alden, Chris. 2010. “‘A Pariah in our Midst’: Regional Organizations and the problematic of Western-designated pariah regimes – The cases of SADC/Zimbabwe and ASEAN/Myanmar”. Crisis States Research Centre/LSE, *Working Paper nffl73*.

- Bertelsmann Stiftung's Transformation Index (BTI). 2016. *Zimbabwe Country Report*. Gutersloch: Bertelsmann Stiftung.
- Cawthra, Gavin. 2010. "The Role of SADC in Managing political crises and conflict – The Cases of Madagascar and Zimbabwe". Friedrich Ebert Stiftung, *FES Peace and Security Series* nffl2.
- Chirambo, Kondwani & Motsamai, Dimpho. 2016. "The 2015 SADC Election Guidelines: can they work?" Institute for Security Studies, *Southern Africa Report*, Issue 5.
- Cropley, Ed. 2017. *Special Report: Meet the force behind Zimbabwe's 'Crocodile' president*. Reuters, December 30. <https://www.reuters.com/article/us-zimbabwe-mnangagwa-generals-specialre/special-report-meet-the-force-behind-zimbabwes-crocodile-president-idUSKBN1%E2%80%A6>.
- Fabricius, Peter. 2018. "Will Mnangagwa pull off another 'coup' this year?" Institute for Security Studies, *ISS Today*. <https://issafrica.org/iss-today/will-mnangagwa-pull-off-another-coup-this-year>.
- Farley, Jonathan. 2008. *Southern Africa*. New York: Routledge.
- Freedom House. 2017. *Freedom in the World 2017*. <http://www.freedom-house.org/report/freedom-world/freedom-world-2017>.
- Hogwe, Fortune & Banda, Handson. 2017. "The nature of China's role in development of Africa: the case of Zimbabwe". *Problems and Perspectives in Management*, V.15, n.1.
- International Crisis Group. 2016. "Zimbabwe: Stranded in Stasis". *Crisis Group Africa Briefing* N°118, Johannesburg /Brussels.
- _____. 2017. "Zimbabwe's "Military-Assisted Transition" and Prospects for Recovery". *Briefing*, 20 December. <http://www.crisisgroup.org/africa/southern-africa/zimbabwe/b134-zimbabwes-military-assisted-transition-and-prospects-recovery>.
- Matlosa, Khabele. 2009. "The Role of Southern African Development Community in the Management of Zimbabwe's post-election Crises". *Journal of African Elections*, V.8, n.2.
- Matyszak, Derek. 2018. "Mugabe: Mnangagwa's permanent friend". *ISS Today*. https://issafrica.org/iss-today/mugabe-mnangagwas-permanent-friend?utm_source=BenchmarkEmail&utm_campaign=ISS_Weekly&utm_medium=email

- Melber, Henning. 2017. "Stopping a Dynasty Does Not Mean Democracy". *Development and Cooperation (D+C)*, 14 December. <http://www.dan-dc.eu/en/article/mugabe-era-over-mugabeism-likely-live>.
- Minillo, Xaman. 2011. *Survival Strategies of the Mugabe Regime in the Post-Cold War World*. IPSA Joint conference with ECPR, São Paulo. http://paperroom.ipsa.org/papers/paper_26325.pdf.
- Modeni, Sibanda M. 2014. "SADC Mediation in Zimbabwe's Global Political Agreement (GPA)". *Africa's Public Service Delivery & Performance Review*, Vol 2, No 2.
- Mutisi, Martha. 2015. "The Crisis of Postcolonialism in Southern Africa: SADC and Conflict Intervention in Zimbabwe". In: Omeje, Kenneth (Ed.). *The Crises of Postcoloniality in Africa*. Dakar: CODESRIA.
- Ndlovu-Gatsheni, Sabelo J. 2003. "Dynamics of the Zimbabwe Crises in the 21st Century". *African Centre for the Constructive Resolution of Disputes*, v.3, n1, South Africa.
- Nunoo, Isaac. 2017. "Mugabe Out, Mnangagwa In: Where Does China Fit In?" *Xinhua World News*, 27 nov. <https://intpolicydigest.org/2017/11/27/mugabe-out-mnangagwa-in-where-does-china-fit-in/>.
- Schutz, Nathaly Silva Xavier. 2014. *Integração na África Austral: A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e os Condicionantes Históricos e Políticos da Integração*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Porto Alegre.
- Southall, Roger. 2017. "Bob's Out, the Croc Is In: Continuity or Change in Zimbabwe?". *Africa Spectrum*, v.52, n.3.

RESUMO

Em novembro de 2017, depois de 37 anos, encerrou-se o governo de Robert Mugabe no Zimbábue. A mudança no poder é um marco na história do país e do Continente Africano como um todo. O objetivo do artigo é analisar os fatores que condicionaram a queda do poder de Mugabe e as possíveis mudanças no contexto político do país. Parte-se do pressuposto de que as relações externas do país, aliadas às divisões internas do partido, condicionaram a crise que culminou com o fim do governo de Mugabe. A postura de não interferência nos assuntos domésticos tanto dos vizinhos africanos, quanto do principal parceiro econômico do Zimbábue, a China, da mesma forma que possibilitou a manutenção de Mugabe no poder ao longo de quase quatro décadas, também propiciou que a transição para Mnangagwa, assistida pelos militares, ocorresse sem maiores intercorrências. As disputas internas da ZANU-PF, por sua vez, alimentadas pela necessidade cada vez maior de que Mugabe indicasse um sucessor, gradualmente, foram enfraquecendo o poder de Mugabe e criando novas alianças. A mudança na figura de liderança do país, todavia, não parece indicar alterações significativas nas condições políticas do país, nada obstante algumas modificações na condução da economia possivelmente ocorram.

PALAVRAS-CHAVE

África; crise política; Zimbábue.

*Recebido em 8 de abril de 2018.
Aprovado em 6 de junho de 2018.*

COLONIALISMO DUAL E FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL: O CASO SUL-AFRICANO

Maximilian Dante Barone Bullerjahn¹

Introdução

A África do Sul certamente é um dos poucos países que assimilou de modo tão significativo dois processos de colonização distintos no seu território, em momentos distintos. O entreposto comercial de abastecimento da frota imperial holandesa, no Cabo, logo se tornou um espaço de ocupação de colonizadores europeus, que, em busca de uma pátria, encontraram nas vastas terras ao redor da colônia do Cabo o espaço para o desenvolvimento de nova civilização. De maioria protestante, esses novos colonizadores europeus fizeram da terra seu triunfo adquirido. Entre turbulências revolucionárias na França e o apetite imperial napoleônico, a chegada dos ingleses à região do Cabo transformou substancialmente as relações sociopolíticas na região. O subsequente êxodo dos bôeres² habilitou o culto pela sua autoafirmação, e o espaço sul-africano viu-se preenchido por sucessivas batalhas pelo território entre bôeres, ingleses e povos nativos. No final do século XIX, a descoberta das riquezas minerais em escala sem precedentes é o marco da transição de uma economia ainda atrasada para uma de fundamentos modernizantes, com o desenvolvimento de um sofisticado sistema financeiro voltado inicialmente à diretriz primário-exportadora mas que logo se torna âncora para o incipiente processo de industrialização sul-africano. A formação das duas repúblicas bôeres, para além do nacionalismo africâner³, buscava conter o

¹ Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil. E-mail: maximilian.barone@gmail.com

² Do *Afrikaans*: agricultores, fazendeiros. Nome genérico usado para descrever os africâneres antigamente.

³ Relativo a grupo étnico composto principalmente pelos descendentes dos colonizadores holandeses e alemães de fé protestante e também huguenotes franceses; expressa também aqueles que falam o idioma *Afrikaans*.

rápido avanço imperial inglês em meio à descoberta das maiores jazidas de minérios preciosos no continente. Após duas guerras traumatizantes, chegou-se a um concerto político: a União Sul-Africana (1910), entendimento entre elites inglesas e bôeres, e a partir disso, tomou corpo a federalização dos territórios ocupados pelas repúblicas bôeres e pelas colônias costeiras inglesas.

Como membro-fundador da Liga das Nações, a África do Sul passou a se projetar regionalmente, assumindo mandato sobre o território do Sudoeste Africano, perda colonial alemã por conta da Primeira Guerra Mundial. Em meio à crise do liberalismo no velho continente, a União Sul-Africana seguiu com a centralização do aparelho burocrático, ampliando também os canais de intervenção estatal no tocante a empresas públicas e serviços em geral. No cenário conturbado do entre-guerras, há também o afluxamento de disputas ideológicas, havendo, de um lado, a busca por maior autonomia em relação ao imperialismo britânico e, de outro, a apropriação de ideários nazifascistas, comunistas e, de forma vigorosa, do nacionalismo genuinamente africano. A despeito do apoio às forças aliadas durante a Segunda Guerra Mundial, houve acirramento das disputas internas com a vitória de um grupo contrário ao apoio pró-inglês do governo anterior. A partir de 1948, um projeto nacionalista de matiz africâner se lança como vencedor do pleito disputado por um eleitorado branco minoritário. Há, então, a institucionalização dos conflitos sociais derivados de natureza racial. O Apartheid se torna a força motora do novo regime em Pretória, contestatório de um lado e altamente contestado de outro.

Embora ainda protocolarmente vinculada aos assuntos ingleses, o regime do Apartheid cria um núcleo politicamente orgânico mais autônomo e, paulatinamente, vai se afastando da tutela do *Commonwealth*, até aderir à república em 1961. Lança, assim, um expediente autárquico, assumindo os altos custos do isolamento internacional – materialmente presentes nos embargos de arma da ONU, nas relações ambíguas com as potências ocidentais e no cerco dos jovens países africanos. A saída do império português da África Austral nos anos 70 coincidiu com o fim do pacto de Bretton Woods, apresentando novas dificuldades para os sul-africanos. Viam-se em conturbado processo de contenção das guerrilhas nacionalistas nos países da região, ao mesmo tempo em que sua economia entrava em estagnação com a impossibilidade de aumentar a produtividade interna e as significativas mudanças no sistema financeiro internacional. Diante do arrefecimento da Guerra Fria e da onda de mudanças de regime pelo mundo, a África do Sul deparou-se com um cenário de conflitos internos insolúveis e, buscando dar uma sobrevida ao Apartheid, trata de remoldá-lo a uma ordem que já não mais se encontrava vigente. Com as progressivas tratativas da oposição

nacional africana encabeçada pelo Congresso Nacional Africano (ANC) e os EUA, por fim, o último governo africâner encarou um processo de transição democrática, sacrificando, inclusive, alguns de seus projetos nacionais mais ambiciosos.

Do entreposto mercantil no Cabo às guerras anglo-bôeres

A história sul-africana manifesta-se no aspecto singular de sua colonização *sui generis*, a qual resultou no atual e moderno Estado sul-africano, nominalmente a República da África do Sul. Até a chegada dos primeiros colonizadores holandeses ao Cabo, o território que hoje compreende o espaço geográfico sul-africano era habitado por populações de origem tribal, majoritariamente do agrupamento étnico *Khoisan*⁴ e de povos Bantus⁵. A economia pré-colonial era voltada à subsistência, restringindo-se basicamente à produção agrícola, à pecuária e à caça. Tratava-se, portanto, de espaços políticos pouco desenvolvidos e integrados entre si, à margem do centro mercantil europeu. Em 1652, uma expedição da Companhia Holandesa das Índias Orientais (VOC) se assentou na região do Cabo, o qual se tornou um posto de abastecimento para a companhia. Com isso, a região outrora subtraída de maiores aproximações com os pólos centrais dinâmicos tornou-se um entreposto comercial relevante, alinhando-se à fase inaugural de inserção internacional de uma potência naval europeia que se encontrava em estágios iniciais do seu capitalismo mercantil.

Inicialmente, a colonização do Cabo era restrita aos interesses imediatos da VOC, ou seja, ao abastecimento das embarcações. Para o suprimento dos bens de consumo básicos foram priorizadas alocações de colonizadores holandeses, que não tardaram a adquirir interesses divergentes no uso da terra do que aquele defendido pela companhia. Com a chegada do reformista Simon van der Stel, houve o encorajamento do desenvolvimento de uma indústria florestal e agrícola vigorosas. Concomitantemente, houve o “crescimento de uma sociedade calvinista que se enxergava como o povo escolhido pelo Senhor, entrando na Terra Prometida” (Evans 1999, tradução própria).

A relação entre as tribos *Khoikhoi* presentes na região do Cabo e a VOC eram inicialmente pacíficas, determinadas pelo escambo de carne

4 Também é grafado como *coisã* ou *coissã* e remete ao agrupamento de dois grupos étnicos originários do sudoeste africano, *Khoi* (ou *Khoikhoi*) e *San*.

5 Com mais de 400 subgrupos, os bantus formam o maior grupo etnolinguístico da África subsaariana.

bovina por parte dos autóctones e metais e fumo por parte dos colonizadores. Com a sucessiva expansão de terras agricultáveis por parte dos intitulados cidadãos livres de origem holandesa, houve aumento das tensões entre os povos originários e os novos colonizadores, que não se subordinavam ao canal de interlocução oficial entre a VOC e esses povos. Ainda que “se transformassem gradualmente os outrora livres *Khoikhoi* em trabalhadores dependentes e criadores de gado a serviço dos brancos, [...] em 1658/1659 a VOC começou a introdução de escravos no Cabo” (Hagemann 2001, 29-30, tradução própria). Desse modo, a colônia do Cabo rapidamente se inseriu no comércio internacional de escravos, muitos vindos de outros espaços coloniais holandeses, como Sri Lanka, Índia e Indonésia.

Em meio ao ocaso do império naval holandês, uma flotilha britânica atracou no Cabo sob a promessa de salvaguarda da integridade da colônia diante de qualquer ameaça francesa, uma vez que os franceses encontravam-se em meio à turbulência revolucionária. Já em 1803 a Inglaterra devolveu o Cabo à Holanda mediante o Tratado de Amiens, não obstante, a saída dos ingleses durou muito pouco; com o bloqueio napoleônico, os ingleses ocuparam o Cabo de modo definitivo (Evans 1999, 10). A colônia do Cabo transitou para a órbita de influência do colonialismo imperial britânico. Essa nova realidade transformou profundamente as relações sociais e políticas no espaço sul-africano. Desgostosos da administração inglesa, um significativo contingente de bôeres passou a abandonar a colônia do Cabo, e a migrar em direção nordeste às terras do planalto sul-africano. Esse processo desencadeou a ocupação territorial definitiva do espaço sul-africano, tal como se conhece hoje.

Delineados pelos grandes rios que atravessam o território, estabeleceram-se as repúblicas bôeres – nominalmente o Estado de Transvaal e o Estado Livre de Orange –, reconhecidos pela Inglaterra em 1852 e 1854, respectivamente. Isoladas, essas repúblicas eram impregnadas por um restrito *ethos* religioso calvinista. Como aponta Evans (1999), os bôeres se incomodavam com a questão de os ingleses darem preferência ao comércio no lugar de valorizar o papel da terra, além de sua negligência para o status divino do povo branco como superior. Até meados do século XIX, a África do Sul era uma economia relativamente atrasada, quase que inteiramente dependente da agricultura. Em suma, mercados eram pequenos, com condições difíceis e progresso lento, o que se aplica tanto à economia dos habitantes originais quanto à dos colonizadores europeus (Feinstein 2005). Faz-se relevante observar que o desencadeamento desse processo de colonização territorial sul-africana foi assimilado no imaginário coletivo bôer de modo bastante peculiar, o que em termos de cultura política, delineia bem o espírito comu-

nitarrista que passaria a guiar o discurso dos estadistas africanos ao longo da União Sul-Africana – a partir de 1910 – e da República da África do Sul – a partir de 1961.

Em 1866 foram encontradas as maiores jazidas mundiais de diamantes na região em que se situa a cidade de Kimberley, e em 1886 a descoberta de grandes quantidades de ouro em Witwatersrand transformou a cena local de Transvaal. A riqueza mineral logo atraiu o olhar dos ingleses, que viam a necessidade de controlar os territórios então sob domínio bôer. O capitalismo sul-africano encontra a partir daí uma nova etapa, em que grandes proprietários de minas, principalmente de ouro, lançam mão de medidas cruéis e desumanas para desalojar as populações nativas do entorno das áreas ricas em minérios. O fluxo de capital inglês para esse setor se sobressaía. Embora a atividade mineradora se valesse da exploração de mão de obra barata e desencadeasse um modelo de exportação de minérios, a economia sul-africana se dinamizou rapidamente por meio de reinvestimento no setor de mineração e aplicação em demais setores de produção local até então marginalizadas. Foi principalmente na África do Sul que uma versão racial da acumulação primitiva tomou forma no continente africano (Cooper 2014, 21).

Amin (1976) afirma que a predominância de modo simples de produção de *commodities* é caso raro, sendo encontrada na Nova Inglaterra entre 1600 e 1750, na África do Sul dos bôeres entre 1650 e 1880, e na Austrália e na Nova Zelândia do início da colonização branca à ascensão do capitalismo moderno. Essas sociedades de pequenos fazendeiros e artesãos livres convergiram em um *modus* que tinha forte tendência a se transformar em uma formação capitalista plenamente desenvolvida. A realidade sul-africana era de abundância de terras e escassez de mão de obra. Por meio das perenes práticas de discriminação social, os espaços coloniais bôeres e britânicos mantinham sob seu domínio os negros, mestiços e asiáticos de modo geral como força de trabalho de baixo custo.

Decorrentes da Primeira Guerra Anglo-Bôer (1880-1881), os imensos custos e sucessivas derrotas levaram os britânicos a optarem pelo armistício com os bôeres, acordando um autogoverno bôer em Transvaal sob suserania britânica, à qual ficariam relegadas às questões de foro externo e dos territórios nativos. As imensas quantidades de ouro descobertas em Witwatersrand achadas ao longo da década, no entanto, compensariam os custos de uma eventual nova guerra para os britânicos. A Segunda Guerra Anglo-Bôer (1899-1902) deve ser compreendida nos termos de uma guerra por recursos, e refletia o desejo de independência da população africana em relação ao Império Britânico e à Inglaterra. Vê-se no contexto da guerra a conexão entre exploração da população nativa, o interesse de várias partes em se

apropriar de provisões de ouro enormemente valiosas e o fortalecimento do Estado-nação da Inglaterra, avançando o militarismo imperial e satisfazendo as necessidades de finança e de capital bancário baseados na cidade de Londres (Stander 2014, 186).

O vasto território sul-africano, rico em minérios, permitiu um crescimento acelerado da economia local sul-africana, como de imediato a inseriu organicamente no mercado internacional. O capital estrangeiro permitiu uma dinamização de setores ainda pouco afluídos, como a indústria têxtil e a de produtos manufaturados básicos. De acordo com Evans (1999, 100), o propósito dos ingleses era forçar os bôeres a renunciar à sua soberania, cuja disputa resultou no concerto político da União Sul-Africana, território de domínio colonial inglês que assegurava maior autonomia política regional aos bôeres.

União Sul-Africana e a construção da unidade nacional

A África do Sul é uma entidade artificial criada pelos britânicos. As fronteiras atuais datam de 1910 e assim como muitos países africanos, a África do Sul é produto da herança colonial do império britânico (Steward 2014). Até o fim do século XIX, não havia na região nenhum Estado unitário e abstrato, cabendo aos colonos bôeres a formação de suas repúblicas (Osterhammel 2010). Essa nova unidade política emergiu a partir de um concerto entre os colonizadores africanos e os ingleses, que materialmente constituíam o poderio militar efetivo no território. Nesse arranjo político, houve a formulação de um pacto federativo, com certa autonomia administrativa para as quatro províncias (Cabo, Natal, Estado Livre e Transvaal).

Em meio à rápida modernização econômica sul-africana, as tensões raciais tomariam dimensões políticas ainda mais severas. Em 1912 foi fundado o Congresso Nacional Africano (ANC), movimento de resistência sul-africano ao regime político fundado em 1910. Em 1913, houve a outorga do *Land Act*, que implicou na divisão de terras entre os colonizadores ingleses, os bôeres e demais povos africanos. Por critérios raciais, a população negra, mestiça e asiática na União Sul-Africana ficou com 13% do território, enquanto os restantes 87% se dividiam entre os colonizadores brancos, falantes de inglês e *afrikaans*. Essa realidade colonial dual se manifestou pela percepção de que “antagonismos entre africanos e ingleses dominaram a política partidária por maior parte do [...] período” (Simons & Simons 1969, 612, tradução própria).

A África do Sul passou por um processo de modernização *sui generis* no continente africano e ao cabo de vinte anos se tornou uma nação industrial, configurando uma nova sociedade, que além de comportar a nova elite

econômica branca detentora do capital excedente da mineração, abrigava uma classe trabalhadora com subclasses racialmente determinadas. Na formação desse tipo particular de capitalismo, o excedente econômico não caía nas mãos de uma aristocracia ensimesmada como a do *ancien régime*, mas de uma incipiente burguesia africâner que se tornou central para o estabelecimento das bases econômicas do futuro regime do Apartheid. Ainda que de um lado os ingleses reproduzissem algumas das velhas estruturas sociais europeias, o espaço sul-africano viu florescer em seus quatro cantos um modelo de Estado pouco atrelado a relações puramente oligárquicas. Mesmo com o predomínio de conglomerados oligopolistas no setor da mineração – certamente o mais expressivo na jovem África do Sul – as funções de Estado já demonstravam estar mais alinhadas a uma nascente burocracia central, não corroborando, assim, com a tese de que a União seria propriamente um Estado oligárquico.

Diante do desfecho da Segunda Guerra Mundial, a África do Sul dobrou seu PIB *per capita* (1933-1945) e viu seu setor de manufaturas crescer vertiginosamente, possibilitando aumento de salário real inclusive para trabalhadores africanos. Cobrindo um terço da produção mundial de ouro, os sul-africanos logo deixaram de ser devedores internacionais e passaram a cobrir seus gastos domésticos e dívidas externas com facilidade. O crescente planejamento estatal estava condicionado ao aumento de receitas públicas, possibilitado pela maior capacidade de arrecadação tributária nos anos da guerra (Natrass & Seekings 2010).

A prevalência do ideário africâner e a institucionalização do Apartheid

As eleições de 1948 levaram ao poder o Partido Nacional (NP), um partido político de orientação nacionalista cristã conservadora. O então empossado chefe de governo africâner, Daniel Malan, tinha como trajetória de defesa, a adoção de uma república para a África do Sul no lugar da monarquia britânica (Bloomberg 1990). Isso certamente pode ser atribuído como reflexo da memória das perdas nas guerras bôeres, nas quais teriam sofrido, a seu ver, injustiças por parte dos ingleses. Desde o desfecho da Segunda Guerra Anglo-Bôer, em 1902, os africâneres lamentavam a sua perda de autonomia política com a dissolução de suas duas repúblicas e a consequente incorporação dos territórios como espaços da administração colonial inglesa. A restauração de seus direitos violados era um dos fundamentos do novo governo, que derrotara o Partido Sul-Africano (SAP) de Jan Smuts como contestação ao alinhamento sul-africano ao Reino Unido durante a Segunda Guerra Mundial.

Entre as medidas mais emblemáticas, o recém-eleito governo sul-africano imprimiu o aprofundamento da segregação racial e a manutenção de uma força de trabalho dependente no campo, além de trabalhadores migrantes nas minas de ouro. Escalou a repressão no lugar de buscar cooptar uma elite africana. O resultado foi o Apartheid (Cooper 2014, 28). Enquanto França e Inglaterra abandonavam a dominação colonial como projeto imperial, a África do Sul a apropriou como projeto nacional. Um capitalismo racializado passou a sustentar a industrialização sul-africana. A vitória dos nacionalistas, no entanto, deve ser considerada como a etapa inicial da própria revolução anticolonial da África do Sul, qual seja, a de controle político e econômico do espaço sul-africano exclusivamente por sul-africanos, ainda que estes em questão se tratassem de uma minoria social disposta a afiançar o acirramento das tensões raciais por meios legalmente instituídos.

Devido à participação na guerra, ainda que marginal, a África do Sul teve um considerável aumento doméstico no desempenho industrial, o que levou a uma urbanização massiva ao longo dos anos 1940. Nisso, havia a migração especialmente de negros do campo, até então pouco inseridos no processo de modernização rápida por que passava o país. Com mais oportunidades de trabalho, as cidades se transformaram em palco de um maior engajamento político, decorrente da natureza de perfil urbanizador dessa nova realidade sul-africana. Uma já segregacionista África do Sul lançou mão de mecanismos mais rígidos para frear esses desdobramentos colaterais e, pela perspectiva majoritária de uma elite africâner, indesejados. Dentre as medidas mais duras estão as leis que proibiam o casamento interracial e as que obrigavam as populações negra, asiática e mestiça a portar passaporte dentro do próprio país.

Com as greves se estendendo do setor de mineração à indústria infante e a dificuldade de o Estado sul-africano em conter movimentos trabalhistas da população negra, o regime censurou os requisitos para uma economia industrial “modernizante”, inviabilizando um mercado de trabalho livre para seu desenvolvimento capitalista. Os novos controles estatais sobre o trabalho antagonizavam as necessidades industriais sul-africanas e seriamente impediam o progresso. Em nome da defesa dos interesses da parcela mais relevante dos constituintes do NP, nominalmente africâneres de base rural, o governo refletia o atraso na sua cultura e representava não estar preparado a se adaptar às demandas de uma economia industrial moderna (Innes 1994, 168).

Em 1958, o novo primeiro-ministro Hendrik Verwoerd fazia defesa pública do desenvolvimento separado, modelo segundo o qual haveria a devolução aos povos não-brancos de seus territórios antigos, em conformação às

suas próprias sociedades. O Apartheid utilizava a retórica da autodeterminação dos povos como justificativa para a formação de enclaves no território nacional, batizados de *homelands*, os quais logo viriam a ser conhecidos como bantustões. Esses territórios foram implementados através do *Bantu Self-Government Act* e, embora não gozassem de reconhecimento internacional, o governo sul-africano identificava os bantustões como embrionárias nações independentes. A pressão externa pelo não reconhecimento internacional dos bantustões era fruto das sistemáticas denúncias contra a África do Sul numa ONU cada vez mais balanceada por novos Estados africanos, que viam nesses enclaves o aprofundamento do regime de segregação racial.

Edificação da República e capitalismo de Estado

Uma das mais críticas promessas políticas do NP junto a seu eleitorado era a adoção de uma nova república sul-africana, totalmente independente do Reino Unido, isto é, com uma chefia de Estado sul-africana. Em outubro de 1960, o governo adotou um referendo junto à população branca, e por uma leve maioria de 52,29% dos votos prevaleceu a opção pela república. A notável resistência do eleitorado vinha da província de Natal, onde a maioria branca falava inglês. Temia que, afastada do Reino Unido, a África do Sul estaria ainda mais vulnerável ao comunismo e ao nacionalismo africano pró-ruptura.

Com a adoção da república em 1961, a África do Sul não somente sai formalmente da tutela britânica, como enseja um processo mais profundo e ousado de consolidação de um Estado nacional a partir de sobreposta identidade africâner. A tradição sul-africana era de delegar assuntos externos à Grã-Bretanha, mas o NP fixou seus olhos na cena doméstica quando entrou em poder em 1948 (Munger 1965, 91) e com a república ensaiou a formulação de uma política externa mais identificada com a nova realidade política do regime liderado pela base africâner menos moderada e pouco disposta às antigas mediações junto aos grupos de pressão pró-britânicos internos. No lugar da antiga conciliação entre ingleses e bôeres edificada pela formação da União Sul-Africana, os esforços para uma hegemonia africâner doméstica – embora nunca absoluta – tornaram-se o pilar republicano no contexto sul-africano.

O país que até então gozava de privilegiados aportes de capital inglês no continente africano se mostrou disposto a traçar uma rota mais autônoma. Com a saída também da *Commonwealth of Nations*, os políticos africâneres mais cáusticos celebraram de fato o ressurgimento de uma república bôer,

agora dimensionada numa realidade pós-guerra, em fase intermediária de desenvolvimento industrial. É a partir desse período que a África do Sul consolida efetivamente seu “capitalismo nacional, compreendido como o modelo que é a síntese moderna entre Estados-nações e capitalismo industrial, a tentativa institucional de gerenciar dinheiro, mercados e acumulação através de uma burocracia central para o benefício de uma comunidade cultural de cidadãos nacionais” (Hart & Padayachee 2013, 57, tradução própria).

Jackson (1990) e Clapham (1996) apontam que o surgimento dos Estados nacionais africanos a partir da descolonização dos anos 1960 era acompanhado pela ausência de uma soberania empírica. Como careciam de legitimidade absoluta interna, esses Estados não tinham monopólio de poder garantidor de controle do governo sobre o território do Estado, além de certa capacidade de defesa do território. Portanto, uma parcela significativa dos Estados africanos existia por intermédio de uma soberania jurídica, relegada ao reconhecimento meramente formal dentro do sistema internacional. Há que se fazer a sutil diferenciação entre o entendimento da formação dos Estados nacionais africanos como desmantelamento dos impérios coloniais nos anos 1960 – em especial o inglês e francês – e a realidade já estabelecida na África do Sul. Ainda que esta não se igualasse em níveis de desenvolvimento às potências europeias, a nova república sul-africana já transparecia sua identidade singular como Estado nacional efetivamente soberano e independente no continente africano.

Se, de um lado, para brancos, a África do Sul é um Estado capitalista avançado nos estágios finais do imperialismo, por outro lado, ainda é uma colônia para os negros (Gordimer apud Stander 2014, 25). Essa identidade singular se expressa pela busca de autoafirmação nacional aliada a um desenvolvimento capitalista que enxerga no modelo europeu ocidental o carro-chefe para alcançar a modernidade, preenchendo-se, no entanto, com instituições pouco modernizantes ou mesmo antimodernizantes. O que se torna claramente observável é o fato desses desdobramentos políticos e econômicos notabilizarem a África do Sul bôer como um “jovem centro”, expressão cunhada por Amin (1976). Ou seja, a despeito das idiossincrasias do regime altamente contestado moral e politicamente pela comunidade internacional, a África do Sul rapidamente constitui, junto a outras potências médias do Terceiro Mundo, o núcleo orgânico do capitalismo periférico no sistema internacional.

Os custos políticos internos e externos em razão do aprofundamento do Apartheid não passaram despercebidos pelas autoridades de Pretória. A luta armada tomou espaço na contestação política ao regime em solo sul-africano, principalmente por atos de sabotagem, organizados em colaboração

entre um ANC clandestino e um SACP com estreitos laços com Moscou. De 1960 a 1962, o agitado continente africano viu o processo mais expressivo de independências das antigas colônias. Na África Austral, majoritariamente britânica, houve a ebulição de diversos movimentos de libertação nacional, o que claramente afetaria as posições sul-africanas como ator regional no sentido de manter o controle da estabilidade política por meio do *status quo*.

Ainda que a África do Sul se firmasse como polo capitalista regional, seu tipo específico de capitalismo menos dependente implicou também um gradual afastamento dos tradicionais aliados ocidentais, como Inglaterra e EUA, os quais aderiram voluntariamente ao embargo de armas contra a África do Sul expresso pelo Conselho de Segurança da ONU em 1963 (Geldenhuys 1984, 11). Diante desse constrangimento, a África do Sul viu-se compelida a solidificar por próprios meios uma indústria de defesa nacional que respondesse às crescentes demandas das forças de defesa e de segurança sul-africanas nas operações domésticas e transfronteiriças. Conforme Cepik (2009), em termos de equipamento, por conta do embargo, a África do Sul acabou desenvolvendo uma indústria própria de blindados e artilharia que hoje posicionam bem o país em termos mundiais.

Engajamento sul-africano no entorno regional

A África Austral foi espaço de colonização de dois impérios, basicamente, o britânico e o português. Independente de que país da África Austral se esteja falando, sempre se vê o envolvimento do regime de Pretória, seja na ocupação da Namíbia, na agressão em larga-escala em Angola, ação terrorista em Moçambique ou assistência ao governo racista na Rodésia (Shubin 2008, 239). Fica claro, portanto, que a África do Sul se engajava ativamente desde o sentido político e diplomático mais amplo até o militar e operacional mais estrito na sua região. Partindo de uma retórica anticomunista perenemente recalcitrante, os formuladores de política externa sul-africana expressavam a justificativa para as intervenções na África Austral em torno da contenção do comunismo e movimentos de libertação afins.

Talvez no momento mais africaner da África do Sul como entidade política soberana, as eleições na Rodésia proveem uma consistente aliança política em torno do regime do Apartheid. Em 1962, com a vitória da Frente da Rodésia (RF), uma elite local branca se antecipa às negociações entre ingleses e elite africana para a independência dos territórios na África Austral e busca contornar a já real participação política negra do país, valendo-se também da discriminação racial sistemática e orientada por uma visão nociva

de inferioridade africana com o propósito de assegurar privilégios à minoria branca (Mungazi 1998, 131). O resultado vem em 1965 com a Declaração de Independência Unilateral. Sob chefia de Ian Smith, o governo de minoria branca da RF não alcança reconhecimento internacional significativo, em especial do governo britânico, e passa a manter laços substanciais com Pretória para lidar com a contenção dos nacionalistas africanos e a formação de guerrilhas que lutavam pela tomada imediata de poder.

Apesar de a Rodésia ter tido apoio militar maciço dos sul-africanos desde 1967, Vorster viu a necessidade de conter a guerra no país vizinho por antever que a situação poderia se escalar para o caos e a ruptura. Nisso, surgiu uma aliança oficiosa com o presidente zâmbio Kaunda, pavimentando uma via para uma *détente* regional (Jaster 1989, 52). O secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, pressionou para que o governo sul-africano de John Vorster moderasse o ambiente de negociações para a transição de poder na Rodésia/Zimbábue, que se efetivaria em 1979. Por parte dos americanos, o que se temia era justamente um engajamento do tipo que veio a ocorrer em Angola com a presença de tropas cubanas e o apoio extensivo dos soviéticos.

Após a Revolução dos Cravos em Portugal, o continente africano viu o desmantelamento de seu último império colonial. Com a retirada dos portugueses, abriu-se espaço para a independência política de Angola e Moçambique, duas colônias de porte grande, a primeira voltada ao Atlântico e a segunda, ao Índico. Essa realidade deixou a África do Sul sem tampão em suas fronteiras noroeste e nordeste (Muiu 2008). A manutenção colonial portuguesa no meridional africano até metade da década de 1970 foi bastante relevante para a África do Sul, que desde 1963 era objeto de bloqueio do espaço aéreo dos países-membros da Organização da Unidade Africana (OUA).

Stepleton (2010) afirma que as forças de defesa nacional da África do Sul receberam lições nos EUA e na França, com base nas guerras do Vietnã e Argélia. Alimentavam-se de teorias da contra-insurgência, que pressupunham que forças insurgentes poderiam derrotar robustas forças militares convencionais. Com o treinamento do MK em Moçambique e na Bechuanalândia, o governo sul-africano enxergava ainda mais razões para combater o estabelecimento de um regime pretensamente hostil em Maputo, embora sua preocupação maior ainda se desse por conta da instabilidade em solo angolano que poderia facilmente implicar mudanças no Sudoeste Africano, ainda sob tutela sul-africana. Como avalia Pereira (2010, 52), o isolamento cada vez maior dos sul-africanos, não apenas em nível internacional, mas fundamentalmente em termos regionais após a independência de Angola, de Moçambique e do Zimbábue, além das despesas militares e das despesas

com a manutenção do aparato estatal de segurança tornariam o sistema insustentável.

A África do Sul, como país banhado por dois oceanos – o Atlântico e o Índico – sempre constituiu um ponto geográfico altamente estratégico. Em 1955, a Inglaterra assinou o Acordo de Simonstown com os sul-africanos, formalizando a sua Estação Naval do Atlântico Sul, um ponto de apoio para a marinha britânica no espaço do Commonwealth. Ambas as marinhas passaram a realizar operações regulares conjuntas até 1975, quando o acordo não foi renovado por parte dos britânicos, em razão da identificação com a República da África do Sul como dano diplomático prevalecer sobre vantagem militar. O término de um vínculo naval de 169 anos significou que a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), pela primeira vez, ficaria sem base operacional no Atlântico Sul (Roberts 1976, 4). De outro lado, o próprio afastamento da África do Sul da Commonwealth britânica e de seus *affairs* com a adoção da nova república terminaria por implicar este cenário de uma autonomia decisória militar mais significativa por parte de Pretória.

Enquanto a OTAN afirmava seu poderio militar no hemisfério norte em plena Guerra Fria, havia a contraproposta de formação de uma Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), com o propósito de enfrentar agressores comuns e a “ameaça soviética”. Em 1977 o comandante da marinha uruguaia defendeu a sua institucionalização. Implicaria, por parte dos países sul-americanos, uma cooperação com os regimes colonialista de Portugal e racista da África do Sul. O governo brasileiro, no fim da década de 1970, não via viabilidade na proposta e alegava que poderia haver em decorrência do acordo uma corrida armamentista na região. Houve, em meio à retração brasileira, uma aliança entre África do Sul e Argentina, que logo seria substituída por uma aproximação dos sul-africanos junto aos chilenos – e também bolivianos e paraguaios – sob fiança inglesa em meio à Guerra nas Ilhas Malvinas (1982). A aliança não teria desdobramentos práticos relevantes, de modo que o Brasil passou a ver necessidade de assegurar a segurança da região. Logo, iniciou defesa da ideia de uma zona de paz – posteriormente a Zona de Paz do Atlântico Sul (ZOPACAS) – no lugar da OTAS. Essa nova proposta tomaria corpo numa realidade pós-colonial na África Austral, em meio aos processos de transição de regime tanto do meridional africano quanto do americano (Pereira 2013).

Se, de um lado, a África do Sul se consolidou como o ator regional mais relevante na África meridional, por outro lado, a partir da cadeia de eventos iniciada com a saída dos portugueses de suas colônias, o regime em Pretória passou por dificuldades cumulativamente crescentes em manter uma ordem estável na região. A abordagem de política externa mais realista

ao longo da década de 1970 possibilitou algumas vitórias diplomáticas temporárias, as quais, entretanto, não evitaram a deterioração das relações entre Pretória e Ocidente. O isolamento e embargo de armas levariam a África do Sul a buscar novas parcerias no sistema internacional. Ela se encontrava, afinal, disposta a executar um projeto nacional que não dispensasse uma ampla capacidade de defesa nacional e que não se intimidasse com as pressões e críticas em torno de seu regime de segregação racial.

Da ambição nuclear ao latente desgaste econômico-militar

No continente africano, a África do Sul é tida como o único país que se habilitou a desenvolver um programa nuclear e a dispor de um arsenal atômico. A adoção de um programa nuclear evidencia a tentativa clara de busca pela autonomia política plena da África do Sul e pela consolidação como potência média efetiva na África. Ainda em 1961, foi desenvolvida a primeira planta nuclear da África do Sul e a partir de 1969 o programa nuclear tomou corpo. Inicialmente como principal fornecedora de urânio para os EUA, a África do Sul desempenhava um papel estratégico para a indústria nuclear norte-americana. Após a descoberta do minério em solo americano e canadense, os EUA passaram a depender menos dos sul-africanos.

Ainda que os Estados Unidos tenham aceitado bem a entrada de Israel no clube nuclear em 1970, o governo norte-americano trabalhou incansavelmente nos fins da década de 1970 para que a África do Sul não entrasse. A política de não-proliferação do mandato Carter falhou em evitar que a África do Sul adquirisse a bomba logo após a saída de Carter, e sucessivos burocratas americanos não conseguiram parar Israel de ajudar o Estado do Apartheid a desenvolver componentes mais avançados de seu arsenal nuclear (Polakow-Suransky 2010, 13). Num raro sinal de colaboração entre URSS e EUA em 1977, os soviéticos compartilharam a informação de dados de satélite que indicavam a instalação de um local no deserto do Kalahari para o desenvolvimento de teste de artefatos nucleares. O regime em Pretória, através de ministros e diplomatas, negava veementemente que o local indicado fosse de alguma forma utilizado para experimentos nucleares.

Se de um lado havia a preocupação em barrar a proliferação de armas nucleares pelo Terceiro Mundo, havia também o entendimento de que as restrições impostas ao desenvolvimento tecnológico desses países serviram aos interesses dos países nucleares em manter, sob prisma da economia política internacional, a tecnologia em si como um recurso de poder para diferenciação desses Estados dos demais. Além disso, os países não nucleares

se tornariam compradores de equipamentos e combustíveis que promoveriam a indústria e o mercado nuclear nos países nucleares. Assim como o Brasil e Israel, a África do Sul não assinou o Tratado de Não Proliferação em 1968, demonstrando que a capacidade de armas nucleares foi de fato o objetivo definitivo de seu programa.

O isolamento de Pretória fez com que o regime buscasse aliados não convencionais para cooperação técnica e compartilhamento de programas estratégicos. Aproximou-se de regimes que também, por via ou outra, sofriam determinado grau de afastamento da comunidade internacional, como foram o caso de Israel pós-67 e de Taiwan (República da China) após a troca do assento chinês no Conselho de Segurança da ONU em prol da República Popular da China (1971). Tratando-se de um regime tão controverso, a ONU buscava meios de limitar o potencial militar da África do Sul por meio de embargos e sanções que visavam ultimamente o desarmamento do regime do Apartheid bem como da região. A retórica em prol do desarmamento global derivada de postulação pacifista pode levar a inferências enganosas, como aponta Morgenthau⁶ (1997).

Com o esgotamento do modelo industrializante de substituição de importações e o término de um crescimento econômico vertiginoso, aliado à nova realidade no entorno da África Austral, os governos sul-africanos buscaram aliar reformas administrativas internas a uma preocupação maior com seu papel potencialmente estabilizador de potência regional. Ao longo da década de 1980, o então primeiro-ministro sul-africano Botha embarcou em várias reformas para resolver a contradição entre acumulação capitalista e demandas populares. Uma nova base de consenso teria de ser criada, implicando a reestruturação das bases políticas e ideológicas do Apartheid, transformando o processo de acumulação através do ajustamento em políticas econômicas e relações de Estado e da sociedade civil. As reformas buscavam institucionalizar o consenso e a coerção pela remodelação da estrutura de produção, distribuição e consumo para reavivar a economia que estava se debilitando. Houve tentativas de reestruturar instituições políticas para fortalecer relações entre capital e trabalho (Muiu 2008, 122). E foi precisamente nessa época que a retenção de poder por parte do Estado sul-africano sofreu uma

6 Afirma que “reduzir a quantidade de armas real ou potencialmente disponíveis em qualquer momento específico não poderia ter influência na incidência de guerra; poderia concebivelmente afetar sua conduta. Nações limitadas na quantidade de armas e homens concentrariam todas as suas energias junto à melhoria da qualidade de tais armas e homens que possuem. Ademais, eles procurariam por novas armas que pudessem lhes compensar a perda na quantidade e lhes assegurar uma vantagem sobre seus concorrentes” (Morgenthau 1997, 436-437, tradução própria).

mudança drástica, quando pressões econômicas externas – especificamente o boicote de investimento americano – ameaçaram o regime (Halliday 1994, 136). O Congresso norte-americano aprovou em 1986 uma lei que visava congelar investimentos americanos na África do Sul e proibia a venda de armamentos à Pretória por parte de empresas norte-americanas.

O desgaste internacional e a transição para a democracia

O entorno de um *establishment* político sul-africano que em maior ou menor grau dava continuidade às políticas degeneradas de segregação racial levou o país a um estado de emergência. Ainda que muitas das leis mais polêmicas do regime tivessem sido revogadas em 1986, a deterioração política interna tomou dimensões preocupantes no fim da década. Somado a isso, as mudanças bastante rápidas no desfecho da Guerra Fria e o novo entorno independente no meridional africano proporcionaram uma mudança completa de cenário, agora amplamente desfavorável à África do Sul.

A administração Botha se tornou bastante cética à política de “engajamento construtivo” promovida por Reagan por não ter prevenido a imposição de sanções por parte do Congresso Norte-Americano à África do Sul. Em resposta à deterioração das relações, a retórica de Botha passou a denunciar o Ocidente e suas políticas, num claro apelo às ligações da África do Sul com a África. Em discurso direto aos Estados não-alinhados, o presidente de Estado evocou a cooperação pan-africana, alegando que a culpa pela miséria que Ocidente havia causado à África e ao Terceiro Mundo era escondida atrás da campanha contra a África do Sul. Afirmou ser necessária a reunião de líderes do continente africano na África, e não em outros continentes, para a reflexão de seus problemas e busca por soluções. Para além da retórica, essa abordagem evidenciava o momento de alta tensão entre África do Sul e potências ocidentais assim como uma contra correspondente distensão com alguns dos regimes vizinhos, incluindo Moçambique e Zimbábue (Jaster 1989).

Com a saída negociada dos sul-africanos do território do Sudoeste Africano pelo Acordo Tripartite de Nova Iorque, estavam estabelecidas as condições para uma transição pacífica com a realização de eleições livre e acompanhadas na Namíbia. Assim como em Moçambique, Zimbábue e Angola, o grupo de resistência nacional de maior expressão tomou o poder com ampla vantagem. Diante dessa realidade, a comunidade internacional e, logo, o governante NP viam o encaminhamento político diante de negociações com o ANC como o desfecho mais realista, uma vez que se tratava da maior força política dentro do país, ao menos em termos de representação política.

A questão, porém, não era mais de um mero governo nacional africano majoritário como nas décadas prévias, mas na fixação de um modelo de democracia liberal, de fato aberta aos mais variados campos da política. Dessa forma, o NP também via a possibilidade de manter, ainda que marginalmente, uma influência prestigiosa nos rumos constitucionais da República da África do Sul e o ANC, por sua vez, passou a considerar inúmeras concessões políticas a fim de chegar logo a uma transição efetiva de governo. Do encontro entre Oliver Tambo, liderança do ANC, e Gorbachev, houve o entendimento de que os atos de agressão de Pretória contra demais Estados africanos independentes deveria cessar, deveria haver independência da Namíbia em consonância às resoluções da ONU, além da remoção do regime do Apartheid na África do Sul como “causa primária da situação conflituosa na região” (Shubin 2008).

A questão para o ANC girava em torno de duas premissas básicas: “um homem, um voto” e a distribuição de renda e equalização de oportunidades com a manutenção de um pacto mais heterodoxo no tocante às políticas econômicas. Ao ANC não pode ser atribuída, portanto, qualquer postura de eliminação política e econômica dos feitos logrados nas últimas décadas, como os hercúleos projetos de infraestrutura que possibilitavam a integração territorial. O que estava em voga era uma África do Sul acima de tudo pós-Apartheid. Os valores assumidamente universais condenavam as práticas de discriminação racial, porém o faziam de forma a identificar que o Estado sul-africano se destinava integralmente a todos que nele vivessem, sem qualquer distinção – ao menos na retórica oficial.

Com a liberalização política crescente, o espaço sul-africano viu florescer uma ampla variedade de grupos políticos. Contabilmente se fala em 26 partidos no processo de transição, nas discussões mais amplas destinadas à sociedade civil como um todo. O ideário africâner cedia espaço para a proliferação das mais distintas ideologias, amplamente presentes nas democracias liberais, em especial as de sistema multipartidário. Tornava-se quase um imperativo para o ANC, que ficara tantas décadas na clandestinidade, abrir espaço para um sistema eleitoral proporcional, ainda que sua luta antiga tenha se aproximado por um modelo predominantemente majoritário que assegurasse um governo de ampla maioria do ANC.

No campo financeiro, a África do Sul também passava por dificuldades. Em virtude do fim do padrão dólar-ouro em 1971, com a manutenção das subsequentes instituições de Bretton Woods num remodelado concerto da economia política mundial. As taxas de câmbio até então fixas passam por etapas de flexibilização com a adoção de bandas cambiais e câmbio flutuante. A África do Sul, a maior fornecedora de ouro ao mercado mundial,

se viu transformada de um progresso aparentemente triunfante para um declínio angustiante. De 1948 a 1973, o país foi marcado por crescimento e estabilidade, enquanto de 1973 a 1994 predominaram estagnação e inflação (Feinstein 2005, 200-201).

Arrighi & Saul (1973, 50) apontam para o fato de que o capitalismo internacional iria avançar interesses em controlar processos político-econômicos de desenvolvimento descritos como centros periféricos e em particular centros de exploração mineral. E de fato, a nova era globalizante indicava a estrita delimitação do papel do Estado no tocante à economia, com a propagação da abertura quase irrestrita ao capital internacional e a mudança no marco institucional para que os países se adequassem à ordem centrada no Consenso de Washington.

Enquanto o sistema bipolar permitia um poder de barganha não irrelevante por parte dos Estados africanos, a nova realidade instaurada nos anos 90 levou o continente a um quase abandono por parte daqueles que eram os maiores fiadores de governos e regimes na África. No lugar das guerras de libertação nacional, eclodiram diversas guerras civis, e as soberanias formalmente delimitadas revelavam-se organicamente frágeis, com Estados que não lograram estabelecer uma burocracia central suficientemente poderosa para coordenar a atividade política territorialmente nacional. A despeito de todo o esforço da África do Sul nesse sentido, a transição significou um incremento na violência civil por parcelas da população alijadas do círculo de altas negociações entre ANC e NP. Indisposições entre as ascendentes lideranças africanas em diversos territórios minavam a trajetória para uma mudança concertada do regime. Enquanto Mandela e de Klerk receberam o prêmio Nobel pela conciliação promovida em nome do desfecho do Apartheid, uma desordem e ruptura da lei ferviam em localidades disputadas por antigas lideranças dos bantustões, agrupamentos africâneres extremistas e todo tipo de agitação contra o entendimento das elites partidárias.

Considerações Finais

Assim como se atesta o caráter dual da colonização do espaço sul-africano, também se verifica que a modernização do Estado, principalmente a partir da União Sul-Africana, adota uma realidade dual, em que para um parcela restrita e privilegiada da população há um esforço significativo do Estado estabelecer uma realidade industrial mais avançada com benefícios sociais, e para a maior parte da população – racialmente segregada – há exclusão socioeconômica e o conhecimento de um Estado que mostra a face

da violência e da criminalização de modo sistemático. O desenvolvimento capitalista relativamente transformador para um país periférico no sistema internacional apresentava, nas suas contradições, os empecilhos para o desenvolvimento humano pleno e uma integração internacional mais efetiva numa realidade africana pós-colonial.

Não obstante as diferentes limitações, a África do Sul, para além de sua riqueza mineral, estabeleceu uma burocracia central eficaz possibilitando a funcionalidade da administração estatal, a gestão de um sistema financeiro mais autônomo e os subsídios indispensáveis para seu processo de industrialização. Dada sua singularidade, a formação do Estado nacional sul-africano possibilita uma inserção internacional mais integrativa e dinâmica nas relações internacionais, havendo em vigor uma soberania funcional sobre seu território e domínio político próprio sobre suas decisões mais sensíveis. A despeito de problemas estruturais perenes, como a alta desigualdade social e taxas alarmantes de desemprego, a África do Sul se posiciona como uma potência regional efetiva no continente africano.

REFERÊNCIAS

- Amin, Samir. 1976. *Unequal Development: An Essay on the Social Formations of Peripheral Capitalism*. Hassocks: The Harvester Press.
- Arrighi, Giovanni; Saul, John S. 1973. *Essays on the Political Economy of Africa*. Nova Iorque: Monthly Review Press.
- Bloomberg, Charles. 1990. *Christian-Nationalism and the Rise of the Afrikaner Broederbond, in South Africa, 1918-48*. Basingstoke: The Macmillan Press.
- Cepik, Marco. 2009. “Segurança Internacional e Cooperação Sul-Sul: Índia, Brasil e África do Sul”. In: Lima, Maria R. S.; Hirst, Mônica. (Org). *Brasil, Índia e África do Sul: desafios e oportunidades para novas parcerias*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.
- Clapham, Christopher S. 1996. *Africa and the International System: the Politics of State Survival*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cooper, Frederick. 2014. *Africa in the World: Capitalism, Empire, Nation-State*. Cambridge: Harvard University Press.
- Cuco, Arcênio F; Viana, Jefferson P. 2015. “Os modelos de inserção internacional na África e as consequências internas e internacionais de sua aplicação”. *11º Seminário Internacional de Ciência Política – Estado e Democracia em Mudança no Século XXI - UFRGS*, Porto Alegre.

- Dahl, Robert A. 1989. *La Poliarquía: Participación y oposición*. Madri: Tecnos.
- Evans, Martin Marix. 1999. *The Boer War: South Africa 1899-1902*. Oxford: Osprey Publishing..
- Feinstein, Charles H. 2005. *An Economic History of South Africa: Conquest, Discrimination and Development*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fernandes, Fernanda de M. 2015. *No núcleo do átomo: os usos da energia nuclear e a inserção internacional do Brasil (1946-1985)*. 350 p. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília.
- Geldenhuys, Deon. 1948. *The Diplomacy of Isolation: South African Foreign Policy Making*. Joanesburgo: Macmillan South Africa.
- Gilpin, Robert. 2001. *Global Political Economy: Understanding the International Economic Order*. Princeton: Princeton University Press.
- Hagemann, Albrecht. 2001. *Kleine Geschichte Südafrikas*. Munique: Beck.
- Halliday, Fred. 1994. *Rethinking International Relations*. Basingstoke: Macmillan,.
- Hart, Keith; Padayachee, Vishnu. 2013. “A history of South African capitalism in national and global perspective”. *Transformation – Critical Perspectives on Southern Africa*, Number 81/82, p. 55-85.
- Innes, Duncan. 1984. *Anglo American and the Rise of Modern South Africa*. Londres: Heinemann Educational Books.
- Jackson, R. H. 1990. *Quasi-States: Sovereignty, International Relations, and the Third World*. Cambridge: Cambridge University Press..
- Jaster, Robert S. 1989. *The Defense of White Power: South African Foreign Policy under Pressure*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Morgenthau, Hans. 1997. *Politics among Nations: the Struggle for Power and Peace*. 6th ed. Beijing: Peking University Press.
- Muiu, Mueni wa. 2008. *The Pitfalls of Liberal Democracy and Late Nationalism in South Africa*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

- Mungazi, Dickson A. 1998. *The Last Defenders of the Laager: Ian D. Smith and F.W. de Klerk*. Westport: Praeger.
- Munger, Edwin S. 1965. *Notes on the Formation of South African Foreign Policy*. Pasadena: Grant Dahlstrom/The Castle Press..
- Natrass, Nicoli; Seekings, Jeremy. 2010. "The Economy and Poverty in the Twentieth Century in South Africa". *Centre for Social Science Research – Social Surveys Unit*, Working Paper, n. 276.
- Osterhammel, Jürgen. 2010. *Die Verwandlung der Welt: Eine Geschichte des 19. Jahrhunderts*. Munique: Beck.
- Pereira, Analúcia D. 2010. "A África do Sul independente: segregação, *Apartheid* e transição pactuada (1910-1994)". In: Visentini, Paulo G. F.; Pereira, Analúcia D. (Org). *África do Sul: História, Estado e Sociedade*. Brasília: FUNAG/CESUL.
- _____. 2013. "O Atlântico Sul, a África Austral e o Brasil: Cooperação e Desenvolvimento". *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, Porto Alegre, v.2, n.4, p. 33-47.
- Polakow-Suransky, Sasha. 2010. *The Unspoken Alliance: Israel's Secret Relationship with Apartheid South Africa*. Sunnyside: Jacana.
- Roberts, Kenneth E. 1976. *US Defense and the South Atlantic*. Carlisle Barracks, Strategic Studies Institute – US Army War College.
- Shubin, Vladimir. 2008. *The Hot "Cold War": The USSR in Southern Africa*. Londres: Pluto Press..
- Simons, H. J.; Simons, R. E. 1969. *Class and Colour in South Africa 1850-1950*. Harmondsworth: Penguin Books.
- Stander, Simon. 2014. *Why War: Capitalism and the Nation-State*. Nova Iorque: Bloomsbury..
- Stapleton, Timothy J. 2010. *A Military History of South Africa: From the Dutch-Khoi Wars to the End of Apartheid*. Santa Bárbara: Praeger..
- Steward, Dave. *A Brief History of South Africa*. <https://www.youtube.com/watch?v=RhhzVfeqINY>.

RESUMO

Desde a colonização holandesa no Cabo, o espaço sul-africano passou a constituir um efetivo ponto geoestratégico, inicialmente ancorado no mercantilismo da metrópole, e posteriormente, com a chegada britânica, realiza um processo de abertura comercial e de expansiva colonização territorial de europeus e também populações asiáticas afiançadas pelos ingleses. Após duas guerras internas, a África do Sul chega ao início do século XX a um entendimento político, formando a União Sul-Africana, que abre espaço, após a Segunda Guerra Mundial, para a ascensão de um regime nacionalista conservador, responsável pelo recrudescimento da segregação racial já vigente. Reconhecido bastião anticomunista no meridional africano, a África do Sul desenvolve no século XX capacidades militares e uma economia nacional de mercado sem equiparação no continente todo. Enquanto afirma seu projeto nacional, o país encontra-se limitado pelo crescente descrédito da comunidade internacional, que, através da ONU e da OEA, impõe embargos e boicotes ao governo sul-africano.

PALAVRAS-CHAVE

África do Sul; Colonização da África; Formação de Estado; Apartheid.

Recebido em 3 de março de 2018.

Aprovado em 6 de junho de 2018.

DIVERSIDADE CULTURAL NAS DEFINIÇÕES DAS POLÍTICAS DE ENSINO SUPERIOR EM CAMARÕES: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

Hyasinth Ami Nyoh¹

Introdução

O tema da diversidade cultural na educação tem atraído muito interesse de pesquisa com vários pontos focais que formam a base deste artigo. Meier e Hartell (2009, 180) argumentam que para ampliar a diversidade cultural nas instituições educacionais é necessário que os educadores ensinem e orientem estudantes com culturas, línguas e contextos que são desconhecidas para eles. Focando no caso da República da África do Sul, Du Toit (1995) observa que abrir escolas para todas as raças não garante automaticamente entendimento e aceitação entre educadores e estudantes e, até mesmo, entre os próprios estudantes. A afirmação feita aqui é que o fim da segregação *per se* não leva a mudança de atitude dos grupos uns com os outros, de forma previsível e significativa. Na realidade, no contexto da África do Sul, isso elevou as tensões e preconceitos. O'Neill (2009, 81) percebe a educação multicultural como um processo de reforma escolar abrangente da educação básica de todos os estudantes. Ele afirma que educação multicultural desafia e rejeita o racismo e outras formas de segregação nas escolas e na sociedades, reafirmando o pluralismo (étnico, racial, lingüístico, religioso, econômico e de gênero, entre outros) que estudantes, suas comunidades e os professores representam. Van Heerden (1998, 110), em sua pesquisa sobre ensino e aprendizagem em duas escolas dessegregadas de ensino médio na África do Sul, afirma que o processo de dessegregação nessas escolas ocorre

¹ Departamento de História, Universidade de Bamenda, Bamenda, Camarões. E-mail: nyohami@gmail.com

primeiramente por meio de assimilação dos estudantes negros na escola e em sua cultura, o que resulta na manutenção do *status quo*.

Para Burridge e Chodkiewicz (2008), instituições educacionais, incluindo escolas e a academia, deveriam se engajar nos debates sobre representação da diversidade etno-cultural, nacionalismo e identidade. De acordo com eles, instituições de aprendizagem devem ajudar a moldar os discursos a fim de auxiliar as lideranças políticas e da sociedade civil a construir uma sociedade baseada nos princípios de justiça social, equidade e inclusão social (Burridge e Chodkiewicz 2008, 14). Os autores enfatizam que os professores, em particular, precisam focar sua atenção no papel de converter os desafios da diversidade etno-cultural em oportunidade para todas as crianças e jovens. Esses autores concordam no que tange ao multiculturalismo nas políticas educacionais, contudo, expressam sua frustração diante da implementação dessas políticas. É nesse cenário enfatizar que esse artigo busca reavaliar a questão da diversidade cultural no desenho das políticas de educação superior em Camarões. O artigo argumenta que os esforços para fortalecer a educação superior bicultural foram comprometidos por interesses divergentes dos agentes educacionais, além de recursos inadequados.

Diversidade cultural no contexto educacional de Camarões

A política educacional em Camarões, assim como em qualquer parte da África, foi derivada da cultura colonial herdada dos colonizadores. No caso de Camarões, foi desenvolvido um sistema bilíngue a partir do sistema da administração colonial no país, entre 1884 a 1960. É importante notar que o país foi colonizado pelos alemães em 1884, no entanto, em 1916, estes foram expulsos do território no decorrer da Primeira Guerra Mundial por um esforço conjunto franco-britânico. As potências vitoriosas, após falharem em uma administração conjunta de Camarões, optaram pela divisão do território para uma efetiva administração no período da guerra. De acordo com os termos da partilha, o Reino Unido ficou com 1/5 do território, composto por duas descontínuas faixas territoriais de cerca de 90.000 km², enquanto a França ficava com 4/5 do território, correspondente a aproximadamente 400.000 km² (Echu 2004, 21). Os termos da partilha foram acordados nas Resoluções de Paris, quando também foi fundada a Liga das Nações, que recebeu um mandato para supervisionar a administração dos antigos territórios derrotados. Dessa forma, Camarões tornou-se um território sob mandato francês e britânico. As duas partes do território foram administradas a partir da base cultural das autoridades administrativas. No fim da Segunda Guerra

Mundial, o Conselho de Tutela das Nações Unidas assumiu a responsabilidade da Comissão de Mandato. Assim, foi com o suporte do Conselho de Tutela que a independência foi concedida ao Camarões Francês. No caso do Camarões Britânico, a independência foi conseguida por um plebiscito organizado pelas Nações Unidas (ONU) cujo resultado implicava na perda do norte do Camarões Britânico para a Nigéria, enquanto que o sul do Camarões Britânico foi unificado ao Camarões Francês. Desta divisão se originou a República Federativa de Camarões, que adotou uma Constituição bicultural e com status bilíngue.

Este status bilíngue adotado por Camarões na independência se expressa em outros aspectos. No setor educacional, foram adotados dois sub-sistemas nos níveis fundamental e médio (inglês a oeste e francês a leste de Camarões). Para a provisão de um ensino superior adequado às específicas necessidades e realidades dessa nova nação independente, o governo federal estabeleceu um Complexo Universitário, em 1961, conhecido como Instituto Nacional para Estudos Universitários².

As atividades do Instituto começaram em outubro de 1961, com assistência do governo francês. Sua missão era preparar estudantes para graduação em Educação, Direito, Economia e Artes. Concomitantemente foram desenvolvidos programas de treinamento profissional na Escola de Administração, na Escola de Agricultura e na Academia Militar. Em 1962, o Instituto Nacional para Estudos Universitários foi incorporado à Universidade Federal de Camarões, criada para assumir o controle do treinamento dos quadros superiores em Educação, Ciência e Tecnologia (ADEA 1999, 2). A influência da presença francesa no país levou a adoção de um sistema binário de universidades tradicionais e instituições especializadas, conhecido em francês como *grandes écoles*. Esse sistema deveria ser utilizado para os camaroneses falantes de inglês e francês (Ngwana 2001). Essa mistura cultural tornou-se a base dos problemas de diversidade, uma vez que o governo falhou em levar em consideração a conexão entre língua e aprendizagem enquanto implementava uma política bicultural de educação. Como observado nesse artigo, foi o fracasso dessa conexão que deu origem a frustração daqueles que não conseguiram se adaptar ao sistema.

A partir de diretrizes similares foram criados outros estabelecimentos, ligados à Universidade de Yaoundé, entre os quais: o Centro Universitário de Ciências da Saúde (CUSS), em 1967, e o Instituto de Administração (IAE), em 1969; a Escola Superior Internacional de Jornalismo de Yaoundé

² Do inglês, *National Institute for University Studies*; ou, do francês, *Institute National d'Études Universitaires*.

(ESIY), em 1970; o Instituto de Relações Internacionais e a Escola Nacional de Engenharia Avançada (ENSP) em 1971 (ADEA 1999). Ambos, faculdades e instituições especializadas, eram classificadas como universidades bilíngues, o que Marie Torres-Guzmán (2002) chama de bilinguismo individual, que é quando uma instituição oferece aulas em dois idiomas para o mesmo indivíduo. Levando em consideração que existe, em Camarões, uma superioridade demográfica de francófonos, os professores francófonos são a maioria nas instituições de ensino superior. Essa se tornou a primeira barreira para aumentar a diversidade cultural, uma vez que os estudantes advindos de instituições de educação básica anglo-saxônica registraram notas mais baixas e baixos índices de diplomação. Esses alunos culpam a disparidade linguística pelos resultados ruins; começam, então, a pressionar pela reforma do sistema de ensino superior.

Mudanças nas políticas do ensino superior de Camarões

O sistema universitário de Camarões, assim como em outros países africanos, foi confrontado com uma série de demandas políticas desde seu início. Deve ser ressaltado que as políticas de ensino superior foram formuladas, em princípio, para treinar quadros superiores da administração pública que era, e continua sendo, o maior empregador de Camarões. De acordo com Chan et al. (2014, 5), a oferta de educação superior deveria levar em consideração uma vasta variedade de competências e habilidades genéricas que incluem (mas não se limitam) as habilidades em comunicação, resolução de problemas, proatividade, integrar conhecimentos e conceitos, capacidade de trabalhar em equipe e conviver em grupo. Assim, ao elaborar as políticas educacionais de ensino superior em Camarões, os formuladores das políticas não consideraram adequadamente as necessidades de Camarões e dos estudantes camaroneses, em particular (Chan et al. 2014).

A Associação de Faculdades e Universidades Americanas (2012, 11) identificou três habilidades que os estudantes deveriam ter desenvolvido ao completarem a graduação nos Estados Unidos: (1) estar atualizado sobre o conhecimento do mundo natural e social, (2) ser apoderado com eficiência de habilidades intelectuais e práticas, e (3) ser responsável por suas ações pessoais e por valores cívicos. Portanto, os esforços para aumentar a diversidade cultural na política de ensino superior de Camarões não responderam adequadamente às necessidades de educação em massa, cuja excelência poderia transformar os formandos em pessoas responsáveis e cívicas, capacitadas pela aquisição/domínio intelectual e habilidades práticas. A necessidade de

uma educação de massas em Camarões é ilustrada pelo fato de que quando a Universidade Federal de Camarões foi aberta, em 1962, ela admitiu 600 estudantes. Esse quadro se expandiu para 7.000, em 1970, 18.000, em 1984, 32.000, em 1990, 45.000, em 1991, e mais de 50.000 em 1992 (MINESUP 1993). Esse aumento no número de ingressantes prejudicou a excelência, e esforços expansionistas foram adotados para corrigir a situação.

No início do ano acadêmico de 1977/78, a Universidade de Yaoundé compreendia dez unidades organizacionais compostas de: três faculdades, quatro escolas, um centro especializado e dois institutos. Apesar disso, a população estudantil crescia além da capacidade da infraestrutura, capitaneando uma série de dificuldades, entre as quais estava o uso do idioma do país. Para resolver o problema do grande número de estudantes, quatro Centros Universitários foram criados, em 1977, com específicos encargos educacionais: Centro Universitário Buea - para línguas, tradução/interpretação e artes; Centro Universitário Douala - para estudos de administração e treinamento técnico educacional para professores; Centro Universitário Dschang - para ciência agrícola; Centro Universitário Ngaoundere - para ciência e tecnologia de alimentos (ADEA 1999, 5). Infelizmente, esses centros e instituições especializadas não conseguiram resolver o problema de superlotação, considerando que as vagas para entrada eram poucas e competitivas, baseadas nas oportunidades de recrutamento no setor público (Ngwana 2001, 2). No que se refere ao uso da língua, uma política holística para assegurar um ensino efetivo por meio do uso adequado de ambos idiomas oficiais não foi levada em consideração. Embora tenha havido uma evolução positiva na capacitação e treinamento do ensino superior, as políticas negligenciaram o problema da diversidade linguística entre os estudantes. O resultado foi o sentimento de discriminação entre os estudantes que não conseguiam acompanhar as demandas linguísticas.

O problema da proporção estudante-professor e do acúmulo de alunos em sala colocaram em evidência as taxas de aprovação que, em 1992, se situavam em 30%, resultado de salas de aula lotadas e da diversidade linguística. Nesse contexto, a superioridade numérica dos docentes francófonos tornaram as coisas piores para os estudantes anglófonos que estavam condenados à marginalização, ao passo que eram desfavorecidos pelas políticas do indivíduo bilíngue (Echu 2004, 26). De acordo com Tambi (1973) e Njeck (1992), na Universidade de Yaoundé, 80% das aulas eram ministradas em francês enquanto apenas 20% eram em inglês. Diante das disparidades, tornou-se comum aos estudantes anglófonos colocarem a culpa de seus resultados ruins no fato de os professores não possuírem competência linguística para compreender corretamente e corrigir os textos na sua segunda língua

(Tambi 1973, 38; Njeck 1992, 41). Tais conflitos provocaram uma série de greves dos estudantes anglófonos, os quais Konings (2004, 174) denomina “luta nacionalista anglófona”. Essas pressões, somadas às fragilidades do sistema, levaram a uma reforma do sistema universitário de Camarões. Tal reforma criou cinco novas universidades, três das quais foram feitas no bilinguismo individual e as outras duas eram monolíngues.

A diversificação dos modelos universitários

Em resposta às pressões estudantis, consequência das disparidades demográficas e linguísticas no aprendizado, o Estado decidiu reformar, em 1993, as políticas de ensino superior herdadas. Nesse processo, dois tipos de universidades foram estabelecidas: a bilíngue e a monolíngue.

O estabelecimento de universidades bilíngues e as armadilhas da política de emancipação

No contexto da educação superior, o sistema educacional de Camarões adotou uma política bilíngue individual ao invés de uma abordagem que pudesse gerar um interesse nacional em colocar o bilinguismo em prática. Ayafor (2005, 133) argumenta que os dois idiomas tornaram-se oficiais em Camarões como um legado das políticas coloniais consagrado pelos legisladores no período da reunificação, em 1961. Esses idiomas deveriam ser neutros (considerando-se que existia uma multiplicidade de idiomas nativos), portanto, convenientes para o objetivo político de manter ambas as culturas, inglesa e francesa, juntas. Essa visão mostra que a necessidade da integração da nação bicultural por meio do bilinguismo não se destinava a ser uma política linguística educacional. Isso porque os princípios linguísticos parecem ter se concentrado na integridade política da nação com uma insignificante consideração (quase nenhuma) pelas consequências educacionais. Baseado nos objetivos bilíngues dos legisladores nacionais, esforços para manter a unidade na diversidade não receberam nenhuma atenção razoável no setor educacional. Essa visão é enfatizada por Echu (1999) na seguinte citação:

Preferindo assim o francês ou o inglês, as autoridades camaronesas foram, com certeza, influenciadas pelos mesmos critérios que motivaram a escolha das duas línguas no dia seguinte a independência: resolver o problema do plurilinguismo existente no país, preservar a

unidade nacional em uma federação ainda frágil, continuar a política colonial na questão de política linguística.³

Assim, a alta concentração nas políticas de integração em Camarões expôs a liderança política ao risco de estabelecer políticas linguísticas imaturas na academia, que não estava apoiada em um corpo docente balanceado, como descrito por Ngwana (2001, 3):

Bilinguismo como uma política linguística na universidade não foi efetiva, pelo fato de que o ensino era oferecido predominantemente em francês, desse modo, criando uma situação de desbalanceamento entre os dois idiomas. Os estudantes falantes de inglês cada vez mais se sentem marginalizados, por causa dessa situação, eles também tem o índice mais alto de reprovação nas avaliações.⁴

A manutenção da política do bilinguismo individual resultou no fato de que os professores francófonos detinham a maior parte das aulas devido a sua superioridade numérica. Tendo em vista que a formação no ensino médio dos próprios professores foi dentro do subsistema francês, muitos deles não conseguiam nem dar aulas nem avaliar em inglês. Logo, aqueles estudantes que se formaram no subsistema inglês de educação possuem baixos índices de aprovação e, conseqüentemente, acabam desistindo. O problema da dominância da língua francesa é agravado ainda pela instalação de bibliotecas. Com aproximadamente 80% dos professores francófonos, podemos presumir uma porcentagem parecida para os documentos em francês nas bibliotecas universitárias. Sendo assim, os esforços para resolver os problemas de diversidade cultural por meio do estabelecimento de estruturas bilíngues no ensino superior falharam em responder efetivamente às necessidades educacionais.

De acordo com Langner e Imbach (2000), existem dois princípios que são imperativos no estabelecimento de universidades bilíngues, que são:

3 Tradução nossa. "En préférant ainsi le français et l'anglais, les autorités camerounaises ont été sûrement influencées par les mêmes critères ayant motivé le choix des deux langues au lendemain des indépendances: résoudre le problème de plurilinguisme existant dans le pays, préserver l'unité nationale dans une nouvelle fédération encore fragile, continuer la politique coloniale en matière de politique linguistique."

4 Tradução nossa. "Bilingualism as a language policy in the university was not effective since teaching was carried out predominantly in French thereby creating a situation of imbalance between the two languages. The English-speaking students increasingly felt marginalised because this situation also caused them to register very high rates of failure in examinations."

(a) a sensibilidade em relação a situação cultural e linguística da região, e (b) o desenvolvimento de um conceito de bilinguismo. Para esses autores, o primeiro princípio garante que a apropriação linguística e o balanceamento cultural sejam mantidos e promovam a participação das minorias linguísticas (onde aplicável). O segundo princípio garante que todos os estudantes sejam capazes de aprender (Langner & Imbach 2000, 467). Esses princípios básicos foram frustrados pela política de educação massiva, de acordo com a qual todos os estudantes que tivessem completado o ensino médio estariam qualificados para estudar nas universidades. O resultado foram salas superlotadas de alunos, o que dificultava a concentração dos estudantes, que ainda precisavam lidar com a diversidade linguística.

Com efeito, não havia definição política que pudesse guiar o ensino para a aplicação de princípios de integração linguística e assim os professores ensinavam e avaliavam no seu idioma de formação. Esse foi o fracasso da política bilíngue que pretendia promover a “unidade na diversidade”, mas inspirou o que Echu e Konings descreveram como nacionalismo anglófono, caracterizado pela luta por igualdade nas oportunidades de aprendizagem (Echu 2004, 2). Infelizmente, a incapacidade da administração pública de intervir na situação devido à falta de servidores capacitados, instigou um descontentamento entre os camaroneses anglófonos, que se sentiam abandonados pelo *status quo*, gerando a greves. No percurso dessas greves, o ambiente acadêmico tornou-se inseguro, demonstrado pelo medo de estudantes e servidores administrativos, o que resultou na ocupação do campus universitário pelas forças de segurança em 1983, 1991, 1992 e 1993. Dadas as circunstâncias, o status bilíngue do país e seu sistema acadêmico, que deveriam promover um sentimento nacional mais amplo e estimular a responsabilidade cívica entre os estudantes, acabaram tornando-se a base para uma identidade de grupo que desafiava o *status quo*, resultando em interrupções de programas acadêmicos.

O surgimento de identidades de grupos reflete o argumento de Echu (2004, 25) de que “Os anglófonos se mantiveram ciumentos quanto a manutenção de seu território geográfico no Estado de Camarões”⁵. Para isso, eles tentaram manter os aspectos culturais do legado colonial, como o idioma inglês e o estilo anglo-saxão de educação. Nesse contexto de dominação do idioma francês, os anglófonos reivindicavam um sistema educacional anglo-saxão no ensino superior, como havia no ensino fundamental e médio, o que eles acreditavam que garantiria oportunidades para seus descendentes. Seu

5 Tradução nossa. “The Anglophones have remained very jealous about maintaining their geographical territory within the Cameroon state”.

argumento não era de julgamento, mas baseado na constituição de 1961, que no artigo 1, parágrafo 2, estabelece provisões para inglês e francês serem línguas oficiais de Camarões, com status igual, o que foi reiterado pelo artigo 1, parágrafo 3 da constituição de Camarões de 18 de janeiro de 1996. Essas reivindicações junto de outras exigências não-linguísticas (como o problema da superlotação, definição da carreiras dos professores e a reformulação dos objetivos do ensino superior) resultaram no estabelecimento de universidades monolingüísticas de fato, em 1993.

O estabelecimento de universidade monolingüísticas e as decorrentes dificuldades políticas

As reformas de 1993, distante de reorganizar o sistema universitário de Camarões, resultaram no surgimento de cinco centros universitários que permitiriam a criação de duas universidades monolíngues, que eram as universidades de Buea e a de Ngaoundere, anglófona e francófona, respectivamente. O decreto presidencial Nffl 2010/371, de 14 de dezembro de 2010, tornou o Centro Universitário Bambili, que naquele momento se tornava a Faculdade de Treinamento para Professores de Ensino Superior (HTTC)⁶ em uma Faculdade Superior de Formação de Professores Técnicos (HTTTC)⁷ a uma universidade de tradição anglo-saxônica. Essas mudanças levaram ao incremento nas taxas de aprovação dos alunos. De acordo com Ngwana (2001), o surgimento de universidades monolíngue realmente auxiliou no aumento das taxas de aprovação nas universidades do país. As taxas de aprovação que em 1992 estavam em 30% na então Universidade de Yaoundé; observou-se um incremento generalizado em 1995/96, no qual a Universidade de Buea, tinha 70% de aprovados, a Universidade de Dschang, 48% e a Universidade de Yaounde, 48%. Dessa maneira, as reformas realmente elevaram as taxas de aprovação (Ngwana 2001, 5). Ainda que a reforma fosse bem sucedida no aumento das taxas de aprovação, ela reprimiu a conquista da unidade na diversidade, à medida que os estudantes das instituições monolíngues permaneceram desconectados de seus compatriotas.

Esse aumento nas taxas de aprovação universitária, no entanto, não se traduziram no aumento dos índices de sucesso pós-universidade, considerando que as instituições profissionais eram, até aquele momento, o meio de acesso para o serviço público, que tinha o idioma francês como predominante. Além da predominância de funcionários públicos francófonos, o

6 Do inglês, *Higher Teacher Training College*.

7 Do inglês, *Higher Technical Teacher Training College*.

acesso para os exames de admissão era um grande problema, uma vez que as instituições, como a Escola Normal de Ensino Técnico Douala (ENSET)⁸ e a Faculdade Nacional de Engenharia Avançada, eram frequentemente em francês. Até então, a política de introduzir universidades monolíngues não estabeleceu nenhum incremento efetivo na política de diversidade cultural. É importante ressaltar aqui que os estudantes buscam a escola, primeiramente, guiados por sua necessidade de conseguirem melhores empregos, para ganharem um bom salário e para se prepararem para a graduação ou colégios técnicos (Chan et al. 2004, 8).

A implementação de universidade monolíngue que, além das habilidades tradicionais também eram sede para as instituições de administração pública, apresentavam diversas imperfeições. Isso se deve primeiramente, por causa do ensino público das escolas era esperado que recebessem estudantes de qualquer tipo de histórico escolar do ensino médio. Consequentemente, a necessidade de conseguir empregos após a graduação estimulou os estudantes a buscarem admissão nas instituições com políticas linguísticas diferentes. Onde isso ocorreu, os estudantes em questão sofreram com as consequências das diferenças linguísticas discutidas acima. Como exposto por Du Plooy & Swanepoe (1997, 143): “O estudante que tenha o idioma materno diferente do idioma dominante no colégio, é frequentemente levado a acreditar que seu idioma é de segunda classe. Isso leva a uma baixa auto-estima entre os estudantes”. Essa baixa auto-confiança é facilmente traduzida em baixo desempenho na aprendizagem.

O objetivo da reforma de 1993 foi a necessidade de: oferecer universidades mais acadêmicas e com autonomia de gestão por meio de fornecimento de infraestrutura e financiamento básico; prover meios propícios para direcionar o ensino e a pesquisa através de ambiente acolhedor para os professores ensinarem e pesquisarem; e restaurar, bem como, maximizar a cooperação internacional e entre universidades (ADEA 1999, 9). Esses objetivos eram, por outro lado, desafiados pelo estabelecimento de instituições monolíngues em duas circunstâncias. A primeira, a introdução de universidades com autonomia pavimentou o caminho para a privatização do sistema universitário. A segunda, o ensino e a pesquisa tornaram-se bastante complexos, ao passo que os jovens pesquisadores que emergiram das universidades monolíngues tiveram dificuldades de aproveitar a infraestrutura para pesquisa fora de seu idioma de treinamento universitário. Isso não encorajou a cooperação entre universidades com diferentes sistemas institucionais e políticas linguísticas, mas dentro de um mesmo território que também sofriam com os recursos limitados concedidos pelos atores políticos.

8 Do francês, *Ecole Normale d'Enseignement Technique*.

Outro flagelo ao sistema monolíngue era a qualidade do ensino. Como já mencionado, uma das falhas no ensino superior de Camarões antes de 1993 era o desequilíbrio na oferta de aulas entre anglófonos e francófonos, resultado principalmente de diferenças demográficas. Isso ocasionava problemas de desistência, especialmente entre os anglófonos. A criação de universidades monolíngues, com ênfase nas universidades anglo-saxônicas, exacerbaram esse problema, uma vez que os professores francófonos ainda eram recrutados para ensinar nessas universidades, mas deveriam lecionar em inglês. No caso da Universidade de Bamenda, cuja criação coincidiu com o recrutamento em massa para o serviço público, cerca de cem dos mil professores recrutados na “operação 25000” de servidores públicos, em 2011, eram postos na Universidade Anglo-Saxônica de Bamenda. Surpreendentemente, mais de 60% desses jovens recrutados eram francófonos e eram obrigados a dar aulas em inglês, idioma que grande parte deles não dominava. Dessa forma, as estratégias políticas de forjar o biculturalismo, capitanearam dificuldades nos resultados da aprendizagem, uma vez que os professores não podiam auxiliar os estudantes com as necessidades linguísticas. Ademais, existem alunos que empregam, o que Meier e Hartell (2009, 189) chamam de mistura linguística (mudança de código), que é uma situação na qual o falante usa um idioma, mas no meio de uma frase muda de idioma; professores também têm esse tipo de problema. Essa complexa situação no emprego do idioma para estabelecer a comunicação no âmbito universitário e com o biculturalismo nas definições de políticas públicas de ensino superior de Camarões, deixaram a desejar nos resultados.

A fragilidade linguística por parte dos novos funcionários recrutados obrigam alguns deles a adotarem estratégias de cópia, para isso, eles preparam notas de aula que são ditadas aos estudantes. Esse método de ensino não estabelece contato próximo entre estudantes e professores o que, de acordo com Graham Gibbs, é a principal dimensão para um aprendizado de alta qualidade. Consequentemente, o engajamento cognitivo dos acadêmicos que, de acordo com o Relatório do Fórum Nacional Anual de Estudantes, de 2010, requer que “os professores sejam treinados, apoiados e incentivados a ensinarem bem, e sejam capazes de inspirar e desafiar os alunos” não foi alcançado (Business, Innovation and Skills, 27)⁹. Nesse sentido o objetivo de ensino não foi completamente alcançado pelos professores, pelo fato de eles terem sido privados de adquirir e de desejar conhecer, devido às barreiras linguísticas.

9 Tradução nossa. “lecturers are trained, supported and incentivised to teach well and be able to inspire and challenge”.

Em relação ao exposto acima, educação de qualidade, que Hawes e Stephens (1990, 11) definem como um processo que requer “eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos; relevância para o ser humano e suas necessidades; e condições para o desenvolvimento, algo relacionado à busca por excelência e aperfeiçoamento humano”¹⁰ que para Bandary (2005, 85) enfatiza um leque de elementos incluindo: o nível de empreendimento do estudante; a habilidade e qualificação dos servidores; a eficiência dos professores; a relevância dos programas para as necessidades dos estudantes e da nação em uma economia de conhecimento emergente global; entre outros, não foram atendidos. Nessa busca por excelência, a educação necessita de comunicação expressa pelo uso apropriado e compreensível do idioma por ambos, alunos e instrutores. A política de capacitação, bem como o recrutamento da equipe em um contexto monolíngüístico, apenas para satisfazer uma política de Estado bilíngue nas universidades anglo-saxônicas de Buea e Bamenda, ameaçam a qualidade do aprendizado e seus resultados. Disso deriva a necessidade de contato adequado que pudesse direcionar os professores para serem mediadores para construção do conhecimento ao invés de serem transmissores de conhecimento. De acordo com Ombe et al. (2009, 93), “Isso permite que os professores se tornem agentes de fomento do desenvolvimento de habilidades sociais e criem um ambiente de aprendizagem que irá encorajar os jovens a conviverem e se tornarem cidadãos responsáveis”¹¹.

Conclusão

Na independência de Camarões, o país abrangia uma diversidade cultural em seu sistema educacional que permanece como uma das áreas com frequente necessidade de reforma. No ensino superior, o país acreditava que a inclusão cultural, ao menos no setor educacional, seria a solução para todos os problemas na união das duas culturas linguísticas. Contudo, considerando o desequilíbrio demográfico entre as duas culturas e o fato de que os níveis fundamental e médio do sistema educacional eram fragmentados em dois subsistemas, o inglês e o francês, os esforços quase insignificantes

¹⁰ Tradução nossa. “efficiency in meeting the set goals, relevance to human and developmental needs and conditions, something more in relation to the pursuit of excellence and human betterment”.

¹¹ Tradução nossa. “This may enable teachers to become agents for fostering the development of social skills and creating a learning environment that will encourage young people to live together and to become responsible citizens.”.

para garantir o ensino nos dois idiomas em todas as instituições de ensino superior do país tornou o idioma uma barreira no aprendizado inclusivo do ensino acadêmico.

Camaroneses anglófonos que são em menor número na população, sofriam com as falhas na implementação dessas políticas públicas, uma vez que poucos deles eram qualificados para ensinar em instituições de nível superior. A consequência disso era uma baixíssima taxa de aprovação dos camaroneses anglófonos, que recebiam a maior parte de suas aulas em francês e tinham professores francófonos com pouco domínio do inglês. Essas circunstâncias provocaram o surgimento de demandas por instituições monolíngues.

Independente do fato de que, uma vez estabelecidas essas instituições, houve uma desconexão da inclusão cultural, elas também serviram como caminho para enfatizar as diferenças coloniais, o que minou os anseios de integração dos atores políticos. Embora essas barreiras linguísticas não tenham sido enfatizadas em universidades monolíngues como a de Ngoundere, com o francês como língua de trabalho, a atenção às instituições de estilo anglo-saxão cresciam, desde a admissão até as políticas de ensino e aprendizagem. Essa ênfase geralmente resultou em taxas de sucesso aumentadas, com pouca influência no sucesso após a escola, considerando que as oportunidades de emprego no território são em grande parte em língua francesa. Além disso, o sistema de admissão nas instituições anglo-saxônicas contradizia a política nacional de educação de massa e geralmente frustrava os graduados das escolas secundárias, que não conseguiam admissão em um sistema superior, como resultado de notas baixas. Consequentemente, o fracasso da inclusão cultural na definição da política de ensino superior tem beneficiado os anglófonos camaroneses, cujos esforços para evitar barreiras linguísticas na verdade reduziram as oportunidades no ensino superior de alunos formados nos sistemas educacionais anglófonos. Mesmo onde isso era possível e com o aumento das taxas de sucesso acadêmico que os beneficiavam, as barreiras linguísticas às quais eles eram submetidos nas instituições monolíngues diminuía a taxa de sucesso na graduação, resultando em grande parte na condenação de marginalização.

REFERÊNCIAS

- ADEA. 1999. *Reforming a National System of Higher Education: The Case of Cameroon*. Washington D.C: ADEA Working Group on Higher Education.
- Association of American Colleges and Universities. 2012. *A crucial moment: college learning and democracy's future*. Washington, D.C.: Report of the National Task Force on Civic Learning and Democratic Engagement.
- Ayafor, I. M. 2005. "Official Bilingualism in Cameroon: Instrumental or Integrative Policy?" In *Proceedings of the 4th International Symposium on Bilingualism*, Edited by James Cohen, Kara T. McAlister, Kellie Rolstad, & Jeff MacSwan 123-142. Somerville MA: Cascadilla Press.
- Bandary, M. S. 2005. "Meeting the Challenges: The Development of Quality Assurance in Oman's Colleges of Education", *Higher Education*, Vol. 50, 181-195.
- Burridge, Nina & Chodkiewicz, Andrew. 2008. *Representations of cultural diversity in school and community settings*. Sydney: Centre for Research in Learning and Change, University of Technology.
- Business, Innovation and Skills. "Higher Education: Students at the Heart of the System". <http://www.bis.gov.uk>.
- Chan, R. Y. et al. 2014. "What is the purpose of higher education?: A comparison of institutional and student perspectives on the goals and purposes of completing a bachelor's degree in the 21st century", *Paper presented at the Annual American Education Research Association (AERA) conference*. Philadelphia: PA.
- Du Plooy, J. & Swanepoel, Z. 1997. "Multicultural education: problems faced by minority groups in schools." *Acta Academica*, 29 no 3, 129-153.
- Du Toit, P. J. 1995. "Interpersonal relationships of black pupils in multicultural schools in the RSA: problems and guidelines". *South African Journal of Education*, 15, 212-217.
- Echu, G. 1999. "Le Bilinguisme Officiel au Cameroun: Critiques et Perspectives." In *Official Bilingualism and Linguistic Communication in Cameroon*, edited by Echu, G. & Grundstrom, A.W., 189-201. New York: Peter Lang.

- _____. 2004. "The Language Question in Cameroon". http://www.linguistik-online.com/18_04/echu.html.
- Hawes, H. & Stephens, D. 1990. *Questions of Quality: Primary Education and Development*. Essex, England: Longman.
- Konings, P. 2004. "Anglophone University Students and Anglophone Nationalist struggle in Cameroon." In *Vanguard Or Vandals: Youth, Politics And Conflict In Africa (African Dynamics)* edited by J. Abbink & I. V. Kessel, 161-188. Brill Academic Publisher.
- Langner, Michel & Imbach, Ruedi. 2000. "The University of Freiburg: A model for a bilingual university". *Higher Education in Europe* XXV no 4, 461-468.
- Marnie O'Neill. 2009. "Forty years on: education for a culturally diverse Australia" *SA-eDUC JOURNAL* 6 no 2: 81-99.
- Meier C. & Hartell, C. 2009. "Handling cultural diversity in education in South Africa", *SA-eDUC JOURNAL* 6 no 2: 180-192.
- MINESUP (Ministère de l'Enseignement Supérieur). 1993. *La Réforme universitaire au Cameroun*. Yaounde, Cameroon: CEPER.
- Ngwana, T. A. 2001. *The Implementation of the 1993 Higher Education Reforms in Cameroon: Issues and Promises*. Lincolnshire & Humberside: University of Lincolnshire & Humberside Press.
- Njeck, A. F. 1992. *Official Bilingualism in the University of Yaounde: Some Educational and Social Issues*. Maîtrise Dissertation, Université de Yaoundé.
- Ombe, Z. A. et al. 2009. "Innovation in Teacher Training in Sub-Saharan Africa" In, *Revitalizing Higher Education in Sub-Saharan Africa*. Edited by United Nations University, 91-103. Tokyo: United Nations University.
- Tambi, J. 1973. *Received Language Bilingualism in Cameroon: A Study of Functions and Attitudes*, DES Thesis, Université de Yaoundé.
- Torres-Guzmán, Marie E. 2002. Dual language programs: Key features and results Directions in Language and Education.
- Van Heerden, M.E. 1998. *What's happening in practice? A comparative study of teaching and learning in two desegregated South African public high schools*. Pretoria: University of South Africa.

RESUMO

A República de Camarões além de ter sua própria identidade multiétnica, herdou duas identidades do período colonial, a inglesa e a francesa, que se estabeleceram por meio da ensino formal durante a administração britânica e francesa. Após a independência, o país adotou na educação básica¹² uma política educacional bilíngüe com dois subsistemas, inglês e francês, respectivamente. No nível superior, a primeira universidade pública era bilíngüe, baseada na natureza bi-cultura do país. Este artigo investiga como se dá a implementação das políticas públicas de diversidade cultural desenhadas para o ensino superior. O trabalho examina as bases, práticas e armadilhas na consideração da diversidade cultural no desenho das políticas de ensino superior em Camarões. Argumenta-se, baseado na prática em universidades estatais, que os esforços de introduzir e implementar políticas biculturais inclusivas no ensino superior foram um desastre devido a variedade de demandas exigidas pela diversidade. Utilizando uma abordagem integrada para atrelar questões inter-relacionadas, o artigo concluiu que apesar da vontade de parte do governo em garantir um sistema bilíngüe inclusivo no ensino superior, o que aconteceu foi um exclusivismo, que variou de política para a prática e os resultados.

PALAVRAS-CHAVE

Diversidade cultural; ingleses e franceses; política; bilíngüe.

*Recebido em 27 de abril de 2018.
Aprovado em 23 de junho de 2018.*

Traduzido por Caroline Chagas de Assis.

¹² Nota de tradução: no texto original está “primary and secondary levels” que seriam, no Brasil, ensino fundamental e ensino médio, que compreendem a educação básica. Porém no Camarões, o sistema educacional estaria dividido em “primary level” de seis anos, “middle level” de cinco anos e “secondary level” de dois anos. Fonte: <https://www.cameroonweb.com/CameroonHomePage/education/>. Acesso em 10 jun 2018.

RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO EM MOÇAMBIQUE¹

Hélder Pires Amâncio²
Vera Fátima Gasparetto³

Introdução

Este trabalho visa reflectir criticamente sobre a relação entre a pesquisa em educação e o desenvolvimento sócio-económico a partir de Moçambique. Para tanto, gostaríamos de retomar uma questão colocada pelo biólogo chileno Humberto Maturana (2002, 11) em seu livro *Emoções e Linguagem na Educação e na Política*: “a educação atual serve ao Chile e à sua juventude?”. Esta pergunta assemelha-se àquelas colocadas pelos filósofos moçambicanos José Castiano (2005), que ao reflectir sobre *As Transformações no Sistema de Educação em Moçambique* pergunta: “Educar para quê?” e por Severino Ngoenha (2000, 199), que ao discutir sobre o *Estatuto e Axiologia da Educação* em Moçambique, questiona: “Que educação para que Moçambique?”

Portanto, assim como Ngoenha (2000), Maturana (2002) e Castiano (2005) nos perguntamos também: a educação atual serve a Moçambique e à juventude? Para que serve a educação em Moçambique? De que tipo de educação Moçambique precisa? O que queremos da educação? O que é e para que queremos educar? Que país queremos? Como se pode imaginar, essas

¹ Este artigo foi apresentado oralmente no I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação: “A pesquisa educacional e as interfaces com o desenvolvimento sócio-económico”, no Eixo temático – Epistemologia e fundamentos da Educação, na Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), nos dias 7 e 8 de Novembro de 2017, em Maputo – Moçambique.

² Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil. E-mail: hpamancio@gmail.com.

³ Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil. E-mail: gasparettovera@yahoo.com.br.

questões não são de fácil e simples resposta, a complexidade delas demanda pesquisa no campo da educação no país. É, portanto, sobre este elemento, a “investigação” ou a “pesquisa” em educação, que iremos nos deter aqui nas páginas que se seguem, buscando discutir as (im)possibilidades de sua relação com o desenvolvimento sócio-económico, outro conceito complexo e de difícil trato pela multiplicidade de compreensões e controvérsias em torno dele.

Estabelecer a relação entre a pesquisa em educação e o desenvolvimento sócio-económico de Moçambique implica pesquisar sobre a própria pesquisa em educação – O que ela é? Como fazer tal investigação? Como abordar esse objecto de estudo que denominamos educação? E igualmente questionar o que significa o desenvolvimento sócio-económico no contexto de Moçambique. Para o efeito, tivemos de recorrer a algumas das literaturas existentes sobre a educação em Moçambique. Um aspecto a não ignorar, e que julgamos importante neste processo de pesquisar sobre a investigação em educação nesse contexto, é a história⁴, bem como a trajectória da educação no país. Estes, são, do nosso ponto de vista, fundamentais para entender como a pesquisa em educação pode contribuir para desenvolvimento sócio-económico de Moçambique hoje. Assim, como Humberto Maturana, pensamos que:

...não se pode refletir sobre a educação sem antes, ou simultaneamente, refletir sobre essa coisa tão fundamental no viver cotidiano que é o projeto de país no qual estão inseridas nossas reflexões sobre a educação (Maturana 2002, 12).

Desta forma, a pergunta que se coloca é: que projecto de país temos? Ou melhor, como coloca Maturana (2002, 12), “temos um projeto de país?” Se é que temos um projecto de país não nos parece muito explícito. Do ponto de vista do discurso, o objetivo é desenvolver Moçambique e erradicar a pobreza absoluta, mas, do ponto de vista dos recursos financeiros e humanos e da prática cotidiana de gestão governamental, há uma dificuldade de resposta institucional efectiva a esses desafios.

Para a realização desse artigo, utilizamos como método de trabalho a pesquisa bibliográfica sobre educação em Moçambique, a troca de ideia e conversas, o compartilhamento de textos e percepções das realidades dos países em que vivemos. A escrita foi realizada na plataforma coletiva *google*

4 A história como argumenta Miguel Buendía Gómez (1999, 15), pode ajudar a compreender o porquê do *novo* presente.

docs, o que permitiu observar o processo de construção do texto em tempo real. A construção wiki e de hipertextos em dois tipos diferentes de português foi um desafio que certamente está expresso no resultado da escrita.

Sendo a educação uma das prioridades de governação da Frelimo desde 1975 e encarada formalmente pelo governo moçambicano “como um direito humano e um instrumento chave para a consolidação da paz, da unidade nacional e para o desenvolvimento económico, social e político do país através da formação de cidadãos com elevada auto-estima e espírito patriótico”⁵ (Plano Estratégico da Educação 2012, 11), ela “precisa de ser pensada na sua globalidade e no quadro das condições concretas, com vista a identificar os momentos disfuncionais do atual sistema, em relação à realidade e ao tecido social” (Ngoenha 2000, 199). Para isso, a pesquisa em educação é fundamental.

Entretanto, para repensar a questão, precisamos reconstruir a história da educação em Moçambique, especialmente, nos períodos pouco analisados e invisibilizados, mas, sobretudo, é necessário “buscar as bases teóricas para projectarmos nesta área, um futuro que supere o projecto de educação do tempo colonial e do tempo da construção do socialismo, cujos substractos, apesar de algumas reformas institucionais pontuais e cosméticas, continua a reger o conjunto do nosso sistema educativo” (Ngoenha 2000, 200).

Tomar em consideração a dimensão histórica significa olhar para as múltiplas realidades nas quais a educação se inscreve (culturais, económicas e políticas⁶) e, portanto, não vê-la como um objecto de estudo fechado em si mesmo, pois o campo educativo é estruturalmente condicionado por estas dimensões que, sem a constituírem completamente, a influenciam (Ngoenha 2000, 200).

Nosso argumento neste trabalho parte do pressuposto de que, se o desenvolvimento sócio-económico significa a melhoria das condições de vida das pessoas (Ngoenha 2000, 203), então a pesquisa em educação, entendida enquanto produção social influenciada pelas condições sócio-históricas e renovadora destas últimas, é chamada a contribuir para a transformação e melhoria das mesmas (Goergen 1998, 5).

5 É curioso e nos chama a atenção o facto de não se fazer referência à ideia de uma educação libertadora, que, como bem caracteriza Fiori (1967, 11), “é incompatível com uma pedagogia que, de maneira consciente ou mistificada, tem sido prática de dominação”.

6 De acordo com Ngoenha (2000:200) a dimensão cultural do fenómeno educativo ocupa o primeiro lugar, na medida em que tem o seu substracto nos valores e normas socialmente instituídas, ou seja, todo o projecto de educação é dependente do projecto de sociedade em que está inserida. Em segundo lugar, a dimensão económica, uma vez que a “quantidade e a qualidade das estruturas educativas dependem muito do capital financeiro que o Estado e as populações são capazes de investir nesse domínio” e, em terceiro, a dimensão política da educação da qual depende a organização institucional do campo educativo.

Ngoenha (2000) vê nos últimos 80 anos da história da educação em Moçambique variados objetivos, sistemas de ensino e métodos pedagógicos. O sistema de educação oficial voltado para a elite portuguesa, escolas indígenas voltadas para aqueles que contribuíram na legitimação do regime, sistemas cristãos com posicionamentos contrários e favoráveis ao regime, sistemas marxistas voltados para formação do homem novo, sistemas liberais impostos pelo Banco Mundial voltados para formação ideológica capitalista, sistemas privados voltados para a formação da burguesia, entre outros.

No período pós-independência, houve uma mudança curricular e aumentou o número de crianças com acesso às escolas, ainda que a estrutura fosse a mesma em termos de salas de aula e docentes (Ngoenha 2000). A partir de 1986, sob as determinações do Banco Mundial que financia o Ministério da Educação (MINED), reestrutura-se o sistema que passa a viver ambiguidades entre a política de educação que precisa equacionar o local/regional e as políticas mundiais, impostas pelos programas de ajustes estruturais.

Muitos especialistas e movimentos sociais denunciam as consequências dos programas estruturais e seus modelos de desenvolvimento bem como suas implicações para o empobrecimento dos chamados países do terceiro mundo. Os valores da educação moçambicana têm resultado das determinações dessas instituições sem grandes questionamentos (Ngoenha 2000). Resultado disso é que:

Moçambique forma nas nossas universidades agrónomos que não fazem trabalho de campo – que vão sendo ocupados por Boers – no entanto ocupam lugares nos escritórios; os nossos arquitectos não melhoram as condições de habitação dos moçambicanos que vivem em condições desumanas, mas fazem uma arquitectura estética [...]; ensina-se um Direito português – ainda por cima antiquado – que não tem nada a ver como as populações vivem e compreendem a sua vida colectiva; introduzem-se cursos de informática de gestão, uma medicina que integra muito pouco o saber médico tradicional – muito apreciado nas universidades europeias, as investigações em ciências sociais respondem mais aos imperativos do mundo ocidental que às necessidades reais do povo que, supostamente, deveriam servir com os seus estudos e trabalhos, etc. Para quê e para quem servem as escolas, os liceus e as universidades? (Ngoenha 2000, 29-30).

No Programa do Governo de 1995/1999 para o sector da Educação são evidenciadas as intenções do estado moçambicano para “garantia da Paz, estabilidade e unidade nacionais, na redução dos níveis de pobreza absoluta, visando a sua erradicação a médio prazo e na melhoria de vida do povo, com incidência na educação, saúde, desenvolvimento rural e emprego” (MINED 1995, 11), funda-

mentais para reactivação da actividade económica e social que poderão eliminar a pobreza e promover o desenvolvimento económico e humano.

A concepção de desenvolvimento defendida no documento é baseada no conhecimento e aplicação da ciência e da tecnologia em que a pesquisa científica é um instrumento fundamental para a descoberta das tecnologias mais adequadas a Moçambique. Enumera, ainda, as medidas necessárias para alcançar esses pressupostos (MINED 1995, 11-12), como promover a capacidade de pesquisa (com recursos humanos necessários e instituições voltadas para a pesquisa e para o desenvolvimento); incentivar a investigação científica e aplicar os seus resultados nas áreas prioritárias do desenvolvimento económico e social; promover o intercâmbio entre diferentes setores, trazendo à tona o debate sobre ciência, tecnologia e desenvolvimento; fazer relações de cooperação com instituições regionais e internacionais de ciência e tecnologia, além de coordenar as políticas governamentais a nível regional e internacional.

No prefácio do Plano Estratégico da Educação (PEE) (MINED 2012, 13) é apontada a educação como de fundamental importância para o retorno sócio-económico de indivíduos, família e nação, tendo sido prioridade nas agendas políticas de desenvolvimento nacional e internacional: “A Educação é, por excelência, um instrumento crucial para o combate à pobreza, uma vida mais saudável, para sustentar o crescimento económico, bem como para reforçar a democracia e a participação de todos os cidadãos nas agendas nacionais”.

Anuncia o PEE (MINED 2012) que a melhoria da qualidade da educação para o processo de ensino-aprendizagem terá como prioridade “uma maior integração dos estudantes no processo académico, o que inclui as actividades de ensino, pesquisa e extensão”, seguida da consolidação das reformas propostas no Plano Estratégico para o Ensino Superior 2000-2010, com ênfase na efetivação do Quadro Nacional de Qualificações Académicas do Ensino Superior. Também inclui a capacidade institucional (condições físicas e novas tecnologias), a qualidade da formação dos docentes (estabelecendo parcerias e programas de investigação e de intercâmbio de docentes). Entre as medidas, está a promoção nas IESs de uma cultura de pesquisa com relevância local, nacional e internacional.

Para Cruz e Silva (2015), a problemática da educação tem um papel prioritário para o desenvolvimento em África, ancorada nas reflexões de Amílcar Cabral, para quem a libertação é um ato cultural que necessita de conhecimento da realidade concreta e a educação e a ciência são processos privilegiados para o desenvolvimento dos povos. Lembra, também, do pensamento de Aquino de Bragança, que questionava frequentemente o papel das ciências e dos cientistas sociais e defende uma produção teórica que não seja “extrovertida”, “pois

a ciência e o conhecimento precisam estar refletidos nas políticas públicas” (Cruz e Silva 2015, 269), contrapondo a ideia de uma ciência “extravertida”, que produz virada para o exterior, preocupada em agradar aos centros hegemônicos de produção de conhecimento (Hountonji 2008).

Ao analisar brevemente a situação da pesquisa em Ciências Sociais em Moçambique, Cruz e Silva (2015) nos oferece algumas pistas para pensar o conjunto da pesquisa, que é um pilar para pensar o sistema educacional. Ela percebe que, durante o sistema colonial português, as pesquisas eram constrangidas por interesses do regime e a maior parte eram realizadas na universidade. No período pós-independência, foi criada apenas uma universidade, sendo criadas somente em 1985/86 duas novas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas.

Na década de 1980/90, paradoxalmente, à medida que o país se abriu à democracia, alguns grupos sociais, nomeadamente as mulheres, foram excluídos do acesso às IES, sendo estas marcadas por interesses empresariais, que expandiram o ensino superior com a aprovação da Lei 1/93 (Cruz e Silva 2015). Esse processo resultou das imposições neoliberais que levaram à privatização do Estado Moçambicano:

Nessa linha de desenvolvimento, a educação foi severamente afectada e as universidades ficaram reféns das agências financiadoras internacionais. Assiste-se então a privatização acelerada da educação e ao deslocamento de recursos das instituições públicas para a esfera do direito privado (Cruz e Silva 2015, 270).

Essas reformas, exigidas pelas agências do *Bretton Woods*, refletiram diretamente em todos os âmbitos da educação e, no ensino superior em Moçambique, ficou evidenciada a redução de recursos públicos que impactou a relação entre ensino e pesquisa, a expansão quantitativa das IES (em detrimento do qualitativo), os problemas de infra-estrutura, a imposição de mudanças curriculares distantes das realidades locais, a ausência da comunidade acadêmica nos processos de mudanças (Cruz e Silva 2015; McLaren & Farahmandpur 2002).

Esses contextos levam Cruz e Silva (2015) a questionar se as transformações no ensino superior público no país atendem à Missão quando da criação das universidades, “já que os imperativos políticos aparecem acima dos imperativos de carácter pedagógico” (Cruz e Silva 2015, 273), afrontando a liberdade acadêmica e em detrimento da participação cidadã na elaboração de políticas públicas de educação. Essas barreiras e constrangimentos em relação à produção científica transformam as universidades:

em simples reprodutoras de conhecimento em lugar de produtoras, e uma visível baixa de qualidade de ensino, onde a fásquia das exigências vai baixando (nivelada por baixo) na medida do enfraquecimento crescente da qualidade do ensino pré-universitário, o que leva o sistema educacional e seus diversos subsistemas a entrarem num ciclo vicioso difícil de romper (Cruz e Silva 2015, 274).

Entre os desafios colocados estão o do financiamento para a pesquisa (reduzido ou ausente). A ausência de infraestrutura e de sistemas apropriados de gestão podem levar IES e pesquisadores/as à adesão de propostas do mercado e suas agendas de pesquisa. Isso implica, segundo Cruz e Silva (2015) uma perda da cultural institucional de investimento em pesquisa.

Os fundamentos epistemológicos da pesquisa em educação

Neste item, nosso objectivo é apresentar alguns dos fundamentos epistemológicos da pesquisa em educação. Começamos, então, pelo conceito de pesquisa⁷, que entendemos de forma geral como uma actividade que consiste na busca de soluções para um ou vários problemas no âmbito teórico (científico) ou prático⁸. Nesse sentido, quando falamos em pesquisa em educação, entendê-mo-la como uma actividade que busca soluções aos problemas colocados neste sector específico - portanto ela é uma acção de conhecimento (Borba et. al. 2013), pois, a solução do problema nunca é definitiva, mas sempre provisória, isso implica uma busca contínua de conhecimento. A pesquisa em educação ou educacional consiste na aplicação de uma perspectiva científica⁹ no estudo dos problemas da educação, como refere Donald Ary et al:

A pesquisa educacional é a aplicação da abordagem científica para o estudo de problemas educacionais. A pesquisa educacional é a

7 Desde muito tempo, a pesquisa é considerada uma actividade extremamente importante. Nos nossos dias, ela ganhou uma importância maior dado o significativo aumento da complexidade dos fenómenos que colocam a necessidade imperiosa do trabalho interdisciplinar para fazer avançar o próprio conhecimento e permitir modificações da realidade que sejam mais apropriadas aos contextos sociais nos quais se intervém (Ludwig 2003).

8 Estes dois âmbitos caminham de mãos dadas, sendo difícil delimitar a fronteiras que as separa ou onde um termina e outro começa.

9 Por perspectiva científica queremos nos referir ao estudo de soluções para problemas com recurso a métodos, conceitos e teorias sistemáticas que procuram produzir um conhecimento aprofundado, baseado em dados que o sustentem com consistência e que se diferencie de outros tipos de conhecimento, como o senso comum.

maneira pela qual as pessoas adquirem informações confiáveis e úteis sobre o processo educativo. Os educadores geralmente realizam pesquisas para encontrar uma solução para algum problema ou para obter informações sobre um problema que não entendem. O objetivo final é descobrir princípios gerais ou interpretações de comportamento que as pessoas possam usar para explicar, prever e controlar eventos em situações educacionais - em outras palavras, para formular a teoria científica (Ary et. at. 2010, 19, tradução da edição)¹⁰.

A pesquisa em educação é geralmente classificada em duas grandes categorias: qualitativa e quantitativa. Cada uma dessas abordagens emprega a sua própria metodologia e terminologia. A primeira categoria se preocupa com a compreensão dos fenômenos sociais. Nesta perspectiva, a educação é vista como resultado das interações humanas (consideradas subjectivas). A segunda categoria de pesquisa em educação usa medidas numéricas (consideradas objectivas) para responder às questões ou testar hipóteses. Portanto, estas categorias de abordagem resultam de pressupostos filosóficos diferentes¹¹, que moldaram a forma como os investigadores vão construir problemas de pesquisa, produzir e analisar as informações (Ary et al. 2010, 22).

Definido o conceito de pesquisa em educação, a questão que se coloca a seguir é: quais são os pressupostos¹² teóricos/epistemológicos deste tipo de pesquisa e como realizá-la? Um dos, e com certeza, o primeiro pressuposto para a realização de qualquer pesquisa é a inquietação ou insatisfação com as explicações que se dão a um determinado fenômeno, neste caso, tratando-se do campo educacional, seria a insatisfação com as explicações oferecidas para o entendimento das realidades inerentes a este campo em particular.

¹⁰ Do original: *Educational research is the application of the scientific approach to the study of educational problems. Educational research is the way in which people acquire dependable and useful information about the educative process. Educators usually conduct research to find a solution to some problem or to gain insight into an issue they do not understand. The ultimate goal is to discover general principles or interpretations of behavior that people can use to explain, predict, and control events in educational situations—in other words, to formulate scientific theory* ((Donald Ary et. at. 2010, 19)

¹¹ A pesquisa quantitativa tem origem no positivismo, visão filosófica formulada na Europa do século XIX. A pesquisa qualitativa no âmbito educacional ganha espaço no século XX como alternativa à pesquisa quantitativa.

¹² É recorrente na pesquisa em educação assumirem-se de forma não explícita e acrítica os pressupostos teóricos e metodológicos que permitem a actividade de compreensão do real. Assim, os mesmos “são tomados como definições acabadas já inteiramente consolidadas, que obedecem a formulações canonicamente definidas pelo processo moderno de produção do conhecimento científico” (Borba et al. 2008, 13).

As inquietações ou insatisfações explicativas em relação a determinados fenómenos resultam de diferentes perspectivas epistemológicas, que consequentemente dão origem aos diferentes projectos de pesquisa. Há projectos que partem do pressuposto teórico-metodológico de que o *real* só ganha sentido ao se tornar *real* de pensamento, submetido a todo um tratamento abstracto e conceptual. Nessa perspectiva epistemológica, os sentidos e a experiência são considerados como obstáculos ao conhecimento confiável, pela possibilidade de induzirem ao erro, não havendo condições que assegurem o conhecimento da realidade. Os sentidos são vistos como incapazes de produzir informações universais sobre o real. A racionalidade explicativa aparece como a única capaz de dar conta da realidade em oposição à racionalidade significativa. Nessa perspectiva, a razão tem valor por si mesma e dispensa qualquer prova empírica ou da experiência para assegurar a validade explicativa do mundo, da vida e do homem. “A razão garante o conhecimento sobre o real, pois protege o conhecimento dos equívocos da experiência, do engano dos sentidos” (Borba *et al.* 2008, 13).

Outras perspectivas investigativas defendem que a experiência é o melhor caminho para o conhecimento. Para esta abordagem é fundamental abolir argumentos abstractos, próprios do método de argumentação dedutiva, e buscar generalizações por meio da experiência empírica ou do método indutivo.

A preocupação é com a apreensão das informações sobre a vida, o mundo e o próprio homem a partir do encontro com as condições objetivas da própria vida, do próprio mundo e do próprio homem. O conhecimento seguro da realidade, portanto, é garantido pelas informações produzidas no campo da experiência, com o auxílio dos sentidos (Borba *et al.* 2008, 13).

Há, também, perspectivas que procuram conciliar as duas anteriores (da razão e da experiência) como alternativa epistemológica. Para essas, tanto a razão, quanto a experiência são tidas como condições sem as quais não se chega ao conhecimento da realidade. Portanto, uma não exclui a outra, antes pelo contrário, ambas se complementam.

Um segundo pressuposto é que a pesquisa em educação deve ser entendida como “ação de conhecimento”, isto significa que ela deve ser vista como um real histórico, social e teórico e não isolada do contexto no qual ela é produzida. Este pressuposto é para nós fundamental, na medida em que o planejamento da pesquisa só faz sentido se o tiver em conta, pois o problema de pesquisa deve ter relação com o contexto social sobre o qual a pesquisa será realizada. Um problema descontextualizado leva à produção de

soluções ou respostas igualmente descontextualizadas e consequentemente irrelevantes, assim, a pesquisa perde o seu sentido e pertinência na melhoria das condições de vida das pessoas. Portanto, o conhecimento é o principal fundamento de realização de qualquer pesquisa, não é excepção na pesquisa em educação (Borba et al. 2008; Ngoenha 2000).

Ainda sobre a (des)contextualidade do conhecimento, Ngoenha (2000) argumenta que o saber científico é uma característica da modernidade, cuja racionalidade se tornou o critério e a norma para avaliar todos os outros tipos de conhecimentos. Em contraponto à ciência clássica, a ciência moderna, diz o autor, não constituiu apenas um marco da independência e autonomia do homem (*sic*), mas um marco “do empobrecimento da reflexão do homem sobre ele mesmo”, pois negligenciou o “mundo da vida” (Ngoenha 2000, 90). Assim, a razão moderna baseada na objectividade não foi capaz de enfrentar o problema da subjetividade e da existência humana, jogando-os para o campo da irracionalidade como algo denotativo.

O modelo racional de desenvolvimento científico que prioriza a aplicação económica das pesquisas é incapaz de dar um sentido ao mundo da vida e coloca a razão como única medida aceitável, levando a uma escravização do ser humano em relação à tecnologia e da civilização (Ngoenha 2000).

A pesquisa em educação deve ser capaz de superar esta perspectiva do modelo racional, de modo a dialogar e valorizar os saberes locais como alternativa para a construção de um conhecimento que faça sentido e responda às necessidades concretas da vida das pessoas nos contextos em que ela é desenvolvida.

Um terceiro pressuposto da pesquisa em educação que gostaríamos de mencionar é que a educação é concebida como um fenómeno complexo. Esta característica exige que o seu estudo utilize vários métodos e o cruzamento de saberes de diferentes disciplinas (interdisciplinaridade) e conceitos (interseccionalidade). Estes são apenas alguns dos pressupostos fundamentais da pesquisa em educação, não daríamos conta de explorar a totalidade deles neste curto espaço.

Sobre a questão de como se faz a pesquisa em educação, diríamos que, assim como as abordagens são diversas, os modos de fazer a pesquisa em educação o são igualmente. A pesquisa pode ser feita com recurso à métodos qualitativos (entrevistas, observação directa ou indirecta, participante, questionário, etc.) ou quantitativos (estatística, tabulações, amostras, equações etc) ou ainda combinando os primeiros com os últimos (Ludwing 2003).

O lugar da pesquisa em educação no debate sobre o desenvolvimento sócio-económico de Moçambique

O conceito de desenvolvimento sócio-económico é abordado em diferentes perspectivas. Porém, de modo geral a expressão desenvolvimento relaciona-se à conquista do progresso económico e social, por meio da transformação do estado de subdesenvolvimento (baixa produção, estagnação, pobreza) em países designados como “pobres” ou “em vias de desenvolvimento” (Ourhwaite & Bottomore 1996, 197) – como é o caso de Moçambique.

O debate sobre o desenvolvimento em Moçambique é predominantemente economicista, privilegia uma abordagem macro-económica, assente em dados estatísticos e pouco explora a dimensão micro-económica da vida quotidiana das pessoas, ou seja, interessa-se pouco em como essas decisões afectam a vida concreta dos cidadãos no sentido de torná-la cada vez melhor. Neste texto, defendemos a perspectiva que olha para o desenvolvimento como melhoria das condições de vida concreta das pessoas (Ngoenha 2000, 203).

Entendido desta forma o conceito de desenvolvimento sócio-económico, acredita-se que a pesquisa em educação pode oportunizar um enorme avanço, se vista a produção científica (no campo da educação) como produção social, influenciada pelas condições sócio-históricas e renovadora destas últimas. Isso nos levará a compreender que a prática da pesquisa educacional traz consigo a realidade sócio-histórica e, por isso, é chamada a contribuir para a transformação e melhoria da mesma. Assim, as pesquisas em educação não podem ser apenas analisadas como produtos de determinadas circunstâncias, mas também, como resultados que devem ser avaliados à luz de necessidades e objectivos sociais (Georgen 1998, 5).

As pesquisas em educação e a reflexão sobre elas, não só devem apontar para as características epistemológicas positivas desse campo, mas, sobretudo, precisam “avançar para o esclarecimento da ligação entre a prática científica e a vida, as necessidades e actividades do homem. Não importa apenas perguntar o que foi a produção científica num determinado período, senão que é fundamental averiguar qual a sua pertinência para o desenvolvimento social” (Georgen 1998, 6).

Um exemplo da relevância da pesquisa em educação para o desenvolvimento sócio-económico de Moçambique pode ser tirado do argumento formulado por Roland Brouwer, Luís de Brito e Zélia Menete (2010) no texto “Educação, formação profissional e poder”, segundo o qual:

Um sistema nacional de educação é um dos investimentos de longo prazo que mais influencia o desenvolvimento de uma nação, pois é

ele que garante a criação de uma massa crítica nacional, reforçando os valores da cidadania consciente e, consequentemente, a capacidade de intervenção responsável do indivíduo e da colectividade na busca do desenvolvimento sociocultural, económico e da sustentabilidade ambiental.

O sistema de educação determina também a relação que surge entre o cidadão e o Governo, dando espaço a um debate à volta das questões políticas numa busca comum pelas soluções dos problemas que o País enfrenta ou, pelo contrário, conduzindo para uma situação em que o cidadão se mantém silencioso perante o seu Governo, nutrindo frustração e revolta.

Falar, por isso, de um sistema nacional de educação é falar também de poder ou da ausência do mesmo, em particular quando o sistema educativo não responde à sua função essencial que é a de aumentar a capacidade de intervenção dos seus cidadãos.

Esta capacidade só poderá ser potenciada se o sistema educativo aumentar o conhecimento na sociedade, aumentar a capacidade de compreensão e reflexão dos cidadãos, o reforço de valores de cidadania, e a criação de uma cultura que promove a competência, e a utilização do saber e da sabedoria no seio da sociedade.

Por isso, apresentamos neste artigo uma análise sobre a evolução das componentes mais importantes do Sistema Nacional de Educação (SNE), de modo a identificarmos e analisarmos os desafios que essa evolução traz para o País e ligamos esta análise ao tipo de sociedade que queremos construir e, consequentemente, ao sistema educativo que dá a base sólida necessária para essa construção. Essa é a base que permite reflectir sobre formas alternativas de pensar a educação e propor assim algumas questões para debate (Brouwer; Brito & Menete 2010, 273).

O que queremos sublinhar em relação a este argumento é que investir num sistema nacional de educação que garanta a criação de uma massa crítica nacional, que reforce a consciência e a cidadania só é possível se investirmos na pesquisa em educação, pois esta é a única capaz de ajudar a identificar os elementos que são pertinentes para a constituição de um sistema que seja condizente com a realidade sociocultural, económica e política do país, como mostra muito bem o final do excerto, quando os autores assinam que buscam analisar a evolução das componentes mais importantes do Sistema Nacional de Educação como forma de identificar os desafios dela ao país e projectá-la ao tipo de sociedade que se quer construir. Portanto, a pesquisa em educação reflete as circunstâncias históricas de sua produção, levando em conta a pertinência social de sua realização, como nos referimos parágrafos acima.

Outro aspecto a considerar é apontado por Osório & Cruz e Silva (2008) ao problematizarem a predominância da abordagem de classe nas

pesquisas em Moçambique, mas estudos sobre escola e género têm sido desenvolvidos de forma sistemática nos últimos 10 anos, proporcionando a verificação de outras formas de desigualdade. Isso levou a perceber que a escola não questiona e não cria rupturas na estrutura da desigualdade de género, mantendo os papéis sociais que justificam as diferenças de acesso a direitos por rapazes e raparigas, por exemplo.

Nesse sentido, o desafio é de aprofundar pesquisas sobre a política de educação, verificando as assimetrias de género e seus compromissos com a implementação de uma estratégia de construção da igualdade de género, não só no âmbito escolar, mas em todo o tecido social, especialmente na responsabilização do estado de elaborar, divulgar e aplicar as leis que penalizem a violência de género em todos os espaços (Osório & Cruz e Silva 2008).

Considerações finais

O principal objectivo deste trabalho foi reflectir sobre as (im)possibilidades de relação entre a pesquisa em educação e o desenvolvimento sócio-económico de Moçambique, ou seja, sobre a interface entre estes dois conceitos. Para o efeito, partimos do pressuposto de que os conceitos não são auto-evidentes, precisando ser explicitados os sentidos que eles assumem para os autores deste trabalho. Assim, definimos a pesquisa em educação como a aplicação de uma perspectiva científica no estudo dos problemas da educação (Ary 2010) e o desenvolvimento sócio-económico como a melhoria das condições de vida concreta das pessoas (Ngoenha 2000). Estes são os pressupostos a partir dos quais formulamos o nosso argumento de que a pesquisa em educação pode, sim, contribuir para o desenvolvimento sócio-económico, só na medida em que ela for entendida enquanto produção social influenciada pelas condições sócio-históricas e renovadora destas últimas (Georgen 1998) e o desenvolvimento como transformação e melhoria das condições de vida das pessoas.

A redução de investimentos institucionais em pesquisa e a crescente entrada de recursos externos condicionam e moldam as agendas de pesquisa e a produção de conhecimento, levando as IES a um declínio gradual, que vive sua maior gravidade na atualidade (Cruz e Silva 2015). Essa situação afeta os objetivos para os quais as IES foram criadas, especialmente a produção de conhecimento autónoma, crítica, construtiva, livre e comprometida socialmente com o bem-estar público, que leva a contribuir com um projeto de desenvolvimento endógeno, a partir das realidades e necessidades do país e do seu povo. “Para que a educação e a ciência possam realmente ocupar um

lugar privilegiado como motores de mudança no processo de luta contra a “vulnerabilização” cada vez mais patente dos países africanos aos impactos das mudanças globais” (Cruz e Silva 2015, 275), disfarçados de projetos de desenvolvimento salvacionistas.

Assim, entendemos que, para que a pesquisa em educação contribua para o desenvolvimento sócio-económico de Moçambique, é necessário que se invista seriamente (em recurso financeiros e humanos) nesta componente. É necessário que se crie e consolide uma cultura institucional de suporte à pesquisa educacional nas IES como aponta Tereza Cruz e Silva (2015, 273) em seu texto sobre “O lugar das Ciências Sociais como Motor de Mudança: o caso de Moçambique”. É necessário igualmente alargar a abordagem do campo educativo, que, segundo Ngoenha (2000, 199), limita-se à explicação pedagógica e às análises da relação entre o governo e os doadores internacionais, “para uma componente teórica, que não tenha compromissos eleitorais imediatistas, nem ideológicos limitantes e nem compromissos com o passado”.

Ngoenha (2000, 202) aponta que “a educação foi o primeiro sector a perder a própria autonomia, em termos de elaboração de políticas”. Assim, propõem o repensar do sistema educacional moçambicano na sua globalidade e em consonância com a realidade do e ao tecido social, extrapolando o círculo do governo e dos doadores internacionais. Entretanto, propõe colocá-la em diálogo com as realidades culturais, económicas e políticas, que são suas dimensões constitutivas, e mesmo que tenha capacidade de responder à melhoria das condições de vida, ao que se atribui “o nome ambíguo de desenvolvimento” (Ngoenha 2000, 203).

Uma política educacional coerente precisa contar com as “forças de desenvolvimento passíveis de intervenção”, ao mesmo tempo em que estar aberta aos dinamismos espontâneos para não frustrarem expectativas da sociedade, incluindo aspectos humanos, culturais e axiológicos que devem ser decididos a partir dos interesses das próprias sociedades.

As universidades precisam ser mais realistas, mais comprometidas com o desenvolvimento da nação. Os programas têm de ter em vista um duplo desafio: manter Moçambique em contacto com o desenvolvimento técnico do mundo e responder aos desafios reais da sociedade moçambicana (Ngoenha 2000, 218). Cabe perceber se isso é possível diante de interesses tão profundamente antagônicos que estão em tensão nesse processo.

Como procuramos mostrar, a pesquisa em educação pode contribuir igualmente na análise e construção de políticas públicas de educação mais adequadas à realidade social, económica e política de Moçambique, ao examinar iniciativas bem-sucedidas e ou fracassadas, assim como identificar os

obstáculos¹³ à realização dos objectivos nacionais neste sector (Cruz e Silva & Osório 2008, 61; Ngoenha 2000).

São necessárias pesquisas sobre o estado da arte da pesquisa em educação em Moçambique, que documentem a trajectória dos estudos e investigações em educação e nos informem sobre as tendências e nos alertem sobre as limitações e paradoxos epistemológicos (Gamboa 1998).

Finalmente, a pesquisa em si deve ser vista como uma forma de educar – educação pela pesquisa. A pesquisa em educação não é um fim em si mesmo, ela deve contribuir para o tripé ensino, pesquisa e extensão. Portanto, deve ter um carácter crítico, voltado para potencializar modelos de desenvolvimento endógenos que atendam às reais necessidades das sociedades, para colocar novamente a libertação na agenda da história (Mclaren & Farahmandpur 2002).

REFERÊNCIAS

- Ary, D. et al. 2010. *Introduction to research in education*. Wadsworth: Cengage Learning
- Borba, S.; Portugal, A. D.; Rafael B. S. 2008. “Pesquisa em educação: a construção de um objeto”. In: *Ciências & Cognição*, Vol. 13 (1): 12-20.
- Brouwer, R.; Brito, L.; Menete, Z. 2010. “Educação, formação profissional e poder”. In: Brito, L. et al. (Org.). *Desafios para Moçambique*. Maputo: IESE.
- Buendía Gómez, M. 1999. *Educação moçambicana - história de um processo: 1962-1984*. Maputo: UEM
- Castiano, J. P. 2005. *Educar para quê? As transformações no Sistema de Educação em Moçambique*. Maputo: INDE.
- Cruz & Silva, T. 2015. “O lugar das Ciências Sociais como Motor de Mudanças: o caso de Moçambique”. In: Cruz & Silva, Tereza; Casimiro, Isabel (Orgs.) *A ciência ao Serviço do Desenvolvimento? Experiências de países africanos de língua oficial portuguesa*. Dakar: CODESRIA, p.267-277.
- Fiori, E. M. 1967. “Prefácio: aprender a dizer a sua palavra”. Freire, Paulo. (2016) *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.11-30

¹³ Como por exemplo as desigualdades de género que constituem uma barreira para o desenvolvimento nacional (Cruz e Silva & Osório 2008, 68).

- Gamboa, S. 1998. *Epistemologias da pesquisa em Moçambique*. Campinas: Praxis
- Georgen, Pedro. 1998. “Apresentação”. In: Sánchez Gamboa, Sílvia. *Epistemologia da Pesquisa em Educação*. Campinas: Praxis, p. 8-10
- Hountondji, P. 2008. Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. <https://rccs.revues.org/699>.
- Ludwig, A. 2003. “A pesquisa em educação”. <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1215>.
- Maturana, H. 2002. *Emoções e Linguagem na Educação e na Política*. Belo Horizonte: UFMG.
- Mclaren, P; Farahmandpur R. 2002. *Pedagogia Revolucionária na Globalização*. DP&A Editora, Rio de Janeiro.
- MINED. 2012. Plano Estratégico da Educação 2012-2016. Aprovado pelo Conselho de Ministros em 12 de Junho.
- _____. 1995. Política Nacional de Educação e Estratégias de Implementação. Resolução nffl 8/95 de 22 de Agosto de 1995.
- Ngoenha, S. E. 2000. *Estatuto e Axiologia da Educação. O paradigmático questionamento da missão suíça*. Maputo: UEM
- Osório, C.; Cruz & Silva, T. 2008. *Buscando sentidos: género e sexualidade entre jovens estudantes do ensino secundário, Moçambique*. Maputo: WLSA
- Outhwaite, W.; Bottomore, T. 1996. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar

RESUMO

A palavra relação sugere uma conexão, ligação, vinculação entre uma coisa e outra. Neste caso concreto, esta proposta de comunicação pretende discutir a natureza da relação entre a pesquisa em educação e o desenvolvimento sócio-económico a partir de Moçambique. Desde a independência em 1975, a educação em Moçambique figura no topo das prioridades na Governação. A educação é encarada pelo governo moçambicano “como um direito humano e um instrumento chave para a consolidação da paz, da unidade nacional e para o desenvolvimento económico, social e político do país através da formação de cidadãos com elevada auto-estima e espírito patriótico” (Plano Estratégico da Educação 2012, 11). Para que a educação assuma este papel, a pesquisa nesta área é fundamental e ela pode seguir por duas vias: uma realizada por órgãos governamentais, que serve para avaliar o sistema de ensino e verificar aquilo que precisa ser melhorado, em termos de infraestrutura e na formação de professores, e a outra, realizada por pesquisadores e profissionais da educação, referente à produção de conhecimento teórico que seja aplicado nas diversas situações do processo educativo. Entretanto, ambas as vias são interdependentes. Esta comunicação centrar-se-á na segunda via, buscando refletir em torno de questões como: o que é a pesquisa em educação e em que ela consiste ou como se faz? De que é que estamos a falar quando nos referimos ao desenvolvimento sócio-económico, no caso particular de Moçambique? Quando é que a educação e o desenvolvimento sócio-económico passaram a ser pensados como conceitos interligados e/ou interdependentes? Como a pesquisa em educação pode contribuir para o desenvolvimento de Moçambique? Estas perguntas serão respondidas com base numa análise da literatura sobre o assunto.

PALAVRAS-CHAVE

Pesquisa em educação, desenvolvimento sócio-económico, interfaces, Moçambique.

Recebido em 18 de março de 2018.

Aprovado em 6 de junho de 2018.

RESENHA

**“A PRESENÇA PORTUGUESA NA GUINÉ.
HISTÓRIA POLÍTICA E MILITAR, 1878-
1926”**de Armando Tavares da Silva¹Carlos Alberto Alves²

O autor do livro é sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa, do Instituto Português de Heráldica e da Sociedade da Independência de Portugal; docente aposentado da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra desde 2002, altura em que iniciou as pesquisas na área da história. *A Presença Portuguesa na Guiné. História política e militar, 1878-1926*, um livro com trinta e dois capítulos, com o prefácio de Nuno Vieira Matias, Presidente da Academia da Marinha Portuguesa, valeu ao autor da publicação o “Prémio Fundação Calouste Gulbenkian”, atribuído em 2016, pela Academia Portuguesa de História.

Armando Tavares da Silva, para facilitar a leitura da sua investigação histórica, elaborou índices analítico, onomástico, toponímico, geográfico e de autores; a cartografia mostra o percurso dos portugueses em Bissau, Oio, Buba, Geba, Cacheu e Canhabac (Canhambaque); reproduz fotografias dos navios da Armada Portuguesa que navegaram nas águas da Guiné naquele tempo, designadamente Corvetas, Vapor, Canhoneiras, Lanchas-Canhoneiras, Rebocador e Cruzadores.

Quando a Guiné se tornou uma província independente de Cabo Verde, em 1879, o secretário do governo geral do governo, residente na ilha

¹ Silva, Armando Tavares da. 2016. *A Presença Portuguesa na Guiné. História política e militar, 1878-1926*. S/l: Caminhos Romanos, 972 páginas.

² Centro de Literatura e Culturas Lusófonas e Europeias, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. E-mail: caa30@hotmail.com.

de São Tiago, destacou a falta de recursos humanos e materiais, mostrando-se contra a governação independente da Guiné. A nível eclesiástico, por exemplo, aquele território tinha um número reduzido de sacerdotes, escassos objetos de culto, paramentos e alfaías para as Igrejas; os ministros católicos em Bolama, Bissau e Cacheu eram poucos e os que aí exerciam a ação missionária eram originários da Índia e de Cabo Verde.

Em 1892, a Guiné tornou-se um distrito militar autónomo, com um regime especial administrativo e judicial. O concelho de Bolama era sede do distrito e os comandos militares estavam em Bissau, Cacheu e Geba. O batalhão de Caçadores que se encontrava na ilha de São Tiago, em Cabo Verde, foi enviado para a Guiné, em 1879. Nessa altura, as guarnições militares estavam em remodelação, as tropas organizadas em companhias de guerra, com quartéis em Bolama e em Bissau. O livro destaca a presença dos degredados na Guiné, onde não existia colónia penal, mas que foram "integrados nas forças militares das províncias" (Silva 2016, 45).

O comportamento dos soldados da guarnição da Guiné era preocupante, uma vez que os soldados eram provenientes, na sua maior parte, "de Angola e dos deportados que vêm de Portugal" (Silva 2016, 125). A investigação realça a reorganização militar da Guiné, que previa a existência de uma companhia militar de artilharia e infantaria, incluindo companhias de indígenas de infantaria, corpo de polícia indígena, pelotão de cavalaria indígena para fiscalização, assim como a substituição de soldados europeus, na companhia mista, devido às dificuldades de aclimação, por soldados naturais de Angola e de Cabo Verde e a criação de postos militares em Cacheu, Geba e Farim.

Portugal reforçou as relações com os fulas-pretos, residentes nas imediações do presídio de Geba, considerados inferiores pelos fulas-forros; o juramento de obediência e fidelidade à bandeira portuguesa feita pelo régulo de Ganadú, Ambucú, a quem se deve a expulsão de Mussá Moló para o Feridú, levou os portugueses a estabelecerem relações com outros régulos e a contactarem em Bolama com os enviados do régulo Buducú, Sylaty Mané, com quem foi celebrado um tratado de vassalagem. Foi celebrado um tratado de paz com os régulos do Forreá e do Futa Djalón, durante a expedição contra os beafadas de jabadá e contra os fula-forros de Cadica; o tratado de paz com o régulo do Indorné foi concluído numa fase em que os portugueses estavam preocupados com o tratado de paz com o régulo de Djeta; o tratado de paz entre beafadas e fulas durou pouco tempo, devido ao ataque dos beafadas de Cubisseque a uma tabanca fula, em 1885, o que dificultou a ocupação portuguesa do Rio Grande.

A insubmissão às autoridades portuguesas e a desavença entre os povos prolongou-se até 1883, altura em que foi criada a escola de ensino pri-

mário em Bissau. Naquela vila, em 1894, viveram-se momentos de grande tensão, por causa da rebelião ali ocorrida, que deu origem à deportação de alguns grumetes. Relativamente a Xerne Bokar, “por pregar rebeldia contra a nossa soberania, abusando da sua preponderância religiosa entre os muçulmanos” (Silva 2016, 620), foi deportado para S. Tomé e Príncipe.

A França fez pressão para ocupar zonas onde a administração portuguesa não se encontrava estabelecida. Neste contexto, a ocupação francesa de Casamansa provocou incidentes com as autoridades portuguesas, em 1884 e dois anos depois, altura em que Portugal estava interessado em manter influência nos territórios que controlava, opondo-se a França. Este país estava presente na embocadura do Casamansa e tencionava estabelecer uma feitoria em Selho, na margem do rio de Zeguinchor, por causa do comércio e da presença francesa em Carabane. A Convenção de Paris, para delimitar as fronteiras, teve oposição portuguesa. Os comissários de Portugal e da França chegaram ao território da Guiné para demarcarem a fronteira, após os franceses terem incitado as populações contra Portugal “para obter que sem grande custo lhe façamos cessão da Guiné portuguesa” (Silva 2016, 238). As negociações foram realizadas numa época em que o comércio e a agricultura se encontravam em dificuldade.

Apesar dos incidentes provocados pela demarcação das fronteiras com os territórios vizinhos da Guiné, em 1888 e dez anos depois, a França continuou a não estar interessada, pois pretendia ocupar Zenguichor, para que o rio Casamansa ficasse sob sua tutela, de modo a estabelecer um posto militar em Componi, para servir de base de comunicações com Cadé, no Futa Djalon. A demarcação das fronteiras foi retomada em 1902, uma vez que a delegação francesa não compareceu no ano anterior, como estava estabelecido, “alegando a existência de uma epidemia de febre-amarela que grassava no Senegal” (Silva 2016, 449). As fronteiras sul e leste foram delimitadas em 1903 “por troca de notas diplomáticas” (Silva 2016, 449), mas a demarcação de fronteira entre Casamansa e o rio Cacheu, em 1904, permitiu o levantamento dos rios Cacheu e Casamansa, para ser determinada a linha de separação, de acordo com a Convenção de 1886, assinada entre França e Portugal.

Abdul Injai, antigo negociante ambulante, originário do Senegal, foi preso por ter chacinado papeis, em Bór, em abril de 1906. Após algum tempo deportado em S. Tomé, Abdul Injai foi autorizado pelo rei português, em outubro de 1907 (Silva 2016, nota 20, 663), a regressar à Guiné, onde se foram acumulando queixas contra Abdul Injai, que veio a falecer em janeiro de 1921, na cidade da Praia, em Cabo Verde, onde se encontrava como deportado “em trânsito para Moçambique” (Silva 2016, 752). *Abdul Injai, a conquista portuguesa e o levante de 1919 na Guiné- Bissau: manifestação pública*

de um discurso oculto, tema da monografia de licenciatura apresentada no Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, 2016, com 62 páginas, da autoria de Michelle Sost dos Santos, que analisa o relacionamento entre Abdul Injai e os portugueses, que segundo Michelle dos Santos contribuiu para o enfraquecimento de alguns povos da Guiné, como os balantas, os papeis, os mandingas, os manjacos, entre outros. Michelle Sost dos Santos, na página 54 da sua investigação, concluiu que "no momento inicial, Abdul Injai viu na aliança com os representantes portugueses um meio de conquistar poder na região, de tornar-se senhor do território."

A Liga Guineense foi criada em assembleia de nativos da Guiné, em Bissau. Os estatutos foram aprovados em 1910 e cinco anos depois a Liga foi dissolvida por não permitir "a pacificação da província" (Silva 2016, 653). Em 1911, foram apresentados os Estatutos do Centro Escolar Republicano de Cacheu e a aprovação do regime de trabalho indígena, numa altura em que os portugueses na Guiné não dispunham de meios financeiros suficientes: "Iria agora a República resolver estas questões?" (Silva 2016, 595). O aumento das taxas sobre o tabaco e o álcool, assim como a fixação do imposto de palhota para 5\$00 escudos, foram medidas para fazer face ao excesso de despesas, resultante do aumento de vencimentos dos funcionários públicos na Guiné, que após a alteração da divisão administrativa, em 1916, passou a ter os concelhos da Bolama e de Bissau: as circunscrições de Geba, com sede em Bafatá; Farim, Cacheu e Buba, com sede em Xitoli; Cacine e Bijagós, com sede em Bubaque; Brames, com sede em Bula; Costa de Baixo, com sede em Canchungo; Balantas, com sede em Encheia.

A primeira República (1910-1926) implementou medidas para o acesso aos indígenas guineenses à educação, saúde e justiça; a criação da escola de ensino primário no bairro indígena de Bissau, assim como a criação de escolas de artes e ofícios da Bolama, de Bafatá e de Canchingo, para formar serralheiros, torneiros, fundidores de metais, forjadores, caldeireiros, funileiros, motoristas, fogueiros, carpinteiros, marceneiros, pedreiros, alfaiates, sapateiros, marítimos, construtores navais, calafates e agricultores.

A ocupação portuguesa da Guiné foi possível com a campanha de Canhambaque, em 1925, e das operações na região dos felupes, em 1933, em pleno Estado Novo português, regime político anticomunista, antide-mocrático, antiliberal, autoritário e colonialista, deposto em 1974. A redução de circunscrições civis para metade, em 1926, pretendeu reduzir o pessoal interino, para diminuir despesas, numa altura em que existiam duas correntes que pretendiam "o domínio da Guiné" e que "vai agora manifestar-se abertamente." (Silva 2016, 819).

O livro reúne imensa informação depositada nos Arquivos Portugueses; destacando os feitos dos protagonistas, sejam eles guineenses, portugueses ou franceses. Trata-se, sem dúvida, de um estudo que ajuda a elaborar pistas para futuras investigações e também a perceber melhor a presença portuguesa, francesa e a resistência das populações locais da Guiné, dos territórios adjacentes, dos rios, das ilhas, dos arquipélagos, dos cabos e das cidades que não fazem parte da Guiné. Este país mereceu a atenção de vários autores, nomeadamente René Pélissier, historiador francês, autor da *História da Guiné Portuguesa e os Africanos na Senegâmbia (1841-1936)*, publicada em Portugal, em 1989, pela Editorial Estampa, em dois volumes. Trata-se de um estudo incontornável para a história política e militar portuguesa, assim como da resistência africana durante a ocupação portuguesa para estabelecer uma relação de poder e dominação naquele país da África Ocidental que durou vários anos.

*Recebido em 4 de abril de 2018.
Aprovado em 6 de junho de 2018.*

RESENHA

“A GUERRA CIVIL EM ANGOLA, 1975-2002”de Justin Pearce¹Gilson Lázaro²

A guerra civil em Angola, 1975-2002 é um livro publicado em abril de 2017 em Portugal pelo jornalista e pesquisador sul-africano Justin Pearce, cuja edição original em língua inglesa apresenta um título diametralmente oposto - *Political identity and conflict in central Angola, 1975-2002* com dupla edição nos Estados Unidos da América e na África do Sul pela Cambridge University Press. A tradução publicada dois anos mais tarde desperta interesse do leitor de língua portuguesa e lê-se de forma arejada. A capa é ostensiva com um vermelho rubro que procura antagonizar o galo negro símbolo da UNITA e a estrela preta e amarela símbolo do MPLA. Nesta edição e ao contrário do original sobrepõe-se à estrela preta e amarela ao galo negro. O seu propósito não passou despercebido, pois a capa do livro e o exercício de sobreposição de símbolos políticos dos dois movimentos rivais além das cores e do título parecem destoar do conteúdo.

O livro resulta da realização de algumas dezenas de entrevistas do autor na região do Planalto Central de Angola, cuja edição original notavelmente despretensiosa traz na capa a fotografia de um ex-combatente da UNITA numa ex-região militar situada na província do Bié, ao passo que a contracapa é acompanhada de comentários de reputados académicos dos temas de Angola.³

Na edição portuguesa a opção de alterar o título do livro para *A guerra civil em Angola, 1975-2002*, não sendo o foco central da abordagem tem a veleidade de

1 Pearce, Justin. 2017. *A guerra civil em Angola 1975-2002*. Lisboa: Tinta-da-china, p. 295.

2 Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Agostinho Neto, Luanda, Angola. E-mail: lazaro.gilson@gmail.com

3 Os historiadores (Linda Heywood e Jean-Michael Mabeko-Tali), os politólogos (Gerald Bender e Ricardo Soares de Oliveira) e o antropólogo (António Tomás).

confundir o leitor menos atento. Num livro dividido em nove capítulos, Justin Pearce mergulha na história do conflito para questionar as identidades e adesão política dos vários segmentos sociais angolanos para o seio dos dois movimentos antagônicos, designadamente a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Soa algo forçada a simetria que o autor estabelece ao analisar os dois movimentos rivais ao longo do conflito armado com enfoque no Planalto Central.

Em sentido contrário ao de Rafael Marques, o seu prefaciador que não se conteve no entusiasmo exacerbado, o autor mostra-se cauteloso perante a tentação de proferir afirmações categóricas sobre a história do conflito angolano e as suas dinâmicas internas e externas. Não se verifica uma única menção às consequências da pesada herança colonial no que as clivagens e construções identitárias dizem respeito.

Há uma primeira menção exagerada do seu prefaciador quando tenta sugerir certo pioneirismo de Justin Pearce no tratamento dessa temática. Tal é a força do equívoco que vale destacar, em primeiro, o livro *The normality of civil war: armed groups and everyday life in Angola*, de Teresa Koloma Beck e a coletânea *Dynamics of Social Reconstruction in post-war Angola*, Arnold Bergstraesser Institut, 2016. A segunda menção é de ordem metodológica, pois que anteriormente Teresa Beck havia realizado com ex-combatentes da UNITA pouco depois de 2002 a que designou como tendo sido o *projeto de engenharia social* criado por essa organização político-militar angolana. A terceira menção que Marques faz da prioridade do autor manifestada pela atenção dada as narrativas de cidadãos comuns, é outra meia verdade, porquanto sempre que necessário Justin Pearce recorre aos notáveis da UNITA para confirmar ou infirmar uma dada situação ou informação. A divisão entre os pros e contra que o autor faz das intervenções dos seus informantes podem confirmar essa constatação.

O tom do prefácio revela que o seu autor não está familiarizado com o debate sobre o conflito angolano. Igual entusiasmo incontido se pode verificar no comentário de Ricardo Oliveira na orelha do livro. Em se tratando do único comentário do original mantido na edição portuguesa soa a exagero.

Na verdade, Justin Pearce parece aprofundar o seu interesse pelas nuances identitárias ligadas à UNITA já no seu primeiro livro "*An outbreak of Peace: Angola's situation of confusion*" [Uma eclosão da paz: a situação de confusão em Angola].⁴ Porém, num artigo em coautoria com Didier Peclard intitulado "*L'UNITA à la recherche de 'son peuple'*" [A UNITA à procura do seu povo],⁵ ambos trabalham a noção émica de "povo da UNITA" para explicar

⁴ Tradução do autor.

⁵ Tradução do autor.

a estratégia urdida pelo movimento fundado por Jonas Savimbi para mobilizar e vincular as populações que os acompanhavam, embora nos pareça problemática quando usada para explicar a confluência identitária de uma região complexa como a do Planalto Central. Disso é testemunha a primeira entrevista que abre o livro quando a sua interlocutora, anônima, responde de forma contundente que “já fui membro da UNITA, mas agora sou membro do governo (Pearce 2017, 23). A ambiguidade dessa resposta tem o seu interesse holístico. Há um certo sentido em que se confunde identidade política com étnica e regional.

Um aspeto que nos parece crucial no livro de Pearce é que nas primeiras páginas o autor trabalha com a noção de *rebeldes* aplicada à UNITA para mais adiante referir que quer para a própria UNITA, quer para o seu rival MPLA, “a política do conflito tornou-se um elemento constitutivo de versões diferentes e incompatíveis da nação angolana” (Pearce 2017, 39). Parece-nos problemático o uso da noção de *rebeldes* aplicada à UNITA.

No capítulo I, o autor retrata os antecedentes da independência, o início do conflito armado e, nota-se, claramente, uma tensão entre as narrativas portuguesa e a angolana que se excluem mutuamente, daí ser notável um certo mal-estar do autor. Quer nos pareceres que Justin Pearce evita habilmente analisar o drama da guerra anticolonial que opôs as forças armadas portuguesas aos movimentos de libertação nacionais, pois não deixou de sucumbir ao *discurso paternalista* da época verificável na utilização do chavão da *descolonização à portuguesa* mal gerida sem lhe conferir um exame crítico. O autor parece aderir às meias-verdades que se podem encontrar numa certa literatura historiográfica lusa. E neste particular usa o termo *revolução portuguesa* (Pearce 2017, 44) ou, antes, *à partida portuguesa* (Pearce 2017, 37) num tom atenuante.

Mais relevante do que isso é adesão ao discurso que subalterniza à independência de Angola ao 25 de abril de 1974. A crítica que faz a narrativa hegemónica da guerra-fria (Pearce 2017, 28-31) impõe-se, em nosso entender e de forma extensiva, aos mitos em torno do 25 de Abril de 1974, pois as independências de Angola, Guiné-Bissau e de Moçambique realizaram-se à custa do muito sangue derramado de parte a parte. Se é verdade que se reconhece a contribuição dos acontecimentos de Portugal colonial (sobretudo 25 de Abril de 1974) para o curso da história nas ex-colónias, o inverso também é verdadeiro, embora, em última análise, o 25 de Abril resultasse da pressão que do teatro militar nas ex-colónias do que o contrário.

Os capítulos III e IV são densos, porém, a limitação demonstrada no uso da noção de estado constrange a análise, pois é problemático o confinamento a que o autor relega o *Estado da UNITA* e o *Estado do MPLA* às

margens geográficas das cidades do Planalto Central. Em sentido contrário ao do autor, entendemos que a UNITA não trabalhou com uma noção de estado baseada no território. Contrariamente ao estado convencional controlado pelo MPLA que procurou manter os limites geográficos coloniais, a UNITA moveu-se a partir de uma ideia de *comunidade imaginada*, na aceção de Benedict Anderson (2009), que poderiam tanto funcionar na cidade, em zonas rurais – ditas livres - e nas matas. A Jamba, enquanto comunidade imaginada pela UNITA e último seu bastião ou *comunidade de sofrimento* Ferrão (2016) - um quase estado - é disso exemplo. Por outro lado, a problemática das identidades raciais no contexto colonial dos finais dos anos 1950 e início de 1960 que propiciaram a fundação da UNITA e do MPLA não obtiveram nenhuma menção. Justin Pearce passa ao lado dessa questão e tenta homogeneizar o Planalto tendo como enfoque a classe negra instruída e as populações camponesas que os acompanharam.

No capítulo III foi interessante verificar a forma como Pearce discute a desmistificação da *longa marcha* da UNITA, embora parecesse sensível a performance discursiva dessa organização quanto ao fato de ela se auto definir como defensora dos interesses do campesinato. Ao longo do capítulo o autor dá-se conta das ambiguidades que o discurso da UNITA, que apresentava dualidades justificativas para mobilização das classes instruídas (pastores, padres, enfermeiros, professores, técnicos administrativos, e estudantes das missões) das cidades e vilas do planalto ao mesmo tempo que se dizia ser depositária de base militante rural. Neste particular entendemos que a noção de campesinato não tenha merecido discussão por parte do autor cuja realidade não lhe conferir plausibilidade. Os dois capítulos acima referidos reforçam ao nível da análise a bipolaridade do conflito angolano, mas fica igualmente patente a fragilidade deste esquema enquanto categoria analítica quando tenta evitar as armadilhas das *identidades políticas* instáveis à medida das circunstâncias no decurso da guerra civil. Neste esquema urdido no livro fica difícil escapar ao confinamento identitário-político associado aos dois movimentos de libertação, na medida que as pessoas que tivessem vivido nas zonas sob controlo de um e de outro movimento não tivessem outras opções de escolha. Tal premissa não escapa e nos parece bem coerente com a classificação étnica do nacionalismo angolano feita pelo historiador norte-americano John Marcum (1969), que há muito pavimentou toda a interpretação histórico-política do nacionalismo contemporâneo e tem sido uma camisa-de-força para pesquisadores dos temas de Angola. Apesar da justificação do autor, constata-se uma apresentação arbitrária dos perfis dos entrevistados, sem se perceber as escolhas que tiveram na base da omissão, da substituição por nomes fictícios e da revelação em outras circunstâncias dos nomes verdadeiros. Por isso afirmação apresentada no prefácio

(Pearce 2017, 9) entra em rota de colisão com o conteúdo, pois o autor contraria o seu prefaciador tendo em conta a escolha que faz no capítulo V, que retrata a trajetória da UNITA no Planalto Central entre os anos de 1976 a 1991. Os relatos dos entrevistados são eles mesmos uma forma individual de recordação, de lidar com a memória do que aconteceu no passado e daquilo que se escolhe recordar. As memórias não estão isentas de manipulações voluntárias ou não. Aliás, o ato de recordar certos episódios e não outros mais traumáticos é em si um exercício de escolha. Salta aos olhos o uso recorrente dos verbos *recordar*, *lembrar* e *relembrar* quando apresentados os fatos relatados pelos interlocutores, assim como não escapa aos olhos uma posição hierárquica entre os entrevistados. Os laços de parentesco para além dos lócus geográficos dos entrevistados assim como as suas zonas de pertença e de residência não parecem ter merecido atenção do autor quando analisa as identidades.

Ao fixar-se na questão ideológica, Justin Pearce parece ter descurado desse importante marcador identitário num contexto de guerra em que as fronteiras identitárias são ténues. A linha que separa um militar de um civil é precária. Nota-se de igual modo uma certa imprecisão no uso das noções de *agricultor* e *camponês*. Um adequado tratamento conceitual ajudaria a orientar o leitor para o significado que o autor pretendia transmitir. No capítulo VI, o autor concentra-se nos relatos dos seus interlocutores para descrever o bastião da UNITA localizado do sudeste angolano, um seu *quase estado*, muitas vezes confundindo propaganda e realidade. A escassez de fontes alternativas de informação que permitiriam apresentar uma imagem da Jamba mais factual constrange a análise.

Nos capítulos VII e XVIII análise focaliza-se nos anos 1990 para explicar atuação da UNITA e do MPLA nas ditas *cidades* do Planalto Central. Na verdade, as cidades que o autor se refere são o centro administrativo do Huambo, do Cuíto e do Bailundo e pouco mais do que isso. A guerra decorreu efetivamente nos espaços intermédios entre a *vila* – normalmente o centro administrativo e urbano e as aldeias ao seu redor, onde as fronteiras que separam o casco urbano do rural ou das *matas* são ténues e assumem variedades múltiplas em função das percepções locais.

O capítulo XI encerra a discussão sobre as dinâmicas últimas em alguns momentos épicos que a guerra tomou. Narra-se, no entanto, as formas de recuperação militar do território nacional levadas a cabo pelo exército nacional, as fragilidades e perda de força militar da UNITA, e a morte do seu fundador assim como as iniciativas que culminaram com assinatura do memorando do Luena assumidas pelas entidades militares, marginalizando de tudo modo os atores civis. No último capítulo Justin Pearce não só não valoriza as iniciativas das organizações religiosas (COIEPA, Jubileu 2000, Pro-Peace, CICA e outras) e cívicas (Associação Cívica de Angola e

outras) como também retirou poucas consequências do seu corpus empírico quando analisa a reconciliação nacional baseando-se mais nas suas próprias impressões sobre o contexto político da época do que nos relatos dos seus entrevistados.

Apesar do que ficou dito acima, o livro de Justin Pearce tem o mérito de provocar o debate sobre as identidades políticas e outras no contexto de guerra dentro e fora de Angola.

REFERÊNCIAS

- Anderson, Benedict. 2009. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Beck, Teresa Koloma. 2012. *The Normality of Civil War: Armed Groups and Everyday Life in Angola*. Frankfurt/New York: Campus Verlag.
- Ferrão, Raquel. 2016. *The UNITA Insurgency and the Suffering Communities in Angola*. In: *Dynamics of Social Reconstruction in Postwar Angola*. Freiburg: Arnold Bergstraesser Institut.
- Florêncio, Fernando. 2016. *Dynamics of Social Reconstruction in Postwar Angola*. Freiburg: Arnold Bergstraesser Institut.
- Pearce, Justin. 2017. *A guerra civil em Angola 1975-2002*. Lisboa: Tinta-da-china.
- . 2005. *An outbreak of Peace: Angola's situation of confusion*. Cape Town: Davidphilip.
- . 2015. *Political Identity and Conflict in Central Angola, 1975-2002*. Cambridge University Press.
- Pearce, Justin; Peclard, Didier. 2008. *L'UNITA à la recherche de son peuple. Politique Africaine, L'Angola dans la paix. Autoritarisme et reconversions* 47–64.
- Marcum, John. 1969. *The Angolan Revolution Vol 1. The Anatomy of An Explosion (1950-1962)*. Cambridge, Massachusetts, London: The M.I.T Press.

Recebido em 23 de março de 2018.

Aprovado em 6 de junho de 2018.

RESENHA

“POLÍTICA EXTERNA NA ÁFRICA AUSTRAL: GUERRA, CONSTRUÇÃO DO ESTADO E ORDEM REGIONAL”de Igor Castellano da Silva ¹Camila Santos Andrade²

É perceptível, nos últimos anos, um maior interesse acadêmico brasileiro pela África, impulsionado em grande medida pelo aprofundamento das relações políticas e econômicas entre o Brasil e o continente africano nos governos do início do século XXI. As publicações que nascem deste movimento buscam descrever, entender e, além disso, fugir dos estereótipos africanos, como pobreza, fome e conflitos. Neste sentido, o livro *Política Externa na África Austral* aborda uma temática de importância estratégica, econômica e política, apresentando os Estados africanos como agentes de suas interações regionais.

Com o objetivo de analisar o papel da política externa a partir dos padrões de cooperação e conflito na África Austral, o autor utiliza uma perspectiva sistêmica (fatores internacionais, regionais e domésticos) para entender esta realidade entre os anos de 1975 e 2015. Para atender a esta finalidade, o livro estrutura-se em três partes. A primeira parte, que abrange os capítulos 1, 2 e 3, apresenta uma discussão teórica para o desenvolvimento do objeto proposto. Aspectos como o Novo Regionalismo, Análise de Política Externa, o debate na seara das teorias de Relações Internacionais e a agência das unidades são pontos relevantes de discussão. Em especial, a agência das uni-

¹ Silva, Igor Castellano da. 2017. *Política externa na África Austral: guerra, construção do Estado e ordem regional*. Porto Alegre: Editora Século XXI.

² Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil. E-mail: camila.andrade@gmail.com.

dades, as quais possuem interesses que direcionam suas ações no sistema, é analisada por Silva a partir da teoria de transição de poder, apresentando fatores além da distribuição de poder, como a ordem sistêmica e a avaliação da percepção de atores relevantes.

Completando o arcabouço teórico, o autor utiliza a Sociologia Histórica para a compreensão das continuidades e mudanças no Sistema Regional da África Austral, aplicando conceitos apresentados nos primeiros capítulos no âmbito da política externa dos Estados africanos. É importante ressaltar os recursos metodológicos utilizados neste bloco para, posteriormente, construir um embasamento teórico e analítico nos capítulos seguintes, seja pelas categorias de análise (elementos interacionais e sistêmicos), seja pela correlação de abordagens que apresentam elementos teóricos pertinentes para a análise da região Austral, como no âmbito da formação do Estado (utilizando recursos teóricos como capacidade estatal e relação Estado-sociedade) e da análise da política externa (a partir da formulação e execução da política externa, além do papel das elites definidoras da política externa [EDPE]).

A segunda parte do livro, que abrange os capítulos 4, 5 e 6, retrata o desenvolvimento das dinâmicas de cooperação e conflito na África Austral. Por meio da perspectiva histórica, é possível observar que o processo de construção do Estado sul-africano foi desenvolvido em paralelo ao processo de construção da região, gerando o reflexo da sua estrutura interna no ordenamento regional. Além disso, nota-se a presença maciça de potências extrarregionais na África Austral entre 1975 e 2015, o que ilustra o impacto das dinâmicas do sistema internacional no cenário regional.

A terceira parte do livro apresenta os estudos de caso sobre a África do Sul, Angola, Moçambique, Namíbia e Zimbábue, países escolhidos por serem considerados atores regionais relevantes para a análise, sendo possível ver como o autor conecta a primeira parte do livro de recursos teóricos (a partir das categorias analíticas apresentadas na primeira parte do livro) com a realidade africana (a partir dos estudos de caso), evidenciando o desafio de construção destes Estados com capacidades estatais fracas/desestruturadas, fruto do período colonial. Ademais, neste bloco são mais perceptíveis as interseções históricas dos países citados, ou seja, como os desdobramentos internos afetam as dinâmicas regionais e vice-versa, influenciando as tomadas de decisões das elites africanas.

Neste contexto, a África do Sul destaca-se como país central para entendimento da construção da noção de África Austral. A partir da análise das transformações dos padrões de cooperação-conflito na região, é possível entender a conexão entre a construção da unidade sul-africana, em termos de Estado moderno, e o reflexo das interações internas nas dinâmicas regionais.

Além disso, é percebido como os países da região orbitam em torno dos interesses sul-africanos, por conta da sua primazia econômica (o desenvolvimento industrial e de atividades de mineração), infraestrutural e geoestratégica, evidenciando o seu papel de potência regional.

Angola, por sua vez, ascende como segunda potência regional, oscilando sua participação na região devido aos conflitos internos entre o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA), que ganharam a centralidade em suas interações políticas. Atraídos por interesses estratégicos, o conflito interno angolano foi influenciado pela presença da África do Sul e Cuba (potências intermediárias), além dos Estados Unidos, União Soviética e China (potências globais). Um ponto a ressaltar é a estratégia angolana de política externa para a região, apoiando a independência da Namíbia (o que afastaria ingerências em seu território fronteiriço) e interagindo com o Congresso Nacional Africano (*African National Congress* – ANC) (como poder de barganha com a UNITA).

Sendo assim, como sua independência atendia aos interesses de Angola e da África do Sul, Namíbia torna-se um território independente em 1990, pautando o seu projeto político na construção de uma estabilidade interna e integridade territorial. Com a fragilidade de um Estado recém independente, Namíbia assemelha-se regionalmente aos países dependentes da influência sul-africana (em termos econômicos e comerciais), com pontos estratégicos para a região, como o porto de Walvis Bay.

Causando preocupações para a política sul-africana na região (na tentativa de manter a ordem ao seu favor), Zimbábue assume um papel de país revisionista. A partir de interesses estratégicos, este Estado tem na sua história a luta contra o colonialismo e o apoio aos seus vizinhos em questões internas, como os desdobramentos dos conflitos em Moçambique e o apoio à ANC na África do Sul. Com a ascensão de Mugabe ao poder, Zimbábue tornou-se ainda mais um desafio para a África do Sul, seja na contenção de uma tentativa de sociedade multirracial, como na proximidade de um regime socialista na fronteira com seu território.

Já Moçambique, influenciado diretamente pela política externa da África do Sul para a região, como as pressões exercidas pelo vizinho e o apoio deste à Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) (em oposição à Frente de Libertação de Moçambique – FRELIMO, grupo que estava no poder), passou por processos de reestruturação das suas capacidades estatais. A partir deste processo, o foco das tomadas de decisões moçambicanas era na resolução do conflito interno e uma maior independência em relação aos interesses sul-africanos, diversificando assim suas parcerias.

O diferencial desta obra é que, além da relevante discussão teórica abordada na primeira parte do livro, o autor trabalhou com fontes primárias e secundárias a partir da pesquisa de campo no continente africano, o que enriqueceu ainda mais a pesquisa. Além disso, este tipo de estudo incentiva e torna-se uma ferramenta teórica para o desenvolvimento de trabalhos sobre outras regiões africanas, além de pluralizar os trabalhos sobre países do Sul que, muitas vezes, foram marginalizados nas análises do *mainstream* das Relações Internacionais.

A escolha da temática no âmbito da política externa na África Austral preenche lacunas de estudos sistêmicos voltados para a África, em especial esta região, e da própria documentação/descrição da evolução da relação entre os países escolhidos pelo autor para compor a pesquisa. Existem obras que abordam estudos de casos separados sobre alguns dos países supracitados, entretanto *Política Externa na África Austral* desenvolve uma combinação de atores, de categorias de análise e de elementos históricos para compreender uma das regiões mais dinâmicas em questões de cooperação, conflito, política, economia e sociedade.

*Recebido em 3 de março de 2018.
Aprovado em 6 de junho de 2018.*

PARCEIROS

NERINT

O Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) foi o primeiro centro voltado exclusivamente ao estudo e à pesquisa em Relações Internacionais no sul do Brasil. Foi estabelecido em 1999 junto ao ILEA-UFRGS visando ao estudo crítico e inovador das principais transformações do sistema internacional pós-Guerra Fria. Desde 2014, o NERINT está localizado na Faculdade de Economia da UFRGS (FCE - UFRGS). Paralelamente, buscou contribuir para a retomada da discussão de um projeto nacional para o Brasil através da análise das opções estratégicas disponíveis para a consolidação da inserção internacional autônoma do país, a partir da perspectiva do mundo em desenvolvimento. O advento de uma “diplomacia ativa, afirmativa e propositiva” no Brasil no início do século XXI veio a convergir com as análises e projeções feitas nos seminários e publicações do NERINT.

Um dos resultados de sua atividade foi a implantação de um curso de graduação em Relações Internacionais (2004), o melhor do país de acordo com o Ministério da Educação (2012), e de um Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (2010). Duas revistas também foram criadas: a bimestral Conjuntura Austral e a semestral e bilíngue Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. Assim, além da pesquisa avançada, focada prioritariamente nos países emergentes, o NERINT deu origem a programas de graduação e pós-graduação, além de propiciar intensa atividade editorial.

CEBRAFRICA

O Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) tem suas origens no Centro de Estudos Brasil-África do Sul (CESUL), um programa estabelecido em 2005 através de um convênio entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Suas atividades de pesquisa são desenvolvidas junto ao Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT).

Em março de 2012 o CESUL foi ampliado para abranger o conjunto geográfico do continente africano, transformando-se em CEBRAFRICA, enquanto a Série Sul-Africana, que publicou cinco livros, foi transformada em Série Africana, com novas obras no prelo. O objetivo segue sendo o mesmo: realizar pesquisas, apoiar a elaboração de teses, dissertações e trabalhos de conclusão, congregar grupos de pesquisa em temas africanos, realizar seminários, promover intercâmbio de professores e estudantes e estabelecer redes de pesquisa e projetos conjuntos com instituições africanas e africanistas, publicar obras produzidas no Brasil ou traduzidas e ampliar a biblioteca especializada fornecida pela FUNAG.

As pesquisas têm por objetivo o conhecimento do continente africano e de suas relações com o Brasil, nas seguintes áreas: Relações Internacionais, Organizações de Integração, Segurança e Defesa, Sistemas Políticos, História, Geografia, Desenvolvimento Econômico, Estruturas Sociais e sua Transformação e Correntes de Pensamento. São parceiros do CEBRAFRICA conceituadas instituições do Brasil, Argentina, Cuba, México, Canadá, África do Sul, Angola, Moçambique, Senegal, Cabo Verde, Egito, Nigéria, Marrocos, Portugal, Reino Unido, Holanda, Suécia, Rússia, Índia e China. As pesquisas em andamento versam sobre a “A presença do Brasil, da China e da Índia na África”, “A África na Cooperação Sul-Sul”, “Conflitos africanos”, “Integração e desenvolvimento na África”, “As relações da África com as Grandes Potências” e “As relações interafricanas”.

NORMAS DE SUBMISSÃO

1. A Revista Brasileira de Estudos Africanos publica artigos científicos e resenhas bibliográficas;
2. A revista está dividida em duas seções: Artigos e Resenhas
3. Os artigos de pesquisa devem limitar-se a 50 mil caracteres (incluindo espaços e notas de rodapé) e as resenhas bibliográficas devem conter cerca de 4,5 mil caracteres (incluindo espaços e notas de rodapé);
4. As notas de rodapé restringem-se a esclarecimentos adicionais ao texto;
5. A bibliografia deve ser citada de acordo com o sistema Chicago (Autor-data ou notabibliografia), referenciando a literatura citada ao final do texto;
6. As contribuições devem ser inéditas e podem ser submetidas em português, inglês ou espanhol;
7. As contribuições devem conter o nome completo do autor, sua titulação, filiação institucional (com o nome completo da instituição) e e-mail para contato;
8. O completo preenchimento, pelo(s) autor(es), do formulário de submissão do artigo é imprescindível;
9. Admite-se a publicação de estudantes de graduação, desde que em parceria com um professor orientador titulado, que constará como autor principal do trabalho.
10. No caso de resenhas bibliográficas, devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;
11. As contribuições devem vir acompanhadas de: 3 palavras-chave em português ou espanhol e 3 palavras-chave em inglês; Título em português ou espanhol e em inglês; Resumo em português ou espanhol e Abstract em inglês, ambos com até 50 palavras.
12. As contribuições devem ser feitas através do website da Revista:
www.seer.ufrgs.br/rbea.

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em “Comentários ao editor”.
2. Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (não possuindo tamanho maior do que 2MB)
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.
4. O texto está em espaço simples; usa fonte Times New Roman de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento, como anexos.
5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.
6. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.



Editoração e impressão:

Gráfica da UFRGS
Rua Ramiro Barcelos, 2500
Porto Alegre/RS
(51) 3308 5083
grafica@ufrgs.br
www.ufrgs.br/graficaufrgs